ISSN: 1981-2434

REVISTA ELETRÔNICA HISTÓRIA EM REFLEXÃO

Programa de Pós-Graduação em História Faculdade de Ciências Humanas Universidade Federal da Grande Dourados
(PPGH/FCH/UFGD)

v. 13 | n. 26 | Jul. / Dez. 2019

ARTIGOS LIVRES

A Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR) é um periódico semestral editado por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD (Mestrado e Doutorado) com o apoio do Programa de PósGraduação em História, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e da Associação dos Pós-Graduandos em História da UFGD. A revista é indexada no Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas de América Latina, o Caribe, Espanha e Portugal (Latindex) e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

EQUIPE EDITORIAL

Bruna Brandel Meleck – Universidade Federal da Grande Dourados
Larissa Klosowski de Paula – Universidade Federal da Grande Dourados
Lídia Kellenn Brito dos Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Marcela Prenda Teixeira – Universidade Federal da Grande Dourados

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Aparecida Pinto, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Ana Maria Marques, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Andrey Minin Martin, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil
Carlos Barros Gonçalves, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Cielo Zaidenwerg, Universitat de Barcelona, España.
Cristina Monteiro de Andrada Luna, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Deusa Maria de Sousa, Universidade Federal do Pará, Brasil
Edvaldo Sotana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Eliazar João da Silva, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil
Eliane Cristina Deckmann Fleck, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Elenita Malta Pereira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Eudes Fernando Leite, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Fábio da Silva Sousa, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Fernando Perli, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Jérri Roberto Marin, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Jiani Fernando Langaro, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Jorge Eremites de Oliveira, Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Jorge Pagliarini Junior, Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Leandro Almeida, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil
Mariana E. de Oliveira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Marcia Maria Medeiros, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil
Maristela Carneiro, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Marcelo Fronza, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Mauricio Brito, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Osvaldo Rodrigues, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Ricardo Oliveira da Silva - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Renilson Rosa Ribeiro, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Suzana Maria de Sousa S. Severs, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Tânia R. Zimmermann, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

CONSELHO *AD HOC*

Andrey Minin Martin - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Carlos Eduardo Millen Grosso - UFSC
Cristina Toledo Romano - Universidade Nove de Julho
Débora Nunes de Sá - Universidade de Passo Fundo
Eduardo Roberto Jordão Knack - PUCRS
Eliane Cristina Deckmann Fleck - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Eulália Maria Aparecida Morais - Universidade Estadual do Paraná

Fábio Tadeu Vighy Hanna - Universidade Estadual do Paraná

Jackson Raymundo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Leandro de Almeida - Universidade Estadual do Recôncavo da Bahia

Leandro Baller - Universidade Federal da Grande Dourados

Michel Goulart da Silva - IFC

Nataniél Dal Moro - UCDB

Rodrigo dos Santos - UNICENTRO

Tânia Regina Zimmermann - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

INDEXADORES E BASE DE DADOS
Doaj: https://doaj.org/
Latindex: http://www.latindex.org/
PKP Index: http://index.pkp.sfu.ca/index.php/

Produção Editorial
Larissa Klosowski de Paula

APRESENTAÇÃO

O presente número da Revista Eletrônica História em Reflexão é composto por artigos de temática livre, escritos por autores(as) em diferentes estágios de formação (graduados(as), especialistas, mestres e doutores(as)), vinculados à distintas instituições de ensino superior. Na capa, a pintura *O Caminhante Sobre o Mar de Névoa*, do artista alemão Caspar David Friedrich, busca demonstrar a posição do(a) pesquisador(a) na atualidade: analisando, para além da névoa, as possibilidades do horizonte das pesquisas.

Em conteúdo, o número conta com dez artigos, sendo estes: *O Jornal "A Cruzada" em Sergipe e a Igreja Católica: a questão social no Período Republicano*, de Amanda Marques dos Santos; *A Guerra do Vietnã na música: um estudo a partir da canção "era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones",* de Fábio Alexandre da Silva; *Madruga: empresário ou vagabundo? Um tatuador ambulante na belle-époque carioca*, de Fernando Lucas Garcia de Souza; *A construção da República as bases positivistas do direito nacional em Martins Júnior*, de Flávia Braga; *O que apreendemos sobre o Período Colonial na internet? Um estudo das narrativas históricas sobre o Brasil Colônia disponíveis na "world wide web"*, de Juliana de Mello Moraes e Catarina Sombrio; *Pela democracia e pela liberdade de expressão: a luta do Semanário Opinião contra os cerceamentos da Ditadura Militar brasileira*, de Luan Gabriel Silveira Venturini; *Mudanças socioambientais provocadas pela modernização da agricultura no norte do rio grande do sul: 1950-1970*, de Marcos Paulo de Oliveira Junior; *"Desprezo das riquezas": elementos da cultura material indígena na crônica de João Daniel (século XVIII),* de Nivaldo Germano dos Santos e Alexandre Guida Navarro; *História e memória: os dizeres sobre a Festa de Santa Edwiges na cidade de Pouso Alegre – MG*, de Cleyton Antonio da Costa e Geraldo Delfino Rodrigues; e *Temporalidade, "interseccionalidade" e "latinidade" em Camila Cabello: uma análise do videoclipe "Havana",* de Igor Lemos Moreira

Somos gratos(as) aos(às) autores(as) que optaram por publicar os resultados de suas pesquisas conosco, bem como pelos(as) pareceristas, que prontamente avaliaram os trabalhos inscritos com presteza e afinco. Gostaríamos, também, de

prestar agradecimentos à editora da UFGD por todo apoio ofertado, bem como ao nosso conselho consultivo.

Aos(às) leitores(as), também prestamos nossa gratidão e desejamos que apreciem o número que segue. Além disso, deixamos sempre aberto convite para aqueles(as) que desejam disseminar suas produções através desse periódico.

Equipe Editorial

ARTIGOS LIVRES

O JORNAL A CRUZADA EM SERGIPE E A IGREJA CATÓLICA: A QUESTÃO SOCIAL NO PERIODO REPUBLICANO

NEWSPAPER *A CRUZADA* IN SERGIPE AND THE CATHOLIC CHURCH: THE SOCIAL ISSUE IN THE REPUBLICAN PERIOD

Amanda Marques dos Santos[1]

Resumo
Este artigo investiga o jornal *A Cruzada,* importante periódico sergipano que existiu de 1918-1970, e a Igreja Católica no período republicano, como uma forma de compreender a relação entre este periódico e o ideal cristão. Nesse sentido, busca fornecer um panorama geral da forma como se encontra a Igreja no século XX no Brasil e informações acerca deste semanário católico. É importante salientar que o presente trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento intitulada como Igreja, Poder e Imprensa: O ideário anticomunista no semanário sergipano *A Cruzada* (1937-1970). Assim, a análise da Igreja Católica nacional e local no período republicano mostrou esta instituição muito próxima das questões políticas e sociais de seu tempo, e justamente por isso é importante compreender o cenário mais amplo que estão envolvidos os responsáveis pelo referido periódico católico.
Palavras-chave: Igreja Católica. Sergipe. *A Cruzada*.

Abstract
This article investigates *A Cruzada* newspaper, an important Sergipe newspaper that existed from 1918-1970, and the Catholic Church in the Republican period, as a way of understanding the relationship between this periodical and the Christian ideal. In this sense, it seeks to provide an overview of how the Church in the twentieth century in Brazil and information about this Catholic weekly. It is important to point out that the present work is a cut of the master's research in development entitled Church, Power and Press: The anticommunist ideology in the Sergipe weekly *A Cruzada* (1937-1970). Thus, the analysis of the national and local Catholic Church in the republican period showed this institution very close to the political and social issues of its time, and precisely for this reason it is important to understand the broader scenario that are involved those responsible for the aforementioned Catholic periodical
Keywords: Catholic Church. Sergipe. *A Cruzada*.

Introdução

A Igreja Católica, importante instituição, sempre teve um papel fundamental na política e na educação, mantendo uma estreita relação com a classe dominante. Esta

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, e graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Pesquisa Poder, Cultura e Relações Sociais na História da Universidade Federal de Sergipe. Desenvolve pesquisas principalmente nas áreas de Imprensa, Religião e Regimes autoritários.

foi fortemente influenciada por transformações que ocorreram na sociedade, afinal, deve-se levar em consideração que tais modificações possuem uma ligação com as mudanças nas ideologias políticas da sociedade, como bem destaca Scott Mainwaring (2004).

A Igreja Católica sempre esteve muito próxima da política, seja de grupos conservadores ou mesmo de grupos progressistas. Neste sentido, as práticas acabam desafiando ou reforçando os sistemas de dominação. Assim, "*igreja nenhuma jamais se situa acima da política. As práticas e o discurso religioso necessariamente reforçam ou minam os valores predominantes e, em última instância, o sistema de dominação*" (MAINWARING, 2004, p.26).

No Brasil a Igreja Católica, desde o período colonial até a década de 1970, está sob o poder do Estado. Assim, tal como Marcio Moreira Alves (1979) defende, para compreender a Igreja moderna é fundamental entender as suas relações com o poder temporal, ou seja, o Estado. Com a separação entre a Igreja e o Estado com a Proclamação da República, há uma reimplantação da Igreja sob a autoridade do Vaticano, no entanto, isso só foi possível com a ajuda do poder político. Assim, para justificar a aproximação da Igreja Católica e do Estado no período republicano no Brasil o referido autor afirma que no pós proclamação "*a Igreja dispunha de pouca influência no povo e, sobretudo, na elite intelectual, tocada pelo agnosticismo, pelo secularismo, pelo positivismo*" (ALVES, 1979, p.36).

Esta situação, vista pelo autor como paradoxal, já que se tratava de um país majoritariamente católico, foi fundamental para a aproximação entre a Igreja e o Estado brasileiro, buscando dinamizar o ensino religioso, a participação no poder civil e a instrumentalização de recursos para difundir a religião. Este fato ajuda a explicar o relativo apoio que existiu da Igreja católica ao Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar.

Alves (1979, p.17) defende que as estruturas da Igreja Católica no Brasil que predominaram no século XX nasceram em 1891, com a Constituição Republicana, que separou a Igreja do Estado. Todavia, ele acredita que para compreender o papel da Igreja na República é necessário levar em consideração toda a sua herança. Dessa forma, chama atenção para a forma como a Igreja viveu no Brasil um longo período de dependência do Estado desde o período colonial, ou seja, no Império, "*a igreja estava sob tutela do Estado. Numerosos decretos e leis, alguns mesquinhos e*

vexatórios, foram promulgados para determinar a intervenção do Estado nos negócios religiosos" (ALVES, 1979, p.27). Levando tais aspectos em consideração, a separação entre Igreja e Estado permitiu que a Igreja ficasse livre das determinações do poder civil, entretanto, essa independência trouxe uma limitação para suas ações.

> A alta hierarquia católica entendeu estas limitações como ameaças. A sua resposta desenvolveu-se nos planos teórico, político e administrativo, criando a base da reconstrução organizacional da instituição e estabelecendo as relações que iriam determinar a estrutura política da Igreja ao longo da primeira metade do século XX (ALVES, 1979, p. 33).

Nesse contexto, busca-se aqui investigar a forma como a Igreja Católica se encontra no Brasil no século XX, como uma forma de compreender em que contexto se encontra o jornal católico *A Cruzada*. Este jornal foi fundado em 1918 por Dom José Thomaz Gomes Silva[2] e existiu até o ano de 1970. Sua redação funcionava no próprio Seminário Diocesano, localizado na cidade de Aracaju, sendo sua produção responsabilidade da Arquidiocese. Possuía uma tiragem semanal, e havia três aspectos básicos que formavam os pilares deste jornal católico: cultura, instrução e fé. Tanto a tiragem como a quantidade de páginas variaram de acordo com os anos, e, apesar de não ter sido possível identificar o motivo, aponta-se como uma possibilidade os recursos financeiros que possuíam no momento.

É importante salientar que o presente trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento intitulada como Igreja, Poder e Imprensa: O ideário anticomunista no semanário sergipano *A Cruzada* (1937-1970), que visa desenvolver uma análise comparativa do discurso anticomunista presente neste jornal em dois períodos históricos distintos: Estado Novo (1937-1945) e Ditadura civil-militar (1964-1985).

A compreensão deste contexto histórico auxilia no entendimento da atitude da Igreja Católica frente ao comunismo, afinal de contas este foi visto pela sociedade nos

[2] Andrade Junior (2010) afirma que "D. José nasceu em Martins, cidade do Rio Grande do Norte, em 4 de agosto de 1837. Filho do juiz de direito Dr. Thomas Gomes e Anna Constança da Silva, iniciou seus estudos eclesiásticos no seminário de Olinda, em 1891. Em 1894, ingressou no Seminário da Paraíba, recebendo as ordens sacerdotais nesta escola (...) nomeado Bispo de Aracaju em 1911, por Pio X, com a sagração na Catedral de Paraíba no mesmo ano. Faleceu em Aracaju, em 1948" (ANDRADE JUNIOR, 2010, p.108).

dois momentos analisados como algo destruidor. Sendo, ainda, utilizado pelos dois golpes[3] de Estado analisados nesta pesquisa tiveram ainda a ameaça comunista como um importante argumento político, como bem destacou Motta (2000, p.7), seja com o plano Cohen ou o pavor das reformas de base propostas por João Goulart. Foi assim que o jornal *A Cruzada* se tornou um instrumento para a luta da Igreja Católica contra a propagação do comunismo em Sergipe, já que este foi visto como contrário a Deus e à religião.

Breve histórico do jornal A Cruzada (1918-1970)

O periódico *A Cruzada* foi fundado em 1918 por Dom José Thomaz Gomes Silva e existiu até o ano de 1970, podendo ser visto como um instrumento utilizado por uma ala conservadora da Igreja Católica local. No primeiro ano de existência, o jornal tinha como frase destaque "Orgam oficial da Diocese". O seu primeiro número foi publicado no dia 2 de junho e foi composto por quatro folhas, sendo a última reservada para propagandas. O primeiro editor do jornal foi Monsenhor Adalberto Sobral, sendo auxiliado por diversos sacerdotes e distintos católicos como colaboradores.

Ibarê Dantas (2013) e Péricles Morais de Andrade Junior (2010) defendem que existe por traz da fundação do jornal *A Cruzada* forte interesse por parte do clero em aproximar a Igreja do Estado, levando em consideração que esta separação[4] foi oficializada com a Constituição Federal de 1891. Tais afirmações se aproximam daquilo que Motta (2000, p.45) destaca, ao dizer que é preciso compreender a postura anticomunista do clero brasileiro como algo que faz parte de uma engrenagem maior, ou seja, uma "reconquista espiritual do povo brasileiro", haja vista que com a República a Igreja Católica perdeu, de certa forma, a sua posição na sociedade.

[3] Apesar da definição de golpe de Estado ter mudado com o tempo, na contemporaneidade é possível entender o golpe de Estado como "mudanças no Governo feitas na base da violação da Constituição legal do Estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político." (BARBÉ, 1998: 545).

[4] Outro exemplo desta postura da Igreja foi a criação, em 1932, da Liga Eleitoral Católica (LEC), por Dom Sebastião Leme. A partir desta liga, "ficava a cargo dos sacerdotes comunicar pessoalmente aos fiéis os nomes dos candidatos apoiados pela Igreja" (DANTAS, 2013, p.92). A Igreja conseguiu com esta liga voltar aos quadros institucionais com as eleições de 1934.

O jornal tinha ainda como principal objetivo fornecer à sociedade uma “boa imprensa” que possibilitasse propagar a crença cristã, sendo este aspecto mencionado no jornal em diversos momentos. Portanto, pode ser visto como uma ferramenta utilizada pelos intelectuais católicos com o objetivo de restaurar a fé e os valores próximos aos ideais da Igreja Católica. Tinha ainda como principal objetivo fornecer à sociedade uma “boa imprensa” que possibilitasse propagar a crença cristã, sendo este aspecto mencionado no jornal em diversos momentos. Portanto, pode ser visto como uma ferramenta utilizada pelos intelectuais católicos com o objetivo de restaurar a fé e os valores próximos aos ideais da Igreja Católica.

O próprio periódico estabelece uma divisão de duas fases: a primeira, entre 1918 a 1926 e a segunda de 1935 a 1970. O jornal passou por um longo período de pausa em sua publicação, e é justamente esse momento de nove anos que marca a separação entre as duas fases. Houve também outros momentos mais curtos de pausa, a exemplo do intervalo do ano de 1964 – o jornal parou suas atividades no final de 1963 e retornou suas publicações apenas em meados do ano de 1965. Sobre a segunda fase de *A Cruzada*, o Livro do Tombo da Cúria de Aracaju traz que foi uma obra possibilitada, principalmente, pelo espírito empreendedor do padre João Moreira Lima e com a colaboração de seus redatores.

Nesse sentido, o jornal passou por dois momentos diferentes, acompanhando, de certa forma, acontecimentos mais gerais. Inicialmente, teve como principal objetivo a doutrinação dos fiéis, buscando conduzir os seus leitores a partir de princípios e valores da moral e da religião cristã. Entretanto, Sá e Linhares afirmam que na segunda fase isso muda, aspecto que foi comprovado com a análise das fontes. Nesse momento

> o jornal apresenta nova proposta gráfica, caracterizada por uma proporção maior dada à publicidade. O leque do que é publicado como notícia, no jornal se amplia. O caráter doutrinário permanece, mas é nítido que o enfoque às notícias de interesse do público local ganha mais representatividade, principalmente o que diz respeito à classe operária. (SÁ; LINHARES 2009, p.4).

Sobre a sua distribuição, é possível salientar que esta era garantida pela Igreja, uma vez que buscava levar os ensinamentos cristãos para além dos muros da instituição, tendo circulado em diversas cidades do estado, a exemplo de: Maruim,

Divina Pastora, Santa Rosa, Própria, Cedro, Capela, Dores, Riachuelo, Muribeca, Nossa Senhora do Socorro, Japaratuba, Laranjeiras, Lagarto, Itabaiana, Boquim, Estância, Japoatã, Vila Nova (atual Neópolis), Itaporanga, Campo do Brito, São Cristóvão e Ribeirópolis. Além dessas cidades, identificou-se referências de assinantes fora do estado de Sergipe, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. De modo mais sistemático, a partir do ano de 1965, ele passou a ser vendido na cidade de Salvador, como já foi anteriormente citado. Tais informações foram encontradas no próprio jornal *A Cruzada*.

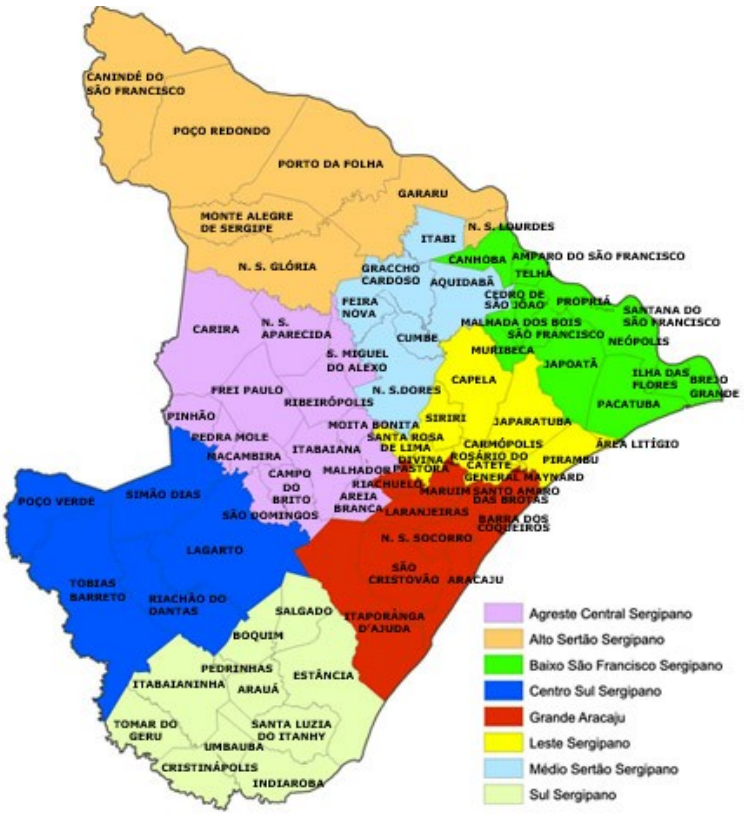


Figura 1
Mapa de Sergipe
Fonte:http://imagensparacelularblog.blogspot.com/2013/01/mapa-de-sergipe-e-suas-cidades-colorir.html

Importa ainda salientar que o jornal *A cruzada* teve um corpo editorial composto por membros da Igreja e por intelectuais católicos que faziam parte do laicato, entre

os quais foram identificados principalmente professores e jornalistas conhecidos na sociedade da época.

Igreja Católica no período republicano e o jornal A Cruzada

Ao refletir sobre a Igreja no século XX, deve-se fazer referências ao pensamento político e social desta, pensado na Doutrina Social da Igreja (DSI), que influenciou de forma considerável o pensamento da hierarquia da Igreja, principalmente a partir da encíclica "Rerum Novarum: sobre a condição dos operários". Esta Doutrina pode ser vista como um conjunto de ensinamentos que se materializaram em numerosas encíclicas e pronunciamentos papais. Tal encíclica foi publicada por Leão XIII em 1891 buscando uma solução baseada na "justiça" e na "equidade" para os problemas dos operários.

Neste documento a Igreja se posicionou frente ao comunismo/socialismo, falando da necessidade de auxiliar os homens das classes inferiores e diminuir o seu sofrimento. Ao se referir ao século XVIII, afirma que "*os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada*". Nesse sentido, os socialistas aproveitaram dessa situação para instigar no pobre o ódio contra aqueles que possuem bens. Para resolver essa situação deve-se restaurar os costumes cristãos, pois atrairia os indivíduos para Deus, princípio e fonte do bem. Além disso, devia-se contar com o apoio do Estado, pois este iria proteger a propriedade e auxiliar o trabalhador.

De acordo com o que foi proposto por Mainwaring (2004), existe durante o século XX quatro modelos de Igreja no Brasil, sendo eles: a Igreja da neocristandade, modernizadora, reformista e popular[5]. Entretanto, o surgimento de um modelo não exclui necessariamente o preexistente, podendo até mesmo dois destes modelos

[5] No modelo da neocristandade a Igreja permaneceu politicamente conservadora; os modernizadores continuam sendo vistos como conservadores, mas acreditavam que a Igreja precisa mudar para cumprir sua missão no mundo moderno com maior eficácia; a Igreja reformista se preocupa com a justiça social, negando, todavia, uma mudança política radical. Por Igreja popular entende-se aquela que tem uma visão política progressista da missão da Igreja se desenvolvendo principalmente na década de 1970.

estarem presentes em um grupo religioso. Entre os anos de 1916 a 1955, uma Igreja da neocristandade foi predominante no Brasil, ocasionando em uma tentativa, por parte desta, em se fazer presente na sociedade, principalmente após a separação entre o Estado e a Igreja concretizada com a Constituição de 1891. Esse fato ocorreu devido à "*proclamação da República [ter sido] obra do Exército, cujos oficiais eram há muito tempo doutrinados por professores positivistas*" (ALVES, 1979, p.32).

Nos primeiros anos após a separação, a Igreja se preocupou com questões internas, como afirma Mainwaring (2004), no entanto, após 1916, com o recém nomeado arcebispo de Recife Dom Sebastião Leme, tem-se uma nova postura da Igreja. Este, a partir de uma carta pastoral, convoca os católicos a recristianização do Brasil, ao falar dos problemas do país, afirma ser preciso uma presença mais marcante da Igreja na sociedade. Esse modelo da neocristandade teve seu apogeu principalmente entre os anos de 1930 e 1945, quando Getúlio Vargas esteve na presidência do país.

Nesse momento a Igreja Católica permaneceu conservadora, insistindo na necessidade de um catolicismo mais vigoroso, no qual encontra-se, entre suas ações, uma forte relação com o setor educacional, uma ênfase na moralidade católica da sociedade e uma postura anticomunista e antiprotestante. Assim, se enquadra o primeiro momento analisado no jornal *A Cruzada*, ou seja, o período que corresponde ao Estado Novo. Além de ter uma forte relação com o governo de Vargas havia também, por parte da Igreja, o discurso de combate ao comunismo no Brasil.

Durante boa parte do século XIX, as Igrejas Católicas brasileiras estiveram muito distantes da postura de Roma, e é justamente nesse contexto que o Vaticano se esforçou para conseguir um controle maior sobre as Igrejas nacionais, em uma busca por instituir um catolicismo mais oficial. De acordo com Péricles Morais de Andrade Junior (2010), esta postura também foi encontrada em Sergipe. Este autor escreveu sobre a organização administrativa da Igreja Católica em Sergipe durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, tendo como principal objetivo apresentar a forma como as transformações do clero ocorreram em Sergipe. Tais mudanças visavam à substituição do catolicismo popular por um catolicismo hierárquico e sacramental, ou, em outras palavras, buscava-se uma orientação

"romanizadora", em desenvolvimento desde o século XIX no Brasil e inserida no discurso da neocristandade.

É possível identificar, ainda no século XIX, um pensamento reformador no clero sergipano, com a criação, em 1827, do Seminário Arquiepiscopal da Bahia. Isso ocorre, pois grande parcela dos jovens candidatos[6] a sacerdócio passaram a estudar nesse seminário, o que facilitou, inclusive, a vida religiosa desses indivíduos. Portanto, estes candidatos vivenciaram as mudanças implementadas por Dom Romualdo Seixas, Arcebispo responsável pelo seminário que buscava desenvolver uma prática religiosa calcada na ordem, na disciplina e no respeito, diferindo das práticas religiosas existentes nos períodos Colonial e Imperial.

Andrade Junior (2010) defende ainda que a criação da Diocese de Aracaju, em 1910, estava ligada a essa tentativa de uma aproximação com o catolicismo romano, tentando se afastar dos elementos populares do catolicismo local. O referido autor afirma que a criação desta Diocese possibilitou uma postura mais intensiva no controle do campo religioso, auxiliando na formação, inclusive, de "bons" sacerdotes.

É importante ainda ressaltar que a formação da Diocese está muito próxima do contexto de criação do jornal *A Cruzada*, sendo este criado pelo primeiro Arcebispo de Aracaju, D. José Thomaz Gomes da Silva. Seria uma forma de auxiliar na propagação das ideias defendidas por este clero em processo de "romanização".

Dessa forma,

> evidenciam a presença do *pensamento reformista* na trajetória da Igreja Católica em Sergipe no século XIX. Imbuídos de uma visão ortodoxa, este clero não reconheceu os símbolos pertinentes ao *Catolicismo Popular*. A não aceitação desse capital simbólico se deu a partir da condenação das condições físicas dos espaços sagrados (templos e cemitérios), dos tipos de sepultamentos praticados, da relação dos fieis com os santos, do desrespeito aos dias santificados, das indecências dos párocos e da propagação das ideias liberais (ANDRADE JUNIOR, 2010, p. 99)

Andrade Junior (2010) declara, ainda, que neste século existiu um "efeito disciplinador", que tinha como objetivo principal a doutrinação de fiéis, prática existente

[6]Péricles Morais de Andrade Junior (2010, p.53-55) destaca alguns nomes para mostrar a presença dos sergipanos no seminário baiano, como: Antonio da Costa Andrade, Antonio Manoel Leite, Domingos de Mello Rezende, Francisco Freire de Mello, João Batista de Carvalho Daltro, João Francisco de Carvalho, José Alberto de Santa Anna e José Luiz de Azevedo.

em diversas partes do Brasil e do mundo[7]. Esse caráter fica evidente no discurso dos intelectuais responsáveis pela produção do jornal *A Cruzada,* principalmente nos seus anos iniciais, entretanto esse efeito disciplinador deve ser visto de forma problemática, já que há uma distância entre o desejo do discurso e sua efetividade.

Tomando em consideração o importante papel da imprensa na propagação do aparato ideológico e eclesiástico, a Igreja Católica usou a imprensa católica como importante instrumento de dominação. Em consonância com o posicionamento político-ideológico da grande imprensa de circulação nacional, destacou-se o semanário católico sergipano *A Cruzada*, que exerceu desde as décadas de 1920 até o início da década de 1970 um papel importante na propagação dos ideais cristãos e sociais da Igreja Católica.

Em Sergipe, Andrade Junior (2010) afirma que a esta imprensa começou a circular em 1912, com a criação do boletim *A Diocese em Aracaju*[8], mas, visando uma ampliação em seu campo de atuação, a Igreja criou, em 1918, o jornal *A Cruzada*, que inicialmente possuía uma publicação semanal e era composta de quatro páginas.

Diante disto, Sá e Linhares (2009) afirmam que

> ao contrário da maioria dos periódicos no estado, o jornal "A Cruzada" também tinha um sistema de distribuição garantida pela Igreja para quase todo o estado. Esta importância garante a abrangência do discurso católico publicado no jornal e da influência deste discurso na sociedade sergipana. (SÁ; LINHARES, 2009, p.13).

Por volta de 1955, a neocristandade é rompida com o surgimento de um movimento reformista na instituição clerical, sendo esta fase denominada como "reformista". Nesse momento, segundo Maiwaring (2004, p. 56-57), existem três grupos dentro da Igreja: aqueles que continuavam próximos da neocristandade

[7] O referido autor é influenciado pela teoria desenvolvida por Pierre Bourdieu e por Michel Foucault. Deste último ele utiliza o conceito de poder pastoral, destacando o poder que o pastor possui sobre seu rebanho.

[8] Este jornal foi criado no dia 10 de janeiro de 1912, tendo como diretor o monsenhor Manuel Raimundo de Melo: "haverás por bem constituir em nosso incipiente bispado o boletim eclesiástico, com o título 'A Diocese de Aracaju'". Ele possuía uma tiragem mensal e em média 16 folhas, além do formato de uma revista. De um modo geral, apresentava atos da Santa Sé e do governo diocesano, documentos do bispado, artigos e matérias do interesse da igreja, bem como notícias da diocese e das igrejas. Tais informações foram retiradas do livro do Tombo da Cúria Metropolitana de Aracaju, afinal não se conseguiu encontrar exemplares deste boletim nos arquivos locais. Arquivo da Cúria Metropolitana, localizado na Praça Olímpio Campos, 228, Centro, Aracaju-SE.

passaram a ser os “tradicionalistas”; tinham os “moderados conservadores” que acreditavam na necessidade de uma mudança, mas rejeitavam uma mudança radical; e, por fim, têm-se “os reformistas” que compartilhavam com os moderados conservadores a preocupação com o trabalho pastoral, mas tinham uma postura mais progressista. Este autor defende ainda que a partir de 1964 pode-se falar do surgimento de uma Igreja popular, influenciada, sobretudo, pelo fim da experiência democrática brasileira.

Os reformistas tiveram uma relativa hegemonia até, pelos menos, 1976, pois eles aceitavam a ideia da secularização, na qual haveria uma inserção da Igreja na sociedade, dessa forma, a Igreja não é mais vista como algo acima do mundo. Outra característica, é a forte preocupação com a justiça social, bem como o seu forte caráter anticomunista. Nesta perspectiva, “*os reformistas acreditavam que a mudança política era necessária para criar uma sociedade mais justa, mas rejeitavam as transformações radicais*” (MAIWARING, 2004, p.66).

Em 1958, o papa João XXIII assumiu e promoveu reformas significativas na Igreja Católica, como uma forma de responder às transformações existentes na própria sociedade. Entre as principais ações deste Papa, vale destacar o Concílio Vaticano II que mudou de forma significativa as bases da instituição, tornando a Igreja mais propícia ao diálogo e preocupada com questões sociais. Apesar desta postura, é importante salientar que essas ideias não foram aceitas por toda a Igreja, havendo uma relativa resistência às mudanças. Muitos acreditavam que tais práticas se aproximavam de ideais comunistas, o que causava o afastamento entre muitos religiosos.

Nesse sentido, como destaca Luciana de Lima Pereira (2008),

> a partir de 1955, teria começado outra etapa da história eclesiástica, denominada reformista. Scott Maiwaring é mais específico, ao propor esse corte temporal, e alega que a partir de meados da década de 1950, a Igreja começou a se preocupar com as questões sociais brasileiras e abandonou o discurso apologético (PEREIRA, 2008, p. 12).

O Concílio Vaticano II começou em 1962 e foi até 1965, inicialmente sob a orientação de João XXIII, mas, com a sua morte, o papa Paulo VI deu continuidade ao projeto, sendo considerado o maior evento da Igreja no século XX, devido à sua

significativa importância. Esse evento pode ser classificado, portanto, como uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, reunindo bispos de todo o mundo em Roma, com o objetivo principal de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião.

Foram diversos encontros, debates e votações no Vaticano, que tinham como principais temas: os rituais da missa, os deveres de cada padre, a liberdade religiosa e a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época. No final, as autoridades católicas promulgaram 16 documentos como resultados do Concílio[9], que trouxeram transformações significativas para a Igreja daquele momento. A esse respeito Mainwaring (2004) afirma que o Concílio Vaticano II (1962-1965) marcou um dos mais importantes eventos na história do catolicismo romano.

> O Concílio enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato dentro da Igreja, motivou por exemplo maiores responsabilidades, co-responsabilidade entre o papa e os bispos, ou entre padres e leigos dentro da Igreja, desenvolveu a noção de Igreja como o povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível e introduziu uma série de outras modificações (MAINWARING, 2004, p. 62).

Uma postura conservadora começou a se fazer presente em vários setores da sociedade, ficando intenso nos anos que antecederam o golpe de 1964, pois eles estavam preocupados, principalmente, com a desordem social e com a ameaça do surgimento do comunismo. Evidentemente, a Igreja não escapava de tais conflitos internos, já que, de um lado estava a esquerda católica, vinculada às transformações sociais; e, do outro, estava a direita católica, que surgiu a partir dos “tradicionalistas”. Nesse contexto, a importância da Igreja enquanto instituição era tão grande que Mainwaring (2004) chega a afirmar que ela era a única instituição com uma razoável autonomia política que poderia criticar o regime autoritário instituído.

Em Sergipe também foi possível notar essa divisão dentro da Igreja Católica. Como afirma Ibarê Dantas (1997), Dom José Vicente Távora[10] era o arcebispo do estado, enquanto Dom Luciano Duarte era o bispo auxiliar, cargo para o qual foi

[9] Estes documentos encontram-se disponíveis no *site:* http://www.snpcultura.org/concilio_vaticano_ii_origem_e_documentos.html. Acesso em: 01 de junho de 2018.
[10] Importante agente da resistência à ditadura militar dentro da Igreja Católica em Sergipe.

nomeado em 1966, assumindo a função de forma definitiva em 1970, quando Dom Távora faleceu. Foi com a sua morte que, tal como destaca Dantas (1997), a política autoritária se expandiu em terras sergipanas. Para este autor, D. Luciano Duarte foi o principal representante em Sergipe do apoio à "contra-revolução"[11].

É justamente neste sentido que Giselda Morais (2008) afirma que houve em Sergipe no início dos anos de 1960 um avanço de uma posição progressista, incentivada principalmente por D. José Vicente Távora, sendo este um dos principais nomes no Movimento de Educação de Base (MEB)[12]. Esta mesma autora destaca que, nesse contexto da década de 1960, D. Luciano Duarte foi visto como mais próximo de uma postura conservadora, fato este que viabilizou um maior contato deste com os militares que assumiram o poder em 1964. Esse fato fez, inclusive, com que Duarte pudesse ajudar pessoas em dificuldades e obter recursos para a Igreja. Assim, ela destaca que

> A saúde frágil de D. José Vicente Távora, vítima de diabetes e problemas de coração, somando-se às contenções a que foi constrangido por causa de sua posição dentro da Igreja e de seu trabalho social no MEB, levaram o bispo auxiliar a assumir, também, o papel de interlocutor entre e Igreja e o Estado, na difícil conjuntura política que o Brasil atravessava (MORAIS, 2008, p.324).

Em Sergipe, o principal nome da resistência à ditadura civil-militar dentro da Igreja Católica foi, sem dúvida, o bispo D. José Vicente Távora, mostrando bastante preocupação com a educação de base e a formação crítica do cidadão. Sendo citado, como salienta Mainwaring (2004), como um dos bispos que foram nomeados pelo governo como "subversivos". (MAINWARING. 2004. p. 117). Em oposição a essa postura, D. Luciano, que segundo Dantas (1997, p.146) foi um dos principais intelectuais sergipanos, então bispo auxiliar, com uma postura contrária aos

[11] Para este pesquisador é possível classificar o movimento de 1964 como uma contra-revolução, principalmente pelo dito caráter preventivo de uma suposta Revolução, dirigida pelas esquerdas, que foi propagado como explicação para tal acontecimento histórico.

[12] O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado em 1961, pelo bispo progressista Dom José Vicente Távora. Ele surgiu a partir de um acordo com o presidente Jânio Quadros, que visava levar a educação para as regiões menos desenvolvidas do país, principalmente através de escolas radiofônicas.

movimentos de esquerda, foi um anticomunista declarado, além de um grande defensor do regime instaurado em abril de 1964.

De modo a auxiliar nos dados disponíveis, foi possível ter acesso também ao Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa, criada em 2015, com o objetivo de identificar e tornar pública as violações aos Direitos Humanos ocorridas em Sergipe. A partir desta pesquisa, foram encontradas referências da aproximação de Dom Luciano ao regime autoritário, que ficou explícita em um documento de natureza confidencial elaborado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e disponibilizado no Arquivo da Comissão Estadual da Verdade, que possui como título "Atividades de membros da Igreja Católica". Neste é salientada a forma como este intelectual se enquadra em uma ala mais conservadora da Igreja, de modo que se relaciona, em um nível nacional, com o governo.[13]

Para Dantas (1997), o golpe 1964 representou, portanto, para a Igreja Católica em Sergipe um "divisor de águas", separando os progressistas dos conservadores. Todavia, apesar desta oposição ser bastante tratada na historiografia, é importante relativizar essa oposição, pois, como nos lembra Mainwaring (2004), no Brasil os processos de mudanças da postura da Igreja ocorrem de maneira cautelosa, havendo um equilíbrio entre a renovação e a tradição, afinal ela possui um compromisso com a universalização.

Dessa forma, "*o envolvimento político da Igreja progressista no Brasil tem se mostrado mais cauteloso e existe menos conflito entre as comunidades de base e a hierarquia*" (MAINWARING. 2004. p. 29). A este respeito é ainda importante mencionar que a Igreja Católica brasileira, e de maneira específica a Igreja local, seja o grupo conservador ou mesmo o progressista, esteve muito próximo da ordem e da hierarquia, fato que marcou de maneira considerável suas ações. Este fato impossibilitou a existência de uma oposição entre base e hierarquia.

Ao tentar relativizar a oposição existente entre D. Távora e D. Luciano, Morais (2008) afirma que D. Luciano Duarte se tornou bispo auxiliar de Aracaju em 1966, como uma sugestão do então bispo D. Távora. A autora destaca, inclusive, que este

[13] Atividades de membros da Igreja Católica. SNI, AC_ACE_12242_80, 03 de março de 1980. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

último foi padrinho da sobrinha de D. Luciano, o que sugere uma convivência saudável entre eles fora dos muros da Igreja. Portanto, havia posicionamentos políticos e ideológicos diferentes, mas, pelos relatos de Morais (2008) e mesmo pelas matérias encontradas no jornal, nota-se também relativas aproximações entre eles.

Deve-se salientar que a referida autora produz uma biografia de Dom Luciano Cabral Duarte encomendada pela família deste, no entanto, este fato não deve tirar o mérito dos vários depoimentos que falam da boa relação que estes padres tinham. E, inclusive, o fato de a escolha do bispo auxiliar ser feita dentro da Igreja habitualmente pelo então bispo, acaba fortalecendo o que está presente na narrativa. Nesse sentido, no decorrer do trabalho e com a análise das fontes, foi possível desconstruir o mito da oposição entre Dom Luciano e Dom Távora propagado pela historiografia, mostrando as diversas nuances da prática religiosa e de relações interpessoais entre ambos.

Por fim, D. Luciano influenciou boa parte dos membros da Igreja no estado de Sergipe daquele momento, o que resultou em simpatizantes da nova ordem. E, como bem afirmou José Vieira da Cruz (2008), o bispo teve sua formação construída com forte influência no combate ao comunismo, ideia formulada pela Igreja Católica na década de 1930 e 1940. Em oposição a esta realidade, D. José Vicente Távora foi perseguido pelos militares, tendo sido, inclusive, ameaçado de prisão. Em outras palavras, D. Távora esteve "*sob o fogo cruzado dos delatores que abominavam a sua obra, além de submeter-se a depoimentos irritantes, esteve por vários dias praticamente confinado no Palácio Episcopal*" (DANTAS, 1997, p. 13.).

Considerações finais

Ao estudar o discurso presente no jornal A Cruzada chegou a conclusão de que seria fundamental compreender a forma como a posição da mais alta hierarquia da Igreja desse momento influenciou no discurso dos intelectuais responsáveis por esse jornal. Nesse sentido, a análise da Igreja Católica nacional e local no período republicano mostrou esta instituição muito próxima das questões políticas e sociais de seu tempo, e justamente por isso é importante compreender o cenário mais amplo que estão envolvidos os responsáveis pelo referido periódico católico.

Referências

ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANDRADE JUNIOR, Péricles Morais de. *Sob o olhar diligente do Pastor*: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926). São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB,1998.

DANTAS, Ibarê. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*: partidos e eleições num estado autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil:* 1916-1985. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho:* o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História), São Paulo: USP, São Paulo, 2000.

MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

PEREIRA, Luciana de Lima. *"A Igreja Católica em "tempos mundanos":* A luta pela construção de uma Neocristandade em Teresina (1948-1960). Dissertação (Mestrado em História), Piauí: Universidade Federal do Piauí, 2008.

SÁ, Rozendo de Aragão; LINHARES, Ronaldo Nunes. *A Imprensa em Sergipe*: notas sobre o Jornal "A Cruzada". In: ENCONTRO NACIONAL DE IMPRENSA, 7, 2009, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontrosnacionais1/encontrosnacionais/7oencontro20091/A%20imprensa%20em%20Sergipe%20notas%20sobre.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ARTIGOS LIVRES

A GUERRA DO VIETNÃ NA MÚSICA: UM ESTUDO A PARTIR DA CANÇÃO ERA UM GAROTO QUE COMO EU AMAVA OS BEATLES E OS ROLLING STONES

THE VIETNAM WAR IN MUSIC: A STUDY FROM THE SONG *ERA UM GAROTO QUE COMO EU AMAVA OS BEATLES E OS ROLLING STONES*

Fábio Alexandre da Silva[1]

Resumo: Este artigo objetivou compreender a Guerra do Vietnã (1955-1975) a partir da ótica musical, tentando enxergar na subjetividade do compositor os reflexos do confronto apresentados na canção. Em termos teórico-metodológicos, o texto está estruturado em três momentos. Inicialmente se faz um estudo da história a partir da música como documento histórico. Na sequência são tecidas análises sobre o contexto da guerra, suas motivações, vicissitudes e direcionamentos. E em seguida é tomada a canção *Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones* como documento de análise. O referencial teórico contempla os estudos de Marcos Napolitano (2002), Eric Hobsbawm (1995), Rodrigo Pedroso (2015) e outros. Como resultados, percebeu-se que a guerra representou interesses do governo norte-americano que, ao buscar combater e frear o avanço do socialismo pela Eurásia, apropriou-se da vida comum de jovens soldados, dizimando-a. Por outro lado, o estudo demonstrou que trabalhar com outros documentos históricos amplia as possibilidades de pesquisa e permite ao pesquisador lançar outros olhares sobre a história e, no caso específico da música, perceber as particularidades do olhar do sujeito que a compõe/canta.
Palavras-chave: Vietnã. Imperialismo Ianque. Música.

Abstract: This article aims to understand the War of Vietnam (1955-1975) from the musical perspective, trying to see in the subjectivity of the composer the reflexes of the confrontation presented in the song. In theoretical-methodological terms, the text is structured in three moments. Initially one makes a study of history from music as a historical document. In the sequence analyzes are made on the context of the war, its motivations, vicissitudes and directions. And then song *Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones* is taken as the analysis document. The theoretical framework includes studies by Marcos Napolitano (2002), Eric Hobsbawm (1995), Rodrigo Pedroso (2015) and others. As a result, it was perceived that the war represented the interests of the US government, which, by seeking to combat and restrain the advance of socialism by Eurasia, appropriated the common life of young soldiers by decimating it. On the other hand, the study showed that working with other historical documents broadens the possibilities of research and allows the researcher to throw other glances about the history and, in the specific case of music, to perceive the particularities of the subject's gaze.
Keywords: Vietnam. Yankee of imperialism. Music.

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel (2020-2023). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste (2020). Licenciado em História pela Universidade Norte do Paraná (2017). Possui experiência na área educacional, tendo ministrado aula na Educação Básica, Técnica e Superior, e desenvolve pesquisas principalmente nos campos de Teoria e Metodologia da História, Ensino de História e História do Brasil.

Introdução

Este artigo nasce da necessidade, do ponto de vista historiográfico, e do desejo de poder dissertar acerca de um período bastante importante e nebuloso da história mundial, sobretudo por se tratar de um contexto de violência propagada pela ânsia do imperialismo estadunidense[2] durante a Guerra Fria (1945-1989) em dominar o mundo. Neste sentido, o objetivo geral do texto é realizar um estudo do período em questão tomando como documento a canção *Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones*, versão brasileira de autoria da banda paulistana *Os Incríveis* nos anos 1960, e regravada pela banda de *rock* porto-alegrense *Engenheiros do Hawaii* nos idos dos anos 1980. Para tanto, procurou-se apresentar uma contextualização do período em questão, assim como considerações foram tecidas acerca da música enquanto documento histórico e o seu uso pelo pesquisador, na busca por explicitar como a Guerra do Vietnã foi representada na canção.

A escolha da canção ocorre por duas razões. A primeira delas é a possibilidade de estudar história por meio da música, tomando-a como documento histórico[3]. A segunda gira em torno da escassez de fontes para o estudo da Guerra do Vietnã,

[2] O termo imperialismo, aqui, faz referência às ações político-econômicas externas adotadas pelos Estados Unidos cuja intenção era/é controlar outras nações e expandir seus domínios por todo o mundo. É possível apontar na história norte-americana dois decretos políticos que introduziram a política imperialista no cenário externo: a Doutrina *Monroe* e a política do *Big Stick*, ambas criadas no decorrer do século XIX para afirmar às potências europeias do período que a "América é para os americanos", fato que estimulou a independência de outras nações americanas. Contudo, na prática a intenção era diminuir o domínio de países como a Inglaterra e a França sobre o continente americano e, gradativamente, expandir a política estadunidense pela América, a exemplo do controle sobre Cuba, Porto Rico, Panamá, Nicarágua e Havaí. As duas guerras mundiais também são um outro exemplo do avanço do imperialismo ianque, a partir de então também presente na Europa, já que com o enfraquecimento econômico das grandes potências europeias no período pós-guerras, há o início de uma relação de dependência destas para com os Estados Unidos, sobretudo com o dólar. É a partir daí que no contexto de Guerra Fria os Estados Unidos vão se sobrepor à União Soviética e se tornar hegemônicos política e economicamente em âmbito global. Ver estudo de Vitor Schincariol, disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao2/Vitor_Schincariol.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

[3] A Escola dos *Annales* foi um movimento historiográfico francês originário da revista acadêmica *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada pelos historiadores March Bloch e Lucien Febvre, em 1929, que se contrapunha ao positivismo vigente no período e preconizava a incorporação de métodos das ciências sociais ao campo da história, bem como a transformação no conceito de documento histórico, tornando possível o estudo de qualquer vestígio da ação humana no tempo e no espaço. Constituía-se, portanto, uma história mais vasta e totalizante, mais preocupada com a compreensão dos eventos históricos do que com a cronologia dos acontecimentos.

sobretudo no Brasil, onde há poucos autores que se debruçaram sobre o período, especialmente quando se pretende analisá-lo pelo viés musicográfico[4]. Lembro ainda que a seleção de uma música para a pesquisa histórica jamais pode se dar simplesmente a partir das preferências e afinidades estéticas do pesquisador. Pelo contrário, ela deve ocorrer a partir da definição dos objetivos da pesquisa, nos quais a canção deve estar plenamente em consonância e refletir a totalidade ou parte do contexto histórico, social, político e cultural a ser investigado, assim como deve também constituir o *corpus* documental do pesquisador.

Assim sendo, ressalto que o presente artigo está estruturado em três momentos principais. Num primeiro momento são realizadas considerações acerca do estudo da história a partir da música enquanto documento histórico. Na sequência são tecidas análises sobre o contexto da guerra, suas motivações, vicissitudes e direcionamentos. Em seguida é tomada a canção *Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones* como documento de análise. O referencial teórico contempla os estudos de Célia Maria David, André Alves Januário e Gustavo Henrique G. Fagundes (2010), assim como Marcos Napolitano (2002) acerca do uso da música como fonte/documento de pesquisa histórica; Eric Hobsbawm (1995) e Rodrigo Aparecido de A. Pedroso (2015) nos auxiliam a compreender os encaminhamentos e acontecimentos que permearam a Guerra do Vietnã; ao passo que Flávia Rodrigues dos Santos (2010) contribuiu na metodologia de análise da canção selecionada. Lembro ainda que Maria da Graça Costa Val (1999) forneceu subsídios teóricos para a compreensão da relação entre emissor/autor e receptor/leitor, elemento primordial na leitura de uma composição musical.

A música enquanto documento histórico

Inicialmente é importante destacar que quando estudamos uma composição musical, temos que levar em consideração o seu contexto de produção, o lugar de fala do compositor e as implicações do contexto histórico, político, social e cultural

[4] Segundo Napolitano (2002), apesar de o Brasil já ter tradição no campo da música, com obras, artistas e experiências consagradas, por outro lado ainda há bastante carência no tocante à organização de pesquisas e acervos sobre o patrimônio musical brasileiro, o que faz com que haja um mar aberto a ser explorado, sobretudo no aspecto da história da música.

exercidas sobre o artista. Neste aspecto, ao analisar uma letra de música, é possível submergir no contexto abordado, de modo a tecer narrativas e reflexões sobre o período com certa ludicidade e, sobretudo, trabalhando com o olhar subjetivo do artista que compôs aquela canção. Portanto, cabe dizer que:

> O uso da música nesse desígnio configura-se como uma ferramenta que manifesta as características do compositor, e o lugar de onde ele fala. Não se trata tão somente de uma manifestação artística, e tampouco de um material didático simplesmente ilustrativo, falamos de uma representação social, política e cultural. Têm-se como indicativos a pesquisa bibliográfica, musical e de campo como norteadores e sustentáculos da ação pedagógica que se propõe. (DAVID et al., 2010, p. 6).

Ao passo que:

> [...] a canção é produto de uma subjetividade artística, que não é isolada. Todo artista dialoga com uma ou mais tradições estéticas, possui formação cultural específica, tem sua singularidade biográfica e psicológica, atinge um certo grau no domínio técnico do seu campo de expressão e tem uma determinada colocação social e simbólica no seu tempo. Por outro lado, uma obra singular possui um universo referencial determinado, cuja identificação é importante na análise. (NAPOLITANO, 2002, p. 69).

Isto é, a música enquanto linguagem é reflexo de determinado período histórico, servindo de fonte para a pesquisa histórica. Cabe ressaltar que o uso de música por parte do historiador, seja como fonte/documento histórico ou como recurso didático para o ensino de história, tem crescido bastante em pesquisas brasileiras nas últimas décadas. Esse crescimento, em parte, está associado ao fato de que:

> Entre nós, brasileiros, a canção ocupa um lugar muito especial na produção cultural. Em seus diversos matizes, ela tem sido termômetro, caleidoscópio e espelho não só das mudanças sociais, mas sobretudo das nossas sociabilidades e sensibilidades coletivas mais profundas. Por isso mesmo, o uso da canção como documento e recurso didático deve dar conta de um conjunto de problemas nada simples de resolver. (NAPOLITANO, 2002, p. 53).

Neste sentido:

> A canção tem uma dupla substância: musical e verbal. [...] Tanto a música como a letra nos remetem a princípios de análise

> heterogêneos, divergentes. [...] A própria música é algo de sincrético na canção. Comporta o tema melódico, o ritmo, o arranjo musical, o acompanhamento e a orquestração. Embora o tema musical seja o mais refratário à análise conceitual e ao estudo sociológico, o arranjo e o ritmo inserem-se nos gêneros, nos estilos e nas modas. (MORIN, 2001, p. 137 apud DAVID et al., 2010, p. 7).

Portanto, os elementos apresentados por Morin (2001), David (2010) e Napolitano (2002) convergem na mesma direção no que diz respeito à utilização da música na pesquisa historiográfica e no estudo da história. Podemos apontar, ainda, que é fundamental articular o documento musical ao contexto do objeto de estudo, de modo a ampliar as possibilidades de análises do pesquisador e não reduzi-las. Para tanto, Napolitano (2010) pondera que um grande desafio a ser superado pelo pesquisador que se utiliza da música consiste em mapear todas as "camadas" existentes no documento-canção, a fim de extrair as suas formas de inserção e interação com a sociedade e com o próprio contexto histórico, tentando evitar simplificações que podem reduzir os vários sentidos (polissemia) presentes na composição. Assim, *o historiador, mesmo não sendo um musicólogo, deve enfrentar o problema da linguagem constituinte do 'documento' musical e, ao mesmo tempo, 'criar seus próprios critérios, balizas e limites na manipulação da documentação'* (MORAES, 2000, p. 210 apud NAPOLITANO, 2002, p. 53, grifo do autor).

É possível apontar também duas formas de abordagem muito comuns e importantes no trato da música enquanto documento histórico. De um lado, a música podendo ser tomada como canção, e de outro, enquanto texto. Nesta direção, tem-se:

> 1) os parâmetros verbo-poéticos: os motivos, as categorias simbólicas, as figuras de linguagem, os procedimentos poéticos e; 2) os parâmetros musicais de criação (harmonia, melodia, ritmo) e interpretação (arranjo, coloração timbrística, vocalização etc). Na perspectiva histórica, essa estrutura é perpassada por tensões internas, na medida em que toda obra de arte é produto do encontro de diversas influências, tradições históricas e culturais, que encontram uma solução provisória na forma de gêneros, estilos, linguagens, enfim, na estrutura da obra de arte. Na canção, a sua 'dupla natureza' verbal e musical acirra o caráter instável do equilíbrio estrutural da obra (seja uma canção ou mesmo uma peça instrumental). Nesta perspectiva, a estrutura não contém em si todas as possibilidades de sua apropriação em outro momento histórico ou sob outros

> procedimentos de performance. (NAPOLITANO, 2002, p. 54, grifo do autor).

Concordando com o autor, é mister pontuar que o historiador, ao tomar uma canção como documento histórico, deve levar em consideração mais do que um único aspecto de análise, já que um documento musical possui, minimamente, mais de um elemento analítico. Há, por um lado, a possibilidade de conceber o documento a partir de sua forma textual, cujas análises devem ser pautadas de forma semelhante às dos documentos escritos e, por outro, há também a possibilidade de estudar a canção a partir de sua forma musical, levando-se em consideração o ritmo, a melodia, o arranjo e todos os outros elementos que compõem uma obra musical. Assim sendo, a estrutura total da música abre possibilidades de apropriação e leitura do momento histórico a qual ela representa, assim como amplia proporcionalmente o cabedal teórico e, sobretudo, metodológico do pesquisador.

Entretanto, há que se chamar a atenção para os cuidados que se deve tomar com relação à separação entre letra e melodia (ou verbo e música), pois, enquanto procedimento didático, é até válido e lícito fazê-lo, contudo,

> [...] deve-se ter em mente que as conclusões serão tão mais parciais quanto menos integrados estiverem os vários elementos que formam uma canção ao longo da análise. O efeito global da articulação dos parâmetros poético-verbal e musical é que deve contar, pois é a partir deste efeito que a música se realiza socialmente e esteticamente. Palavras e frases que ditas podem ter um tipo de apelo ou significado no ouvinte, quando cantadas ganham outro completamente diferente, dependendo da altura, da duração, do timbre e ornamentos vocais, do contraponto instrumental, do pulso e do ataque rítmico, entre outros elementos. (NAPOLITANO, 2002, p. 55).

Outro ponto a ser levado em consideração é o fato de que é comum a prática musical, tanto de compositores quanto de intérpretes, ser permeada de tempos e tradições múltiplos, o que faz com que a estrutura da canção tenda a ser conflitiva do ponto de vista histórico. Neste sentido,

> É preciso levar em conta aspectos descontínuos da história: a historicidade múltipla; a problematização dos valores de apreciação e das hierarquias culturais herdadas pela memória e pela tradição; a análise dos mecanismos sociológicos, a cultura política e musical de um período e sua influência no meio musical; o ambiente intelectual,

> as instituições de ensino e a difusão musical. O processo histórico tende a ser mais complexo do que o vício positivista de sucessão linear de 'datas-fatos-personagens', ou mesmo visão determinista de um tipo de marxismo que vê a cultura como um 'reflexo' da realidade 'mais real' (econômica e política). (NAPOLITANO, 2002, p. 63, grifo do autor).

Em linhas gerais, podemos dizer que o historiador que se utiliza de uma composição musical com vistas para a reconstrução de um período ou evento histórico deve se atentar, sobretudo, para três elementos-chave do estudo da composição: a recepção ou receptividade do público, a veiculação da música na mídia e sua consequente comercialização e a performance[5] ou ato performático do artista. Em razão dos objetivos deste artigo, não me aterei a todos esses elementos. Contudo, é necessário dizer que tomar os três aspectos para uma análise histórico-musical de um período constitui elemento primordial na pesquisa historiográfica, fato que procurei lançar mão no último subtítulo do texto, no qual ocorre o estudo da canção *Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones*, na versão interpretada pela banda gaúcha *Engenheiros do Hawaii*.

O desenrolar da Guerra

Antes de abordar propriamente a Guerra do Vietnã, é válido pontuar que esse conflito é um desdobramento da Guerra Fria (1945-1989) que vigia naquele contexto e dividia o globo em dois polos. Em linhas gerais, do lado ocidental o capitalismo e o imperialismo estadunidense dominavam e do lado oriental o socialismo se apresentava como alternativa político-econômica, capitaneado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Essa cisão do mundo em duas partes políticas opostas se fez presente na Alemanha, que logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi dividida em Alemanha Ocidental (capitalista, apoiada pelos EUA) e Alemanha Oriental (socialista, apoiada pela URSS); na Coreia,

[5] A performance configura um processo histórico-social na e para a realização da obra musical, sobretudo por ampliar as possibilidades de liberdade musical e criação do intérprete em relação às prescrições do compositor. Cabe ponderar que uma análise historiográfica da música não permite separar o ato performático do campo social, mormente nas canções de cunho popular, cuja experiência musical ganha sentido, como também do veículo comunicativo, pelo qual ela está formatada (FRITH, 1998 apud NAPOLITANO, 2002).

resultando na separação entre a Coreia do Sul (capitalista) e a Coreia do Norte (socialista) a partir de 1953; e também no Vietnã, conforme veremos adiante. Cabe ressaltar que na América o caso mais emblemático é o de Cuba, país que iniciou a revolução socialista em 1959 e se opôs ao imperialismo ianque desde então.

Nessa direção, a Guerra do Vietnã, ocorrida entre 1955 e 1975, representa plenamente os interesses imperialistas estadunidenses no contexto de Guerra Fria. Este foi, talvez, o principal conflito bélico, em termos de relevância política e econômica, ocorrido durante a Guerra Fria, pois sua importância *não está somente no fato de ter sido considerada a maior derrota já sofrida pelos Estados Unidos, mas também pelas consequências que ela provocou na política interna e externa norte-americana* (PEDROSO, 2015, p. 5). É importante destacar que o conflito se inicia na primeira metade da década de 1950, logo após o fim da Segunda Guerra e no limiar da Guerra Fria, tomando proporções belicosas por volta de 1965, quando os Estados Unidos intervêm militarmente no Vietnã ao enviar tropas para o país asiático.

Antes, porém, é relevante dizer que nos anos 1950 havia uma forte participação estadunidense na política vietnamita, sobretudo por apoiarem os franceses na exploração e colonização do Vietnã – iniciada ainda no século XIX. Cabe sublinhar que a história do Vietnã segue a mesma linha da dos outros países colonizados, tanto na Ásia e na África, quanto na América, na medida em que o país foi atravessado por ações imperialistas advindas das potências ocidentais e também orientais, caso da França, da China e do Japão. Assim,

> [...] a história do Vietnã, a partir de meados da Segunda Guerra Mundial, é marcada por séries de revoltas visando à independência do país. Os principais agentes dessas revoltas contra a dominação colonial foram as pessoas ligadas ao Viet Minh (abreviatura de Vietnã Doc Lap Dong Minh, que pode ser traduzido como Liga para Independência do Vietnã), grupo de orientação nacionalista e comunista, que, ao longo dos anos de 1945 a 1954, conseguiu livrar o Vietnã do domínio francês na chamada guerra franco-vietnamita [...]. Essa ação deixou o país dividido em dois: ao Norte ficou a República Democrática do Vietnã, sob controle Viet Minh, e ao Sul, o Reino Unido do Vietnã, sob a liderança de Bao Dai (auxiliado por franceses e norte-americanos). (PEDROSO, 2015, p. 6).

Foi em meio a esse cenário que o Vietnã, agora dividido em duas nações – ao Norte um país alinhado com os ideais socialistas e o Sul capitalista, conquistou a sua

independência política[6]. Entretanto a influência estadunidense permaneceu no país, sobretudo porque os Estados Unidos enxergavam naquela região um ponto estrategicamente importante para tentar barrar o avanço e a influência do socialismo na Ásia. Neste sentido, os norte-americanos deram apoio a Ngo Dinh Diem, que ao chegar ao governo transformou o Vietnã do Sul em uma república alinhada com os interesses e ideais capitalistas, sobretudo estadunidenses, e concomitantemente expulsou os franceses do país, o que assegurou a influência comercial e econômica norte-americana na região.

Vale ressaltar que Ngo Dinh Diem, apoiado e protegido pelo governo estadunidense, intensificou a perseguição aos opositores de seu governo, caso dos apoiadores do Viet Minh[7] e integrantes da Frente Nacional de Libertação do Vietnã (FNL), o que causou uma ampliação nos conflitos entre os dois Vietnãs (PEDROSO, 2015). É neste momento que o Vietnã do Norte, tendo o apoio mútuo da FNL e do Viet Minh, estrutura sua resistência e busca alinhamento com a URSS e com a China, países do bloco socialista euroasiático. Isso culmina na formação de forças de combate irregular, os guerrilheiros chamados de *vietcongues*, a quem irei me ater mais adiante.

No início de 1961, os Estados Unidos ampliaram sua intervenção no Vietnã: aumentaram a ajuda financeira dada ao país, sobretudo com o envio de mais armamentos e equipamentos militares, como também enviando tropas norte-americanas para treinar e comandar o exército local. Tudo isso resultou na derrocada do ditador Diem, que por volta de 1964 foi derrubado pelos próprios norte-americanos, os quais agora passaram a governar diretamente o Vietnã do Sul. Enquanto isso, a FNL aproveita a situação para promover uma grande ofensiva que resultou na morte de muitos soldados estadunidenses, sendo que:

> Em janeiro de 1965, iniciou-se a operação *Rolling Thunder*, na qual o Vietnã do Norte foi atacado por cinquenta caças bombardeiros dos Estados Unidos. Entretanto o Vietnã do Norte não foi invadido, só

[6] A independência do Vietnã não significou o rompimento com os interesses políticos externos, uma vez que tanto a divisão quanto a reunificação foram resultado de uma determinação imposta pela Conferência de Genebra, ocorrida em julho de 1954, e que foi assinada por vários países, à exceção dos Estados Unidos. Cf. PEDROSO (2015).

[7] O Viet Minh foi um movimento revolucionário de libertação nacional criado ainda no contexto da Segunda Guerra por Ho Chi Minh no ano de 1941, na China, com o intuito de alcançar a independência do Vietnã, que estava sob domínio francês desde o século XIX.

> bombardeado seletivamente. Isso deu início, oficialmente, à Guerra do Vietnã, que, a princípio, teve um amplo apoio da opinião pública norte-americana, pois era vista e divulgada como sendo um esforço para salvar os habitantes do Vietnã, e também o mundo, da crescente ameaça comunista. (PEDROSO, 2015, p. 8, grifo meu).

Era, agora direta e oficialmente, o início da guerra propriamente dita. Assim, em 1968 as forças norte-vietnamitas ocupam a capital do Vietnã do Sul, Saigon, em uma ação que ficou conhecida por *Ofensiva do Tet*. Essa ofensiva, cujas baixas nas tropas americanas foram numericamente relevantes, aliada ao fato da impopularidade dos Estados Unidos na guerra, encorpada pela mídia, obtiveram grande peso no contexto político e social e, consequentemente, na retirada dos norte-americanos do conflito no ano de 1975. Embora isso tenha acontecido, a guerrilha entre o Sul e o Norte do Vietnã se manteve até 1975, quando não mais resistindo ao avanço dos soldados norte-vietnamitas, o Sul capitula em 1976 – mesmo ano da reunificação do país, porém agora sob a égide do socialismo soviético e chinês. Nesta mesma perspectiva, Eric Hobsbawm comenta que:

> A Guerra do Vietnã desmoralizou e dividiu a nação, em meio a cenas televisadas de motins e manifestações contra a guerra; destruiu um presidente americano; levou a uma derrota e retirada universalmente previstas após dez anos (1965-75); e, o que interessa mais, demonstrou o isolamento dos EUA. Pois nenhum de seus aliados europeus mandou sequer contingentes nominais de tropas para lutar junto às suas forças. Por que os EUA foram se envolver numa guerra condenada, contra a qual seus aliados, os neutros e até a URSS os tinham avisado, é quase impossível compreender, a não ser como parte daquela densa nuvem de incompreensão, confusão e paranóia dentro da qual os principais atores da Guerra Fria tateavam o caminho. (HOBSBAWM, 1995, p. 192).

Portanto, com base em Hobsbawm (1995) e Pedroso (2015) é possível considerar que a Guerra do Vietnã significou não somente a divisão do país asiático em duas nações permeadas de ideologias antagônicas, mas, sobretudo, reverberou de modo contundente e no decorrer de duas décadas a ânsia estadunidense em se apropriar política e geograficamente de países localizados em posições “estratégicas”, como é o caso do Vietnã, para tentar barrar qualquer forma de “ameaça” socialista que pudesse interromper o processo de expansão política, ideológica e econômica da

hegemonia ianque. Na nação vietnamita essa tentativa de expansão foi vã e o avanço do capitalismo norte-americano capitulou em 1975.

A canção

Frente ao apresentado até aqui, aterei-me a partir de então, em razão dos objetivos e interesses propostos, à análise da canção *Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones*, tentando relacioná-la ao contexto da guerra e estudando elementos que possam servir de objeto para a pesquisa historiográfica, bem como para a elucidação e reflexão acerca do período em questão. O objetivo, neste momento, é buscar analisar na letra da canção as ideias do autor implícitas e explícitas a partir do contexto histórico e político em questão.

Era um Garoto não é uma canção brasileira, pelo menos não na composição inicial. Trata-se de uma canção italiana intitulada *C'era um ragazzo Che come me amava i Beatles e i Rolling Stones*, cantada por Gianni Morandi[8]. No Brasil foi adaptada pela banda paulistana *Os Incríveis*[9], na década de 1960, já no limiar da Guerra do Vietnã. No entanto, anos mais tarde ganhou destaque e popularidade na voz de Humberto Gessinger, vocalista da banda gaúcha *Engenheiros do Hawaii*. Cabe ressaltar que nesta mesma época havia a exportação da cultura estrangeira, mormente a estadunidense, para o mundo todo, inclusive para o Brasil. Assim,

> Foi em meio a esse contexto social que chegou ao Brasil um ritmo musical já muito difundido na Europa e nos Estados Unidos: o *rock*. Esse ritmo refletia grande rebeldia e tornou-se um meio de contestação [...]. Desta forma, os grupos brasileiros adaptavam o *rock* à nossa realidade, adicionando algumas características locais às letras, sendo indiferentes às normas padronizadas de comportamento da época (MEDEIROS, 1984, apud SANTOS, 2010, p. 36, grifo meu).

[8] Nascido em 1944 na região da Emilia-Romagna, na Itália, Gianni Morandi se popularizou como um dos expoentes da música *pop* italiana, ganhando espaço tanto em festivais de música quanto na televisão. No ano de 1966 lançou o *single C'era um ragazzo Che come me amava i Beatles e i Rolling Stones*, composto por Mauro Lusini e Franco Migliacci no mesmo ano. Após fazer sucesso e cair no gosto popular italiano, a música chega ao Brasil no ano seguinte pela banda paulistana *Os Incríveis*.

[9] *Os Incríveis* foi uma banda musical paulistana de *pop rock*, que esteve em atividade entre 1961 e 1973, e que fez sucesso durante o período da Jovem Guarda. A banda era formada por Domingos Orlando, o vocalista, Waldemar Mozema, Antônio Rosas Seixas, Luiz Franco Thomaz e Demerval Teixeira Rodrigues.

Nesta perspectiva, uma grande influência nas composições brasileiras foi a banda britânica os *Beatles*, sobretudo na década de 1960, cuja referência é feita juntamente com outra banda britânica, os *Rolling Stones*, na letra de *Era um garoto*. Convém dizer que a música, em sua letra, apresenta críticas à Guerra do Vietnã, principalmente no que diz respeito ao cerceamento de liberdade dos jovens soldados norte-americanos convocados pelo Exército dos EUA para fazerem parte das tropas que eram enviadas para lutar no Vietnã, na medida em que chega ao Brasil no auge da Guerra Fria e durante o conflito no Vietnã, e capitaneada pelos movimentos de contracultura busca debater as liberdades individuais e civis sobretudo dos jovens.

Nesse sentido, valendo-se da banda *Os Incríveis*, os integrantes do grupo aproveitaram o contexto histórico e político em que viviam para fazer as suas críticas, resultando na tradução, adaptação, rearranjo musical e gravação da canção nos idos de 1960. Segundo Flávia Rodrigues dos Santos (2010), *Embalados pelo sucesso dos Beatles na Inglaterra, Os Incríveis demonstraram com versos simples o quanto os jovens da época, por viverem em um contexto de repressão, buscavam a liberdade através da arte* (SANTOS, 2010, p. 38).

O período histórico de composição e gravação de uma música, quando tomada como objeto de estudo, tem uma importância ímpar no processo de análise, uma vez que está diretamente ligado à produção da canção e, portanto, às motivações e intencionalidades do(s) artista(s). Desta forma, apresento na sequência a letra da canção *Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones*, pela qual centrarei as análises na sequência do texto. Vejamos:

Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones
Composição: Mauro Lusini e Franco Migliacci (gravada por Gianni Morandi)
Letra original em português: *Os Incríveis*
Versão: *Engenheiros do Hawaii*

Era um garoto que como eu
Amava os Beatles e os Rolling Stones
Girava o mundo sempre a cantar
As coisas lindas da América

Não era belo, mas mesmo assim
Havia mil garotas a fim
Cantava Help and Ticket to Ride
Oh Lady Jane e Yesterday

Cantava Viva à Liberdade
Mas uma carta sem esperar
Da sua guitarra, o separou
Fora chamado na América

Stop! Com Rolling Stones
Stop! Com Beatles songs
Mandado foi ao Vietnã
Lutar com vietcongs

Ratá-tá tá tá, tatá-rá tá tá
Ratá-tá tá tá, tatá-rá tá tá
Ratá-tá tá tá, tatá-rá tá tá
Ratá-tá tá tá

Ra-tá-tá tá-tá, ra-tá-tá tá-tá

Era um garoto que como eu
Amava os Beatles e os Rolling Stones
Girava o mundo, mas acabou
Fazendo a guerra no Vietnã

Cabelos longos não usa mais
Não toca a sua guitarra e sim
Um instrumento que sempre dá
A mesma nota, ra-tá-tá-tá

Não tem amigos, não vê garotas
Só gente morta caindo ao chão
Ao seu país não voltará
Pois está morto no Vietnã

Stop! Com Rolling Stones
Stop! Com Beatles songs
No peito, um coração não há
Mas duas medalhas sim

Ratá-tá tá tá, tatá-rá tá tá
Ratá-tá tá tá, tatá-rá tá tá
Ratá-tá tá tá, tatá-rá tá tá
Ratá-tá tá tá

Ra-tá-tá tá-tá, ra-tá-tá tá-tá

Ressalto que a canção da banda *Os Incríveis* é apresentada, aqui, na versão gravada pelos *Engenheiros do Hawaii* por apresentar elementos convergentes à análise do período, já que sofre pequenas modificações em sua execução musical, mas que não interferem na essência da composição – caso da alteração na quarta

estrofe, por exemplo, do verbo brigar (na versão original) por lutar (na versão dos *Engenheiros*), fato que, por uma questão historiográfica, parece se adaptar melhor ao contexto de guerra. Assim, a letra traz como forma de protesto elementos que descrevem, tanto poética quanto historicamente, a realidade da vida cotidiana, permeada por subjetividades, de um garoto que, antes, uma pessoa livre, repleta de sonhos e inspirações, agora se vê no fronte de combate lutando contra inimigos nunca antes vistos e/ou imaginados, defendendo um ideal que não é seu, mas sim de uma política imperialista e inescrupulosa gestada pelo governo estadunidense da época, como podemos perceber nos seguintes versos:

> Era um garoto que como eu/Amava os Beatles e os Rolling Stones/Girava o mundo sempre a cantar/As coisas lindas da América/Não era belo, mas mesmo assim/Havia mil garotas a fim/Cantava Help and Ticket to Ride/Oh Lady Jane e Yesterday/Cantava Viva à Liberdade/Mas uma carta sem esperar/Da sua guitarra, o separou
> Fora chamado na América/Stop! Com Rolling Stones/Stop! Com Beatles songs/Mandado foi ao Vietnã/Lutar com vietcongs.

Percebemos nesses versos que o compositor, na condição de locutor, se insere no texto ao dizer “Era um garoto que como eu”, o que demonstra sua intencionalidade em explicitar que a imposição da perda da liberdade do jovem que “amava os Beatles e os Rolling Stones” é comum a todos os sujeitos que fizeram parte daquele contexto histórico, demonstrando que o acontecido não é um fato estanque e exclusivo, mas generalizante a todos que são convocados para combater numa situação de guerra. Portanto a música apresenta, ao longo de sua letra, uma alusão ao alijamento da liberdade e a perda da própria vida por parte da imposição do governo na convocação dos jovens soldados, *representando todos os jovens que perderam suas vidas durante a batalha: Ao seu país não voltará, pois está morto no Vietnã* (SANTOS, 2010, p. 38).

É importante frisar que a intencionalidade do artista quando assume a condição de escrevente concerne no empenho de construir um discurso pleno, permeado de coerência e coesão, elementos textuais fundamentais na compreensão da mensagem transmitida pelo emissor, cuja capacidade de satisfação dos anseios do texto possa ser alcançada, seja com o objetivo de impressionar, causar reflexão, ou convencimento no leitor/ouvinte (VAL, 1999). Sobre esse aspecto da comunicação

entre emissor e receptor, percebemos ao ler a letra da canção que a intenção do compositor é justamente a de causar essa reflexão e impressão em seu público, quase como um chamamento para fazer parte daquele coro, daquela crítica presente na música. Tanto que a música finaliza a primeira parte trazendo os elementos de combate na guerra, que substituíram a apreciação do jovem soldado pelas músicas inglesas por sons de metralhadora “Ratá-tá tá tá, tatá-rá tá tá”, tendo continuidade na segunda parte, reforçada agora pelo contexto pleno de guerra:

> Era um garoto que como eu/Amava os Beatles e os Rolling Stones/Girava o mundo, mas acabou/*Fazendo a guerra no Vietnã*/Cabelos longos não usa mais/Não toca a sua guitarra e sim/*Um instrumento que sempre dá*/*A mesma nota, ra-tá-tá-tá*/Não tem amigos, não vê garotas/*Só gente morta caindo ao chão*/Ao seu país não voltará/*Pois está morto no Vietnã*/Stop! Com Rolling Stones/Stop! Com Beatles songs/*No peito, um coração não há*/*Mas duas medalhas sim*.

Os versos em destaque (grifados em itálico) indicam a substituição da vida comum, de garoto/músico livre e sonhador, pela de soldado, que já não manuseia a sua guitarra, mas sim uma metralhadora, o qual já não mais ouve *Beatles* nem *Rolling Stones*, mas sons de rajadas de tiros, aquele que não vê garotas e sim corpos espalhados pelo chão, não voltará a seu país, pois não tem um coração pulsante e sim duas medalhas de honra ao mérito postas em seu peito, isto é, já não há mais vida, há somente um corpo trazido do Vietnã para ser homenageado nos Estados Unidos da América. Tudo isso converge para a realidade do período, a de perda da Guerra do Vietnã pelos norte-americanos, uma derrota que teve um custo alto não só em termos econômicos, mas sobretudo de não aceitação pela própria sociedade americana, conforme pudemos ver em Hobsbawm (1995). Segundo o mesmo autor, a morte na guerra representa, em termos políticos, apenas números, na medida em que:

> Diante dos canhões permanentemente fixos da Frente Ocidental estavam não homens, mas estatísticas — nem mesmo estatísticas reais, mas hipotéticas, como mostraram as ‘contagens de corpos’ de baixas inimigas durante a guerra americana no Vietnã. Lá embaixo dos bombardeios aéreos estavam não as pessoas que iam ser queimadas e evisceradas, mas somente alvos. (HOBSBAWM, 1995, p. 46, grifo do autor).

Nesta direção, é válido reforçar que do confronto com os *vietcongues* – como eram designados os combatentes da FNL que participaram da ação militar intitulada *Ofensiva do Tet*, conforme já visto – resultou, em seu decorrer, em milhões de vidas ceifadas, tanto entre as tropas estadunidenses, quanto com relação às vietnamitas – uma das estatísticas mais alarmantes do século XX no que diz respeito às mortes em confrontos militares.

> [...] os trinta anos de guerras do Vietnã (1945-75) foram de longe as maiores guerras, e as únicas em que as próprias forças americanas se envolveram diretamente em grande escala. Em cada uma delas, cerca de 50 mil americanos foram mortos. As perdas dos vietnamitas e outros povos indochineses são difíceis de estimar, mas a estimativa mais modesta chega a 2 milhões. (HOBSBAWM, 1995, p. 335).

Portanto, dado o contexto de produção, é possível considerar a canção como um ato de resistência à Guerra do Vietnã e uma crítica direta à imposição do governo dos Estados Unidos, à época presididos por Richard Nixon, na vida de um cidadão comum, jovem, ceifando-o de suas liberdades individuais, civis, políticas e sociais ao inseri-lo no fronte de combate para lutar por interesses alheios à sua vida, contra pessoas que jamais dela fizeram parte, mas que passaram a ocupar, naquele momento, um lugar de ameaça direta e total contra a sua vida, a qual se finda em conjunto com outros milhões de vidas tal como a própria ânsia imperialista estadunidense ao reconhecer sua derrota e retirar-se do Vietnã nos idos dos anos 1970.

Sob essa mesma ótica, é possível afirmar também que a canção propõe uma interação com a sociedade, na medida em que objetiva despertar a consciência das pessoas e mostrar o caos que se apresenta para o mundo em questão. Entretanto, sua assimilação pela sociedade só se torna possível a partir do momento que o público passa a ter conhecimento do contexto histórico e político global, no caso do Brasil, o qual é trazido para a letra, *pois o texto não se limita à disposição de letras e palavras escritas em um papel, mas numa construção de signos, representando e/ou expressando algum tipo de comunicação* (SANTOS, 2010, p. 39-40), neste caso, comunicando o contexto da Guerra do Vietnã (1955-1975) e os males causados, sobretudo aos “garotos” que por lá combateram.

Considerações finais

A importância de estudar história consiste em permitir ao indivíduo trabalhar o seu pertencimento a um determinado grupo social, de modo a reconhecer sua identidade social e cultural constituída no tempo-espaço. O passado não é inerte e acabado, pelo contrário, ele é movimento, é um processo permeado constantemente por mudanças, permanências e ressignificações. Nesta direção, este artigo buscou discutir o contexto da Guerra do Vietnã a partir do estudo da música *Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones* enquanto documento de análise historiográfica. Então foram compostas três fases de estudo.

Na primeira foram realizadas considerações sobre o estudo da história a partir da música enquanto fonte histórica. A segunda fase apresenta o contexto da guerra, bem como seus efeitos e consequências. E por fim é apresentada a análise da canção mencionada com vistas para a explicitação do cerceamento das liberdades do jovem em um contexto militar. Contudo, a problematização que se pretendeu fazer foi a seguinte: o que uma canção gravada no Brasil nos anos 1960 e popularizada nos anos 1990 pode dizer sobre a Guerra do Vietnã, gestada e protagonizada pelos Estados Unidos da América em território asiático?

Antes, porém, é importante reforçar que ao tomarmos a música como documento histórico, logo se percebe uma ampliação das possibilidades de estudo por parte do historiador, que ao dialogar com a composição musical, pode perceber aspectos implícitos na letra da canção, como as subjetividades do compositor/artista, o seu olhar acerca do evento narrado, as suas motivações ao compor a música e, obviamente, a mensagem a ser transmitida ao leitor/ouvinte/expectador. No caso específico da canção da banda *Os Incríveis* (regravada pelos *Engenheiros*), dentre os elementos percebidos ao longo desta pesquisa, podemos destacar: a imposição de um governo (o estadunidense) sobre a vida comum de jovens recrutados forçosamente para o combate, na ânsia por imperar sobre outros povos, aspecto comum durante a Guerra Fria; o cerceamento da liberdade individual desses jovens; a vida civil regida por interesses alheios, próprios de um estado militar/bélico; e a

substituição de sonhos, desejos e preferências culturais pelas armas e interesses do Exército e do governo norte-americano.

Assim, ao longo de toda a letra da canção há por parte do autor a intenção de alertar e buscar chamar a atenção de seu público para os eventos ocorridos entre norte-americanos e vietnamitas, sobretudo desejando o despertar de consciência para com o imperialismo ianque o qual ceifou a vida de milhões de pessoas (de ambos os lados) ao final do confronto. Portanto, cabe considerar ainda que é mister realizar uma pesquisa na qual se estabelece diálogo com outras fontes e se utiliza de um *corpus* documental mais amplo, uma vez que nos permite trabalhar não somente com as objetividades da história, mas, também, com as subjetividades presentes em documentos cotidianos, outrora considerados não oficiais, e que permitem ampliar olhares sobre os acontecimentos históricos. Vale pontuar também que apesar da relevância do tema em questão, a canção ainda é pouco explorada como objeto de análise historiográfica, o que abre a possibilidade de novas abordagens.

Referências

DAVID, C. M.; JANUARIO, A. A.; FAGUNDES, G. H. G. **Música**: uma ferramenta para o estudo da história. Franca: Camine, p. 1-11, 2010. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/viewFile/179/219>. Acesso em: 26 nov. 2018.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LETRAS de Músicas. **Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/engenheiros-do-hawaii/12886/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música**: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PEDROSO, R. A. A. **A Guerra do Vietnã e suas representações nas histórias em quadrinhos do Capitão América (1965-1970)**. Rio de Janeiro: Revista Contemporânea, v. 2, n. 8, p. 1-28, 2015. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/17%29%20Rodrigo%20Aparecido%20de%20Arau_jo%20Pedroso.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SANTOS, F. R. **O contexto sócio-político-cultural e a textualidade na música "Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones"**. Feira de Santana: Revista Graduando, n. 1, p. 33-43, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www2.uefs.br/dla/graduando/n1/n1.33-43.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ARTIGOS LIVRES

MADRUGA: EMPRESÁRIO OU VAGABUNDO? UM TATUADOR AMBULANTE NA BELLE-ÉPOQUE CARIOCA

MADRUGA: BUSINESSMAN MAN OR TRAMP? A WANDERING TATTOO ARTIST IN RIO DE JANEIRO'S BELLE-EPOQUE

Fernando Lucas Garcia de Souza[1]

RESUMO
O presente artigo analisará a crônica "Os tatuadores", presente na obra "A alma encantadora das ruas", de João do Rio, na qual o escritor carioca descreve o mercado ambulante de tatuagens que ocorre na região portuária da cidade. O autor retrata um Rio de Janeiro diferente daquele propagandeado pelos defensores da política de modernização de Pereira Passos, revelando uma cidade na qual um sem-número de sujeitos pobres procurava sobreviver, por vezes atuando em subprofissões ou atividades desprestigiadas. Entre essas atividades estava a de tatuador ambulante. É a partir da narrativa de João do Rio sobre Madruga, uma espécie de empresário de um mercado da marcação corporal, que procuraremos analisar o espaço ocupado por esses sujeitos na sociedade carioca da Belle-Époque.
PALAVRAS-CHAVE: Tatuagem; História; Rio de Janeiro; República Velha.

ABSTRACT
This article will analyze the chronicle "Os tatuadores", present in the work "A alma encantadora das ruas", by João do Rio, in which the writer describes the street tattoos market that occurs in the port area of the city. João do Rio describes a Rio de Janeiro different from the one defended by the enthusiasts of the modernization policy of Pereira Passos, revealing a city in which countless poor subjects try to survive, sometimes acting in subprofissions or discredited activities. Among these activities was the traveling tattoo artist. It is from the narrative of João do Rio about Madruga, a kind of businessman from a body marking market, that we will try to analyze the space occupied by these subjects in the society of Rio de Janeiro Belle-Époque.
KEYWORDS: Tattoo; History; Rio de Janeiro; Old Republic.

Introdução

Durante o século XX o Brasil presencia uma significativa transformação nas práticas e representações acerca da tatuagem. De um estigma associado à

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre em História pela mesma instituição (2018). Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS / CPTL (2016). Possui experiências de pesquisa nas áreas de História do Brasil Contemporâneo e Império, História Cultural e História Oral. Principais temas de pesquisa: História do Corpo, História da Tatuagem no Brasil e Identidades Culturais. Atualmente leciona as disciplinas de História Moderna Ie II, História Contemporânea I e História do Brasil Independente no curso EAD na Unigran.ne e desenvolve pesquisa de doutoramento como bolsista CAPES/CNPQ

criminalidade para um adereço corporal desejável, disponível no mercado das modificações estéticas. A essa problemática damos o nome de ressignificação da tatuagem.[2] Essa ressignifição, contudo, empreendida no curso daquele século – e intensificando-se na sua segunda metade – é resultado de transformações paulatinas na prática dos tatuadores, nos espaços de tatuar, nos corpos tatuados e nos discursos produzidos no interior da sociedade.

A produção historiográfica brasileira acerca da tatuagem é ainda bastante incipiente, e é possível afirmar que embora outras áreas das Ciências Humanas – sobretudo a Sociologia e a Antropologia brasileiras – pesquisem a tatuagem pelo menos desde o final dos anos de 1990, apenas na última década vemos a consolidação de pesquisas no campo da História sobre o tema[3].

Ainda assim, autores de outras áreas produziram levantamentos e recolheram fontes que permitiram o *pontapé inicial* para a escrita de uma história da tatuagem no Brasil, sendo importantes referenciais para reflexões preliminares, catalogação de fontes e norteamento de problemáticas acerca da história da tatuagem nacional.

É neste sentido que recomendamos a leitura de autores como Toni Marques e José Nava & Meton Neto, cujas publicações foram produzidas em contextos específicos e por meio de metodologias algo diferentes das da historiografia, mas que constituem indubitavelmente um rico material para uma análise inicial, constituindo-se elas mesmas em fontes históricas no trabalho do historiador.[4]

A fim de analisarmos a tatuagem no início do século XX momento no qual a prática é percebida a partir do prisma da marginalidade – que não é necessariamente resultante de sua associação à criminalidade, ao contrário do que o senso comum contemporâneo possa atribuir, mas antes por razão do lugar social ocupado pelos sujeitos participantes de seu universo, tanto na condição

[2] Para aprofundamento na hipótese da ressignificação, sugiro a leitura de publicações anteriores. SOUZA, F. *A questão da ressignificação da tatuagem; A infame arte da tatuagem*; *História da tatuagem no Brasil.*
[3]SOUZA, F. A infame arte da tatuagem; JEHA, S. Tatuagem no Brasil (no prelo).
[4]MARQUES, T. O Brasil tatuado e outros mundos; NAVA, J. NETO, M. Tatuagens e desenhos cicatriciais.

de tatuadores quanto de tatuados – pretendemos uma incursão na vida de Madruga, personagem de uma das crônicas-reportagens[5] de João do Rio.

É importante ressaltar que a tatuagem não é uma prática instaurada no Brasil apenas no século XX. Pelo contrário, é relatada tanto entre povos nativos como os Tupinambás e Kadiwéu, como entre os africanos escravizados, trazidos para o Brasil. Nestes últimos, a prática mais comum era a da escarificação – a produção de lacerações na pele, que ao cicatrizar em alto relevo formavam queloides, construindo intrincados desenhos que identificavam grupos de pertencimento. Malgrado a incipiência da historiografia brasileira na discussão do tema, é possível encontrar referências preliminares para futuras pesquisas sobre séculos anteriores por meio de autores como os já citados Marques, Nava e Neto. Contudo, retornemos ao Rio de Janeiro do início do século XX.

Um dos pseudônimos de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, ou Paulo Barreto, nascido em 5 de agosto de 1881, João do Rio se tornaria mais tarde famoso pela riqueza e peculiaridade com que suas crônicas abordavam a problemática da modernização pela qual o Rio de Janeiro passava durante a chamada *Belle-Époque*.

No texto que segue, procuraremos analisar a *atmosfera cultural* do Rio de Janeiro do início do século, a fim de compreender o eventual espaço da tatuagem e de sujeitos como Madruga nessa cidade em vertiginosa transformação.

Uma vez que nosso texto intenta problematizar a tatuagem e o ofício do tatuador sob perspectiva historiográfica, procuraremos submeter o texto de do autor a um tratamento analítico na condição de fonte, e confrontá-lo com a narrativa de historiadores como Sevcenko e Benchimol, acerca do Rio de Janeiro no período. Contudo, tal opção metodológica não nos restringe aos historiadores, nos aproximando também de análises produzidas pelo campo da literatura, objetivando que estas nos subsidiem a análise historiográfica.

[5] Conforme apontado por Sousa, João do Rio é um dos inauguradores do modelo híbrido de crônica-reportagem, na qual figuram tanto elementos literários quanto jornalísticos, de objetivo descritivo. SOUSA, P. *A problemática da narrativa de João do Rio,* p. 9.

Para tanto, analisamos o contexto sociocultural do Rio de Janeiro no início do século XX, em especial a maneira como se buscava *modernizar* a cidade por meio de uma ampla reforma, que mais do que arquitetônica, era também social. Como contraponto a essa modernização asséptica e antipopular, sobreviviam sujeitos como Madruga, empresário de um incipiente ramo da tatuagem. Apresentado como sujeito ambíguo, Madruga ora aparenta ser um empresário relativamente bem-sucedido, ora um vagabundo que transitava pela área desfavorecida da cidade, comportando-se, vivendo e sobrevivendo como a gente pobre. Afinal, quem era Madruga? Empresário ou Vagabundo?

O Rio de Janeiro burguês e o sonho de ser Paris

Na primeira década do século XX o Rio de Janeiro, então Capital Federal, passa por uma profunda remodelação. A fim de refletir as transformações de ordem política e econômica que vislumbravam inserir definitivamente o Brasil na modernidade, a cidade precisava ser reinventada, o que se fará não apenas do ponto de vista arquitetônico, como também por meio de uma reorganização das práticas, dos hábitos, das vestimentas e de uma reorganização social dos espaços urbanos.

Como aponta Nicolau Sevcenko, o cenário econômico no início do século XX era promissor ao Rio de Janeiro, uma vez que era intermediário privilegiado dos recursos econômicos provenientes do café, tornando-se sede comercial, financeira e do nascente setor industrial, concentrando a maior Bolsa de Valores do país, boa parte dos bancos internacionais e controlando as finanças nacionais, especialmente como sede do Banco do Brasil, além ainda de ser o maior centro populacional do país no período, o que tornava possível o oferecimento de um vasto contingente de mão-de-obra. Neste cenário, o progresso se tornara em "obsessão coletiva da nova burguesia", cuja imagem de desenvolvimento atrairia os investimentos estrangeiros. [6]

[6] SEVCENKO, N. *Literatura como missão*, p. 27.

Para Sevcenko, a materialização deste progresso era idealizada na transformação do Rio de Janeiro em uma nova Paris, o que promoveria a atração de capitais internacionais e imigrantes europeus, ambos afastados do país pelas sucessivas crises com que o início da República se deparara. Para isso, "era preciso pois findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com um a enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade e pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim".[7]

Este início de século é marcado ainda pela influência do pensamento científico na elaboração das políticas públicas, sobretudo a medicina higienista. Como aponta Jaime Benchimol, o início da República aspirava a possibilidade de uma reforma nas cidades promovida por meio de uma racionalização do espaço urbano, projeto para o qual o Rio de Janeiro seria o ponto de partida.[8]

Para Sousa, essa reforma – chamada sintomaticamente pelos cronistas da época de *Regeneração* – se inicia com a inauguração da Avenida Central, em 1904 e com a promulgação da Lei da Vacina. Lograr êxito quanto à política de demolição e reconstrução empreendida por Pereira Passos, que ficaria conhecida como *bota abaixo*, na qual os velhos casarões coloniais – símbolo da tradição imperial – deveriam ser demolidos, as ruelas tortuosas substituídas por amplas avenidas inspiradas nos bulevares parisienses e as praças adornadas com mármore, cristal e estátuas europeias[9], significava também afastar do cenário urbano – ao menos do centro da cidade – toda aquela gente indesejada, cuja imagem representava o contraponto do que a nova burguesia desejava ser. Neste sentido, era preciso dar fim aos cortiços insalubres que ocupavam a região central do Rio, alinhando-se à influência higienista desse pensamento político:

> Entre os fatores morbígenos sobressaíam as habitações, especialmente as "coletivas", onde se aglomeravam os pobres. Os médicos incriminavam tanto seus hábitos – ignorância e sujeiras físicas e morais – como a ganância dos proprietários que especulavam com a vida humana em habitações pequenas,

[7] *Idem*, p. 29.
[8] BENCHIMOL, J. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro, p. 234.
[9] SOUSA, P. A problemática da narrativa de João do Rio, p. 2.

> úmidas, sem ar e luz, que funcionavam como fermentadores ou putrefatórios, liberando nuvens de miasmas sobre a cidade. [10]

Gradativamente, nas primeiras décadas da República, a burguesia do Rio de Janeiro passaria a ditar, sobretudo por meio de sua imprensa, não só as novas modas e comportamentos, mas ainda os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima.[11]

A burguesia, influenciada pela imprensa correspondente de Paris, passa a se adaptar ao espaço urbano modificado, substituindo as antigas varandas e salões coloniais pelas largas avenidas, praças, palácios e jardins. O ritmo da modernidade se fazia sentir na "frenética agitação" de carros, charretes e pedestres, vendo nascer também uma vida noturna burguesa.[12]

No seio dessas mudanças uma verdadeira *febre de consumo* se desenvolve no Rio, a partir da qual promove-se um remodelamento nas vestimentas, agora com o estilo *smart* à moda, em substituição ao modelo sóbrio da vestimenta imperial. A burguesia nascente carioca ocupava paulatinamente o espaço central da cidade, remodelada à sua serventia. Mas a cidade não pertencia à burguesia.

Contrastando com todo esse ideal de *modernidade* havia um extenso contingente de pobres e desabrigados, cujos efeitos da reforma urbana foram a tentativa de sua supressão da paisagem central do Rio e sua expulsão para os subúrbios ou as nascentes favelas. É dessa gente, basicamente, que as crônicas de João do Rio se ocuparão, sobretudo no conjunto de textos que deram origem à obra *A alma encantadora das ruas*, na qual emerge uma série de sujeitos aos quais a modernização da cidade quis fazer sem rosto, destino ou direitos.

O Rio aos olhos de João

[10] BENCHIMOL, J., Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro, p. 240.
[11] SEVCENKO, N. *A capital radiante*, p. 522.
[12] SEVCENKO, N. *Literatura como missão*, p. 37.

A compreensão desse Rio de Janeiro em transformação, para o qual a ideia de progresso era norteadora não apenas das ações políticas como as reformas urbanas, mas também da incorporação ou recusa dos costumes passa por um veículo privilegiado de análise: a imprensa da cidade. Como aponta Eleutério, a chamada Primeira República e seu crescimento urbano promoveria a diversificação da imprensa, processo no qual a política mantinha seu destaque, mas abria-se espaço para "novos focos de notícia, fosse aquele do bordão republicano "O Brasil Civiliza-se" ou as diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso".[13]

Calcada no tripé: evolução técnica, investimento na alfabetização e incentivo à aquisição e produção do papel, a grande empresa editorial se destacará neste período, tornando a imprensa o principal veículo de comunicação nacional na Primeira República.[14]

Neste contexto as transformações nas grandes cidades, sobretudo o Rio de Janeiro, ganharão destaque nas páginas dos periódicos, enfatizando a já citada ascensão burguesa e sua reformulação do espaço urbano, orientada pelo o signo do progresso. Como aponta Eleutério, "A crença no progresso é destaque nas páginas dos jornais e revistas sob forma de crônicas, reportagens, entrevistas".[15]

Nessa atmosfera em que se respira modernidade, e na qual modernidade significa transformação intensa e veloz, a crônica se destaca. Nas palavras da autora, "a linguagem coloquial e a temática da crônica vinham ao encontro da agilidade exigida pela imprensa de periodização intensificada – diária, semanal, quinzenal, mensal. Segundo o clássico ensaio de Antonio Candido, aquele texto privilegiava acontecimentos de durabilidade efêmera".[16] Daí a importância de João do Rio na compreensão desse Rio em ebulição.

Repórter e cronista da *Gazeta de Notícias*, periódico inicialmente situado na "elegante Rua do Ouvidor" e que seria notório por seu distanciamento do debate político da época, exceto talvez por suas publicações acerca das ações

[13] ELEUTÉRIO, M. Imprensa a serviço do progresso, p. 83.
[14] *Idem*, p. 84
[15] *Idem*, p. 97.
[16] Ibidem.

do governo na reconstrução da então Capital Federal, nas quais oscilaram a crítica e o apoio ao Estado[17], Paulo Barreto – sob a identidade de João do Rio – concentrou-se na compreensão da imensa parcela da população carioca que fora excluída da modernização, aqueles a quem os efeitos da reforma urbana promovida pelo então prefeito Pereira Passos foram sentidos sob a forma da expulsão para os subúrbios e a crescente marginalização social.

As inovações produzidas por João do Rio vão além da introdução da já citada crônica-reportagem. De acordo com Maria de Lourdes Eleutério, ele se destacaria ainda pela presença constante de novas tecnologias da informação e comunicação, como a fotografia e o cinema. Mas o que nos interessa neste momento é outra de suas características: sua sensibilidade – embora permeada de certa simpatia progressista e condicionada ao mercado editorial – para captar a multiplicidade e a ambiguidade do cotidiano de um Rio de Janeiro em metamorfose. Como aponta Eleutério:

> Suas narrativas alteraram a forma da percepção da cidade e do texto, inovações caras ao escritor no contexto da virada do século XIX para o XX, e que vinham ao encontro do gosto da nascente imprensa empresarial. Em *A alma encantadora das ruas* reúne uma série de observações sobre suas andanças pela cidade em constante mutação. Descrevendo gestos e maneiras, radiografa a sociedade em transformações com seus novos tipos humanos.[18]

É importante que reconheçamos essa ambiguidade presente em João do Rio, para evitarmos o risco da m*itificação* do autor. Ao mesmo tempo que foi capaz de perceber outros sujeitos que não aqueles contemplados pelo progresso burguês que procurava dar o tom da vida social e monopolizar a utilização do espaço urbano, o cronista também atendeu aos requisitos de seu setor, como aponta Eleutério ao afirmar que suas crônicas se adequavam ao gosto da imprensa empresarial nascente.

Daí depreendemos o discurso cambiante de João do Rio, que algo sensacionalista, propõe-se a simultaneamente descrever com a objetividade esperada da reportagem e a subjetividade admirada na crônica. Ao descrever a

[17] PAULINO, F. *A pobre gente*, p. 13.
[18] ELEUTÉRIO, M. Imprensa a serviço do progresso, p. 96.

rua, o autor a afirma como a produtora de “celebridades e revoltas”, criadora de um “tipo universal feito de risos e lágrimas”, “de abandono e inédita filosofia”, simultaneamente sábio e ingênuo: o garoto.

A rua é também o lugar tanto da vagabundagem quanto do flanar, sua versão chique e aceitável, porque produzida por aqueles economicamente suficientes. Além disso, o espaço público é dotado de ambiguidade para o autor. Ora honesta, ora sinistra, ora nobre, pura e delicada, ora depravada e infame. É com essa cautela que precisamos compreender a percepção de João do Rio acerca da tatuagem de Madruga, nossa personagem. É essa ambiguidade da vida cotidiana e da “alma encantadora” das ruas que o autor descreve o sujeito que ora é apresentado como um *bon vivant*, dado aos prazeres da gente simples – e, portanto, imoral – ora apresentado como um hábil empresário capaz de fazer dinheiro em uma condição de exclusão e marginalidade social.

Em um contexto no qual o analfabetismo ainda predominava na sociedade brasileira e os produtos da imprensa equilibravam-se entre a satisfação do fiel público letrado e o arregimentar de novos consumidores – daí, por exemplo, a proliferação das imagens nos jornais e revistas – não se pode ignorar a intencionalidade da escrita e sua consequente forma de retratar a gente pobre da cidade. Ainda assim, João do Rio é fonte privilegiada quando objetivamos alguma compreensão das classes pobres na *Belle Époque*.[19]

O olhar do autor coloca em destaque aqueles espaços sujos e indesejados como as hospedarias da região portuária; as profissões ambulantes e deméritas como a dos tatuadores, entre os quais, Madruga, a figura que analisaremos. Há, portanto, por detrás da cortina da modernidade, um sem número de gente que precisava se valer das mais diversas estratégias para sobreviver em uma cidade que, cada dia mais, demostrava a insatisfação de tê-los em seu meio.

Em diálogo com Sevcenko, Sousa aponta que:

[19] Exemplo disso é o próprio ofício dos tatuadores e Madruga, em específico. Se poucos são os periódicos das duas primeiras décadas do século XX que dedicaram à tatuagem algo além de pequenas notas curiosas ou menções nas páginas policiais, o caso de Madruga é então indiciário. Se era de fato referência no ramo das tatuagens como faz parecer João do Rio, sua ausência nos jornais da época sugere que aos tatuadores se atribuía o desprezo comum ao das profissões ambulantes, tidas como subprofissões.

> A crise habitacional - incitada pelo desemprego crônico (o mercado não conseguia assimilar tamanha demanda), pelos baixos salários, os altos aluguéis e pelas demolições iniciadas em 1892 para a reforma do porto, culminando na febre demolitória que caracterizou o processo de Regeneração – introduz as hospedarias e casas de cômodos no cenário urbano, lugares denominados "infernais pandemônios", onde predominavam, segundo Alcindo Guanabara, "uma revoltante promiscuidade, dormindo frequentemente em um só leito ou em uma só esteira toda uma família" (apud: SEVCENKO, Nicolau, 1995, p.56). Esses abrigos eram mais uma opção para a população pobre, que também ocupava os subúrbios da cidade, incluindo-se aí os funcionários públicos de categoria subalterna. A grande maioria da população estava, portanto, condenada a uma vida difícil. Eram altos os índices de mendicância, desemprego e criminalidade.[20]

A cidade narrada por João do Rio, portanto, em muito difere daquela que outros cronistas como Olavo Bilac percebiam. Como aponta Quelhas:

> A "bela época carioca" (últimas décadas do século 19 e as primeiras décadas do século 20) imitou protocolos europeus, ao privilegiar a imagem de uma sociedade orientada pra o trabalho, ordenada, higiênica e bela, como haviam realizado as elites dirigentes em Paris e Viena. Não por acaso, portanto, o cronista dedica parte de suas crônicas às ocupações em processo de desaparecimento na cidade, as pequenas e já quase esquecidas profissões, um nicho de atividades em torno de migalhas.[21]

Nesta cidade em transformação, a região portuária "era tomada por uma multidão heterogênea – composta por negros, mestiços, portugueses e outros imigrantes – que trabalhavam e viviam ali.[22] A fim de dar a forma desejada – burguesa – a essa cidade que se remodelava, uma série de medidas foram tomadas, para além da reorganização arquitetônica. Como exemplo, uma campanha encampada pela mídia culminou na criação de uma lei que obrigava o uso do paletó e sapatos no Município Neutro, a fim de combater a "imundície injustificável" das camisas sem paletó e os pés descalços dos desprovidos. O projeto não passaria na segunda discussão do Conselho Municipal, mas cidadão chegaria a ser preso pelo "crime de andar sem colarinho".[23]

[20] SOUSA, P. A problemática da narrativa de João do Rio, p. 3.
[21] QUELHAS, I. A cidade nas crônicas de João do Rio, p. 7.
[22] BENCHIMOL, J. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro, p. 234-236.
[23] *Idem*, p. 33.

Junto a essas transformações, outra reforma foi paulatinamente tentada no Rio. A expulsão dos indesejados. Apoiada pela imprensa, uma perseguição aos "esmoleres, pedintes, indigentes, ébrios, prostitutas e quaisquer outros grupos marginais das áreas centrais da cidade". Entre estes grupos, houve a tentativa de exclusão também dos quiosques e barracas varejistas, das carroças, carroções e carrinhos de mão, além dos *freges*, restaurantes populares.[24]

Como aponta Sidney Chalhoub, para as classes pobres a vida na populosa cidade traduzia-se em "um futuro incerto, longas jornadas de trabalho e árdua competição para conseguirem uma ocupação como assalariados na indústria ou no comércio".[25] Neste cenário, o trabalho ambulante apareceria como alternativa ao desemprego e às jornadas extenuantes de uma classe operária nascente e ainda não coberta por uma legislação trabalhista.

A despeito da tentativa de Pereira Passos de combater essa modalidade de trabalho, que teria usado "de todo o rigor contra esses segmentos mais vulneráveis da população, para os quais o pagamento de licenças ou multas representava, muitas vezes, encargo insustentável"[26], o trabalho ambulante persistiria, e a oferta de diversos serviços na rua florescia e driblava com maestria este sistema repressor.[27]

Benchimol nos apresenta um mosaico de sujeitos pobres ocupando as ruas do Rio de Janeiro no início do século XX e ali se dedicando à variadas atividades:

> No começo do século XX, eram negros, mestiços e brancos, brasileiros e europeus, irmanados na condição de homens juridicamente livres – escravos, agora, de suas necessidades. Na obra de Luiz Edmundo (1938) colhem-se vívidos retratos de personagens desse universo: meninos vendendo jornais, negro fabricando cestas na calçada, vendedor de carvão puxando

[24] SEVCENKO, N. *Literatura como missão*, p. 33-34.
[25] CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim,* p. 111-112.
[26] BENCHIMOL, J. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro, p. 264.
[27] CHALHOUB, S. Trabalho, lar e botequim, p. 112.

> burros carregados, o português que toca os perus com a vara comprida...[28]

Este cenário multifacetado também não escapa à João do Rio, que descreve um Rio de Janeiro infestado de "pequenas profissões exóticas, produto da miséria ligada às fábricas importantes, aos adelos, ao baixo comércio".[29] Deliberadamente um *flaneur,* o autor passeava pela cidade interessado não apenas na modernização aburguesada e no desfrute do espaço urbano por essas camadas. O cronista percebia uma cidade na qual profissões "exóticas" emergiam como possibilidade de sobrevivência.

Em suas crônicas, o autor descreve a presença de vendedores de orações, de livros, pintores de rua, músicos ambulantes, caçadores de gatos que eram vendidos para serem servidos como coelhos nos restaurantes, e ainda os *urubus*, sujeitos que se apinhavam ao redor dos necrotérios para oferecer aos mais abastados coroas de flores, um luxo proibitivo à gente pobre. Afora essa diversidade de sujeitos, um grupo nos interessa em particular: os tatuadores ambulantes.

Sua crônica "*Os tatuadores*" inicia-se uma criança de aproximadamente doze anos, com "a roupa em frangalhos, os pés nus, as mãos pouco limpas e um certo ar de dignidade" oferecendo a um rapaz que por ali passava, o serviço de tatuagem ambulante. Após uma negociação do preço inicial de seis mil réis, ameaçada pela intromissão de um outro garoto, vindo do "quiosque da esquina" para oferecer o mesmo serviço em concorrência, acorda-se o valor. Em seguida, o autor afirma que o garoto realiza a tatuagem utilizando três agulhas embebidas em fuligem.[30]

O fragmento inicial da crônica de João do Rio nos permite uma série de indagações e inferências acerca do que significava a tatuagem no período, enquanto produto, método de produção e valor social.

Em primeiro lugar, há que se ter em conta o trabalho infantil. Trata-se de um período caracterizado pela ausência de uma legislação trabalhista que coibia

[28] BENCHIMOL, J., Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro, p. 263.
[29] RIO, J. A alma encantadora das ruas, p. 14.
[30] RIO, J. A alma encantadora das ruas, p. 17.

a prática. O contingente de crianças empregados na indústria era tal que, em São Paulo, Francisco Matarazzo chegaria a adquirir para uma de suas fábricas de tecido máquinas de tamanho reduzido, a fim de serem operadas por crianças.[31] Outros relatos, como os do próprio autor, apontam para crianças no trabalho ambulante, como um "pobre garoto, muito magro, com o pescoço muito comprido" que vendia orações pelas ruas do Rio.[32]

Para além do indício da ausência de uma preocupação com o trabalho infantil, o emprego de crianças nas ocupações ambulantes sugere ainda uma baixa importância dada a essas atividades, uma não especialização. A julgar pela descrição do jovem tatuador, com suas "roupas em frangalhos" e os "pés nus" – basta lembrar o esforço burguês para impedir a circulação de sujeitos descalços, citada por Sevcenko – indiciam a atividade de uma criança pobre. Por certo, uma vez que aos filhos de alguma posse a infância parece ter sido ocupada entre estudos, brincadeiras e o encaminhar dos planos futuros feitos pelos adultos – e a personagem de Bentinho em Dom Casmurro, de Machado de Assis, publicado em período próximo, ilustra a questão – o temido espaço da rua e o trabalho ali desenvolvido deve ter sido relegado de fato às crianças pobres. Como propõe Ferla:

> Espaço do perigo e do medo, a rua representava o ambiente moralmente insalubre por excelência, *imagem reversa do ideal estereotipado pela família moral e fisicamente higienizada*. *Caldo de uma cultura de vícios, das perversões, da marginalidade, a rua alimentava no imaginário popular a ameaça da perdição e do crime*. Esta associação da rua com o *mal* é antiga e quase universal, mas conheceu um desenvolvimento extraordinário com a industrialização e urbanização explosivas do século XIX.[33]

Não é difícil supor, portanto, ao considerarmos o esforço empreendido pelo governo de Pereira Passos em banir os ambulantes, somado ao perfil dos tatuadores descritos por João do Rio, tratar-se o mercado da marcação corporal de uma atividade desprestigiada, relegada a uma parcela da sociedade não absorvida pelo mercado formal. Contudo, a causa desse desprestígio era a baixa

[31] MOURA, E. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo, p. 264.
[32] RIO, J. A alma encantadora das ruas, p. 21.
[33] FERLA, L. *Feios, sujos e malvados sob medida*, p. 282. Grifo nosso.

remuneração? De que tipo exatamente de subemprego estamos tratando? Uma outra questão presente ainda no diálogo inicial da crônica nos provoca: quem eram os clientes desse mercado?

Para entendê-las, é preciso que esbocemos uma compreensão do elemento econômico, e a minúcia com a qual João do Rio descreve o cotidiano dos trabalhadores parece-nos propícia. O valor combinado pelo pequeno tatuador foi inicialmente de seis mil réis.

Em outra crônica, "*Os trabalhadores da estiva*", o autor descreve a atividade do estivador como remunerada entre 30 e 60 réis por saco carregado, sugerindo que aqueles que muito se esforçam, obtém o equivalente à dezesseis mil réis por dia. Complementa, contudo, dizendo que passam dias sem trabalho e pondera quantas corridas seriam necessárias para acumular a "quantia fabulosa". [34] Ao descrever ainda o trabalho na estiva de outro grupo, descreve que "trabalha-se dez horas por dia com pequenos intervalos para as refeições, e ganha-se cinco mil réis", afora um desconto de mil e quinhentos réis referente à diárias de estadia em um barracão e alimentação. O turno da noite é descrito como pagador de três mil e quinhentos réis até a manhã, "tendo naturalmente o desconto do pão, da carne e do café servido durante o labor". [35]

Kaio Goulart nos oferece uma possibilidade de comparação destes valores ao trabalho assalariado em um período próximo. Segundo ele, em 1913 um operário da sessão de máquinas no Rio de Janeiro recebia um salário médio de 109.700 réis – cujo montante de 80.492 era destinado à alimentação.[36] Supondo um trabalho mensal que excetuasse os domingos, o montante representa algo em torno de 4 mil réis diários.

Considerando a negociação do pequeno tatuador com seu cliente, descrita por João do Rio apenas alguns anos antes – a coletânea de crônicas é de 1908, os textos foram produzidos ente 1904 e 1907 – e ainda o trecho final da crônica, na qual o mesmo garoto afirma "ter feito" 12 mil réis naquele dia, supõe-se que o desprestígio talvez não provenha apenas do elemento

[34] RIO, J. A alma encantadora das ruas, p. 67.
[35] *Idem*, p. 70.
[36] GOULART, K. Trabalhadores contra a carestia de vida, p. 153.

econômico, visto que, sendo verídica a afirmação do garoto e não tratando-se de uma exceção, a condição econômica dos tatuadores ambulantes era difícil na mesma medida que a dos trabalhadores da indústria. Talvez não menos, porém não mais.

Outra contribuição da pesquisa de João do Rio nas ruas cariocas nos ajuda a compreender o valor das tatuagens no período. Ele afirma que os tatuadores possuem um preço tabelado para seu trabalho. Segundo o autor: “As cinco chagas custam 1$000, uma rosa 2$000, o signo de Salomão, o mais comum e o menos compreendido porque nem um só dos que interroguei o soube explicar, 3$000, as armas da Monarquia e da República 6$ a 8$, e há Cristos para todos os preços”.[37] Mais adiante, ao apresentar Madruga, ele afirma que o tatuador produziu mais de trezentas tatuagens apenas no mês de abril daquele ano.[38]

Não é necessário que confiemos piamente na contabilidade de Madruga – nem de que dela façamos auditoria, por outro lado – para que nos deparemos com cifras consideráveis. O negócio por ele coordenado, teria produzido algo em torno de 900 mil réis no mês citado, o equivalente à oito salários de um trabalhador da indústria – vale lembrar que a legislação do salário mínimo é posterior, firmada a partir da Lei n.º 185 de 1936, o Decreto-Lei n.º de 1938[39] – o que sugere não ser *necessariamente* o elemento econômico a constituir a condição marginal dos tatuadores ambulantes. A este respeito, nos detenhamos finalmente na figura de Madruga.

Madruga, empresário ou vagabundo?

A fim de construir sua perspectiva acerca da tatuagem, João do Rio teria feito uma imersão no universo dos tatuadores ambulantes. Passando um período de três meses na companhia de Madruga, João do Rio o descreve como sendo

[37] RIO, J. A alma encantadora das ruas, p.19.
[38] Idem, p. 18.
[39] LIMA, M. et al. O comportamento do salário mínimo desde sua instituição e uma análise do crescimento econômico brasileiro na década de 1990. P.2

o chefe local do negócio de tatuagens. Chefe tanto das crianças como de outros tatuadores ambulantes, sua atuação sugere uma rede de marcação corporal coordenada por esta espécie de *empresário da tatuagem*.[40] João do Rio aponta ter percebido, apenas na região portuária que incluía a Rua Barão de S. Félix, os arredores do Arsenal da Marinha, e as ruelas da saúde, mais de trinta tatuadores[41], entre eles – mas não exclusivamente, crianças entre dez e doze anos.

Como dito, a rede coordenada por Madruga teria realizado um total de trezentas e dezenove tatuagens em um mês, um número significativo. Tal número sugere uma demanda considerável, como sugere também que Madruga possivelmente era um dos responsáveis por *monopolizar* o negócio das tatuagens. Em outro trecho, João do Rio afirma uma rede organizada, quando propõe acerca da popularidade da prática entre as camadas pobres que, "para marcar tanta gente a tatuagem tornou-se uma indústria com chefes, subchefes e praticantes".[42] Contudo, Madruga é um sujeito significativamente mais complexo do que um empresário investindo em um ramo da economia informal.

Ao descrevê-lo, João do Rio faz emergir um sujeito que é "exemplo da versatilidade miriônima (inumerável) da tatuagem". Madruga, segundo João do Rio "tem estado na cadeia diversas vezes por questões e barulhos". A composição da frase de João do Rio, hábil escritor, não parece ter sido displicência. "Tem estado" sugere um trânsito constante, um ir-e-vir entre o estado de liberdade e o cárcere, *possivelmente* intermediado pela criminalização da vadiagem. [43]

[40] Na segunda metade do século XX, a tatuagem se caracterizará como uma prática de cunho artesanal, realizada pelo tatuador-artesão em seu ateliê, oferecendo um trabalho personalizado – se não na criação dos desenhos, na forma de inseri-los na pele – o que possivelmente contribuiu para a construção da aura artística que seria requerida pelos tatuadores contemporâneos. Curiosamente, na atualidade sujeitos similares a Madruga ressurgem, constituindo-se em verdadeiros *empresários da tatuagem*, detentores de estúdios com vários tatuadores ou mesmo de redes de estúdios que se tornam *marcas de grife*, atraindo um público consumidor disposto a pagar um valor por vezes acima de outros estúdios para ter uma tatuagem daquele local. São exemplos disso estúdios como o *Jack Tattoo*, *Tattoo You* e *Leds Tattoo*, em São Paulo.
[41] RIO, J. A alma encantadora das ruas, p.18.
[42] Ibidem.
[43] Ibidem.

Instituída após a abolição da escravatura, a criminalização da vadiagem visou a objetivação de medidas que obrigassem o trabalho, revisassem o conceito do termo e forjasse valores éticos novos para o trabalho, em substituição ao seu caráter vil e degradante do período escravista.[44] Como já apontamos anteriormente, é possível que a criminalização da vadiagem tenha contribuído paulatinamente para a inserção da tatuagem nos presídios, uma vez que, a partir de João do Rio, percebemos a tatuagem concentrada na região portuária, zona de trabalho intermitente e consequentemente, espaço no qual muitos sujeitos possivelmente foram detidos por pernoitar, na esperança de trabalho no dia seguinte.[45]

Ademais, Madruga era um sujeito da boemia. Nas palavras de João do Rio, nosso *empresário da tatuagem* era também um sujeito boa vida. O autor o descreve como alguém que "vive nas Ruas da Conceição e S. Jorge, tem amantes, compõe modinhas satíricas e é poeta".

Madruga sintetizava assim, os "pecados" que a nova burguesia carioca queria extirpar. Como aponta Sevcenko, os relacionamentos sociais no Rio de Janeiro da *Belle-Époque* passaram a ser dimensionados a partir do utilitarismo, resultando na condenação de comportamentos que se afastavam desse ideal. A seresta e a boemia foram condenadas, e neste sentido o violão se tornaria um elemento de estigmatização, visto como signo da vadiagem. O fim das pensões, restaurantes e confeitarias baratos e uma certa *gentrificação* do centro carioca funcionam como elemento de inibição da boemia.[46]

Circulando pela zona portuária e pelos espaços boêmios do Rio, os "barulhos e questões" que levaram Madruga à prisão possivelmente se associavam à sua vida de vagabundo. O vagabundo aqui, contudo, não se refere ao sujeito de má índole, necessariamente. Uso o termo em semelhança ao *flaneur* francês, àquele que vagueia pela cidade, perambulando em busca da satisfação, o que João do Rio afirma que Madruga encontraria no sexo, na música e na poesia.

[44] CHALHOUB, S., *Trabalho, lar e botequim*, p. 65.
[45] SOUZA, F. A infame arte da tatuagem, p. 36.
[46] SEVCENKO, N. *Literatura como missão*, p. 32.

A inconstância amorosa de Madruga não lhe impedia de render homenagens às amantes. Conforme João do Rio, enquanto andou ao lado de Madruga, o empresário-vagabundo teve três amantes, e tatuou as iniciais das três junto a um coração. Quando a paixão se esvaía, Madruga utilizava "leite de mulher e sal de azedas", furando novamente a pele e extraindo a pigmentação que dava forma às letras. Ele ainda descreve outras tatuagens de Madruga:

> Homem tão interessante guarda no corpo a síntese dos emblemas das marcações — um Cristo no peito, uma cobra na perna, o signo de Salomão, as cinco chagas, a sereia, e no braço esquerdo o campo das próprias conquistas. Esse braço é o prolongamento ideográfico do seu monte de Vênus onde a quiromancia vê as batalhas do amor.[47]

O Madruga descrito por João do Rio, portanto, é um sujeito que se parece com o Rio de Janeiro em que vive. O Rio de Janeiro de Madruga não é o da nova burguesia que procurava monopolizar o espaço público e reformular a cidade para seu proveito.

O Rio de Madruga é aquele que resistia à essas investidas, é o Rio que vivia uma inflação populacional considerável, contando já em 1906 com mais de 500 mil habitantes – para se ter noção as outras grandes cidades brasileiras, São Paulo e Salvador, tinham pouco mais de 200 mil habitantes cada[48] – na qual um sem número de sujeitos de diversas origens equilibrava-se entre a absorção pelo mercado de trabalho formal, um persistente mercado informal e ainda o mundo das atividades ilícitas – incluindo-se aí a prostituição. Era esse, basicamente, o universo de clientes de Madruga, como aponta João do Rio, não sem deixar transparecer uma conotação algo *lombrosiana*, típica da imprensa de seu tempo:

> entre os *atrasados morais*, e nesses atrasados a camada que trabalha braçalmente, os carroceiros, os carregadores, os filhos dos carroceiros deixaram-se tatuar porque era bonito, e *são no fundo incapazes de ir parar na cadeia por qualquer crime*. *A outra, a perdida, a maior, o oceano malandragem e da prostituição* é que me proporcionou o ensejo de estudar ao ar livre o que se pode estudar na abafada atmosfera das prisões. A tatuagem tem nesse meio a significação do amor, do

[47] RIO, J. A alma encantadora das ruas, p.19.
[48] BENCHIMOL, J. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro, p. 244.

> desprezo, do amuleto, posse, do preservativo, das ideias patrióticas do indivíduo, da sua qualidade primordial.[49]

Considerações finais

A curta análise de "*Os Tatuadores",* presente na obra "*A alma encantadora das ruas*" de João do Rio, nos permite vislumbrar um Rio de Janeiro diferente daquele que se modernizava em ritmo acelerado. Contrapondo-se a esse Rio, persistia aquele outro, o das classes pobres, da marginalidade e do trabalho ambulante. É neste *outro Rio* que encontramos Madruga, espécie de empresário da tatuagem e boêmio.

O que João do Rio nos sugere acerca dessa peculiar figura das ruas cariocas da *Belle-Époque*, é que Madruga é produto e produtor de seu meio. Um sujeito não muito diferente de seus clientes, marginalizados por um Rio de Janeiro que não acolhia a totalidade de seus habitantes no seio da modernização.

Nesse contexto Madruga parece ter se adaptado para sobreviver. Tanto pessoalmente, por meio das práticas censuradas como a música, a poesia e uma vida livre no amor, quanto profissionalmente, estabelecendo-se como uma espécie de empresário em um dos muitos ramos do comércio ambulante da cidade: a tatuagem.

Cercada de um estigma que contrariava a idealização de modernidade pretendida pela burguesia do Rio de Janeiro, visto que se associava tanto à suposta sujeira física – da inserção de produtos de qualidade duvidosa, via processo não asséptico – quanto à suposta sujeira moral – uma vez que a tatuagem marcava e diferenciava o corpo da gente pobre, marginal, cuja decadência moral era justificada e justificava a pobreza material – Madruga soube fazer da tatuagem, prática ambulante e desprestigiada, seu meio de subsistência e resistência a uma cidade que parecia convidá-lo a se retirar de seus espaços públicos ou submeter-se à rotina do trabalho formal e mal pago.

[49] RIO, J. A alma encantadora das ruas, p.19.

Neste Rio de Janeiro que se aburguesava e fazia da tatuagem uma prática marginalizada, Madruga parece ter sido um sujeito que desafiou a imposição de vender-se como mão-de-obra no cais ou em uma indústria que pagava significativamente menos do que seu grupo parecia faturar nas ruas, além de descompassar na valsa dessa modernidade que tentava impor seu ritmo burguês à diversão e ao prazer dos indivíduos, incluindo na lista de convidados somente aqueles a quem o progresso material abraçara. Madruga era empresário, madruga era vagabundo.

Referências

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro*. In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, Vol. 1*: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim:* o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2018.

FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida*: a utopia médica do biodeterminismo. São Paulo: Alameda, 2009.

GOULART, Kaio César. *Trabalhadores contra a carestia de vida:* apontamentos sobre a historiografia dedicada aos estudos dos movimentos sociais de 1913 e 1917 na cidade do Rio de Janeiro. Aedos n. 13 vol. 5. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

LIMA, Marcos Sena Matos; et al. *O comportamento do salário mínimo desde sua instituição e uma análise do crescimento econômico brasileiro na década de 1990.* Ilhéus: UESC, 2014.

MOURA, Esmeralda. *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo*. *In*: DEL
PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1999.

PAULINO, Fernanda Mansilia. *A pobre gente:* as crônicas de João do Rio no jornal e no livro. Dissertação. Mestrado em Letras – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. São José do Rio Preto: UNESP, 2014.

QUELHAS, I. *A cidade nas crônicas de João do Rio.* Cadernos do Tempo Presente. Edição n. 07. São Cristóvão: UFS, 2012.

RIO, João. (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

____. *A capital radiante*: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau. A História da Vida Privada no Brasil. São Paulo, Cia das Letras. 1998

SOUSA, Patrícia de Castro. *A problemática da narrativa de João do Rio:* crônica ou reportagem? XI Congresso Internacional da ABRALIC. São Paulo: USP, 2008.

SOUZA, Fernando Lucas Garcia. *A infame arte da tatuagem*: transformações e ressignificações da prática em contextos urbanos brasileiros. Dissertação. Mestrado em História – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2018.

____. A questão da ressignificação cultural da tatuagem. *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades*, nº 15, nov-maio, 2017.

____. *História da tatuagem no Brasil*: corpos, técnicas e espaços em transformação. Curitiba: Editora UFPR. (no prelo)

ARTIGOS LIVRES

A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA AS BASES POSITIVISTAS DO DIREITO NACIONAL EM MARTINS JÚNIOR

THE CONSTRUCTION OF THE REPUBLIC THE POSITIVIST BASES OF NATIONAL LAW IN MARTINS JÚNIOR

Flávia Braga[1]

RESUMO: No Brasil, enquanto as discussões pela construção da república foram da propaganda pelo novo regime à formatação dos novos códigos legais, o positivismo foi uma das teorias mais adaptadas e reinterpretadas no contexto próprio do imperialismo no país. Dentre os intelectuais que mais contribuíram para sua propagação no Brasil está o líder do movimento republicano do Norte, José Isidoro Martins Júnior. Este artigo tem como objetivo principal uma análise pontual da obra *História do Direito Nacional* (1895) por Martins Júnior, síntese de suas aulas enquanto professor e formador da elite que pensaria os novos códigos legais, cujo conteúdo pode auxiliar nas interpretações de como o conjunto de crenças sobre a 'Europa civilizada' influenciou na formação da República Brasileira.
PALAVRAS-CHAVE: Positivismo; República; Direito; Civilização.

ABSTRACT: In Brazil, as the advertising for the new politics changed into the making of new legal codes, the positivism was one of the most adapted and reinterpreted in the imperialist context in the country. One of the thinkers that most contributed to its propagation in Brazil was the North republican leader, José Isidoro Martins Júnior. This article has as main goal, the analysis of 'História do Direito Nacional' (History of National Law) (1895) by Martins Júnior, synthesis of his work as teacher and leadership of the new generation that would think the new legal codes, helping to understand how the belief holding group of 'civilized Europe' has influenciated the formation of Brazilian Republic.
KEY-WORDS: Positivism; Republic; Law; Civilization.

> Como as ideias influentes de uma sociedade não ficam nos livros, mas ganham as salas de aula das escolas e universidades, inspiram programas de governo, dão o mote para os artigos dos jornais, estimulam o que é dito nas TVs e o que é discutido em todas as conversas entre amigos nos botequins país afora, então estamos lidando com a forma como toda uma sociedade se percebe e age em conformidade a isso. Isso não é pouco. Afinal, toda decisão prática e concreta, em qualquer área da vida, é motivada por uma ideia ainda que normalmente esta se mantenha implícita e não articulada (SOUZA, 2017, p.108)

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da UFPE com o tema "A ciência como fé, a república como razão: a trajetória de Martins Júnior e o ideal da Ditadura Positivista (1875-1904)". Mestre com o tema "Ditadura, Abolição e República: a propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889)". Professora da rede municipal de ensino da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes-PE. Contato: flaviabrunabraga@gmail.com.

Ao ler *A Elite do Atraso* de Jessé de Souza concomitante à pesquisa desenvolvida para este artigo, uma inquietação metodológica provocou o tema deste trabalho: por que nos inspiramos quase sempre na Europa para medir nosso índice de "progresso"? Por que costumamos acusar Portugal (ou sua colonização) como o início da corrupção brasileira? De onde vem essa fixação em buscar as raízes dos nossos males? Jessé de Souza apontou uma contínua trajetória das teses de Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder* (1958) e Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) como rastro da intelectualidade brasileira que nos direciona para uma "síndrome do vira-lata" que nos inferioriza diante da Europa e outros "civilizados". Em várias passagens do livro, porém, ficou a pergunta: mas de onde veio essa síndrome? Obviamente, este é um tema que requer várias teses (no plural mesmo), porém propõe-se um retorno ainda maior: a influência em longo prazo do positivismo na formação da intelectualidade brasileira.

A proposição deste tema não é inédita[2], faz parte de um conjunto de trabalhos no Brasil que contestam a suposta "derrota" do projeto político positivista em 15 de novembro de 1889. Muito além do lema da bandeira, o positivismo enraizou suas teses nas faculdades, nas escolas e na imprensa – e esta tríade não é por acaso, mas fez parte simultânea na vida de vários positivistas – e exerceu sua influência na forma como "a sociedade se percebe e age". James Morris Blaut, geógrafo estadunidense, ao analisar o processo de difusionismo da Europa na concepção de 'civilização avançada', destaca

> Livros didáticos são uma importante janela da cultura; mais do que livros, eles são posicionamentos semioficiais de como a elite formadora de opinião quer que a juventude desta cultura acredite ser verdade sobre o passado e presente do mundo. Como vimos, livros didáticos americanos e europeus afirmavam que a maior parte do progresso histórico ocorria ou originava na Europa (BLAUT, 1993, p.6)

Por influência de Jessé de Souza e pensando a importância dos manuais utilizados em sala de aula no processo formativo da república no século XIX após

[2] Indico a leitura da tese: SUPERTI, Eliane. Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil. Tese de doutorado. UFSCar, 2004.

a leitura de Blaut, analiso a obra de José Isidoro Martins Júnior, *História do Direito Nacional*, utilizada por décadas na formação de gerações intelectuais brasileiras, inclusive as gerações de Raymundo Faoro[3] e Sérgio Buarque de Holanda[4] citadas por Jessé. A nossa intelectualidade, ainda que não autopercebida, tem uma construção ideológica profundamente marcada pelo positivismo e isso é fundamental para entender o "viralatismo" (e o autoritarismo) brasileiro tão combatido por Jessé de Souza. De forma alguma o positivismo esgota essa análise, mas a sua percepção enquanto influência de longo – bem longo – prazo na formação da nossa elite é indispensável para se compreender a República que temos hoje.

O século XIX é comumente elencado como o século de consolidação mais 'agressiva' do pensamento imperialista europeu. Foi neste momento que a justificativa da superioridade europeia sobre o resto do planeta ganhou ares 'científicos', relegando todos os não-europeus a uma posição atrasada, infantilizada ou, até mesmo, bárbara do processo civilizatório. Esta posição, chamada por James Blaut de 'difusão clássica' do eurocentrismo foi tão violenta que convencia boa parte dos 'marginalizados' da própria condição de atraso, adentrando a forma de pensar e agir perante seus algozes, vistos como salvação para sua própria evolução (BLAUT, 1993, p.25). Em uma análise sobre a influência desta visão oitocentista sobre a obra de Karl Marx, Edgardo Lander explica a importância da 'comprovação científica' da época, que muito orienta na própria interpretação das obras de José Isidoro Martins Júnior para o Brasil

> O fato de que Marx dedicasse a maior parte do seu esforço intelectual para demonstrar cientificamente essas teses principais [sonho de liberdade e felicidade, sentido da história] [...] tem relação com o predomínio do cientificismo no clima intelectual europeu ocidental da segunda parte do século XIX. É tal a preeminência dos paradigmas do conhecimento das ciências naturais nesse ambiente intelectual, que se faz quase obrigatório demonstrar que as teses que se defendem não são

[3] Raymundo Faoro foi formado em direito pela UFRS em 1948, um dos estados em que o positivismo foi profundamente enraizado nos cursos jurídicos. Em 1941 a obra de Martins Júnior foi reeditada durante o governo Vargas, período em que Faoro ainda estava na universidade no estado natal de Getúlio.

[4] Sérgio Buarque de Holanda também foi formado em direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1925, no Rio de Janeiro, outro estado que teve uma intensa influência do positivismo nos cursos jurídicos.

> meras opiniões ou especulações filosóficas, mas sim proposições científicas respaldadas por uma ampla documentação empírica (LANDER, 2006, p.212)

De forma bastante semelhante, esse clima científico-opinativo foi muito importante para as produções de positivistas no Brasil. O desafio aqui não era aceitar o 'atraso' do Brasil, mas como superá-lo. É bastante significativo que o dogmatismo do suposto atraso não era contestado, havia-se a certeza de que o Brasil era inferior à Europa. Como diz James Morris Blaut, o processo colonizador europeu no século XIX é tão agressivo que por volta de 1870 o eurocentrismo não era mais contestado pelos intelectuais da época (BLAUT, 1993, p.22). O que realmente fazia as discussões políticas e filosóficas pegarem fogo no Brasil do século XIX, especialmente dentro do republicanismo, era saber se tínhamos *alguma chance*. Dentre esse meio dos esperançosos, porém presos à visão eurocentrista, está Martins Júnior, partidário das 'ideias apaixonantes do século XIX' (LANDER, 2006, p.213): o progresso, ciência, desenvolvimento progressivo das forças produtivas, industrialismo, verdade e felicidade através da abundância. Dipesh Chakrabarty, historiador indiano que em seu livro *Provincializing Europe* trouxe reflexões sobre esse processo global do eurocentrismo para a intelectualidade indiana, afirma que o século XIX os legou dois 'presentes': o historicismo e a ideia de política. Tais presentes, também encontrados na intelectualidade brasileira que pesquiso, demonstram a abrangência deste imperialismo. Em suas palavras

> Historicismo permitiu a dominação europeia sobre o mundo no século XIX. Grosseiramente, pode-se dizer que foi uma importante forma de ideologia do progresso e do desenvolvimento que começou no século dezenove em diante [...] Nas colônias, legitimou a ideia de civilização [...] Ao fazer isso, converteu a própria história numa versão de 'Sala de Espera'. Todos nós estamos indo na mesma direção, Mill disse, mas algumas pessoas chegam primeiro que outras. Isso foi o que a consciência historicista era: uma recomendação para que os colonizados aguardassem (CHAKRABARTY, 2007, p.7)

Do outro lado do globo, as palavras de Chakrabarty fazem sentido até mesmo para a construção da República no Brasil. Completamente inseridos na lógica imperialista do século XIX, a intelectualidade brasileira adaptou e buscou explicações para seu 'atraso'. Martins Júnior, dentro deste complexo sistema de

crença, assim como outros naquele momento, acreditavam nesta 'Sala de Espera', mas a passividade não era a palavra de ordem. Como adaptar uma teoria estagnante numa política nacional que mudava a cada dia?

"NINGUÉM FANATIZOU PERNAMBUCO E O NORTE MAIS QUE MARTINS JÚNIOR"

Martins Júnior era partidário de um projeto político específico para a República brasileira: a Ditadura Positivista. De acordo com os *positivistas ortodoxos não-apostólicos*[5] como ele – derrotados nos aspectos mais relevantes da Constituinte de 1890 – o ditador (aqui no sentido de "aquele que dita" e não no sentido militarista) deveria centralizar o poder executivo e legislativo, porém descentralizando a administração nos níveis municipais e estaduais. O poder legislativo, além da 'sabedoria' do líder, deveria ser deliberado em conjunto com a população, através de plebiscitos e referendos, assim como avaliado por associações coletivas distribuídas na sociedade. Para os positivistas, o valor mais importante da República deveria ser o direito de retirar do poder os líderes que não atendessem os requisitos do bem estar comum.

No período da propaganda – 1870 a 1889 – as divergências entre os projetos de república levaram a uma polarização crescente entre os chamados "liberais" e os "positivistas", especialmente com a eleição de Quintino Bocaiúva como "suposto" chefe do republicanismo nacional em 1889. Há uma grande lacuna na historiografia brasileira para analisar o Quinze de Novembro à luz de um "golpe preventivo" dado pela liderança liberal contra os positivistas, mas a questão é que a construção da república estava longe de ser definida em 1889 (MELLO, 2007, p.228).

[5] Utilizo este termo para identificar um grupo específico de positivistas que havia no Brasil desde a época da propaganda (1875-1889). Este grupo não era ligado ao Apostolado Positivista, porém defendia a Ditadura e o culto à ciência, diferenciando-se, portanto, dos chamados 'positivistas heterodoxos' que utilizavam o positivismo como sinônimo de cientificismo, racionalidade e livre saber. Estes últimos não defendiam o positivismo no seu sentido político-religioso (visão dos ortodoxos). Podem ser considerados 'positivistas ortodoxos não-apostólicos' Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Silva Jardim, etc. Além de defenderem a Ditadura Positivista, este grupo esteve em constante correspondência e articularam conjuntamente um projeto alternativo (e derrotado em grande parte) para a República no Brasil.

Martins Júnior foi uma notória liderança do movimento republicano do Norte e ainda mais especificadamente, em Pernambuco. Apenas na província, participou diretamente de 48 jornais entre 1875 e 1892, tendo sido chefe de vários, mas especificadamente da *Ideia Nova* (1880), *Folha do Norte* (1883-4), *O Norte* (1889), *Jornal do Recife* (1891-92) e *Gazeta da Tarde* (1892). Sua produção jornalística se inicia ainda na infância, mas não se sabe a idade exata do seu primeiro jornalzinho republicano escrito à mão na cidade do Cabo junto com Luiz Porto Carrero (MARTINS, 1905, p.XXXIV). O que se tem confirmado é que, já aos 15 anos, divide a produção de *O Progresso* junto com Belisário Pernambuco e Francisco Campello (NASCIMENTO, 1966, p.47-62), havendo informação de que teria começado aos 12 anos em *A Verdade* (MOREIRA, 1916, p.26). Sua passagem durante a faculdade foi agitada, pois já com 18 anos era líder do movimento estudantil republicano. Ateu convicto, negou-se a jurar o altar e o trono na sua formatura, tendo se tornado um ícone entre os mais jovens, que o cortejaram nas ruas do Recife (MOREIRA, 1916, p.60) o que lhe tirou a distinção (láurea) como retaliação da Faculdade (MARTINS, 1905, p.XXII). Além da sua produção em jornais, Martins Júnior é o fundador da Poesia Científica no Brasil, cujo estilo poético é, essencialmente, unir a fé na ciência com a proposição política. Foi responsável pelos livros *Estilhaços*, *Visões de Hoje*, *Poesia Científica, Retalhos, Tela Policroma* e outros. Sua poesia é combatente e um tanto desleixada nos aspectos métricos em razão da espontaneidade com que eram produzidas em discursos políticos (MOREIRA, 1916, p.83) (MARTINS, 1905, p.XXXII). Por sua atuação literária, fundou a Academia Pernambucana de Letras e foi nomeado para a Academia Brasileira de Letras.

Sua atuação como liderança republicana era também combinada com a liderança abolicionista. Esteve presente em clubes abolicionistas, tendo sido o Clube Martins Júnior o único a admitir expressamente a participação de escravos como sócios, mulheres e jovens positivistas (CASTILHO, 2008, p.157). Junto com Aníbal Falcão e outras lideranças, formava a linha de frente da Comissão Central Emancipadora, órgão que arregimentou os diversos clubes abolicionistas pernambucanos (ALONSO, 2015, p.266). Fundou, conjuntamente com outros

republicanos, o Centro Republicano de Pernambuco e, posteriormente, o Partido Republicano de Pernambuco.

Por sua intensa atuação tanto republicana quanto abolicionista, Martins Júnior, apesar de formado com notoriedade, não conseguiu sobreviver do direito. Aprovado em primeiro lugar em duas das três vezes que fez concursos para lente da Faculdade de Direito do Recife, sempre foi preterido em lugar dos concorrentes monarquistas. Martins Júnior viveu durante boa parte do período da propaganda com recursos financeiros escassos, sobrevivendo de aulas particulares das mais diversas matérias, chegou a pedir emprego e favores ao governo. Sua família, mais modesta que ele, dependia do seu auxílio "e – é necessário que não se esqueça – Martins Júnior era um moço pobre, sem amigos bem colocados na política, contando apenas com o seu grande talento muito culto e suas raríssimas qualidades de caráter" (MOREIRA, 1916, p.40-61). Ele foi, portanto, um intenso doutrinador, um professor em todos os aspectos da sua vida[6].

Com a República, José Isidoro Martins Júnior consegue alcançar a tão sonhada disciplina na Faculdade de Direito do Recife, negada a ele três vezes. Assumiu o posto de Chefe de Polícia junto com a República, depois se tornou fiscal do Banco Sul-Americano (MARTINS, 1905, p.XXIV). Como lente catedrático, fundou a disciplina História do Direito Nacional a pedido de Benjamim Constant, demonstrando a importância e a ligação de um projeto positivista comum para essa matéria na formação das próximas gerações. Sua posição de influência ainda se destacava por ter sido, ao mesmo tempo, legislador pela Câmara dos Deputados (estadual e federal), diretor da Faculdade de Direito do Recife, chefe do *Jornal do Recife* (2º periódico de maior circulação

[6] Na verdade, até a proclamação da República, a atuação profissional de Martins Júnior será quase sempre em salas de aula. Pode-se mesmo dizer que ele era muito mais professor do que foi jurista. Exerceu a cadeira de francês da Escola Propagadora da Boa Vista e interinamente a de História Natural. Teve, por vários anos, um curso noturno de direito aos alunos do 1º ano no colégio dos irmãos Porto Carrero. Também exerceu nesta escola a cadeira de filosofia e francês. Foi nomeado para a cadeira de História do Curso Anexo da FDR. Além disso, prestou concurso para lente da Faculdade de Direito por três vezes antes de 1889. Mesmo após a Proclamação, permaneceu no magistério superior, como professor catedrático da disciplina (criada por ele) de História do Direito Nacional, na Faculdade de Direito do Recife (THEOTONIO FREIRE, A CULTURA ACADÊMICA, 1904, p.58-9).

do estado de Pernambuco) e a liderança política dos 'republicanos históricos' que controlavam parte da política estadual. A perseguição a sua atuação política continuou quando foi reeleito em 1898 para a Câmara Federal, tendo seu diploma cassado na degola comum da época. Campos Salles chegou a lhe oferecer uma cadeira no Supremo Tribunal Federal, mas recusou por não estar em acordo com suas ideias políticas então (MOREIRA, 1916, p.66). No Rio, Martins Júnior continuou com sua atuação universitária, sendo professor da mesma disciplina de História do Direito Nacional na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais (MARTINS, 1905, p.XXVIII)

Para a juventude da época, Martins Júnior era sua liderança absoluta naqueles anos, tendo se devotado de corpo e alma para a republicanização do Brasil (NASCIMENTO, 1966, p.49). A frase que dá título a este tópico foi escrita por Graça Aranha em 1931, justamente no momento de ascensão de Getúlio Vargas ao poder[7], rememorando sua juventude no Recife no período da propaganda (ARANHA, 1931, p.161). Apesar de ser um sectário fervoroso do positivismo, Martins Júnior sempre deixou posicionamentos claros acerca dos 'empréstimos' que tirava da Europa, como será mostrado a seguir. Uma das suas biografias, escrita por Rangel Moreira em 1916, chegou a finalizar a obra com a seguinte expressão: "De tudo que acabo de expor, não se vá, entretanto, concluir ter sido Martins Júnior um pensamento em absoluto escravizado às ideias que pairavam no ar, nem um sectário de Tobias sem traços de independência" (MOREIRA, 1916, p.31).

LONGE DO SONHO DA REPÚBLICA

Enquanto Martins Júnior elaborava a História do Direito Nacional travava intensa batalha política contra dois inimigos políticos: José Mariano – seu nêmesis desde a Abolição – e o então governador de Pernambuco, Barbosa Lima. Nos anos precedentes à publicação, Martins Júnior fundou e liderou o

[7] Há inúmeros trabalhos publicados na década de 1930 sobre o movimento positivista de propaganda republicana, entre eles: (DORNAS FILHO, 1936), (MENDONÇA, 1938), (LIMA, 1939). Há ainda a edição publicada da proposta de Constituição do regime ditatorial positivista proposto por Miguel Lemos e Teixeira Mendes – com endosso dos parlamentares positivistas da Constituinte de 1890 – feita após a Revolução de 1930, em 1934.

Batalhão Seis de Março em favor a Floriano Peixoto na Guerra Federalista entre 1893-4. Positivista ferrenho, Martins Júnior defendeu a liderança de Floriano, enxergando nele a atuação de um possível Ditador, contra o qual se opunha José Mariano.

Quando a República foi proclamada, o poder não passou imediatamente para a ala 'histórica' sob liderança de Martins Júnior, este primeiro foi alocado como Chefe de Polícia. Porém, com uma atuação junto à corte e por meio de alianças, alcançaram o poder em 1890 através de Albino Meira e Ambrósio Machado, dando o tom da Constituinte pernambucana. A partir de então, o poder legislativo será território de Martins Júnior, onde terá bastante influência, visto que três grupos se engalfinhavam para formar a república: os violões (republicanos históricos); lorotas (conservadores) e deletérios (liberais) (PORTO, 1986, p.18). Além do domínio legislativo, da chefatura de polícia, de boa parte da imprensa, Martins Júnior tinha também o domínio da Faculdade de Direito, onde se tornou diretor logo depois.

Em 1891, por meio de uma 'revolução', os republicanos históricos conseguiram alcançar o poder estadual com mais força, retirando o governador conservador por meio de uma guerra sangrenta, com muitos mortos e feridos. O período da Junta Governativa, cuja orientação de liderança era Martins Júnior, foi o momento de maior prestígio e força do grupo histórico. Neste exato momento Martins Júnior se torna diretor da Faculdade de Direito, permanecendo até meados de 1893. Durante o período da Junta, os históricos dissolveram o Congresso Estadual, fizeram uma devassa das contas públicas e nomearam prefeitos no interior. Abriu-se um regime de exceção entre 1891 e 1892 onde a liderança de Martins Júnior era quase absoluta (PORTO, 1986, p.36-39).

O golpe contra o poder dos históricos, mas notoriamente contra Martins Júnior, foi a nomeação de Barbosa Lima (uma pessoa sem qualquer ligação com os grupos que estavam se enfrentando) por Floriano Peixoto. Durante o governo de Barbosa Lima, Martins Júnior e seu grupo foram colocados na oposição e ferrenhamente combatidos. Dono de parte da imprensa e presidente da Câmara dos Deputados, a briga entre Martins Júnior e Barbosa Lima descambou na

Revolução de Triunfo em 1892[8], de onde sai preso e tem seu jornal *A Gazeta da Tarde* fechado por "divulgar boatos alarmantes" (MOREIRA, 1916, p.46). Todo o período de governo de Barbosa Lima será uma guerra ferrenha entre ele e Martins Júnior. O primeiro acusa o Congresso de tramar sua deposição e o segundo acusa o Governador de tramar a dissolução do Congresso. Tal período é comumente visto como o 'caos' da república em Pernambuco (PORTO, 1986, p.60-62).

Com as desilusões políticas durante o governo de Barbosa Lima e tendo-se 'exilado' do seu habitat de propaganda, Martins Júnior abandonou sua produção poética e jornalística durante os anos que pensou a parte jurídica. A *História do Direito Nacional* em 1895 e o *Compêndio Geral da História do Direito* em 1898 estão diretamente relacionadas ao período de desilusão política pessoal, mas de reflexão sobre a condição do Brasil. São obras da última fase da sua vida, já maduro e experiente. Adepto do positivismo político e, no campo jurídico, da doutrina sociológica de Rudolf Von Ihering[9], considerava o fim do direito a garantia das condições existenciais da vida social mediante da força coercitiva do Estado. A desilusão, mais uma vez em sua vida, o fez escolher argumentos que reforçassem uma mudança brusca na forma como a República era pensada.

A HISTÓRIA DO DIREITO NACIONAL

A disciplina de História do Direito Nacional nas faculdades brasileiras foi criada com a República. José Isidoro Martins Júnior foi seu fundador, bem como

[8] Também conhecido como Movimento Patriótico de Triunfo. O que aconteceu naquele ano e acabou em guerra era o fato de que Barbosa Lima, utilizando-se supostamente da Constituição, alega que os prefeitos nomeados pelo então Governo Provisório – liderados pelos republicanos históricos sob comando de Martins Júnior – seriam retirados por não terem sido eleitos diretamente. Entretanto, ao invés de convocar novas eleições (pois a razão era justamente não terem sido os prefeitos eleitos), Barbosa Lima nomeia seus próprios interventores. Como os republicanos históricos eram os antigos chefes de Estado e, querendo manter sua base municipal, declarou que aquilo era um golpe. Martins Júnior foi acusado de incitar e se corresponder com os prefeitos e as lideranças do sertão pernambucano, oferecendo apoio ao movimento armado de resistência à Barbosa Lima (o que veio a se confirmar).

[9] Jurista alemão muito influente na Faculdade de Direito do Recife. Von Ihering é conhecido por sua obra-prima *A Luta pelo Direito* (1872), onde afirma que o direito é um organismo vivo, ativo, não é imutável, está constantemente se transformando em razão da luta de classes, dos indivíduos, do poder estatal. Defende o positivismo imperialista e na função pacificadora do direito. O objetivo principal do direito é a busca da paz. Lembrar que o positivismo é uma teoria de resolução de conflitos e harmonia social, onde o Estado é o árbitro dos direitos e deveres de todos.

seu livro foi pensado para os estudantes de direito no Brasil que passariam a ter esta disciplina como componente obrigatório no 4º ano do curso de Ciências Jurídicas a partir daquele momento. Por essa razão, a obra *História do Direito Nacional* foi além de uma tese isolada de um jurista brasileiro, mas foi pensada e montada para formar a nova geração de legisladores. A obra é, antes de tudo, um manual didático para ser usado nas salas de aula das faculdades, sendo a base da disciplina, sua própria matriz curricular.

Curiosamente – mas não tanto – esta obra será reeditada durante o Estado Novo, sendo relançada em 1941, assim como durante a Ditadura Militar em 1966. Como bem aponta Eliane Superti (2004) e Ângela Alonso (2002), o governo Vargas era marcado por fortes traços positivistas e durante seu governo muitas obras do século XIX foram reeditadas e usadas nas universidades. Durante a Ditadura, quando as forças imperialistas aqui faziam (fazem) seu paraíso, houve uma reaproximação com os temas positivistas do século XIX. Apesar de Jessé de Souza não ter feito essa associação, o livro por ele combatido *Os Donos do Poder* de Raymundo Faoro, cita diretamente a obra de Martins Júnior aqui trabalhada[10], demonstrando que não é mera força de expressão dizer que há uma continuidade da influência positivista no processo formativo da nossa intelectualidade ainda hoje. Em sua 'advertência prévia' deixa claro que Martins Júnior tinha propósitos mais abrangentes para a obra.

> Empreendido e executado, principalmente, para acudir as necessidades dos alunos que, nas faculdades oficiais e livres da República, fazem o curso de ciências jurídicas; ele aspira, entretanto, a uma circulação mais extensa, a um acolhimento mais amplo (MARTINS JÚNIOR, 1895, p. IX)

A proposta específica da obra *História do Direito Nacional* aparece logo nas suas primeiras linhas. Criar uma "história positiva" do Direito "inexistente" do Brasil independente, ou mais, "renovar o milagre bíblico: extrair um mundo do nada" (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.X). É importante ressaltar aqui, entretanto, que 'independência' naquele contexto era dupla: de Portugal e da monarquia. A

[10] E ainda cita Alexandre Herculano e Oliveira Martins em várias passagens, utilizados em grande escala por Martins Júnior.

proposição dada, então, para a criação de uma teoria da história das leis brasileiras partia, porém, de uma interpretação dentro dos parâmetros 'científicos' positivistas: onde estamos no curso do progresso mundial? Qual a posição do Brasil em relação às nações 'civilizadas'?

Diferentemente de algumas literaturas sobre a intelectualidade do século XIX no Brasil[11], que analisa essa releitura do pensamento europeu no país como um fator pessimista e condenatório, José Isidoro Martins Júnior é um dos que tem esperança na renovação da pátria. Toda sua obra é um esforço de pensar a história brasileira com as lentes 'científicas' do positivismo francês e utilizá-la, principalmente, para uma possível superação do passado e expectativa do futuro. Deve-se ter em mente, portanto, que a obra é uma tentativa de convencimento da importância de um governo forte e legislador, capaz de mediar os conflitos e garantir a harmonia social. Logo na abertura da segunda parte do livro, intitulado "época embriogênica", percebe-se a sutil esperança que Martins apregoa

> Aqui saltava do útero fecundíssimo da América a promessa de uma grande pátria, destinada a reproduzir em breve espaço todo o complicado e brilhante processo da evolução humana, a abrigar no seio de suas terras e sob o dossel de suas matas virgens *todas as maravilhas industriais das velhas civilizações*, abrigando ao mesmo tempo no cérebro de seus filhos todas as grandezas da ciência e todos os esplendores da arte (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.129, destaque meu)

Dividida em duas partes principais (Época dos Antecedentes e Época da Embriogênese) a obra tem clara influência da Lei dos Três Estados de Augusto Comte e da teoria hegeliana, com uma sutil inferência da última etapa a porvir. É nessa sutileza que se encontra o que Dipesh Chakrabarty citado na introdução chama de 'Sala de Espera' dos não-europeus, pensamento consolidado no século XIX cuja crença no progresso chegaria inevitavelmente para todos os povos, desde que 'aguardassem' sua vez (CHAKRABARTY, 2007, p.8). Para

[11] Especialmente *Os Bestializados*, de José Murilo de Carvalho (1990) e *O Espetáculo das Raças* de Lilian Schwarcz (1993) por serem os mais conhecidos. Suas teses são fundamentais para entender a profundidade do clima intelectual do fim do século XIX no Brasil o que permite dizer que o posicionamento de Martins Júnior se inseria dentro deste contexto, porém com exceções ao pessimismo tão comum que nos inferiorizava – e condenava – diante da Europa.

Martins, a evolução deveria, necessariamente, caminhar sobre os trilhos das 'velhas civilizações' em direção à 'indústria', pois indústria é progresso. Não há espaço no seu pensamento para pensar o progresso para além da trajetória trilhada pelos europeus. Para o movimento republicano positivista brasileiro, entretanto, a passividade em 'esperar' não era bem a orientação predominante. Em artigo nos jornais positivistas *A Opinião* e *A República* publicado em Recife, Martins Júnior responde às críticas que foram feitas, já naquela época, ao comportamento 'passivo' que o historicismo parecia apregoar

> Façamos a propaganda das nossas ideias, das grandes ideias filhas do futuro: nós os que não sabemos ser pávidos e indiferentes! Preparemo-nos para o grande dia! [...] já uma vez dissemos aqui, do alto da nossa consciência de cidadãos: - doutrinemos! (A OPINIÃO, 11-12-1879)
>
> Se é certo que o Brasil caminha necessariamente, forçosamente para o governo republicano, é igualmente certo que nós não devemos em toda essa manifestação da evolução limitar-nos ao papel de simples e desinteressado observador. Devemos ir ao encontro e com nosso contingente abreviar-lhe a marcha. É forçoso, se temos patriotismo. (A REPÚBLICA, 11-8-1882)

Partindo das influências do positivismo francês, do evolucionismo spenceriano e da teoria de Darwin, Martins Júnior defende analisar as sociedades e, em especial, o Brasil como uma sociedade-organismo: evolução junto à marcha da História, desde a sua "infância" à vida "adulta", como se o próprio Direito tivesse vida – e consequentemente, morte – num processo ininterrupto de adaptações e sobrevivência (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.15). Em uma de suas passagens, demonstrando a "organicidade" do direito, ao comentar sobre a separação entre a lei e a religião nas sociedades 'primitivas' destaca

> ...Mas gradativamente e dia-a-dia se vai diferenciando, especializando, individualizando. Destaca-se pouco a pouco da placenta comum e arroja-se para a vida como um ser independente, autônomo, dispondo de vida própria. Dá-se o caso muito conhecido dos naturalistas, da reprodução por cissiparidade (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.21)

Com base na teoria spenceriana, cuja aplicação do evolucionismo à sociedade é bastante ressaltado por Martins, a conclusão a ser retirada era de

que o Brasil precisava se desligar da sua "placenta" no Direito, ou seja, das amarras que ainda nos ligavam a Portugal, buscando nossa "reprodução por cissiparidade" com a República.

Divergindo do seu mentor jurídico, Tobias Barreto, cujo centro filosófico foi direcionado para a valorização da cultura germânica, Martins Júnior retoma a cultura romana na influência nacional do direito. Tal orientação está intimamente ligada a uma pretensão política em prol do positivismo, que tinha em Roma seu exemplo máximo da Ditadura a ser pensada para o Brasil[12]. Quando James Morris Blaut comenta sobre o "Túnel do Tempo" histórico (BLAUT, 1993, p.5), cuja toda a história do mundo parece ter caminhado em conjunto, vemos claramente como isso se reproduz no pensamento de Martins. Para ele, a 'grande árvore ariana' que nasceu no Himalaia e 'acompanhou aparente diuturna do sol' trazendo à Europa a 'raça mater' e alguns resquícios das 'primitivas instituições religiosas e sociais do tronco comum' se ligou à 'razão de Estado' e ao 'pensamento coletivo' dos romanos, devendo-se, *portanto*, necessariamente estudar o direito nacional brasileiro *a partir* de Roma e dos germanos (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.29-30).

A trajetória dos 'antecedentes' nacionais liga-se da Roma à França, principalmente no ponto confluente dos séculos XII e XIII, onde supostamente o direito 'romano', 'germânico' e 'canônico' se misturaram para formar o Direito Moderno (leia-se o direito francês) (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.51). É bastante curioso que a escolha por determinados autores e obras feitas por José Isidoro Martins Júnior levem, justamente, à valorização da nação que orienta seu positivismo (França), bem como sua pretensão republicana (Roma). É interessante como Martins Júnior desconsidera veementemente a influência árabe na trajetória dos nossos 'antepassados' jurídicos, mesmo que eles tenham muito mais presença na história de Portugal, preferindo os 'povos arianos do Himalaia' a admitir qualquer influência concreta de povos muçulmanos na

[12] Especialmente em seu aspecto que colocava o ditador como aquele que 'dita' a vida em sociedade, organizando as leis sem ferir a constituição. Na visão dos positivistas, ditadura não tem o termo pejorativo militarista que atribuímos hoje.

trajetória brasileira. Comenta rapidamente sobre a ausência de direito dos iberos, celtas, fenícios, gregos e cartagineses, porém faz questão de dizer que

> Sobre os moçárabe parece ser uma iniludível verdade que eles não influenciaram o Direito na província. Seguindo o exemplo do já citado professor Esmein, que para estudar a história do direito francês partiu da romanização da Gália, é da romanização da *Espanha* que vamos partir para fazer a história do direito *português* (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.60, grifo meu)

E assim, sem qualquer argumento, Martins Júnior rechaça todos os povos que fizeram parte da Península Ibérica e concentra seu argumento unicamente nos romanos. Mas sua clivagem vai além. Uma de suas interessantes escolhas de fontes está no rechaço ao pensamento de Teófilo Braga – tão positivista quanto ele – para adotar os argumentos de Alexandre Herculano como base para analisar a história de Portugal.

> Não concordamos com Teófilo Braga quando afirma nas suas 'epopeias da raça moçárabe' que 'o domínio romano não exerceu nenhuma influência orgânica no território português'. Acreditamos, ao contrário, que tudo nos revela, desde os fenômenos econômicos até os eloquentes momentos históricos da antiguidade, a profunda pegada do Povo-Rei [os romanos] na argila inda fresca do país, subtraído aos cartagineses [.] como quer que seja, o fato é que a legislação goda, quer romanizada, quer germanizante, superintendem, no departamento jurídico, toda a atividade dos povos hispânicos, mesmo através e após a invasão sarracena e preponderância dos árabes (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.63-71)

Numa passagem sobre os forais, Martins Júnior discorda da tese de Braga em que esses foram fruto da insurreição popular, concordando com Herculano pela "concessão pacífica" dos reis (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.79-80). Como vem se argumentando ao longo deste artigo, as escolhas argumentativas de Martins Júnior estão longe de ser mera idolatria europeia, mas sugerem uma política específica no Brasil. Ele, propositadamente, nega os argumentos que indicam 'insurreições', 'motins', 'revoltas' para sustentar a importância dos líderes 'sábios' e 'bondosos', pois era esse o eixo central do pensamento positivista no Brasil. A defesa da ordem é fundamental. Em artigo para o jornal positivista *O Democrata*, Martins Júnior deixa claro um posicionamento que parece ecoar décadas a frente

> [...] nada mais falso do que atribuir à república esse caráter eminentemente e exclusivamente revolucionário [...] nenhum governo mais que a república respeita a propriedade legitimamente adquirida, e que, pelo contrário, a verdadeira compreensão dos fenômenos sociais leva-a a não gravar de impostos exorbitantes a fortuna particular para não diminuir a riqueza nacional, a receita do Estado [...] São, portanto, as classes conservadoras que se devem convencer – hão de convencer-se por fim – que a república será organizadora e ordeira, protetora do trabalho, moralizadora, humana e digna. Que será exatamente o contrário do Império, o qual tem sido o anarquizador, o desmoralizador, o sofista. (O DEMOCRATA, 14-2-1880)

A conclusão sobre a escolha deliberada de argumentos que justifique a 'ordem' já foi feita por Ângela Alonso acerca desta Geração de 1870, que optou deliberadamente em evitar teorias revolucionárias, tais como o marxismo socialista e utópico presentes na Europa nesta mesma época (ALONSO, 2002, p.333). Martins Júnior, quando ainda tinha 15 anos, foi um dos editores que assinava o jornal positivista *O Progresso*, circulante no Recife, demonstrando a mesma ideia

> [...] Deus quer o mundo converso num céu de liberdade e perfeição, e é por isto que aparecem os anjos do evangelho, os apóstolos da ciência, os irmãos da crença, - os que pensam e ensinam a pensar – e os que realizam a profecia de todos os tempos com a absoluta negação dos princípios contrários à natureza filosófica, ao transcendentalismo da razão, ao absolutismo da ciência e à vitaliciedade literária. Estes ao menos não são utopistas ou inquisitórios, são reformistas e paladinos da sociedade. (O PROGRESSO, 20-9-1875)

E, cinco anos mais tarde, já liderança reconhecida enquanto bacharel na Faculdade de Direito do Recife, no jornal positivista *Ideia Nova* publicado junto com Clóvis Beviláqua (o mesmo que depois fará o Código Civil de 1916):

> [...] a nova geração, a mocidade incorrompida das academias, das escolas, que à semelhada das transfusões de sangue puro no corpo dos cadáveres, está no caso de injetar no seio do país a alma vastíssima do futuro. Agora, aquilo que eu reputo como o único remédio possível na crise que atravessamos: o trabalho, o esforço coletivo, unânime, severamente majestoso da propaganda moderna, que se dessedenta nas fontes da experiência e da observação, que traz por lábaro a metodologia profundamente arquitetada da concepção filosófica de Augusto Comte. (A IDEIA NOVA, 15-5-1880).

Os argumentos de Martins Júnior tendem à ideia do 'ditador sábio' que 'guiará' a nação para uma harmonia social. É clara, pela sua trajetória de vida e atuação política até então, que Martins Júnior se enxergava neste papel. Em torno deste pensamento há o reforço da 'infantilidade' da população negra e indígena brasileira. O 'elemento negro' e o 'aborígene americano' desconhecem as regras do direito 'branco' e, portanto, devem ser considerados incapazes de se regerem, sendo considerados dentro da lógica da 'proteção' do Estado[13].

Para reforçar a noção de 'centralização' – base da Ditadura Positivista e essencialmente em oposição à proposta federalista então dominante no Brasil – Martins Júnior busca na estrutura legislativa colonial do país as divergências entre a 'feudalização' das capitanias e o Governo Geral criado pela Coroa. Em defesa deste último, considera as capitanias hereditárias uma transplantação "anacrônica" da Idade Média para o Brasil, em desacordo com a evolução histórica que deveria ter nos colocado na Renascença (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.168-173).

Toda a influência do pensamento imperialista preponderante no século XIX, a que James Blaut indica haver convencido até mesmo os nativos colonizados da inevitabilidade histórica da marcha do progresso (BLAUT, 1993, p.25), tem um valoroso exemplo na passagem do livro desde a formação europeia do direito nacional brasileiro para o processo colonizador português. Diferentemente do que Raymundo Faoro trás, em *Os Donos do Poder*, tão criticado por Jessé de Sousa, Martins Júnior se diferencia de muitos positivistas do seu tempo ao ressaltar *positivamente* a chegada dos portugueses. Para ele "a Índia, do lado do Levante, e o Brasil, das bandas do Ocidente, estão a esperar os navegadores ousados que têm de sair da lendária cidade de Ulisses para lhes fecundarem os largos flancos ubérrimos" (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.91).

Sobre a composição social brasileira, Martins Júnior contesta a visão generalista sobre os indígenas brasileiros, adotando a visão de Ehrenreich[14]

[13] Não se deve esquecer a influência do positivismo na criação do Serviço Nacional do Índio (SNI) e nas expedições de entrada no interior brasileiro após a República, como os do Marechal Cândido Rondon.

[14] Paul Max Alexander Ehrenreich nasceu em Berlim em 1855. Doutor em medicina e filosofia, dedicou-se também aos estudos de etnologia e antropologia. Realizou viagens de estudos à Índia e ao Egito, mas foi no Brasil que suas pesquisas adquiriram maior notoriedade e relevância

sobre 8 grupos distintos, que estariam ligados por traço de irmandade aos negros "pela força da escravidão que os uniu sob o mesmo martírio". Relega, portanto, tanto negros como indígenas, para a etapa fetichista da evolução humana. Ainda por cima, tendo sido escravizados, os negros foram despersonalizados no Brasil, perdendo seu estatuto jurídico. A colocação dada por Martins Júnior para também excluir – e deixar exclusivamente o Direito Francês e Romano na jogada – é que os negros são

> Seres inferiores na escala da criação natural, bárbaros reduzidos a escravos na inconsciência da sua dignidade e dos seus direitos de homens. Eles não foram entre nós fatores jurídicos senão passivamente, como coisas sujeitas a uma legislação especial – de uma bem triste realidade, por sinal. A lembrança de suas instituições pátrias, de seus costumes coletivos e mesmo de suas crenças privadas morria nos porões dos navios negreiros ou dissolvia-se no mesmo novo em que entravam, formado de crenças e usos diferentes, impostos, como a tarefa do engenho, pelo vergalho do senhor. Inútil, portanto, é procurar entre eles alguma coisa importante ou simplesmente de curioso relativamente à embriologia do nosso Direito (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.143)

Para Martins Júnior, assim como também foi falado por Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo* (1883), o principal malefício para o Brasil havia sido a escravidão. Esta instituição teria retirado dos escravos a possibilidade de participarem da formação das leis no país. Mais uma vez, o autor utiliza de argumentos retóricos para justificar sua perseguição incontornável da influência predominante de Roma para o direito brasileiro. Sobre os indígenas, Martins declara haver certa noção de direito nas comunidades tribais (chefes militares, concelho de anciãos, etc.), mas é tácito

> Não é – digamos desde já – que esses magros resíduos de direito *infantil e bronco* fossem de natureza a ser assimilados pela legislação completa e *superior que os brancos traziam* consigo na metrópole [...] Acabamos também de ver que os aborígenes, os pele vermelha desta parte da América,

científica. É muito conhecida sua produção fotográfica das etnias indígenas brasileiras, em especial os botocudos e os índios do Xingu. Sua atuação baseou-se na antropometria muito utilizada na época por expedidores alemães que faziam verificação corporal das etnias pelo mundo. Também atuou com os índios da América do Norte. Indico fazer uma pesquisa rápida na internet para ver suas fotografias, pois a forma como ele representou os índios era ligeiramente diferente da visão de 'zoológico' muito comum na época.

> encontrados numa das estações iniciais da sua trajetória histórica [...] estavam impossibilitados de concorrer com as raças preta e branca para a gestação de um organismo jurídico autoctono, viável e capaz de evoluir (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.144-154, grifos meus)

Portugal, visto como uma 'civilização avançada' e uma 'nação já feita', preparava o Brasil para 'a vida civilizada como *um comensal do Ocidente Europeu*, sob a adoção da família latina' (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.155, Grifo meu). Retirando as influências árabes, indígenas e africanas, editando a própria história de Portugal para parecer ser um descendente direto de Roma e da França, Martins Júnior cria um mito – ou mesmo um projeto político – que garantia o terreno básico para o positivismo no Brasil. Suas intenções estão longe de estarem apenas nas sublinhas, elas são destacadas explicitamente neste manual utilizado em sala de aula "trabalharemos para que as adaptações e os empréstimos até hoje feitos, formem quanto antes um todo homogêneo e compacto, correspondendo dignamente ao meio físico e social em que ele tem que agir e evoluir" (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.156).

Desta forma, Martins Júnior, assim como muitos positivistas ao redor do globo neste momento, transformam negros, índios, mulheres e qualquer não-europeu ao papel de *objeto de conhecimento* e não de sujeitos da história (LANDER, 2006, p.218). Porém, isso não significou no completo afastamento das questões relacionadas ao índio e ao negro no Brasil. Eles foram vistos – como ainda parecem ser – como seres a serem tutelados, guiados e respeitados na medida em que obedecerem ao sentido 'civilizador' e sua utilidade para o progresso (dos outros). Os positivistas defendiam políticas protecionistas bastante polêmicas para o século XIX, muitas vezes vistos como radicais por boa parte da elite conversadora e escravocrata, mas esse protecionismo benevolente era, muitas vezes, uma forma diferente de controle social, nem sempre consciente, mas sempre com olhos condescendentes. Martins Júnior, sendo editor chefe da *Folha do Norte*, jornal positivista no Recife, escreveu

> Dos três elementos que entraram para a formação do povo brasileiro, o negro tem sido o mais importante *depois* do branco. Basta atender a que a força viva do país é o mulato, cruzamento do branco com o negro, e não o mameluco, cruzamento do

> branco com o vermelho [...] se o branco conseguiu vencer a exuberância asfixiante do solo brasileiro, deve-o ao filho da África, o Hércules negro. [...] Nem se diga que era impossível a incorporação do filho da África à terra, porque a história dos quilombos mostra quanto o negro tinha aptidão para organizar um bom regime rural. (FOLHA DO NORTE, 17-5-1883, grifo meu).

Tomando emprestada a conclusão de Edgardo Lander sobre a obra de Karl Marx, pensando essa maneira específica dos intelectuais do século XIX em afirmarem suas 'conclusões científicas', poder-se-ia dizer que Martins Júnior "está firmemente convencido do caráter científico de seu trabalho. Acredita haver documentado, constatado, demonstrado cientificamente a validade das teses que havia formulado pela primeira vez muitos anos antes" (LANDER, 2006, p.212). A frase era sobre Marx, mas há grande semelhança na postura dos intelectuais do século XIX acerca da sua 'ciência'. Neste mesmo trabalho, Lander elenca o 'modelo de produção do conhecimento característico da ciência positiva': dualidade razão-sujeito/objeto; privilégio de um sujeito histórico particular e a construção de 'outros como objetos do conhecimento; perspectiva eurocêntrica da história universal, etc. (LANDER, 2006, p.215). Essas características, como estão sendo demonstradas no trabalho de Martins Júnior, são comuns nas obras oitocentistas do final do século, o que localiza a *História do Direito Nacional* como um exemplo da dimensão do difusionismo proposto por Blaut (BLAUT, 1993, p.22).

Entrando mais especificadamente na história brasileira, Martins Júnior chama todo o período que vai das feitorias até a abertura dos portos de "antiguidade" ou até de "nossa indecisa Idade Média" (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.157). Sua pretensão em analisar o período colonial brasileiro parte da necessidade em contrapor o sistema de capitanias – tido por ele como arcaico e feudal – ao sistema de Governo Geral implantado por Portugal e visto por ele como uma medida necessária para a ordem e o progresso do país. Deve-se ressaltar que, na visão positivista, o unitarismo e a centralidade das decisões em torno do Ditador é um aspecto relevante para a ordem e, considerando-se o processo federalista acentuado que vinha se aprofundando no país naquele momento, não é surpresa que Martins Júnior considere os governadores gerais

portugueses uma medida de importância para a ‘pacificação’ e desenvolvimento do Brasil. Sobre as capitanias hereditárias implantadas no Brasil, ele destaca

> ...transplantava-se assim para a *virgem e livre* América Portuguesa a *moribunda instituição europeia* que emergira das ondas empoladas da invasão bárbara para flutuar na Idade Média como a federis arca dos elementos esparsos, dos disjecta membra das grandes raças chocadas. Note-se que acabamos de falar em transplantação de uma instituição europeia e *não de uma instituição Portuguesa* [...] A característica jurídica do primitivo sistema colonial brasileiro decorre, portanto, da sua própria natureza de instituição *anacrônica*, *imperfeita* e *artificialmente* implantada em terras do novo mundo (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.168-173, Grifos meus)

Para Martins Júnior, antes das capitanias – que curiosamente ele chama de europeias e não de portuguesas – a América Portuguesa era virgem e livre. Esse ‘mito do vazio’ (BLAUT, 1993, p.14) comumente esconde uma visão que desconsidera completamente a existência das populações indígenas, além de deslegitimizar a precedência indígena do direto à terra, assim como livra os portugueses da ‘culpa’ pelas capitanias. Oras, sabemos bem que Portugal tinha larga experiência com capitanias em suas ilhas da costa africana e, por essa razão, as implantou no Brasil devido à localização estratégica do nosso território para a economia-mundo. É bastante interessante que, mesmo quando um fato por ele reprovado tenha tão forte ligação com Portugal, ele o retira rapidamente da Europa. Os capitães donatários, por ele chamados de ‘governadores-proprietários’ – o uso do termo republicano remete ao federalismo de então – eram “empresários de guerras indianófobas” que misturou e repudiou ‘raças’ sob o “vergalhão ao negro e ao índio”.

Para Martins, o sistema *europeu* implantado com as capitanias não estava de acordo com a lei da evolução histórica e, portanto, não estava à altura do Renascimento (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.175). Na verdade, em toda sua trajetória do livro, ele busca associar – quase que numa linha reta – Portugal a uma influência direta de Roma. Assim, por um instrumento de retórica, Portugal não seria parte da Europa e tomou emprestado uma ‘moribunda instituição’ para aplica-la ao Brasil. De acordo com ele, isso iria ser rapidamente corrigido pelo sistema de Governo Geral, *este* sim, de origem *portuguesa,* portanto *duradoura*.

Tal sistema era uma “reação do sistema centralizador sobre o feudal”, do qual é impossível dissociar o apelo ditatorial positivista (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.180)

Com a criação do sistema de governo geral, centralizado, Martins Júnior destaca algumas decisões para a unificação do Brasil. Dentre essas decisões está a criação da Mesa de Consciência e Ordens e o Conselho das Índias “órgãos necessários para especializar e hierarquizar serviços que até aí se amalgamavam num sincretismo extremamente prejudicial” (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.203). Já sobre a parte da justiça colonial, destaca a criação do Tribunal de Relação e o processo hierarquizante que ia desde as pequenas causas até a Casa de Suplicação. Com as Juntas de Justiça, abarcando até mesmo as causas mais simples, a reforma do Marquês de Pombal mostrava sua genialidade de estadista, apequenando o sistema clerical até então vigente no Brasil (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.210). Para o grupo positivista em Pernambuco, desde a época da propaganda, o Marquês de Pombal foi um claro caso de ‘bom ditador’ com a qual a história do Brasil poderia se inspirar. Em 1882 lançaram o jornal *Pernambuco ao Marquês de Pombal*, onde lhe exaltam os feitos para o processo de ‘moralização’ e ‘organização’ administrativa, especialmente no controle da Igreja, vista por eles como erva daninha no processo de liberdade política. Não se deve esquecer que os positivistas foram ferrenhos defensores da laicidade do estado, sendo uma das suas explícitas vitórias na Constituinte de 1890.

O anticlericalismo, como dito, era uma marca recorrente nos escritos positivistas. Martins Júnior não fugiu à regra. Quanto ao poder da Igreja Católica na colônia, associa-a diretamente ao Concílio de Trento, principalmente em relação à criação da Companhia de Jesus e, consequentemente, na perseguição os indígenas brasileiros. Além de acusa-los de se aliarem à “colonos gananciosos e egoístas”, afirmou que as autoridades eclesiásticas “sabiam usar e abusar, como e quando lhes convinha, das atribuições e privilégios”, só perdendo tais direitos por ordem do Marquês de Pombal.

> Em 8 de maio de 1758 e por alvará devidamente promulgado foram as providências legislativas e 1755 feitas extensivas a todos os índios do Brasil, e foi esse o grande e quase decisivo golpe dado na torpe instituição que colonos e jesuítas

> exploravam por mais de dois séculos – aqueles aberta e cinicamente, estes com o pretexto da catequese e sob o manto da filantropia religiosa (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.226)

Martins Júnior ainda acusa o período colonial de ser um 'caos' jurídico para os indígenas. Como já foi dito anteriormente, a visão positivista sobre o índio brasileiro é condescendente. Há uma forma benevolente – e vista de cima – em se tratar a exploração sofrida por índios e negros. Todo positivista no Brasil foi republicano e abolicionista, essa tríade não pode ser desmembrada. O inverso, entretanto, sabemos que não é verdade. Nem todo abolicionista, nem todo republicano era positivista. Mas todo positivista era, também, adepto de causas sociais. Isso pode parecer animador, mas devido a sua sutileza e condescendência, escondia profundo preconceito cultural e tirava o protagonismo dessas pessoas. Pensado em longo prazo, os positivistas tinham a mesma visão do 'bom ditador', do 'guia sábio' para as mulheres, os operários, os negros e indígenas brasileiros, estiveram diretamente envolvidos com essas causas, muitas vezes na rua e nos jornais, mas quase nunca enxergando neles o protagonismo. Sentiam-se os fiéis escudeiros, os defensores ilustrados, o estandarte da liberdade, por quem protagonizavam[15]. Eliane Superti, ao analisar as influências e continuidades do positivismo para o regime do Estado Novo, concluiu

> As bases de reorganização do trabalho esboçadas no projeto [positivista] impediam a expulsão dos ex-escravos do mercado de trabalho e expressava a preocupação dos positivistas em instituir com a abolição uma legislação disciplinar das novas relações que garantisse o direito do trabalhador de desenvolver a vida em família, de assegurar a subsistência com seu próprio trabalho, com a instituição do salário e o direito aos benefícios da instrução cientifica (SUPERTI, 2003, p.3-4).

[15] Esta conclusão de pesquisa esteve presente na dissertação defendida em 2017 [BRAGA, Flávia. *Ditadura, Abolição e República*: a propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889). Dissertação em História, PPGH-UFPE, 2017], assim como na tese de Eliane Superti (2004). Ao final deste artigo há outros trabalhos que indicam a mesma conclusão sendo, talvez, o mais famoso a tese de Ângela Alonso (2002 : 334) que mostra os 'positivistas abolicionistas' como a parte mais 'radical' da propaganda republicana e já havia indicado a influência direta deste 'bem-estar sem democracia' ressoando no Estado Novo. Endosso as conclusões de pesquisa de Eliane Superti e Ângela Alonso.

Entretanto, nem tudo são elogios à Portugal. Há dois aspectos ressaltados por Martins que alfinetam a colonização: o 'fechamento' do Brasil ao estrangeiro e a falta de liberdade comercial. Sobre o primeiro, destaca que a legislação aplicada sobre o país praticamente impedia a vinda de imigrantes (que não fossem portugueses), citando explicitamente a tentativa de Humboldt de aportar no Brasil. "Era o fechamento hermético, a sequestração absoluta da colônia. Nem a alta e serena ciência escapava da proibição de entrar no Brasil!" (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.228). Não custa nada lembrar que a produção do livro-manual de Martins Júnior aconteceu durante a década de 1890, período da entrada maciça de estrangeiros no Brasil e, também, do auge da defesa do branqueamento. Não foi encontrado, entretanto, nem nesta obra, nem em qualquer outra escrita por Martins, a defesa do branqueamento racial. Porém, há uma explícita inferência em vários artigos de jornais da elevação *cultural* de algumas partes da Europa. Não se deve, portanto, tomar como conclusão 'óbvia' que todos intelectuais defendiam o branqueamento da população, esta foi uma defesa mais próxima dos partidários de Tobias Barreto, como Sílvio Romero. Martins Júnior, assim como outros positivistas, não associava necessariamente a raça branca com a evolução do Brasil, ainda que considerasse o homem branco europeu como ser mais elevado. Para ele, assim como outros, argumenta que o brasileiro "é e será cada vez mais, pelos séculos afora, um tipo cruzado, mestiço" (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.131)

Sobre o segundo aspecto, a falta de liberdade de comércio no Brasil, comenta sobre as companhias internas e externas (Cia Geral do Comércio do Brasil; Cia do Maranhão; Cia do Grão Pará e Maranhão e Cia de Pernambuco e Paraíba) que trouxeram "uma soma de vexames e males que produziram ao Brasil que ultrapassou em muito o pequeníssimo número de benefícios materiais que proporcionaram aos habitantes do país" (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.230). Sua conclusão era a de que o Brasil se manteve hermeticamente fechado durante mais de 200 anos, impedindo a elevação do nosso progresso.

> Concluamos, pois, afirmando que nesse departamento da vida colonial, as leis portuguesas têm o traço da mais egoística opressão e de um anticosmopolitivismo tão acentuado que nos

> faz pensar na China e na sua velha política de emparedamento nacional (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.234)

Estaria nosso emparedamento tão fechado quanto à China impedindo-nos de nos abrir à Inglaterra? A ironia não deixa de ser uma indagação verdadeira para a época. Logo após o término deste capítulo, Martins inicia sua última etapa argumentativa, chamando-a de "Brasil-Corte e o Brasil-Reino". Abaixo, de maneira bem republicana, o primeiro subtópico chama-se *Maria I – mandante do assassinato de Tiradente*s. Sua principal tese é que a nossa Antiguidade "finalmente" acabou com a Abertura dos Portos à Inglaterra. China e Brasil estão, por força do 'destino histórico', ligadas à/pela Inglaterra. Era de se esperar, pelos argumentos, que Martins Júnior passaria à defesa da interferência britânica nas terras lusas. Mas seus argumentos tomam outros rumos. Primeiro, critica Dom João por seus estadistas só se preocuparem e se ocuparem do centro do país, deixando a periferia "esquecida e abandonada". Não apenas isso, seu governo era uma "imitação ou adaptação de modelos administrativos da velha Corte" (MARTINS JÚNIOR, 1895, p.243). Porém, acusa diretamente a Inglaterra de sua diplomacia "opressora", colocando a Revolução do Porto como ponto final da nossa 'menoridade'. Dom Pedro I, tomando atos de posicionamento de independência muito antes do Dia do Fico, demonstradas por Martins em várias passagens, indica uma série de atitudes nacionalistas consideradas por ele.

Por que seus argumentos, antes tão favoráveis a Portugal e, de certa forma, à França e à Inglaterra, tomam um caminho tão dúbio no final do seu livro? Esta indagação parece estar relacionada diretamente com a última etapa do nosso processo histórico, tido por Martins Júnior como inacabado. Seu livro, dividido nas duas partes como "antecedentes" e "embriogênese", sugere e aponta nos atos opressores da diplomacia inglesa e nas atitudes nacionalistas de Dom Pedro I o possível caminho de defesa do Brasil que se seguiria. Uma senda estranha e controversa: admirar, tomar como exemplo e seguir os próprios rumos. Não há qualquer menção ao que veio depois de Dom Pedro I, talvez porque ele achasse que este ciclo ainda não estivesse completo diante da evolução histórica das nossas fases. Não se pode sequer dizer que 'não houve

tempo' para a conclusão, pois Martins Júnior passou a viver uma vida pacata no governo como deputado federal e, logo após, como secretário do interior de Quintino Bocaiúva para o governo do Rio. O final do livro é assim: aberto, sugestivo.

Para o caso da Índia e, ainda tomando como exemplo as palavras de Dipesh Chakrabarty, lá o historicismo do século XIX acabou tendo algumas consequências não tão esperadas, como uma rejeição nacionalista no século XX (CHAKRABARTY, 2007, p.9). No Brasil, os positivistas eram conhecidos por seu nacionalismo, a ponto de se colocarem contra a imigração de trabalhadores europeus para a lavoura, preferindo os braços nacionais[16]. Com uma vista grossa, causa estranheza uma teoria tão europeizante como o positivismo causar um efeito nacionalista, mas esse incômodo só existe se pensarmos os sujeitos históricos como 'recipientes vazios' dessas teorias. Nossas elites tinham objetivos específicos para suas realidades e buscavam, editavam e publicavam o que lhes convinha. Por essa razão, as palavras de Ângela Alonso fazem sentido: "Não foram as ideias que buscaram um lugar, foi o lugar que requisitou, demarcou e explicou as ideias" (ALONSO, 2002, p.339). Em um interessante artigo sobre a 'questão do trabalho' no Brasil, publicado na *Revista do Norte*, Martins Júnior deixa ainda mais clara essa aparente 'contradição' das suas ideias

> Entre nós, o problema social, ou da emancipação do proletariado, ainda se não formulou, porque a massa dos futuros proletários é representada ainda hoje pelos escravos. E se se quiser considerar a questão dos escravos como a nossa *questão do trabalho*, então eu tenho o direito de dizer que a reforma capital, para nós brasileiros, é a política, porque, neste país, é a monarquia que tem dado vida à escravidão e impede o seu acabamento. Quanto a velha sociedade europeia, parece efetivamente, à primeira vista, que a questão política é secundária, em face do problema da miséria e dos progressos da *Internacional*... Mas, antes de tudo, eu pergunto: O que é que tem impedido a Inglaterra de libertar a Irlanda e de melhorar a condição dos seus proletários? É ou não o jogo das instituições

[16] Sobre esse tema foi publicado os *Apontamentos para a solução do problema social no Brasil* (1880) por Teixeira Souza, Teixeira Mendes e Aníbal Falcão. Este último, conjuntamente com Martins Júnior, fez parte da liderança do movimento republicano em Pernambuco. Esse documento foi republicado no Recife no mesmo ano, com anuência dos positivistas na província. Dentre as defesas, pede a participação dos lucros para o escravo, salário mínimo e direito à moradia.

> políticas, o mecanismo governamental, todo fundado sobre aquela oligarquia dourada, a que preside a Rainha Vitória? Quem é que tem impedido a Alemanha de satisfazer as reclamações e necessidades dos operários entregues à exploração dos capitalistas? É ou não a ação política de Bismarck, subordinado ao preconceito militarista do Império? E pergunto ainda mais: Qual destas três nações – a França, a Alemanha e a Inglaterra – que tem mais probabilidades de resolver satisfatoriamente a questão do trabalho? É ou não é a França, com suas instituições republicanas e o seu ideal democrático? (REVISTA DO NORTE, 20-2-1887).

Ao longo da obra, percebe-se que o caminho argumentativo escolhido por Martins Júnior tem o objetivo de provar que a França deve ser o Norte a orientar a política brasileira, com inspiração em Roma. Antes de uma mera cópia do que vinha da Europa, concorda-se com a visão de Ângela Alonso (2002) acerca da apropriação e escolha política destas influencias. Há um projeto político por trás da *História do Direito Nacional* proposto por Martins Júnior, ainda que esse projeto estivesse submetido a uma ordem maior imperialista naquele momento. Não há uma quebra – nem tentativa de quebra – do paradigma do "túnel do tempo" proposto por James Blaut, ou mesmo da "Sala de Espera" proposto por Dipesh Chakrabarty, afinal Martins Júnior correspondia a uma estrutura de crença do século XIX que colocava a Europa como o ápice da civilização, servindo de exemplo a ser seguido pelo Brasil.

Uma indagação feita por James Morris Blaut sobre a extensão que chegou o eurocentrismo no mundo é válida: "Como podemos entender que uma péssima teoria pode ser tão acreditada como verdade, por tanto tempo?" A resposta, mesmo que mascarada de ciência, é que as teorias têm força quando são acreditadas numa cultura que vê seu status de verdade (BLAUT, 1993, p.31). Martins Júnior, inserido nesta cultura e tido como homem de ciência, numa posição de importância como professor universitário, deputado federal e notório propagandista, tinha para seus alunos o status de verdade. 'Provou', 'verificou' e 'demonstrou' sua tese. Não cabe discutir até que ponto sua 'ciência' era verdadeira, mas ela foi *acreditada* desta forma – e até mesmo *utilizada* desta forma -, ou não teria sido reeditada em 1941 no Estado Novo, nem em 1966 na Ditadura Militar, não teria sido citado por Raymundo Faoro etc., e aí está o poder em longo prazo.

A obra de Martins Júnior, no entanto, demonstra em algumas escolhas e apropriações uma visão própria da política nacional, que pouco sugeria uma passividade dos brasileiros frente ao 'progresso da humanidade', mas sim a proposição de um caminho específico: a república positivista. Martins Júnior, naquele momento em 1895, havia passado por uma intensa batalha política em que o antagonizava com políticos liberais que enxergavam nos Estados Unidos, principalmente, sua orientação imperialista internacional. Muito além de uma mera escolha de 'pais civilizatórios', estava em jogo qual o caminho a ser seguido pelo Brasil. José Isidoro, como formador desta elite universitária, numa posição de influência considerável, foi e é ainda estudado nas faculdades brasileiras no século XXI, localizado como um pioneiro na história nacional, por ter sido a base que influenciaria códigos[17], leis e estudos na primeira metade do século XX.

Referências

Fontes

MARTINS JÚNIOR. *História do Direito Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia da empresa democrática, 1895.

LEMOS, Miguel. MENDES, Teixeira. *Bases de uma Constituição Política Ditatorial Federativa para a República Brasileira*: Em nome da Humanidade, da pátria e da família. Câmara Federal, 1934 [1890].

As normas Republicanas (Documento de fundação do Partido Republicano de Pernambuco, 1888)

Periódicos: A Ideia Nova (PE, 1880); O Democrata (PE, 1880); A Opinião (PE, 1880); A República (PE, 1882); Folha do Norte (PE, 1883-4); Revista do Norte (PE, 1887) e A Cultura Acadêmica (PE, 1904).

Bibliografia

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas*: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Cia das Letras, 2015.

[17] Seu melhor amigo e companheiro em diversas publicações foi Clóvis Beviláqua, com quem compartilhou a experiência de propaganda. Estiveram juntos nos jornais *A Ideia Nova*, *O Escalpello*, *A República*, *O Stereographo* e *Vigílias Literárias* e na tradução de *Jesus e os Evangelhos* de Jules Soury (que reconta a história de Cristo sob ótica da ciência). Clóvis escreverá o Código Civil de 1916, por exemplo, mesmo ano que prefaciou a biografia de Martins Júnior escrita por Rangel Moreira.

_____. *Ideias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo : Paz e Terra, 2002.

ARANHA, Graça. *O meu próprio romance*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1931.

BLAUT, James Morris. *The colonizer's model of the world*: geographical diffusionism and Eurocentric history. New York/London : Guilford Press, 1993.

BOEHRER, George. *Da monarquia à república*: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, 1954.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo : Cia das Letras, 1987.

CASTILHO, Thomaz Celso. *Abolitionism matters*: the politics of antislavery in Pernambuco, Brazil (1869-1888). PHd, University of California, 2008.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe*: postcolonial thought and historical difference. Princeton UP, 2007.

DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: Cia da Editora Nacional, 1936.

HOFFNAGEL, Marc Jay. *From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco,* 1868-1895. Indiana University, PHD, 1975.

_____. *Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco.* Revista CLIO, Vol. 28.2, 2010.

LACERDA, Gustavo Biscaia. *O momento comtiano*. Tese de doutorado em Sociologia Política. Santa Catarina: UFSC, 2010.

LACERDA, Arthur Virmond de. *A República Positivista*: teoria e ação no pensamento político de Augusto Comte. Curitiba: Juruá, 2000.

LANDER, Edgardo. *Marxismo, eurocentrismo e colonialismo*. In: BORON, A. AMADEO, J. GONZALEZ, S (org). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LIMA, Hermes. *Tobias Barreto*: a época e o homem. São Paulo: Dia da Editora Nacional, 1939.

MARTINS, Henrique. *Martins Júnior*. Tipografia do Jornal do Recife: Recife, 1905.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2007.

MENDONÇA, Carlos Süssekind. *Sílvio Romero*: sua formação intelectual (1851-1880). São Paulo: Cia da Editora Nacional, 1938.

NASCIMENTO, Luiz do. *Três mestres de direito no 'batente' do jornal*. Recife: Imprensa oficial, 1966.

PORTO, Costa. *Os tempos da República Velha*. Recife: Fundarpe, 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso*: da escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SIMON, Maria Cecília. *O Positivismo de Comte* in: REZENDE, Antônio. Curso de Filosofia, 15° ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, pp.144-158.

SUPERTI, Eliane. *Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil.* Tese de doutorado. UFSCar, 2004.

_____. *O positivismo de Augusto Comte e seu projeto político.* Revista Hórus, FAESO. São Paulo: 2003.

XAVIER, Paula Lima. ROCHA, Marina Leal de Carvalho. SÁ, Vera Borges de. *Jornais de bacharéis da Escola do Recife como espaço de sociabilidade no século 19*: a produção de Martins Júnior. Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, 2015.

ARTIGOS LIVRES

O QUE APREENDEMOS SOBRE O PERÍODO COLONIAL NA INTERNET? UM ESTUDO DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS SOBRE O BRASIL COLÔNIA DISPONÍVEIS NA "WORLD WIDE WEB"

WHAT HAVE WE LEARNT ABOUT THE COLONIAL PERIOD ON THE INTERNET? A STUDY OF THE HISTORICAL NARRATIVES ABOUT BRAZIL COLONY AVAILABLE ON THE "WORLD WIDE WEB"

Juliana de Mello Moraes[1]
Catarina Sombrio[2]

Resumo:
De acordo com dados recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano de 2016, pelo menos uma pessoa em 64,7% dos lares brasileiros esteve conectada à internet. Como um meio de propagação de ideias, a "World Wide Web" proporciona uma panóplia de informações sobre os mais variados temas, incluindo aqueles relacionados à história. Diante das transformações suscitadas pelas diversas características intrínsecas à internet, é relevante verificar as conexões entre as narrativas históricas e a mídia em questão, ou seja, as mutações provocadas no campo da história. Para tanto privilegiou-se as narrativas sobre o período denominado Brasil Colônia. A pesquisa analisa tanto a qualidade quanto as narrativas históricas de cinco websites sobre a temática, concluindo que existe uma grande defasagem em relação a produção historiográfica atual.
Palavras-chave: Brasil Colônia, Internet, narrativas históricas, História do Brasil

Abstract:
According to data recently released by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). In the year of 2016, at least one person in 64,7% of Brazilian households was connected to the Internet. As a means of propagating ideas, the World Wide Web provides a panoply of information on the most varied topics, including those related to history. In view of the changes brought about by the various characteristics intrinsic to the Internet, it is relevant to verify the connections between historical narratives and the media in question, that is, the mutations provoked in the field of history. For that, the narratives about the period called Brasil Colônia were privileged. The central problem was based on the following question: What are the historical narratives about Brazil

[1] Possui graduação (2000) e mestrado (2003) em História pela Universidade Federal do Paraná e doutorado (2010) em História pela Universidade do Minho, Portugal. Realizou estágio pós-doutoral (2014) na Universidade de Lisboa, com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT-Portugal). Atualmente é docente do Departamento de História da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia e Portugal (séculos XVII e XVIII), principalmente das instituições, sociabilidades, práticas religiosas e da indumentária na América portuguesa.
[2] Graduanda no curso de História da Universidade Regional de Blumenau.

Colônia spread on the Internet? Therefore, the research analyses both the quality and the historical narratives of the five most prominent websites on the subject, concluding that there is a great gap in relation to the current historiographic production.
Keywords: Brazil Colony, Internet, historical narratives, History of Brazil

Mesmo aqueles afastados da área de História possuem alguma ideia a seu respeito, sendo ainda evidente, no caso brasileiro, a existência de grande demanda do público pelas suas narrativas e temas, tendo em vista a proliferação de revistas, programas e canais de televisão, redes sociais e websites que focam temáticas históricas (MALERBA: 2014). Contudo, dentre os meios de comunicação, a internet destaca-se pela sua rápida expansão, bem como por suas especificidades ao provocar uma ruptura profunda, pois quebra o vínculo entre o texto e o objeto, entre os discursos e a sua materialidade, "*a revolução digital obriga a uma revisão radical dos gestos e das noções que associamos ao escrito*" (CHARTIER: 2010, p. 9). Nesse sentido, a escrita da História e sua difusão também sofreram e sofrem mutações nesse ambiente virtual permeado pela fluidez e fragmentação. Diante das transformações provocadas pela internet nas mais variadas relações entre a população e o conhecimento, muitas questões podem ser elaboradas. Atualmente, a historiografia aponta a existência de múltiplos espaços e formas de difusão das narrativas históricas, sendo que a centralidade do professor de História torna-se relativa. Os estudantes, por vezes, possuem ideias divergentes daquelas narrativas históricas presentes nos currículos oficiais, uma vez que os meios de comunicação, o ambiente circundante e a família também participam da formação de crianças e jovens (CERRI, 2014, p. 44).

Dentre a variedade de locais de difusão das narrativas históricas ganham destaque os meios de comunicação em massa, principalmente a internet. Com abrangência global, a rede mundial de computadores proporcionou a ampliação imensurável de narrativas históricas compostas por diferentes indivíduos nos mais variados contextos. Nesse sentido, observa-se a profusão de websites, a qual condiz com o crescimento do número de usuários da rede. No Brasil, por exemplo, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que os brasileiros acessam cada vez mais a internet. No ano de

2016, pelo menos uma pessoa em 64,7% dos lares brasileiros esteve conectada à internet. A relevância do uso da internet no cotidiano das populações se reflete nos números divulgados em 2015 pela rede social Facebook quando afirmou ter alcançado um bilhão de usuários conectados no mesmo dia, correspondendo a uma em cada sete pessoas no planeta (CARVALHO, 2016, p. 40).

Capaz de conectar pessoas de distintas partes do globo, a internet tornou-se um meio de comunicação com um papel extremamente significativo em relação ao acesso e divulgação de informações, inclusive de narrativas históricas. Segundo Pierre Lévy (1999), após o dilúvio de informações causado pela criação do ciberespaço, o conhecimento tornou-se indominável. Embora uma quantidade imensurável de informações esteja disponível, não é mais possível escolher algo para salvar ou se fixar nesse "*mar de informações*", sempre em constante desordem e mudança (LÉVY, 1999, p. 161). Na busca pelo conhecimento nos *websites,* para o autor, o que está em jogo na cibercultura não é essencialmente a passagem do presencial para a multimídia, mas sim é a passagem da educação institucionalizada para a educação da sociedade por ela mesma, com o conhecimento autogerido e móvel.

O conteúdo disponível na internet facilitou aos pesquisadores o acesso a trabalhos acadêmicos e arquivos digitais, tanto nacionais quanto internacionais, que podem ser consultados para aprimorar ou elaborar a pesquisa historiográfica. Nesse sentido, as mudanças na vida prática dos historiadores são de tal ordem "*que devemos até nos interrogar sobre qual o impacto da história digital sobre as formas tradicionais de narração do passado e sobre tempos históricos*" (NOIRET, 2015, p. 29). O fenômeno digital altera os horizontes de pesquisas históricas, principalmente, por três motivos: os públicos inéditos que podem ser atingidos pelas pesquisas, a possibilidade de colaboração entre diversos indivíduos na construção do conhecimento e a própria internet como fenômeno histórico para ser pesquisado como fonte (CARVALHO, 2016). Dessa forma, há historiadores que utilizam os websites como base para suas pesquisas, inclusive os websites educativos, analisando o conteúdo disponível (OLIVEIRA, 2014) e/ou estipulando critérios de qualidade (CARVALHO, 2016).

A publicação de estudos na internet contribuiu igualmente para a divulgação do trabalho dos profissionais de História. Entretanto, ao mesmo tempo, é possível que pessoas fora da academia também sejam influenciadores e tenham seus trabalhos sobre história amplamente compartilhados. Porém, como indica Malerba (2014), existem histórias de boa e de má qualidade dentro e fora da academia, logo, deveremos ser críticos em relação a qualquer historiografia produzida e divulgada em quaisquer circunstâncias.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa consiste na análise da qualidade e das narrativas históricas de cinco endereços eletrônicos que possuem como foco o período denominado Brasil Colônia. Expressão forjada pela historiografia no século XIX, consagrada por Capistrano de Abreu, foi utilizada ao longo do século XX e refere-se ao marco cronológico relativo à chegada dos portugueses à América (1500) até o início do século XIX (1822), finalizando com a independência. Todavia, a denominação Brasil Colônia tem sido problematizada, pois tal concepção pressupõe uma "*unidade temporal, especial e social*" (MATTOS: 2014, p. 41) pouco coerente com os resultados das pesquisas realizadas nas últimas décadas. Paralelamente, a historiografia recente destaca as implicações do termo colonial juntamente ao nome Brasil, devido a ênfase na subordinação política e econômica da colônia em relação à metrópole (Portugal), reavaliando esses vínculos. Contudo, enquanto os historiadores pesquisam, debatem e revisam seus trabalhos, engendrando outras perspectivas, interessa-nos aqui questionar sobre as narrativas histórias divulgadas a respeito do Brasil Colônia fora do âmbito acadêmico ou escolar. De um modo geral, os brasileiros parecem considerar importantes alguns marcos fundacionais como o descobrimento do Brasil ou certos personagens, como Tiradentes, que estariam no lapso temporal referente ao período colonial. No entanto, parecem ter dificuldades em estabelecer uma organização cronológica de acordo com uma concepção mais convencional da História (PIMENTA; ATTI; CASTRO; DOMAMBRO; LANNA; PUPO; VIEIRA: 2014).

Para tanto, se analisará as narrativas históricas disponíveis em websites, tendo como referência os pressupostos de Rüsen sobre a consciência histórica, bem como a historiografia sobre o período. Compreende-se a narrativa histórica

como um conjunto de operações mentais que delineiam a consciência história (RÜSEN, 2011, p. 95). Esta última "*funciona como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente*" (RÜSEN, 2011, p. 56), contribuindo inclusive para consciência ética e moral. Além disso, observa-se que a narrativa histórica é fundamental para a conformação do "sentido da experiência do tempo" (RÜSEN, 2011, p. 95).

No entanto, nem todas as narrativas históricas são semelhantes, pois revelam distintas condições relacionadas à vida humana: transformação, afirmação, negação e regularidade. Segundo Rüsen, essas condições anunciam diferentes mobilizações da "*memória da experiência temporal*" (RÜSEN, 2011, p. 98), correspondendo às variadas formas de historiografia. Portanto, avaliar as tipologias essenciais da consciência histórica, denominadas respectivamente de tradicional, exemplar, crítica e genética, permite compreender quais tipos de narrativas históricas se encontram na internet atualmente. Esta avaliação baseou-se em alguns eixos, tal como a cronologia, as temáticas privilegiadas, os eventos e as localidades contemplados. Por fim, avaliou-se as referências bibliográficas sugeridas aos leitores desses websites.

Também avaliamos a forma e a qualidade dos endereços eletrônicos, a partir de cinco critérios estipulados por Kapoun, respectivamente: rigor (indicações de autoria, institucionais e contatos disponíveis para o usuário), autoridade (formação do autor e seu campo de atuação profissional), objetividade (rigor na informação e publicidade apresentada no website), data (período de criação e atualização da página) e cobertura (existência de hiperligações, utilização de imagens e gratuidade do website) (KAPOUN: 1998, p. 522-523).

Finalmente, é fundamental referir que a escolha do período colonial se baseia em duas premissas, primeiramente por se caracterizar como a mais longeva divisão tradicional da história brasileira. Além disso, diversas discussões atuais, tais como aquelas referentes à inclusão social, aos direitos das minorias ou às cotas nas universidades e outros espaços possuem conexão com o contexto colonial.

Os websites sobre o Brasil Colônia na internet

Os cinco endereços eletrônicos analisados foram selecionados a partir de uma busca realizada em três dispositivos distintos tendo como palavra-chave "Brasil colônia", tanto no Google quanto no DuckDuckGo, no dia 07 de junho de 2018. Foram selecionados os seis primeiros resultados mais significativos nos buscadores e dispositivos, consistindo respectivamente nos seguintes websites: 1º. Brasil Colônia – Resumo (http://www.historiadobrasil.net/); 2º História do Brasil Colônia – O Período Colonial (http://www.suapesquisa.com/); 3º Brasil Colônia (http://www.brasilescola.com/historiab); 4º *Colonização do Brasil* (https://pt.wikipedia.org/wiki/); 5º *Brasil Colônia* (https://www.brasil-coloninal.info/) e, por fim, 6º Brasil Colônia (https://www.todamateria.com.br).

Apesar da Wikipédia estar entre os resultados mais destacados, como possui uma construção bastante distinta dos outros websites elencados não iremos abordá-la na pesquisa. Isso porque, os verbetes da Wikipédia são fruto da tecnologia denominada Web 2.0, projetada em 2004, sendo parte da segunda geração da World Wide Web. Segundo Almeida (2011), essa novidade, difícil de definir por completo, possibilitou uma maior interatividade dos usuários, permitindo-os participar ativamente da construção e da melhoria dos websites. A Web 2.0 tornou possível a criação, por exemplo, dos *blogs* e das redes sociais. Nesse sentido, a Wikipédia, denominada de "enciclopédia livre", permite que qualquer interessado edite o seu conteúdo e compartilhe o conhecimento para outros visitantes da página. Essa característica inviabiliza a aplicação dos mesmos critérios utilizados para os outros websites devido a sua construção colaborativa.

Como já mencionado, a análise da forma e qualidade dos websites pautou-se em cinco critérios, respectivamente: rigor (indicações de autoria, institucionais e contatos disponíveis para o usuário), autoridade (formação do autor e seu campo de atuação profissional), objetividade (rigor na informação e publicidade apresentada no website), data (período de criação e atualização da página) e cobertura (existência de hiperligações, utilização de imagens e gratuidade do website) (KAPOUN: 1998, p. 522-523).

De acordo com os parâmetros referidos, primeiramente verificou-se que os critérios de rigor e autoridade são complementares e pretendem inquirir a respeito dos responsáveis pela produção do conteúdo disponibilizado. Nesse sentido, analisa as indicações de autoria, institucionais e contatos disponíveis para o usuário no website enquanto a autoridade refere-se à formação do autor e seu campo de atuação profissional. Os endereços eletrônicos www.historiadobrasil.net e www.suapesquisa.com não indicam autoria nos artigos sobre Brasil Colônia ou em outras páginas disponíveis do site, não sendo possível avaliar o rigor ou a autoridade do conteúdo disponibilizado. Da mesma forma os *websites* www.brasil-colonial.info e www.todamateria.com não informam com clareza o autor do artigo. O Brasil-colonial.info, na página "fale conosco", informa que os textos foram feitos por Aline Gonçalves de Oliveira e revisados por Cristiana Chieffi. Sobre as autoras não há informações a respeito de formação ou atuação na área de História no website, não sendo possível encontrá-las numa busca realizada na Plataforma Lattes, do CNPq. Já a www.todamateria.com apresenta, na página "sobre", a seleção de escritores do site, apresentando os seus nomes e suas respectivas formações acadêmicas: Daniela Diana, Licenciada em Letras na Unesp; Juliana Bezerra, Mestre em História da América Latina e União Europeia pela Universidade de Alcalá, Espanha; Lana Magalhães, Mestre em Biotecnologia e Recursos Naturais pela UEA. Márcia Fernandes, Licenciada em Letras pela Universidade Católica de Santos e Rosimar Gouveia, Pós-Graduada em Ensino de Física pela Universidade Cruzeiro do Sul. No entanto, apesar dessas indicações, o referido endereço eletrônico não esclarece o que exatamente escreveu cada um dos nomes indicados, não sendo possível afirmar se os textos selecionados tiveram a autoria de um desses nomes. O único dos seis websites que apresenta autoria é o www.brasilescola.uol.com.br, assinado pelo mestre Cláudio Fernandes. Não há, porém, informações sobre a instituição de ensino ou curso que tenha frequentado.

Quanto as formas de contato, relacionados ao critério de rigor, todos os websites mantêm uma página exclusiva que possibilita ao leitor enviar mensagem, informando seu nome, *e-mail* e recado. Está disponível na página

chamada “fale conosco”, no caso do Brasil Escola, Toda Matéria, Sua Pesquisa e Brasil-colonial.info ou na página “contato”, no caso da História do Brasil.

O segundo parâmetro de análise é a objetividade. Esta avalia tanto a construção do website, a publicidade presente na página e o rigor na redação do texto. A partir desses critérios verificou-se que os endereços eletrônicos Toda Matéria, Brasil Escola, História do Brasil, Sua Pesquisa e Brasil-Colonial possuem publicidades patrocinadas. Os comerciais se localizam, principalmente, nas laterais, no começo, no fim e nas quebras do texto e não atrapalham a leitura do conteúdo escrito. Porém, nenhum dos anúncios está relacionado com estudos ou com História, uma vez que as propagandas remetem geralmente às pesquisas anteriores do usuário ou à venda de produtos.

Nenhum dos artigos dos websites apresentam erros ortográficos ou de concordância chocantes. Alguns, como História do Brasil, não possuem um texto extenso apresentando apenas tópicos com frases curtas, ou seja, com ausência de complexidade nas sentenças. Entretanto, também é possível perceber o parco vocabulário e a limitada perspectiva historiográfica apresentada, uma vez que possuem afirmações muito deterministas e factuais como, por exemplo, no website Brasil-Colonial é possível ler que “*Dom João III decidiu dividir a colônia em faixas de terrenos que seriam entregues aos nobres de Portugal*” (disponível em: http://brasil-colonia.info).

Outro elemento fundamental para avaliar um endereço eletrônico consiste na sua data de atualização, pois indica maior credibilidade sobre o conteúdo disponível. Isso porque, as atualizações frequentes sugerem a correção de erros, a incorporação das sugestões dos usuários, etc. Inclusive, no que se refere a História, as atualizações permitem alinhar o website com a historiografia, de acordo com as novas publicações da área. Apenas um dos websites pesquisados, Toda Matéria, informou a data de atualização do conteúdo referente ao Brasil Colônia até a data de recolha das fontes.

O critério de cobertura abrange duas análises: as hiperligações [3] ou *links* presentes no texto, ou seja, uma ligação de um ponto de um documento a outro

[3] De acordo com o Dicionário Priberam, hiperligação significa “Ligação que consiste num ícone ou numa .sequência de texto que, quando .ativados, permitem o acesso a informação .eletrônica

ponto desse mesmo documento ou a outro website (CAMPOS, SANCHES; 1999); e as imagens que ilustram o artigo da WEB.

No nosso caso, as hiperligações se direcionam a outras páginas da WEB com tema semelhante ao tratado, principalmente dentro do próprio website.[4] O tema mais citado nas hiperligações nos cinco websites consultados é a escravidão, tanto referentes a grupos indígenas quanto africanos. Em seguida, com quatro menções estão as Capitanias Hereditárias, o Governo Geral e a Invasão Francesa. Esses resultados indicam que, mesmo em websites pequenos como o Brasil-colonial, que foca apenas no período da colonização brasileira, ou maiores, como o Brasil Escola, que abrange muitos temas de história e outras ciências, a escravidão é tema considerado relevante pelos autores desses websites.

Quanto ao uso de figuras observa-se que o único endereço eletrônico que possui referências nas imagens é o Brasil Escola, que utiliza o quadro do pintor Victor Meirelles fornecido pelo website Commons, retratando a primeira missa celebrada no Brasil, no século XVI. Os outros endereços eletrônicos também possuem imagens, contudo não indicam as referências. O website intitulado A Toda Matéria apresenta um mapa do Brasil no período colonial e uma representação de uma aldeia do período colonial. O História do Brasil traz o retrato de Martim Afonso de Souza, com a legenda "*pioneiro na colonização do Brasil*". O endereço eletrônico Sua Pesquisa apresenta uma pintura do "*engenho de açúcar da época colonial*", de autoria de Jean-Baptiste Debret, sem, contudo, referenciar corretamente essa imagem e outras que apresenta, tais como: "*o trabalho escravo num engenho de açúcar*", uma pintura do bandeirante Domingos Jorge Velho e uma fotografia da Igreja de Ouro Preto, em Minas Gerais. Enquanto o website Brasil-colonial ilustra sua página com a bandeira

noutra localização (documento, .arquivo, página da Internet, etc.)."hiperligação", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2019, https://dicionario.priberam.org/hiperliga%C3%A7%C3%A3o [consultado em 18-12-2019].

[4] Segundo nossa relação das hiperligações estão presentes nos website*s,* aproximadamente, 30 *hiperlinks* diferentes no *website* Toda Matéria, 80 de Brasil Escola, 20 de História do Brasil, 25 de Sua Pesquisa e 7 do Brasil Colonial, nenhum faz ligação com outro *website,* direcionando-se apenas para outros artigos dentro do mesmo *website*. Todos estão relacionados com a História do Brasil Colônia, do Brasil ou com a História Geral, podendo ser sobre algum evento histórico, produto de comércio, localidade ou historiador.

atual do Brasil, uma imagem das Capitanias hereditárias; um desenho dos bandeirantes e de uma forca. Desse modo, a falta de rigor na utilização de imagens e a ausência de referências comprometem enormemente a qualidade dos websites.

Portanto, quanto ao rigor, autoridade, objetividade, data e cobertura os websites revelam inúmeras deficiências ao apresentarem ausências ou informações pouco rigorosas. É importante referir, contudo, o destaque atribuído a escravidão indígena ou africana. Embora a legislação preconize os estudos da História e cultura africana e afro-brasileira, através da lei 11.645/2008, a ênfase na escravidão desses povos contribui para a manutenção de uma perspectiva restrita da presença e vivência desses grupos naquelas sociedades. Ao encarcerar indígenas, africanos e afrodescendentes ao mundo do trabalho escravo, as narrativas disponíveis nesses endereços eletrônicos ignoram a historiografia atual, a qual aborda as mutações identitárias e culturais desses povos naquele período.

Infelizmente, a falta de qualidade compromete imensamente a difusão histórica a respeito do período colonial. Mas se a qualidade se apresenta tão deficitária, o que esperar das próprias narrativas divulgadas nesses websites?

As narrativas históricas sobre o Brasil colonial na internet

Além dos critérios de qualidade, foram avaliadas as narrativas históricas presentes nos endereços eletrônicos anteriormente mencionados, sendo privilegiados também alguns parâmetros para a análise, tais como: cronologia, localidades e os eventos privilegiados. Nesse sentido, a leitura dos websites baseou-se nas tipologias de consciência histórica propostas por Rüsen, denominadas, respectivamente, de tradicional, exemplar, crítica e genética. Para realizar essa análise é preciso avaliar:

> 1) seu conteúdo, ou seja, a experiência dominante do tempo, trazida desde o passado; 2) as formas de significação histórica, ou as formas de totalidade temporais, 3) o modo de orientação externa, especialmente em relação Às formas comunicativas da vida social; 4) o modo de orientação interna, particularmente em

> relação à identidade histórica como essência da historicidade no conhecimento da personalidade humana e a autocompreensão; 5) a relação de orientação histórica com os valores morais; e 6) sua relação com a razão moral (RÜSEN, 2011, p. 62).

Os distintos tipos, propostos por Rüsen, correspondem a diferentes características na narrativa histórica. Desse modo, a tipologia tradicional valoriza as origens, sublinha as permanências e um modelo de vida em comum para todos, sendo a tradição fundamental para a estabilidade. Já o tipo exemplar apresenta casos representativos, regras de conduta, generalizações, regularidades entre passado e presente, valores eternos, sistema de valores e argumentação por generalização. O terceiro tipo, denominado de crítica, problematiza modelos culturais da atualidade, rompe com as totalidades temporais, nega ou critica a validade os valores e ideologias. Finalmente, a consciência histórica genética observa as transformações dos modelos culturais, avalia as mutações e permanência, tendo em conta os diferentes pontos de vista, contextualiza os valores morais de acordo com a temporalidade (RÜSEN, 2011, p. 63).

As tipologias propostas por Rüsen e os parâmetros indicados orientaram a leitura dos websites, no intuito de avaliar as narrativas histórica sobre o Brasil Colônia.

Iniciando pela cronologia apresentada verifica-se que todos os websites analisados indicam o início do período colonial após o ano de 1530. Os quatro primeiros resultados, Brasil Colônia - Resumo; História do Brasil Colônia – O Período Colonial, Brasil Colônia; “Colonização do Brasil”, ainda atestam a existência de um período anterior, referente ao período de 1500 até 1530, chamado de pré-colonial. Este último é considerado como a época em que os colonizadores portugueses não se fixaram na terra recém-descoberta, não havendo o processo de colonização propriamente dito. Os recortes estabelecidos denotam o protagonismo aos europeus. Além disso, não problematizam as próprias divisões temporais propostas, consequentemente naturalizam a colonização, estabelecendo uma continuidade entre o passado e o presente.

Dentre os endereços eletrônicos avaliados também há distinções quanto ao término do período colonial. Os websites Toda Matéria e Brasil-Colonial mantém a data limite de 1822, ano em que é declarada a independência política em relação a Portugal. Já o Brasil Escola defende o ano de 1808, marcado pela chegada da família real portuguesa à colônia, culminando posteriormente no estabelecimento da sede da corte portuguesa em terras americanas. Enquanto os websites Sua Pesquisa e História do Brasil não apresentam datas para o final do período colonial. As diferentes perspectivas quanto ao final do período colonial revelam as distintas leituras realizadas pelos autores dos websites. A historiografia aponta a relevância da presença da corte lisboeta na América e a mudança de status da cidade do Rio de Janeiro, em 1815, no contexto do império português (VAINFAS, 2000, p. 8). Desse modo, aqueles que demarcam o ano de 1808 como momento final da Colônia estão alinhados com as discussões historiográficas mais atuais.

A análise das localidades referidas nos websites nos permite observar quais espaços geográficos são privilegiados na narrativa sobre o período colonial. Em nenhum dos websites avaliados há referência às regiões Norte e Sul. Entretanto, o atual estado de Minas Gerais e suas cidades, como Vila Rica, Ouro Preto, São José Del Rei, Diamantina e Mariana, é referido em todas as páginas analisadas. Tanto a mineração quanto as revoltas são os temas relacionados às terras mineiras. No entanto, apesar da importância dos achados auríferos e das revoltas ocorridas em Minas Gerais, aspectos culturais, materiais ou outras características sociais pouco são abordados, demonstrando um distanciamento com a historiografia sobre Minas Gerais (FURTADO, 2009, p.141). Com menções em quatro dos cinco *websites* está a região Nordeste. Os estados de Pernambuco e sua capital Recife, da Bahia, ligado principalmente a Salvador, e a cidade do Rio de Janeiro são outras localidades referidas. A proeminência desses espaços, comparada a ausência de outras regiões, atesta a importância da cultura do açúcar no Nordeste e a emergência do Rio de Janeiro no contexto colonial. A valorização do sudeste nas narrativas históricas avaliadas atesta a continuidade entre o passado e o presente, afirmando uma ordem pré-estabelecida, característica da tipologia tradicional.

Quanto aos fenômenos, é fundamental referir que o único comum a todos os cinco endereços eletrônicos é o governo geral, forma de governo instalada pela Coroa Portuguesa na colônia americana, em 1548. O governador-geral, dessa forma, ficava responsável pelo governo civil, além de ter obrigações judiciais e de assessorar as autoridades eclesiásticas (VAINFAS, 2000). Inclusive, o governo geral seria fundamental para a manutenção do território, pois, como refere o website *Brasil Escola*:

> Com a ameaça da ocupação do território brasileiro por outros povos, como os franceses, a coroa portuguesa decidiu, no início da década de 1530, estabelecer o controle de fato da colônia, instituindo o Governo Geral. O primeiro dos governadores gerais do Brasil foi Tomé de Souza. A partir da fase dos governos gerais, começou-se o estabelecimento de uma estrutura econômica [...] (disponível em https://brasilescola.uol.com.br/historiab/brasil-colonia.htm)

A ênfase na organização político-administrativa demonstra a valorização do poder estatal em detrimento de outros poderes e relações na sociedade colonial, remetendo a uma historiografia vinculada aos pressupostos oitocentistas, ou seja, do período romântico. Neste o Estado-nação é o "*tema central tanto da investigação quanto da narrativa histórica*" (FALCON,1997, p. 65). Além disso, a narrativa busca ser exemplar, pois atribui ao Estado poder para controlar "de fato" um território, desconsiderando as inúmeras irregularidades e fragilidades da presença e atuação da coroa portuguesa na América.

A segunda temática mais explorada pelos websites confirma a premissa anterior, pois as Capitanias Hereditárias são o segundo tema de destaque. A fixação dos portugueses e o estabelecimento do governo na América sublinham, para além da centralidade da ação dos europeus, a passividade e a omissão dos outros povos na conformação da colônia. Em seguida, destacam-se o período pré-colonial, o ciclo do ouro, a invasão holandesa. Desse modo, a instalação dos portugueses determina o início da colônia, reforçando seu protagonismo na narrativa.

Fatores econômicos e a salvaguarda do território pelos portugueses, contra as invasões de outros povos europeus, também se destacaram entre os temas mais abordados nos websites, revelando o desfasamento entre a historiografia atual e as narrativas dos websites. Nas últimas três décadas os estudos sobre o denominado Brasil colonial demonstram uma crescente sofisticação, sendo ainda influenciados "pela guinada cultural na História, por novas tecnologias da informação – digitalização e internet – e por uma série de comemorações que geraram um suporte institucional de publicações, colóquios e pesquisas" (SCHWARTZ, 2009, p. 177).

Quanto as indicações bibliográficas, somente dois endereços eletrônicos apresentam referências e sugerem leituras para seus Ao fim de nenhum dos artigos de WEB analisados há referências do conteúdo. Entretanto, no *website* História do Brasil, apesar de apresentar uma linha sobre cultura ao referir-se sobre Aleijadinho, possui uma indicação de leitura: o livro *Cultura e sociedade no Brasil Colônia* de autoria de Junia Ferreira Furtado, que foca na questão cultural e social. Além disso, apresenta algumas referências na página "Bibliografia da História do Brasil", dividida em referências sobre o Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República.[5] Semelhante, a Sua Pesquisa possui uma página chamada "bibliografia", cuja referências bibliográficas são dividida em disciplinas escolares, generalizando a História geral e a do Brasil.[6] No entanto, no final da página também há uma indicação de livro para complementar, a obra de Laima Mesgravis, de 2015, *História do Brasil Colônia*. Desse modo, alguns websites indicam bibliografia pertinente ao período, como também tratam dos

[5] As referências bibliográficas apresentadas na página "Bibliografia da História do Brasil" sobre Brasil Colônia aparecem da seguinte forma: *Dicionário Histórico do Brasil* - Colônia e Império, de Liana Maria Reis; *Cultura e Sociedade no Brasil Colônia* - Coleção Discutindo a História do Brasil, de Junia Ferreira Furtado; *Geografia Econômica* - Brasil de Colônia a Colônia, de Paulo Sérgio Silva Franco; Marcos Antonio de Moraes; *A Escravidão no Brasil Colonial*, de Gloria Porto Kok; *História do Brasil: Colônia*, de Alfredo Boulos Jr.; *Uma História do Brasil*, de Mario José Maestri-filho; *Dicionário do Brasil Colonial* (1500-1808); Ronaldo Vainfas; *História do Brasil Colonial*, de Luiz Roberto Lopez.

[6] As referências bibliográficas apresentadas na página "bibliografia" são: *História Concisa do Brasil*, de Boris Fausto; *História Geral do Brasil*, de Maria Yedda Linhares; História do Brasil, de Luiz Koshiba e Denise Manzi Frayze Pereira; *Toda a História* - História Geral e História do Brasil, de Nelson Piletti e Jose Jobson de Andrade Arruda; *História Geral (volume 1 e 2),* de Francisco de Assis Silva.

mais variados temas. Essas indicações são valiosas para aqueles que pretendem saber mais sobre o período, demonstrando a atualização em relação a produção acadêmica, contudo deveriam ser incorporadas aos textos disponíveis para o leitor.

Considerações Finais

O acesso a rede mundial de computador tem crescido enormemente no Brasil, sendo que muitos acessam diariamente a internet com os mais variados propósitos. A rápida expansão da internet afetou e afeta o fazer historiográfico, uma vez que a fragmentação e a anulação da temporalidade são características intrínsecas da rede. No entanto, paralelamente, é impossível para um investigador ignorar o ciberespaço, pois nele encontramos, não somente uma variedade de informações bibliográficas, como até fontes para pesquisa historiográfica em acervos digitais (LOPES, 2018, p. 140).

A importância angariada pelo ciberespaço tanto na pesquisa quanto na educação é inconteste, contudo quais são as características dos endereços eletrônicos voltados para a educação? Afinal, o que acessam aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre a História do Brasil, por exemplo? A dimensão da internet dificulta um estudo exaustivo de websites educativos, contudo uma análise acurada dos websites brasileiros mais relevantes parece ser fundamental.

Essa pesquisa é um esforço inicial para conhecer e avaliar a qualidade dos websites acessados por aqueles interessados em História do Brasil colônia. O resultado demonstra o lapso entre a produção historiográfica e as narrativas disponibilizadas nos cinco endereços eletrônicos mais destacados. Principalmente a produção acadêmica mais recente, na sua vertente cultural, é pouco explorada pelos autores dessas narrativas.

O protagonismo dos europeus, em especial, dos portugueses desconsidera as ações de outros grupos ao longo do período colonial. Além disso, observa-se a manutenção de uma narrativa de caráter tradicional, a qual

privilegia as permanências e, ao mesmo tempo, se aproxima da historiografia "romântica", na qual o Estado ocupa uma posição central.

As narrativas dão sentido à consciência histórica, impactando na compreensão da temporalidade e nas ações cotidianas, portanto as narrativas disponibilizadas na rede mundial de computadores acessadas por inúmeras crianças e jovens revelam um contexto pouco alentador.

Referências

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **AEDOS,** Porto Alegre, v. 3, n. 8, jan. 2011, p. 9-30.

CAMPOS, Luís de; SANCHES, Carlos. **Dicionário breve da internet e redes.** Editorial Presença: Lisboa, 1999.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos.** Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História. Rio de Janeiro, Vol. 07, no. 07, Ano 03. set. 2016. p. 35-53.

FALCON, Francisco. História e poder. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: CApus, 1997. p. 61-90.

FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais colonial. In: **História da Historiografia**. No.2., 2009. p.116-162. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/11/11 Acesso em: 31 mar. 2018.

KAPOUN, Jim,. **Teaching undergrads WEB evaluation:** A guide for library instruction. C&RL News, Jul./Ago, 1998. p. 522-523. Disponível em: http://ux.brookdalecc.edu/library/5criteria.pdf. Acesso em: 13 de jul. 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, André Pereira Leme. Virada digital? Pesquisa histórica no ciberespaço. Revista **Tempo e Argumento**. v. 10, n. 24, 2018. p. 136-169.

NOIRET, Serge. História pública digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2015. p. 28-51.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. História e Internet: conexões possíveis. **Revista Tempo e Argumento**, [s.l.], v. 06, n. 12, 30 ago. 2014. p. 23-53.

PIMENTA, João Paulo; ATTI, César; CASTRO, Sheila; DIMAMBRO, Nadies da; LANNA, Beatriz; PUPO, Marina; VIEIRA, Luis. A Independência e uma cultura de história no Brasil. **Almanack**, n. 8, nov. 2014. Disponível em: http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/1240. Acesso em: 15 abr. 2015.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história III, formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizegem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011. p. 51-77.

SCHWARTZ, Stuart B. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas. **História: questões & debates**. n. 50, jan./jun. 2009, p. 175-216. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15675/10416. Acesso em: 22 de fev. 2019.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808).** Objetiva: Rio de Janeiro, 2000.

ARTIGOS LIVRES

PELA DEMOCRACIA E PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A LUTA DO SEMANÁRIO *OPINIÃO* CONTRA OS CERCEAMENTOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

FOR DEMOCRACY AND FREEDOM OF EXPRESSION: THE STRUGGLE OF THE WEEKLY OPINION AGAINST THE CONSTRAINTS OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

Luan Gabriel Silveira Venturini[1]

Resumo: Este artigo tem por objetivo minimamente apresentar a atuação da imprensa alternativa durante o período de Ditadura civil-militar brasileira, no âmbito dos “Anos de chumbo”. Esse movimento ficou conhecido como um conjunto dos órgãos de imprensa caracterizados por uma posição contrária a grande imprensa; uma posição independente e, em alguns casos polêmica, para certos segmentos sociais. Propomos um caminho de pesquisa para as críticas e denúncias ao Regime ditatorial nas publicações do periódico alternativo *Opinião*, almejando, também, a partir disso, a compreensão do cenário de censura e repressão à imprensa que se configurou naquele período.
Palavras chaves: atuação; imprensa alternativa; Ditadura; censura.

Abstract: This article aims to minimally present the performance of the alternative press during the period of the Brazilian civil-military dictatorship, within the scope of the "Years of lead". This movement became known as a group of press organizations characterized by a position contrary to the mainstream press; an independent position and, in some cases, controversial, for certain social segments. We propose a research path for criticisms and denunciations of the dictatorial regime in the publications of the alternative periodical Opinion, also aiming, from that point on, to understand the scenario of censorship and repression against the press that took place in that period.
Keywords: performance; alternative press; Dictatorship; censorship.

Introdução

O presente artigo tem por intento analisar o processo de atuação da imprensa alternativa durante o período de Ditadura civil-militar brasileira, no

[1] Graduado em História pela UFMS, campus de Três Lagoas (2015-2018). Foi bolsista PET-História Conexões de Saberes. Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Unesp, campus de Franca (2020-2022). Atualmente reside em Franca-SP.

âmbito dos “Anos de chumbo”. Esse movimento ficou conhecido como um conjunto dos órgãos de imprensa caracterizados por uma posição contrária a grande imprensa; uma posição independente e, em alguns casos polêmica, para certos segmentos sociais[2]. Buscaremos aqui propor um caminho de pesquisa para as críticas e denúncias ao Regime ditatorial nas publicações do periódico alternativo *Opinião*, almejando, também, a partir disso, a compreensão do cenário de censura e repressão à imprensa que se configurou naquele período.

Antes de mais nada, vale salientar que será estudada aqui uma das três grandes linhagens que o jornalista e professor Bernardo Kucinski (1991) classificou para a imprensa alternativa: a linhagem composta por jornalistas ligados ao projeto político de Raimundo Pereira – um dos mais importantes nomes da imprensa alternativa – que era voltada para as críticas ao Regime no Brasil[3]. Assim sendo, após a implantação do Ato Institucional número 5, os grandes jornais foram silenciados, ou seja, não podiam mais publicar notícias ou reportagens que trouxessem crítica ao Regime. Por isso, estes alternativos, mesmo correndo riscos, não se calaram e viram a importância de dizer o não dito da grande imprensa e de criticar o Estado pelos seus abusos.

A Ditadura civil-militar e a grande imprensa no Brasil

A conjuntura política nacional, na segunda metade do século XX, ficou marcada por um Golpe militar contra o governo democrático do presidente João Goulart, e, em seguida, por uma Ditadura civil-militar. O Golpe de 1964 foi mais do que uma rebelião militar, foi, segundo Napolitano (2014), “uma complexa trama de engenharia política.” (p.43). Envolveu um conjunto de conspiradores contra Jango e suas reformas de base; desde civis e militares à liberais e autoritários; empresários e políticos; classe média e burguesia; além da grande

[2] *Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos.* — Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.
[3] As outras duas linhagens são: a mais existencial e antidoutrinária; e a dos jornais satíricos, nascida da intelectualidade carioca.

imprensa, que preparou o clima para que os opositores se sentissem mais amparados pela opinião pública ou, ao menos, pela "opinião publicada" (NAPOLITANO, 2014).

Desta forma, tomando como pano de fundo o Golpe e a consequente Ditadura imposta, que esse estudo irá se desenvolver. Foi um período que marcou a história brasileira e até hoje repercute em nossa sociedade, seja por meio de discursos mais conservadores e elitistas que vangloriam a "Revolução de 64", e em casos mais extremos até pedem a volta da Ditadura; ou por meio de trabalhos acadêmicos que mostram a face do Regime: repressivo; sem liberdades de expressão; autoritário e censurador.

A Ditadura civil-militar brasileira durou 21 anos (1964-1985) e deixou uma herança de 191 pessoas assassinadas; 210 desaparecidas; 33 consideradas desaparecidas; e 1.800 vítimas de torturas; segundo o relatório final da CNV (Comissão Nacional da Verdade) divulgado no ano de 2014[4]. Tantas mortes, torturas e desaparecimentos são explicados pela historiografia como parte integrante de um sistema de segurança nacional, que visava manter intacto e inabalável o Regime, seja por meios mais "pacíficos" – censura – ou por meios mais extremos.

Essa repressão ressaltada acima foi ainda mais incisiva durante os ditos "Anos de chumbo" (NAPOLITANO, 2014). Esse período, inserido dentro da Ditadura civil-militar brasileira, iniciou-se em dezembro de 1968 – com a edição do AI-5 – e durou até março de 1974, tendo o seu auge repressivo e censurador durante o governo Médici (1969-1974). Isso não quer dizer que anteriormente à edição do AI-5 não houve abusos e repressão do Estado. Após a tomada do poder pelos militares em 1964:

> Em todos os grandes centros urbanos brasileiros ocorreram episódios de extrema humilhação, como invasão de milhares de residências, prisões arbitrárias, insultos, delações em massa (como o que fez o radialista César de Alencar contra 140 colegas da Rádio Nacional), espancamentos e assassinatos "acidentais". As prisões foram tantas, que foi preciso encarcerar uma parte

[4] Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-12-10/comissao-da-verdade-confirma-434-mortes-e-desaparecimentos-na-ditadura.html. Acesso em: 10/08/2018.

> dos capturados em navios-presídio, no Rio de Janeiro e em Santos. (BARROS, 1997, p.20)

Os historiadores Carlos Fico (2004) e Marcos Napolitano (2014) também nos proporcionam a compreensão de que houve abusos do Regime logo no primeiro governo militar do Marechal Castelo Branco, já que ele foi complacente com as arbitrariedades da "linha dura", permitindo que esse grupo fosse conquistando mais espaço e poder. Por isso, *"[...] o projeto repressivo baseado numa "operação limpeza" violenta e longeva estava presente desde os primeiros momentos do golpe."* (FICO, 2004, p.34)

Sendo assim, o AI-5 foi o amadurecimento de um processo iniciado anteriormente e não uma decorrência dos episódios de 1968, – ano de muita agitação e movimentação nas ruas por parte de estudantes, operários e crescimento da Frente Ampla – sendo o ato "apenas" o golpe mortal no assassinato da liberdade e cidadania brasileira (FICO, 2004). Com isso, os estudantes foram silenciados, os operários controlados e a repressão estava em todos os lugares da sociedade brasileira. Foi à implantação da Ditadura sem qualquer disfarce. Todos os setores, principalmente a imprensa, as criações artísticas e culturais, tiveram que se submeter ao controle do governo, sem poder esboçar qualquer crítica ao comportamento das autoridades (BARROS, 1997).

A grande imprensa nacional, que apoiara de forma entusiasmada o Golpe militar, (com exceção do jornal *Última Hora*) teve suas sedes invadidas e postas sob rígido controle militar; podiam, apenas, divulgar o AI-5, sem fazer críticas e questionamentos (MOTTA, 2013). É importante ressaltar que essa medida de censura a grande imprensa teve duas motivações.

Primeiramente, como sustenta Motta (2013) essa imprensa formada por grandes periódicos – *O Estado de S. Paulo*; *Jornal do Brasil*; *Folha de S. Paulo*; *O Globo* – anteriormente e também após a tomada do poder pelos militares apoiava as medidas repressivas, pois as entendia como necessárias para consolidar a ordem no país, eliminando as chances das reformas de base do governo Jango e, principalmente, para dar fim a "ameaça" comunista. Entretanto, com o passar do tempo, começaram a aparecer algumas nuanças e críticas nas posições dos periódicos, pois o entusiasmo com a "operação limpeza" variou

entre os diários após algumas medidas consideradas abusivas. Eles começaram a pedir em suas páginas moderação e respeito às leis, para que não fossem cometidas injustiças com ninguém. Essa ambiguidade na fala dos grandes meios de comunicação – em alguns aspectos concordando e em outros não – e a crescente desaprovação ao Regime definiu a censura implantada na grande imprensa com o AI-5, como necessária para o mantimento da ordem e dos ideais da Ditadura. Os militares viram a necessidade de silenciar esses órgãos, para que não houvesse críticas e posicionamentos contrários às atitudes do Estado, ou seja, não queriam ter a imagem atingida e lesada.

O segundo motivo está relacionado também com a imagem do Regime, já que esses veículos de comunicação atingem quase toda a totalidade do país. Por essa razão, os militares não podiam permitir que críticas, questionamentos, ideais de liberdade e cidadania circulassem pelo território nacional.

> [...] os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. À grande imprensa, como aliás, de modo geral, à toda imprensa convencional de conotação liberal (de pequeno, médio ou grande porte), não se permite viver somente com a venda em bancas ou com as assinaturas, dado que costuma atingir um grande estado da federação ou, na maior parte das vezes, a quase totalidade do país. A diferença, portanto, entre uma imprensa convencional de pequeno, de médio e de grande porte está no tamanho do empreendimento e na divulgação que possui. A grande imprensa conta com esquemas de distribuição nacional e mesmo, às vezes, com uma veiculação que abrange algumas praças internacionalmente. (AQUINO, 1999, p.37)

Então, se isso viesse a ocorrer, haveria uma conscientização política muito maior entre as pessoas, o que fatalmente prejudicaria os planos do Estado autoritário, por que, possivelmente, mais indivíduos da sociedade brasileira contrariaria o sistema repressivo imposto pela Ditadura. Claro, que por se tratar de uma imprensa sensacionalista, aliada aos interesses de uma minoria e do grande capital, fica difícil imaginar duras críticas ao Regime. Mas, só o fato de expor os abusos e as arbitrariedades dos militares já seria algo importantíssimo

na luta pela democracia. Por isso, a censura não demorou muito a se estabelecer.

Após o AI-5 oficiais militares foram colocados nas principais redações para realizar a função de censores. Os grandes – *O Estado de S. Paulo*; *Jornal do Brasil*; *Folha de S. Paulo* – tiveram que se acomodar a nova situação e tratar de política com muita cautela (MOTTA, 2013). *O Estado de S. Paulo* até tentou, como podemos ver no trabalho de Aquino (1999), lutar contra a censura e publicar mesmo que de forma bem sutil, quase imperceptível para a maioria dos leitores, algumas críticas ao Regime. Esse órgão recebia a censura prévia dos oficiais, mas em vez de acatá-la, modificava a edição para que ela fosse publicada com a crítica, sem os censores notarem. Porém, o jornal acabou esbarrando quase que todas às vezes na censura; apesar dos esforços, foi raro quando conseguiu driblá-la.

Já o jornal *O Globo* foi o mais simpático ao AI-5 e por essa razão, tornava desnecessário enviar censores militares para sua redação. Porém, no caso do *Última Hora* e *Correio da Manhã,* o quinto ato significou o início do fim, que não demorou muito a chegar (MOTTA, 2013). Por serem jornais extremamente contrários ao Regime e por deixarem isso bem nítido foi difícil para eles aguentarem a repressão do Estado. Até tentaram enganar a censura em muitos momentos, mas jornalistas foram presos e ameaçados. No decorrer dos meses a censura aliou-se às dificuldades financeiras advindas de um cerco financeiro organizado pela Ditadura, o que levou ao fim dos dois grandes jornais que realmente se posicionavam contra as imposições.

A luta alternativa

Com a grande mídia e praticamente todos os segmentos sociais silenciados pelo AI-5 não havia meios “legais” de oposição e luta contra o Regime. Sendo assim, restava, praticamente, uma única saída: a clandestinidade (BARROS, 1997). Diversos indivíduos que não aceitaram

calados o Golpe e a Ditadura implantada, não aceitariam também a repressão e a censura sem qualquer disfarce.

Por essa razão, muitos indivíduos entraram para movimentos clandestinos de luta armada contra a Ditadura. Esse meio de oposição mais radical foi uma das saídas encontradas pela resistência no combate contra a repressão e as arbitrariedades do Estado. Além disso, os jornalistas que compunham o elenco dos grandes jornais e revistas, e que eram contra o que estava ocorrendo se retiraram de seus empregos – ou foram obrigados a saírem – e fundaram – juntamente com outros segmentos contrários e dispostos a participar da resistência – periódicos alternativos; que não eram ilegais, pois, oficialmente não existia qualquer obstáculo à liberdade de imprensa no país, isto é, a censura que era ilegal segundo a Constituição em vigor (MACHADO, 1978). Logo, teoricamente, este tipo de imprensa podia nascer e também, assim como a grande imprensa, circular normalmente. Entretanto, o aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, ou seja, eles eram os principais veículos de comunicação perseguidos e submetidos a um regime de censura prévia (KUCINSKI *apud* CHINEM, 1995). Vemos assim que a covarde e inconstitucional censura realizada pelo Regime se abatia em todos os tipos de jornais e revistas no Brasil; cabendo então aos alternativos a missão de lutar contra ela, pela liberdade de expressão e pela democracia.

Além de censurada, a grande imprensa se limitava também a realização de críticas e, por vezes, praticava a autocensura porque é ligada a classe que a mantém. Ela poderia tentar exercer um papel de esclarecimento da sociedade, porém só vai até o limite dos interesses de seus proprietários; como ressaltado anteriormente, que são vinculados à manutenção de um complexo econômico, político e institucional, isto é, aos interesses de uma minoria (CHINEM, 1995). Desta maneira, a liberdade de opinião/expressão dos jornalistas tem como limite a orientação do jornal que trabalha (CHINEM, 1995).

Nesse sentido, podemos definir a imprensa alternativa como um veículo de comunicação que não está ligado aos interesses ou tendências políticas dominantes. Por isso, os alternativos têm em comum a coragem para denunciar e criticar; sendo a única imprensa naquele período com à audácia de questionar

(CHINEM, 1995). Ainda para o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira[5], – editor dos alternativos *Opinião* e *Movimento* – ela foi uma imprensa democrática, nacionalista e popular de resistência ao modelo em implantação, ou seja, resistência contra o modelo capitalista de desenvolvimento e também oposição à Ditadura civil-militar implantada. Segundo a poetisa Leila Miccolis[6] para ser alternativo tinha que conter então algum tipo de resistência contracultural no sentido amplo, de público universitário, de intelectuais, de teatro, de música, de grupos estigmatizados (negros, mulheres, indígenas, homossexuais), de literatura, de ecologia, etc.

Antes de prosseguirmos, vale a pena destacar o porquê da expressão "imprensa alternativa" e de onde ela veio. O jornalista e escritor Alberto Dines[7] em 1975 chamou-a, primeiramente, de "imprensa do leitor", independente, *underground*. Posteriormente, Dines, aproveitando-se de uma ideia norte-americana, lançou o termo "imprensa alternativa". Segundo ele, era alternativa não apenas de noticiário, mas de mercado, de postura, de organização acionária. Por isso, a imprensa alternativa é avessa a grande imprensa, isto é, ela se segmentou em outras faixas de leitores, direcionado para outros problemas, e que vivia nos jornais de sindicato, de minorias, de intelectuais, de entidades diversas, circulando para um público específico (CHINEM, 1995).

Agora, após definida a expressão, daremos sequência ao tema do estudo ressaltando três aspectos importantes da imprensa alternativa. Primeiro: é errônea a afirmativa de que estes jornais surgiram apenas com a Ditadura e desapareceram com a abertura. Por exemplo, anteriormente ao Golpe militar de 1964, haviam veículos alternativos, especialmente ligados às reformas de base do presidente João Goulart, entre eles estão: *O Binômio*; *O Semanário*; *O Panfleto*[8]. Quase todos saíram de circulação após o Golpe, mas os seus

[5] Apud AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.
[6] *Apud* CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
[7] Apud CHINEM, Rivaldo. Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Editora Ática, 1995.
[8] *Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos.* — Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

fundadores foram os percussores dos periódicos alternativos no final da década de 1960, nos “Anos de chumbo”. Foi nesse período que ocorreu o *boom* dos alternativos no Brasil, pois entre 1964 e 1980 nasceram e morreram cerca de trezentos periódicos alternativos, que se caracterizavam pela oposição intransigente ao Regime militar (CHINEM, 1995); tendo como apogeu de nascimentos os “Anos de chumbo”, devido a ferrenha luta contra a censura.

Segundo: esse *boom* da imprensa alternativa não foi, entretanto, um fenômeno exclusivamente brasileiro. O estudo de Cintia Lima Crescêncio (2016) traz importantes contribuições para entendermos que mais ou menos na mesma época, devido à instalação de Regimes militares nos países do Cone Sul da América Latina e a censura aos seus meios de comunicação possibilitaram também um *boom* na publicação de periódicos alternativos noutros países também.

Terceiro: como já destacado, os alternativos não foram órgãos clandestinos de imprensa, já que a liberdade de imprensa valia para todos no país, segundo a Constituição. Alguns desses jornais até tinham íntima ligação com os grupos e organizações de esquerda da época, mas eram publicações independentes de qualquer organização e grande mídia, que não se escondiam e faziam questão de expor reportagens, notícias e leituras que realmente levavam a informação a uma população apenas abastecida e “informada” pelos veículos da grande imprensa, censurados ou aliados com o Regime (PEREIRA FILHO, 2004).

Deste modo, a imprensa alternativa de linhagem composta por jornalistas ligados ao projeto político de Raimundo Rodrigues Pereira foi uma série de veículos independentes que se desvencilharam de compromissos comerciais e políticos com o poder estabelecido, cujo único desejo era de informar e procurar a verdade, – não dita pelos grandes – sem fazer disso um negócio (AQUINO, 1999). Essa é a maior diferença dos jornais alternativos para os grandes: eles não visavam o lucro e nem uma enorme circulação de suas publicações a fim de que os seus leitores trocassem os grandes jornais pelos alternativos. Pelo contrário, eles sabiam da impossibilidade, devido à falta de uma estrutura administrativa e financeira de estabelecer uma verdadeira competição, e, além

disso, os alternativos dependiam da grande imprensa, já que precisavam criticar ou dizer o que saía ou não saía nela.

Após o elencado acima e o contexto dos "Anos de chumbo" já exposto, faz-se necessário salientar que a repressão política daqueles anos levou à formação de uma frente oposicionista que, apesar de agrupar ideologias divergentes e tendências com os mais variados graus de discordâncias quanto à continuidade do processo político, uniu-se para fazer oposição ao Regime militar (AQUINO, 1999). Em torno dessa frente oposicionista vão se estruturar projetos jornalísticos como o do alternativo *Opinião*.

"Para entender as notícias, você precisa de opinião"[9]

Opinião foi um jornal brasileiro, de fluxo semanal e caráter alternativo, sediado na cidade do Rio de Janeiro-RJ, que circulou entre os anos de 1972 e 1977. Teve destaque ao lado dos também jornais alternativos *O Pasquim* e *Movimento*, concentrando-se na veiculação de artigos escritos por jornalistas e intelectuais de oposição ao Regime militar (BRITO, 2012). O jornal contrastava radicalmente em suas publicações com os semanários que tratavam de temas cotidianos da sociedade brasileira, como a *Veja. Opinião* ainda *"[...] ensinava que a notícia é apenas uma pequena parte da verdade, que por trás dela existem razões ocultas, interesses e jogadas."* (CHINEM, 1995, p.58)

Opinião nasce no começo da década de 1970, imerso em todo aquele contexto autoritário, repressivo e censurador dos "Anos de chumbo" da Ditadura civil-militar que se abatia no país, além do econômico, já que o Brasil vivia a farsa do "Milagre econômico", sustentado pela exploração da classe trabalhadora (BARBALHO *apud* BRITO, 2012). Deste modo, enquanto alguns da grande imprensa iam no rumo da monopolização, beneficiada pelo capital nacional e internacional e fortalecida pelo Regime, jornais alternativos como *Opinião* criticavam os preceitos antinacionais, antipopulares, antirreformistas e não

[9] *Merchandising* do jornal *Opinião*, presente em suas páginas.

democráticos e se opunha ao monopólio econômico (BRITO, 2012). *Opinião* trazia então *"[...] a proposta de um jornalismo crítico e analítico que viria a se chocar diretamente com a censura ideológica imposta pelo Estado."* (BRITO, 2012, p.3)

O caso de *Opinião*, considerado pelo jornalista Kucinski (1991) o semanário mais influente de toda a imprensa dos anos 70, chama a nossa atenção – além do já exposto – pela sua administração contraditória, balanceada por um representante da burguesia nacional e por jornalistas de concepções esquerdistas e resistentes a Ditadura vigente. Estamos falando do diretor e proprietário do jornal Fernando Gasparian e do seu editor-chefe Raimundo Pereira, que trazia consigo a sua equipe de trabalho. Para Chinem (1995) foi uma aproximação de dois lados opostos, pois Gasparian era empresário, professor universitário e pertencia a elite brasileira; já Raimundo era jornalista, nordestino e pertencia a classe trabalhadora. Sendo assim, o que uniu os dois em torno de *Opinião*? Apesar das claras diferenças sociais, econômicas e até políticas, os dois eram unidos pela visão da importância histórica do jornal (CHINEM, 1995). Para eles, o periódico desempenharia um papel de suma importância na sociedade brasileira de luta pelos ideais de liberdade e democracia, ou seja, eram movidos pelo mesmo ideal e acreditavam que *Opinião* conseguiria os seus objetivos.

Ainda segundo Kucinski (1991) entre os motivos de Gasparian para propor o jornal, estava também o desejo de desempenhar um novo papel social e não ser mais o representante da burguesia nacional. Isso tudo levou a união dos dois e consequentemente a formação de *Opinião*; um semanário de boa qualidade gráfica e jornalística, com uma linha nacionalista, democrática e independente, levando o periódico, rapidamente, a se impor como um veículo influente (MACHADO, 1978). Devido a essas características, *Opinião* não iria fazer política, não faria propaganda de movimentos políticos e muito menos iria preservar a imunidade de grupos (CHINEM, 1995). Surgiu então como um jornal disposto a trazer reportagens que falassem a verdade, e foi o que aconteceu. Nos oito primeiros números, publicou matérias polêmicas para o contexto político da época, como sobre a distribuição de renda e referente a dívida externa. Esses

temas tratados por *Opinião* ganharam notoriedade, visto que ninguém naquele momento escrevia sobre esses assuntos, pois eram proibidos na imprensa; já que eram "problemas que não existiam" (MACHADO, 1978). Por fim, o jornal pretendia fazer *"[...] o seu leitor entender os fatos mais importantes da política, da economia, do comportamento social e da cultura."* (CHINEM, 1995, p.58)

Desta forma, trabalharemos a seguir um desses assuntos: a economia. Porque, como já salientado, o país vivia a farsa do "Milagre econômico" sob o comando do general Médici, que implantou uma política econômica apoiada por investimentos estrangeiros no país. Com isso, a economia brasileira cresceu cerca de 11,1% durante esse período e a inflação teve queda de 25,5% para 15,6%. O país dava sinais de crescimento, desenvolvimento e supostamente de melhorias para a população. Porém, só ficou no sinal. O que se viu foi o enriquecimento absurdo de uma minoria da sociedade brasileira (elite), enquanto que na maior parte crescia a pobreza, a miséria e a fome; a desigualdade social ficou ainda mais acentuada. Tudo isso foi feito justamente a custo do endividamento externo do Brasil. Ou seja, essa conta um dia chegaria e seria bem amarga.

A população, de modo geral, não tinha consciência disso, já que o Governo não permitia que nenhuma notícia ou reportagem, sobre esses fatos, circulasse. Entretanto, *Opinião* ousou e foi além do permitido, publicando em 1972 a reportagem do jornalista Gerson Toller Gomes, intitulada "Duas imagens do milagre", que está na quinta página da Edição nº 1, dos dias 6 a 13 de novembro[10]. Buscaremos agora interpretar e problematizar alguns trechos da referida reportagem[11].

Primeiramente, é importante ressaltar que um jornal é um veículo de informações que nunca será neutro e imparcial, isto é, ele carrega consigo os interesses e posicionamentos do grupo que trabalha nele. Deste modo, *Opinião* traz em suas reportagens e discussões o perfil nacionalista, democrático e de resistência de seus jornalistas e colaboradores à Ditadura civil-militar brasileira.

[10] Disponível em: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Link para acesso: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&PagFis=1. Acesso em: 23/10/2018.
[11] Anexos ao final.

Aliado a isso temos as dificuldades financeiras de todo jornal alternativo da época, que não proporcionava muitas vezes a própria equipe elaborar as suas reportagens e a perseguição aos repórteres, jornalistas e intelectuais no território nacional. Por essa razão, ler, interpretar e discutir acerca de reportagens estrangeiras era uma saída, contestada, mas legítima.

Assim sendo, *Opinião* trouxe nessa reportagem uma interpretação e discussão de matérias dos periódicos ingleses *The Economist* e *The Financial Times*. Apesar de ser fomentada com base em pontos de vistas estrangeiros, o jornal não deixa de expor o seu discurso voltado para os interesses nacionais, ou seja, a melhoria e valorização do país.

De início, quando olhamos para o título da reportagem, "Duas imagens do milagre", já podemos perceber que o intuito do periódico é mostrar que há dois lados sobre o que estava acontecendo na economia do Brasil, portanto, lados opostos (não seriam iguais). Embaixo do título, vem uma pequena observação quanto as análises realizadas pelos semanários estrangeiros: por serem divergentes em suas conclusões, elas permitem uma avaliação mais equilibrada dos rumos do país, ou seja, *Opinião* acredita que essa reportagem possibilita ao leitor e a leitora terem uma visão, de certa forma, mais crítica quanto ao suposto "Milagre econômico".



Duas imagens do milagre

***The Economist* e *The Financial Times* publicaram dois suplementos especiais sobre o Brasil e sua política econômica. Divergentes em suas conclusões, as análises permitem uma avaliação mais equilibrada dos rumos do país**

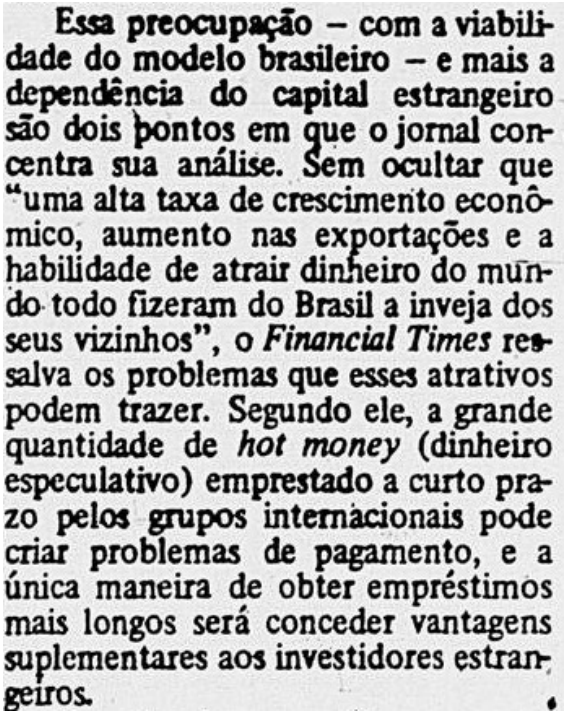
abordem o problema de modo diferente, começam por concordar que houve redução real na renda dos menos favorecidos.

Para o *Financial Times*, essa redução pode ser vista comparando o salário médio na indústria, que aumentou 14 por cento entre 1963 e 1969, e o salário médio geral – "o melhor indi-

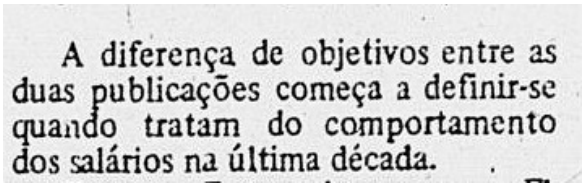
700 mil trabalhado
com os dados acima,
lhão de trabalhadore
grupo com renda s
466,00, mas houve t
créscimo de 1,7 milh
dores no grupo entre
Cr$ 466,00. A difere
mil trabalhadores, fo

No decorrer dos recortes, vemos a confirmação do elencado acima. Por meio da análise e comparação dos dois semanários estrangeiros, *Opinião* permite que se entenda que o país crescia, de fato, economicamente, mas, esse crescimento tinha um custo. Enquanto as produções na indústria (indústrias estrangeiras implantadas no país) aumentavam e davam sinais de desenvolvimento para o país, como o aumento do PIB e a diminuição da inflação,

o nosso meio ambiente era agredido, a concentração de renda ficava cada vez maior (apenas 1% da população se beneficiava), a miséria e a fome crescia na maior parte do país, os salários dos menos favorecidos diminuíam; e ainda, esse "desenvolvimento" vinha por meio de empréstimos estrangeiros e o consequente endividamento externo. Por isso, *Opinião* acredita ser possível fazer uma avaliação mais equilibrada dos rumos do país. Devemos então indagar: que desenvolvimento era este? A custo do que e de quem ele vinha? Por meio desta política econômica, seríamos – realmente – uma nação desenvolvida, em todos os sentidos, no futuro?



Essa preocupação – com a viabilidade do modelo brasileiro – e mais a dependência do capital estrangeiro são dois pontos em que o jornal concentra sua análise. Sem ocultar que "uma alta taxa de crescimento econômico, aumento nas exportações e a habilidade de atrair dinheiro do mundo todo fizeram do Brasil a inveja dos seus vizinhos", o *Financial Times* ressalva os problemas que esses atrativos podem trazer. Segundo ele, a grande quantidade de *hot money* (dinheiro especulativo) emprestado a curto prazo pelos grupos internacionais pode criar problemas de pagamento, e a única maneira de obter empréstimos mais longos será conceder vantagens suplementares aos investidores estrangeiros.



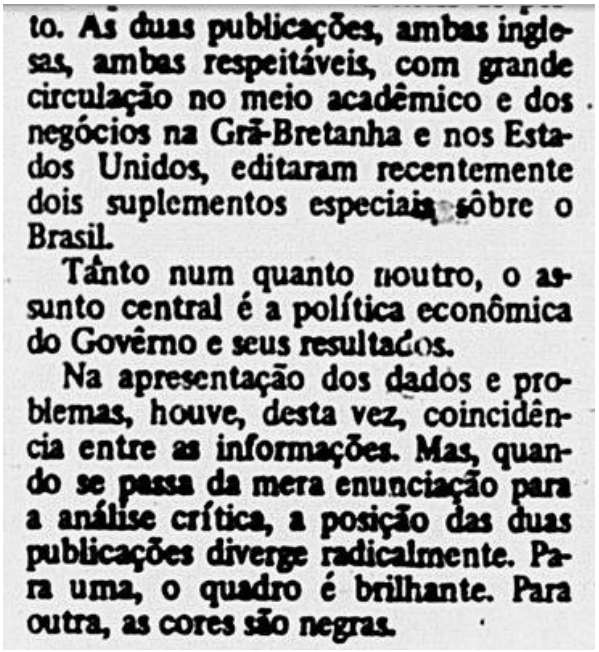
A diferença de objetivos entre as duas publicações começa a definir-se quando tratam do comportamento dos salários na última década.

Para o *Financial Times*, essa redução pode ser vista comparando o salário médio na indústria, que aumentou 14 por cento entre 1963 e 1969, e o salário médio geral – "o melhor indicador para a renda dos trabalhadores menos pagos" – que caiu 7 por cento no mesmo período.

"Como o sr. McNamara sentiu-se obrigado a dizer na III UNCTAD, os dados sôbre a distribuição de renda no Brasil mostram uma deterioração comparativa da situação dos grupos mais pobres. O fato é que a renda real *per capita* da metade mais baixa dos recebedores de renda não aumentou mais de 0,75 por cento ao ano entre 1960 e 1970, passando de 253 para 272 dólares anuais. Em contraste, o 1 por cento de renda mais alta teve um aumento de 11,2 ao ano, passando de 8.350 para 17.700 dólares anuais entre 1960 e 1970. Ao mesmo tempo, classe média também foi razoavelmente favorecida."

Para o *Economist*, a redução se verifica graças à ampliação do mercado de trabalho, com a absorção de maior número de trabalhadores pelo grupo de menor renda (até Cr$ 210,00), que passou de 10,6 para 17,8 milhões de trabalhadores, em números absolutos, e de 55 para 60 por cento da população ativa, entre 1960 e 1970. Ainda na mesma linha otimista, lembra o semanário que o grupo com renda superior a Cr$ 466,00 também aumentou rapidamente ao longo do período, de 2,4 para 3,4 milhões de trabalhadores, e de 13 para 22 por cento da população ativa. Concorda, finalmente, que

Não podemos ignorar que *Opinião* deixa claro que estas informações são de semanários respeitáveis, de grande circulação no meio acadêmico e dos negócios, ou melhor, o alternativo quer que os leitores reflitam sobre a credibilidade das informações contidas na reportagem; elas não foram retiradas de qualquer lugar, portanto, elas possuem fundamento.



to. As duas publicações, ambas inglesas, ambas respeitáveis, com grande circulação no meio acadêmico e dos negócios na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, editaram recentemente dois suplementos especiais sôbre o Brasil.

Tanto num quanto noutro, o assunto central é a política econômica do Govêrno e seus resultados.

Na apresentação dos dados e problemas, houve, desta vez, coincidência entre as informações. Mas, quando se passa da mera enunciação para a análise crítica, a posição das duas publicações diverge radicalmente. Para uma, o quadro é brilhante. Para outra, as cores são negras.

Como o jornal ressalta, enquanto o *The Economist* tem uma visão mais otimista do "Milagre", mostrando-se assim ser de caráter favorável ao capitalismo feroz, onde realmente "Crescer é Concentrar"; o *The Financial Times* tem uma visão mais realista do que é esse "Milagre", para ele "O 'Milagre' econômico Não-Distribuído" é mais significativo do que informar sobre o aumento do PIB e a diminuição da inflação.

Desta forma, *Opinião* funcionou na época como um canal de comunicação entre intelectuais e jornalistas – perseguidos pela Ditadura – e seu público, *"[...] devolvendo o direito de expressão aos pesquisadores e pensadores expurgados das universidades."* (CHINEM, 1995, p.59). Segundo Machado (1978) *Opinião* nasce e ajuda jornalistas e intelectuais a renascerem novamente, já que eles não tinham onde mais escrever, possibilitando-os um espaço livre, independente e democrático para expor suas ideias.

> Acho que *Opinião*, realmente, significou uma renovação na imprensa brasileira. Nossa preocupação foi fazer um jornal inteligente, aberto, democrático. Não havia uma linha política pré-determinada, rígida. Quem tivesse uma ideia inteligente a expor, era convidado a escrever. No jornal se expressaram as mais diversas opiniões. (GASPARIAN *apud* MACHADO, 1978, p.127)

Além de renovar a imprensa, com a publicação de notícias e temáticas ousadas para a época em que estava, *Opinião* também inovou no aspecto gráfico e editorial, pois *"[...] o projeto previa uma impressão um pouco melhor do que O Pasquim, com 24 páginas tabloides, uma diagramação elegante, ilustrado por desenhos e não por fotografias."* (BRITO, 2012, p.6). Deste modo, a intenção era resgatar os traços do caricaturista e do chargista, a fim de produzir um jornal de leitura fácil e grafismo crítico (BRITO, 2012).

Como observamos, o semanário dava muita ênfase à economia, mostrando sempre a visão estrangeria dos conflitos; isso gerava algumas críticas, mas era uma estratégia, devido a carência de recursos para coberturas nacionais (BRITO, 2012) e principalmente uma forma de tentar driblar o controle do Estado repressivo, já que por se tratar de notícias estrangeiras, não pegaria bem – lá fora – para o Governo militar censurá-las, pois "não existia" empecilhos à liberdade de expressão da imprensa brasileira. Por essas razões, segundo Brito (2012), as vendas superaram as expectativas, chegando ao número de até 30 mil exemplares em um dia.

Ainda, *Opinião*, desde o início, teve a preocupação de arquitetar um esquema comercial que não dependesse da publicidade (MACHADO, 1978). Como aponta Machado (1978), o semanário não desprezou os anúncios, que o fortaleceriam, entretanto, deveria ter sua receita básica na vendagem de seus números. Era então um jornal feito para servir o leitor, por isso, por ele seria sustentado. Isto posto, a receita que vinha dos anunciantes e das agências publicitárias jamais ultrapassaria 20% do faturamento, evitando assim a ameaça da dependência (MACHADO, 1978).

Porém, após o oitavo número, o semanário passou a ter uma "revisão prévia", isto é, teria um censor na redação (MACHADO, 1978). A partir daquele momento, o promissor jornal alternativo *Opinião* não seria mais o mesmo e iria

ser asfixiado aos poucos pela antidemocrática censura. Com o aperto da censura – desde o primeiro número *Opinião* foi intimidado pelo aparelho repressivo do Estado, mas ainda havia ficado só no aviso – o jornal mudou de caráter, tornando-se um veículo ainda mais engajado na resistência ao Regime militar (BRITO, 2012). Mas, por volta do número 24, o cerco se fechou, pois agora o semanário deveria ser mandado para a censura prévia em Brasília, toda semana. Na capital federal os cortes eram ainda piores e com menos critérios (MACHADO, 1978), levando, *Opinião* a gradativa asfixia e finalmente ao encerramento de suas atividades em 1977.

Considerações finais

O semanário, ao longo de sua existência, buscou desempenhar um papel – enquanto um veículo de informações e conhecimentos – de resistência e de luta pela liberdade de expressão e pela democracia brasileira, que se encontrava imersa em um contexto autoritário e repressivo, imposto pela Ditadura. A grande imprensa nacional, assim como muitas pessoas da sociedade, temiam – até 1964 – o futuro e por isso apoiaram o Golpe de 64. Entretanto, não foram complacentes com os abusos da Ditadura instaurada – exceto o jornal *O Globo* –, desempenhando, num primeiro momento, resistência aos atos que consideravam antidemocráticos por parte do governo. Por isso, a fim de evitar que as críticas a Ditadura circulassem pelo território nacional, os militares instauraram uma forte censura aos grandes veículos de comunicação. Em uma época de silêncio dos grandes jornais, *Opinião* se impôs como um jornal disposto a dizer o que não era dito.

Apesar das disparidades de ideias existentes dentro do grupo, ou seja, a discordância entre os lados: Fernando Gasparian – proprietário e diretor – e Raimundo Pereira, – editor-chefe – com a sua turma de jornalistas, houve união pelo ideal de luta pelas liberdades. Isso levou o jornal a se tornar, para época, uma tendência na imprensa nacional: era independente; anti-imperialista;

nacionalista; valorizava os preceitos democráticos; dava opiniões concretas sobre o momento social, político e econômico vivido pelos brasileiros.

Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1997.

BRITO, Roberta Kelly de Souza. Imprensa Alternativa no Brasil: o caso do jornal Opinião. In: **XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, 2012, Recife.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa**: jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. **Quem ri por último ri melhor**: humor gráfico feminista no Cone Sul (1974-1988). 2016. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos. — Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

MACHADO, José Antônio Pinheiro. **Opinião x Censura**: momentos da luta de um jornal pela liberdade. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1978.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa***: 1964-1969.* Rio de Janeiro: Revista Topoi, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. **Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.

ARTIGOS LIVRES

MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADAS PELA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: 1950-1970

SOCIO-ENVIRONMENTAL CHANGES CAUSED BY THE MODERNIZATION OF AGRICULTURE IN THE NORTH OF RIO GRANDE DO SUL: 1950-1970

Marcos Paulo de Oliveira Junior[1]

Resumo: Esta pesquisa busca compreender as transformações socioambientais, introduzidas pela modernização da agricultura no norte do Rio Grande do Sul, onde atualmente se encontram os municípios de Carazinho e Não-Me-Toque. Esse recorte regional está articulado com o processo global de transformações da agricultura e precisa ser compreendido nesse contexto. O recorte temporal começa um pouco antes da modernização da agricultura na região, que ocorreu por volta de 1960 e se estendeu até os anos 1970. A pesquisa emprega os referenciais conceituais e metodológicos da História Ambiental. Conclui, preliminarmente, que as principais mudanças socioambientais foram o desmatamento para abertura de novas áreas agrícolas e a contaminação do meio ambiente pelo uso de agroquímicos.
Palavras-chave: Socioambiental. Modernização. Agricultura.

Abstract: The research seeks to understand the socio-environmental transformations, post-introduced by the modernization of agriculture in the North of Rio Grande do Sul, where the municipalities of Carazinho and Não-Me-Toque are currently located. This regional cut is articulated with the overall process of agricultural transformation and needs to be understood in this context. The temporal cut begins shortly before the modernization of agriculture in the region, which occurred around 1960 and extended until the 1970s. The research employs the conceptual and methodological frameworks of Environmental History. It is concluded, preliminarily, that the main socio-environmental changes were the deforestation to open new agricultural areas and the contamination of the environment by the use of agrochemicals.

Keywords: Socio-environmental. Modernization. Agriculture.

Introdução

Essa pesquisa insere-se no campo de estudos da História Ambiental, campo esse que começou a se estruturar a partir da década de 1970, com o primeiro curso acadêmico intitulado de História Ambiental, em 1972 na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, pelo historiador cultural Roderick

[1] Mestrando em História ambiental, linha dois do programa de pós graduação em História na Universidade de Passo Fundo.

Nash, que em 1967 havia publicado o livro *Wilderness and the American Mind*, um livro sobre a presença da imagem de vida selvagem na construção das ideias sobre identidade nacional norte-americana. Ao explicar a concepção do curso, apresentado como indicador de uma nova fronteira no ensino da História (DRUMOND, 1999).

Nova fronteira que durante anos se acreditou em um distanciamento entre Cultura e Natureza. Este distanciamento influenciou sobremaneira as relações estabelecidas entre o Homem como ser diferenciado e destacado da natureza em contraposição à Natureza e seus recursos, deixando assim a História Ambiental como última opção de estudo da História. Afirma Drumond:

> História Ambiental tem sido feita, de modo geral, em três categorias de análises: reconstrução de ambientes naturais do passado, estudo dos modos humanos de produção e seu impacto sobre o ambiente; e a análise da história das ideias, das percepções e dos valores sobre o mundo natural (DRUMOND, 1999, p. 67).

História ambiental tomou força a partir de 1970, com os vários movimentos ambientalistas, período em que o mundo estava começando a se preocupar com o ecológico. A ideia de "ecologia" rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global.

O mundo já estava se preparando para questões ambientais desde o século XVIII. Não é por acaso que nas últimas décadas organizaram-se iniciativas de ensino e pesquisa em economia ecológica, direito ambiental, engenharia ambiental, sociologia ambiental etc. Estabeleceu-se um movimento de mão dupla, em que as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas.

Com a historia ambiental vieram vários trabalhos de estudos como comparações produtivas, naturais, econômicas e sociais. È constituir através da pesquisa um saber geográfico é fundamental para entender a emergência de uma preocupação com os riscos da ação humana. A própria ideia de colapso, de destruição do futuro, começa a aparecer nesse contexto (PÁDUA, 2002).

O grande desafio teórico, no contexto da contemporaneidade, é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural, e tirar o aspecto "flutuante". Não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte - junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas, na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica (PÁDUA, 2002).

A história ambiental apresenta-se hoje como um campo vasto e diversificado de pesquisa. Diferentes aspectos das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais são esquadrinhados anualmente por milhares de pesquisadores. A produção atual engloba tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais.

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de transformações socioambientais introduzidas pela modernização da agricultura, das décadas de 1960-70, no norte do Rio Grande do Sul. Ele está organizado em três partes. Na primeira, analisa as transformações socioambientais na região antes da modernização da agricultura. Na segunda, examina como o processo de modernização foi se desenvolvendo e modificando o modo de vida do colono, isto é, o pequeno agricultor. Por fim, na terceira parte identifica os impactos ambientais que essas mudanças socioambientais causaram na região.

As transformações socioambientais antes do processo de modernização

O recorte temporal adotado começa um pouco antes do auge da modernização da agricultura na região, que ocorreu por volta de 1960 e se estendeu até os anos de 1970. O recorte regional corresponde, aproximadamente, ao atual território dos municípios de Carazinho e Não-Me-Toque, que até os dias de hoje tem a agricultura como uma das principais atividades econômicas da região. Compreendemos região como um recorte criado e adotado, não predefinida administrativa, econômica ou naturalmente.

Ela será sempre um recorte, ou seja, a seleção de uma parte dentro de um todo maior, que dependerá do problema de pesquisa formulado (RECKZIEGEL, 1999; HEREDIA, 1996). De acordo com Herédia:

> La matriz etimológica de la palabra podría ubicarse en la ciencia geográfica, ya que su naturalización responde, dentro de las ciencias sociales y humanas, a la dimensión espacial. Sin embargo, podemos encontrarlo en la terminología de historiadores, escritores, sociólogos, economistas. Por lo tanto, es conveniente formular ciertos detalles en términos de uso y significado en ciertos sistemas de conocimiento (1996, p. 292).

Como afirma a autora, região pode ser entendida como um espaço criado e modificado pelos humanos. Outro conceito importante é o de espaço, definido por Milton Santos *"como um fato social, produto da ação humana, uma natureza socializada que interfere no processo social, pela carga de historicidade possível de ser construída"* (1996, p. 15-22).

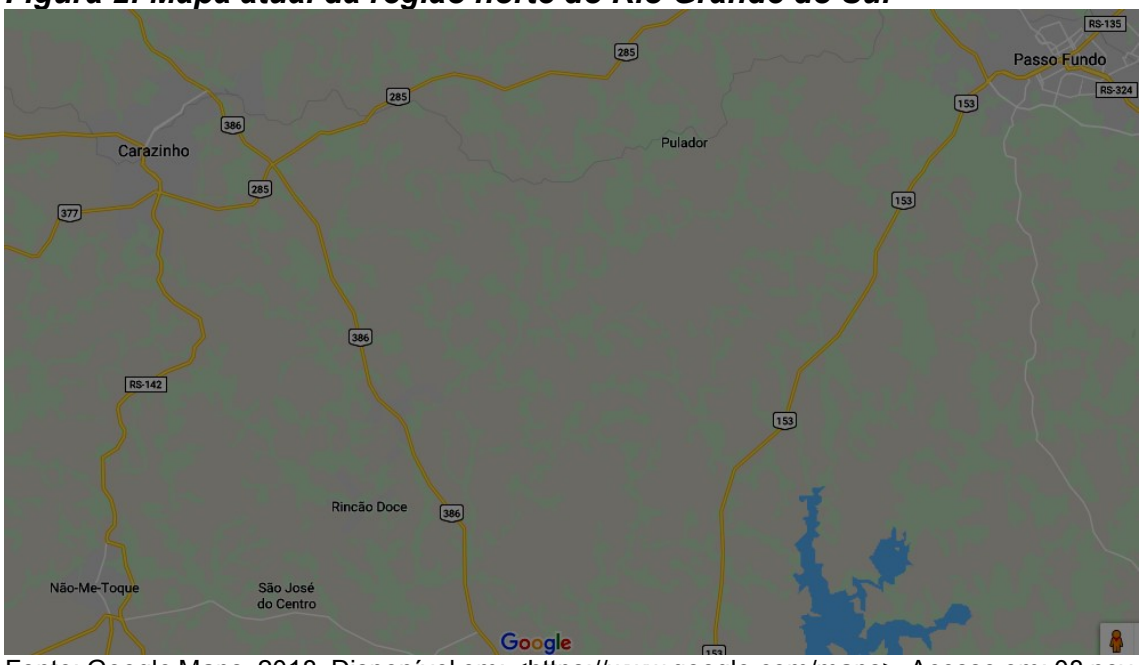
Com base nestes conceitos, tomamos como ponto de partida um mapa elaborado por Maximiliano Beschoren, um agrimensor alemão que fez um estudo do norte da Província do Rio Grande do Sul, publicado em 1875 na forma de livro. Comparamos o mapa de Beschoren (Figura 1) com o mapa atual da região em estudo (Figura 2), visando identificar algumas das transformações socioambientais produzidas pela modernização da agricultura.

Figura 1: Fragmento do mapa de Maximiliano Beshoren



Fonte: BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

Figura 2: Mapa atual da região norte do Rio Grande do Sul



Fonte: Google Maps. 2018. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 08 nov. 2018. Imagem de satélite, color, 3D. Airbus Digital Globe/Google. Lat. 23°17'14"S, 47°14'26"W.

Durante algumas décadas dos séculos XIX e XX, parte do Rio Grande do Sul foi submetida a um progressivo desmatamento. No mapa de Beschoren observa-se a ausência do município de Não-Me-Toque e representação, na cor verde, da floresta. Nota-se que Não-Me-Toque se desenvolveu em área de floresta que foi desmatada.

Parte do Rio Grande do Sul, antes da chegada dos colonos imigrantes no século XIX, estava ocupada por floresta com pinhais (Floresta Ombrófila Mista) e por Floresta Estacional Decidual. Entre os grupos indígenas que aqui viviam, estavam os Kaigang. Conforme Notzold, as populações indígenas foram dispersoras ou semeadoras de araucárias na região em estudo, pois consumiam o pinhão, semente da araucária, que fazia parte da sua dieta. Ainda conforme Notzold:

> Estes grupos exploravam o meio em que viviam de acordo com a época do ano, dando origem assim a diversos sítios arqueológicos (sítios habitação, maior permanência do grupo; sítios acampamentos, menor permanência; sítios oficina, local de extração de matéria-prima). Sua alimentação baseava-se na caça de animais de pequeno e médio porte e na coleta de frutos, raízes e principalmente do pinhão, que eles encontravam em

> grande quantidade nas araucárias, vegetação característica de sua região (2003, p. 48).

Conforme o historiador Fernando Bringmann:

> A mata de araucária é o elemento que mais se distingue na fitofisionomia do Sul do Brasil. Ela estende-se do norte do Rio Grande do Sul até o Paraná e aparece principalmente nas áreas de maior altitude. É neste ambiente, principalmente, que viveram os Kaingang. Caçadores, coletores e agricultores incipientes, procuravam viver sempre em áreas bem irrigadas por córregos ou rios, em locais onde o campo e as matas se aproximam. Nestas áreas, os recursos vegetais e animais satisfatórios à sua subsistência permitiam que eles se movimentassem dentro de um planejamento sazonal bem elaborado. Tal adaptação permitiu que os Kaingang ocupassem desde antes da conquista espanhola e luso-brasileira, as regiões de altitude dos territórios que hoje compreendem os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e nordeste da Argentina (2010, p. 29).

A tese da dispersão de sementes de araucária pelos Kaingang é reforçada por estudos mais recentes, feitos por arqueólogos, biólogos e historiadores. Segundo Mauricio Sedrez dos Reis e outros:

> Evidência cultural extra para a teoria de dispersão assistida por humanos para as duas únicas espécies nativas de araucária da América do Sul: A. angustifolia e A. araucana. Ambas as espécies têm características ecológicas chave que são atraentes para o uso humano: ampla adaptabilidade ambiental e alta produtividade de sementes [...] (2014, p. 4 apud LAUTERJUNG et al., 2018, p. 36).

A combinação de fatores climáticos e ambientais com a ação de grupos humanos indígenas é a explicação mais plausível para expansão e a existência das florestas com araucárias, os pinheirais, no espaço recortado para este estudo.

A campanha de incentivo à imigração, organizada pelo governo brasileiro no século XIX facilitou o acesso à compra de terras e incentivou a agricultura nas terras cobertas por florestas. Os colonos começaram suas atividades desmatando as áreas florestais e transformando-as em terras agricultáveis.

No norte do Rio Grande do Sul, mais precisamente na região em estudo, onde hoje se encontram os municípios de Carazinho e Não-Me-Toque, imigrantes alemães ou os seus descendentes conviveram com moradores luso-brasileiros e caboclos. A fazenda Não-Me-Toque existiu antes da chegada desses imigrantes germânicos, pois:

> Na época das instalações das fazendas pelos portugueses em 1827, muitas recebiam denominações como Invernada Grande, Pessegueiro, Invernadinha, e uma delas, pela denominação nos chama atenção, pois denominou-se Fazenda Não-Me-Toque. Sua existência é confirmada por uma escritura pública encontrada no Cartório de Registro de Imóveis de Passo Fundo, datada em 20 de julho de 1885 (SCHERER, 2004, p. 34).

Em meados do século XX, os descendentes de imigrantes italianos e alemães buscaram na Colônia Nova do "Alto Jacuhy" (hoje Alto Jacuí) melhores condições de vida e, nos lotes de terras adquiridos, começaram a dedicar-se à agricultura e à extração de madeira, bem como à instalação de pequenas fábricas e casas comerciais, tornando Não-Me-Toque sede da Colônia do Alto Jacuhy (SHERER, 2004, p. 18-24).

O pequeno povoado de Não-Me-Toque e a colônia Alto Jacuí, fizeram parte do território de Rio Pardo e Cruz Alta. Posteriormente tornaram-se distrito de Passo Fundo e Carazinho. A partir de 1949 começam a chegar os imigrantes holandeses e em 1954 foi criado o município de Não-Me-Toque.

O desmatamento para permitir a agricultura colonial de subsistência e para abastecer o mercado local foi a segunda importante transformação socioambiental ocorrida na região em estudo. A agricultura praticada pelos colonos estava baseada na produção de excedente, produziam entre famílias para consumo próprio e para comércio, com isso a agricultura não se detinha a um só plantio, mas a uma diversidade de cultivos. Plantava-se de tudo, mas destacou-se o fumo, o arroz, o trigo, a soja, a cebola e a batata. Com esse plantio diversificado, os agricultores criavam certo tipo de ligação com os comerciantes, atacadistas ou a própria indústria, que beneficiou essa produção (COSTA, 2002).

O desmatamento era visto como parte do desenvolvimento econômico. Como afirma Eunice Nodari, “em geral a floresta aparece nas histórias locais como um empecilho, um desafio que foi vencido pelos colonizadores e precisava ser derrubado para o progresso e para o desenvolvimento da sociedade” (2008, p. 2). Ainda segundo Nodari:

> O desmatamento na Floresta de Araucária começa a ocorrer de maneira mais intensa no final do século XIX. No Rio Grande do Sul, especificamente, este aumento é paralelo a imigração para as áreas de floresta do Estado. A natureza deveria ser controlada pela força do trabalho humano, demonstrando o triunfo do empreendimento. Inicialmente os imigrantes desmatavam para implantar a lavoura. As colonizadoras, no começo da imigração, lucravam com a retirada e venda das árvores. O desmatamento na Floresta de Araucária foi diferente do restante da Mata Atlântica por diversos motivos. Além da retirada para a produção agrícola, a extração principalmente da Araucária tornou-se importante fonte de renda, tão importante a ponto de ser considerada uma commodity (2007, p. 4).

A exploração da madeira com pouco controle causou o quase desaparecimento das ricas florestas do estado. Conforme Wentz, das principais formas de devastação das matas, destacam-se duas:

> Primeira era a derrubada excessiva, geralmente para povoar e construir casas, pontes e utensílios, desprezando o restante; a segunda era o corte clandestino nas margens dos rios para exportação por balsas. Neste caso, os produtores eram acusados de cortar a madeira em época imprópria, de não tomar os cuidados necessários para fazê-la secar, de serra-la irregularmente, de prepara-lá em polegadas incompletas e também, de embarca-la em péssimas condições. Todos esses fatores agravaram em muito o extermínio das árvores no estado (2004, p. 132).

Ainda na avaliação de Wentz:

> O rio Grande do Sul possuía extensas florestas, ricas de essências finas que representavam uma das maiores riquezas do seu solo. A colonização intensiva e processada no estado, que vinha desde os últimos anos da Monarquia, prosseguindo em ritmo acelerado após a República, por um lado, foi o fator preponderante para o desenvolvimento agroindustrial sulino; por outro lado levou o estado a uma quase devastação total das florestas (2004, p. 132).

O desmatamento e a instalação de muitas serrarias na região em estudo modificou drasticamente a paisagem. Como as serrarias trabalhavam com a exportação da madeira, vários municípios da região Sul foram beneficiados, em especial com a instalação de ferrovias para o transporte da madeira. Esse foi o caso da região de Carazinho e Passo Fundo, que tinham em seus territórios várias exportadoras de madeira (WENTZ, 2004).

Em 1943 foi fundada a “Gaúcha Madeireira” que reunia 80 sócios. Tinha sua sede localizada em Passo Fundo e depósitos distribuídos por Carazinho, Não-Me-Toque, Coxilha, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos. Essa região madeireira cresceu economicamente, impulsionada pelo fluxo de pessoas e pelo interesses comerciais (WENTZ, 2004). Portanto, o comércio da madeira foi um dos fatores que permitiram reunir o capital investido, depois, na modernização da agricultura.

O processo de modernização da agricultura na região estudada

A modernização da agricultura não ocorreu de forma isolada no Brasil, mas sim como um fenômeno mundial. Este processo constitui uma etapa de transformação da agricultura, baseada nas inovações tecnológicas, em novos insumos, máquinas e equipamentos. Para Costa:

> A modernização da agricultura pode ser caracterizada pela mudança da base técnica da produção agrícola iniciada depois da segunda guerra mundial, com a maior utilização de equipamentos e insumos, cuja resultante foi o aumento imediato da produtividade dos fatores. O processo de modernização acarretou uma integração técnica intra-setorial entre a mercantilização da agricultura, ao mesmo tempo em que promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais, como máquinas e insumos, e, desta forma, induz à criação de indústrias de bens de capital e insumos para o setor agrícola (2002, p. 44).

A modernização ligou-se à Revolução Verde, um programa encabeçado pelo grupo econômico Rockfeller, que:

> Tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal

> para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes (BRUM, 1985, p. 59).

De acordo com Antônio Andrioli, a Revolução Verde baseava-se em três elementos interligados:

> 1) a mecanização, através da produção de tratores, colheitadeiras e equipamentos; 2) a aplicação de adubo químico, pesticidas e medicamentos para a criação de animais; 3) o progresso na biologia, através do desenvolvimento de sementes híbridas e novas raças de animais com potencial produtivo superior (2008, p. 103).

Essa modernização estava baseada em um discurso de preocupação com a fome da população do mundo. O grupo Rockfeller propagou na imprensa que se poderia vir a sofrer com uma grande crise de alimentos para a população e que a Revolução Verde seria o grande programa para sanar a fome mundial (ANDRIOLI, 2008).

Então, a partir do ano de 1960, começou esse alto investimento na modernização da agricultura, no qual o grande produtor teve acesso a tecnologias de pesquisa de solo, crédito fácil e assistência técnica, a fim de produzir tanto para o comércio externo quanto o interno. Enquanto isso, o pequeno agricultor ficou com o plantio tradicional e familiar baseado na produção de excedente e comercialização nos pequenos mercados urbanos, os mesmos que devido comercializar com a massa urbana de baixo poder aquisitivo segurava o preço dos produtos em baixa também (MARTINE, 1991).

Essa modernização foi denominada "dolorosa" e "modernização conservadora" por Silva (1982), tendo em vista que o processo de reestruturação produtiva se desenvolveu sem a alteração da distribuição da propriedade da terra. Com isso, houve o favorecimento das grandes propriedades e a concentração da terra, sob o forte apoio do Estado, que se revelou socialmente seletivo, com as propriedades sendo conduzidas por tecnologias poupadoras de emprego, trazendo consequências negativas para os trabalhadores rurais,

ocasionando a migração forçada de milhares de famílias do interior para os centros urbanos (MENDONÇA et al., 2002).

Além do êxodo rural, a modernização da agricultura causou, em muitos lugares do mundo, impactos ambientais gigantescos, transformações socioambientais permanentes e visíveis até mesmo nos dias atuais, tais como: surgimento de cidades, desmatamento, alto índice de doenças causadas pelo uso de agrotóxicos, a morte precoce de inúmeros agricultores que fizeram e fazem uso de herbicidas (MENDONÇA et al., 2002).

Para Sandra Pedroso Cunha, a modernização da agricultura teve seu início, na região em estudo, no município de Não-Me-Toque, com a chegada dos imigrantes holandeses, a partir de 1949, que tinham certa "experiência" com máquinas agrícolas, isto é:

> A partir de 1930, a atividade agrícola nas terras de Não-Me-Toque, passou a exigir novas formas de adubação nas lavouras e o uso de máquinas agrícolas. Esse progresso na agricultura torna imprescindível a implantação da lavoura mecanizada. Em 1948, começam a chegar as primeiras famílias neste estado do Rio Grande do Sul, sendo os Rauwers e Melis as primeiras famílias a chegarem em Não-Me-Toque. Juntamente com os holandeses chegou a mecanização agrícola que impulsionou nossa região. E assim Não-Me-Toque vai se desenvolvendo em todos os setores: saúde, religião, educação, agricultura… Logo, a partir de 1949, com a chegada dos imigrantes holandeses, experientes na mecanização das lavouras, propiciou um avanço com a fabricação de máquinas agrícolas. Surgem empresas que passam a trabalhar com sementes selecionadas. Todos esses aspectos justificam a fama do município, além de ser pioneiro no uso de tratores, plantadeiras, colheitadeiras, tornando Não-Me-Toque popularmente conhecida como "Capital da Lavoura Mecanizada" (CUNHA, 2004, p. 27).

Esse processo de modernização, contudo, aprofundou-se a partir de 1960, não só na região de Não-Me-Toque e Carazinho, mas também em âmbito mundial. Com os altos investimentos na agricultura, resultando na Revolução Verde de Nelson Rockfeller, surgiram vários estudos sobre a terra e a produção agrícola e, também, vários incentivos do governo brasileiro. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) foi criada exatamente nesse contexto, mais precisamente no ano de 1957, e desencadeou:

> A Operação Tatú, como ficou conhecido o Plano Estadual de Melhoramento da Fertilidade do Solo, na década de 1960, viria para resolver o problema da falta de fertilidade do solo. Com a disseminação do uso do calcário e o consequente aumento dos níveis de cálcio e magnésio, a Operação Tatú elevou a produtividade agrícola (EMATER, 2011).

Hoje se percebe um progresso com base no avanço da ciência do solo, por meio da geração de conhecimento ao longo do tempo. Nos anos 1960 eram encontrados problemas de fertilidade. Nas décadas de 1970 e 1980, as dificuldades estavam na conservação do solo (EMATER, 2011, p. 1).

Em janeiro de 1960, nas primeiras edições do ano de um jornal de Carazinho, denominado *Noticioso,* podem ser encontradas propagandas para venda de tratores e outros equipamentos ligados à modernização da agricultura na região em estudo. Os primeiros anúncios estavam sem fotos, eram pequenos e davam poucas características do produto, como no seguinte caso: “TRATOR ZETOR, pronta entrega, concessionários para Carazinho SASCIAR, Av. Flores da Cunha (em frente ao frigorífico)” (*NOTICIOSO*, 12 jan.1960, p. 3).

Muitos anúncios não traziam o preço, mas destacavam o prazo de financiamento e a facilidade de compra, eram muito bem apresentados e ilustrados, ressaltavam ainda a facilidade para reposição de peças e para obter assistência técnica.

No processo de modernização houve também o lançamento, na década de 1960, de colheitadeiras, tratores carregadores, plantadeiras e adubadoras entre outras. Na região de Carazinho podemos perceber, por meio do jornal *Noticioso*, que a empresa pioneira em fabricar e vender tais inovações foi a *Massey Fergusson*, da qual transcrevemos um anúncio de plantadeira:

> MASSEY FERGUSSON-904 reduz custo! aumenta a produção! Planta e aduba muitos alqueires por dia! conjuntos separados para movimentar os mecanismos de plantio e adubação, asseguram mais eficiência a plantadeira, planta e aduba em uma operação conjunta, comandada pelo assento do trator, mecanismos separados par ao plantio de milho, amendoim e algodão, a quantidade de adubo é facilmente ajustável para aplicação entre 22,70 a 1134 kg em cada hectare, colocação do adubo ao lado e abaixo da semente simplifica a alimentação

> científica da planta, sulcadores de discos e de garras para servir as mais variadas condições de solo, adubadoras independentes para adubação lateral durante o cultivo, fácil ajuste de profundidade e espaçamento das sementes sem necessidade do uso de ferramentas, pontos de lubrificação de fácil acesso, simplicidade acoplamento (*NOTICIOSO*, 22 set. 1963, p. 3).

Como podemos observar, a partir de 1963 os anúncios começaram a ser mais técnicos, incluindo dados, cálculos e ressaltando a qualidade e as vantagens de adquirir o novo produto e modernizar a agricultura. O apelo para se modernizar estava presente na propaganda, mais do que os preços dos produtos, como em:

> MASSEY FERGUSSON-61, resolve todos os problemas de sua colheita de milho! Depois de solucionados todos os problemas técnicos e de superar os difíceis testes a que foi submetida, a nova colhedeira de milho MF-61 provou a sua grande superioridade. É realmente a melhor colhedeira existente no mercado. Foi construída para satisfazer os agricultores modernos. **Características exclusivas**: Dispensa total dos serviços diários de lubrificação, apenas um homem realiza a operação do inicio ao fm da colheita; montagem e desmontagem rápida, 20 minutos; desenho especial da mesa colhedeira permite máximo aproveitamento das espigas. Colhe e carrega o milho (*NOTICIOSO*, 24 set. 1963, p. 2, grifo nosso).

A partir de 1964, tivemos a criação de vários implementos compatíveis com os tratores Massey Fergusson. O trator MF-50X era compatível com todos os tipos de colheitadeiras e carregadores, vinha com uma linha de implementos exclusiva para ele e ainda trazia como bordão de propaganda "dando uma grande arrancada na agricultura". Conforme o anúncio:

> Puxou pelos famosos irmãos MF-35 e o MF-50 (quem não os conhece?) Só que mais potente! Tem motor diesel Perkins de 44 HP. Traz a experiência do maior fabricante de tratores do mundo. Massey Fergusson é claro! E chega na hora "H"; quando a nossa agricultura está dando uma grande arrancada! (*NOTICIOSO*, 18 abr. 1964, p. 2).

O ano de 1965 foi marcado pela divulgação dos vários financiamentos e formas de pagamento disponíveis. Financiamentos de até oito anos eram divulgados em todas as edições e os anúncios de tratores, sementes e químicos

agrícolas destacavam o financiamento como a melhor forma de aquisição (*NOTICIOSO*, 15 maio 1965, p. 4).

Figura 3: Massey financiado em quatro anos


AGORA! SEU TRATOR
Massey-Ferguson
financiado em 4 anos
Mas V. precisa aproveitar essa oportunidade até 31/8/65, data limite da resolução n.º 2.

(Independente do tamanho de sua propriedade)

A resolução n.º 2 do Banco Central é uma verdadeira revolução para a mecanização da agricultura. O seu trator MF-50X é agora financiado em 4 anos, independente da área de sua propriedade. E mais: V. pode obter financiamento para quantos tratores e implementos precisar. É mesmo uma verdadeira revolução na agricultura.

Vantagens de adquirir já um trator MF-50X? Experimente V. mesmo: peça uma demonstração de todos os tratores existentes no mercado. Estamos certos: depois da prova V. se decidirá por um MF-50X, o trator preferido pela maioria dos agricultores do Brasil e a marca mais vendida do mundo. Por diversas razões:

1 - Possui exclusivo sistema hidráulico que, através de seu controle quadrimático, mantém automaticamente a profundidade do trabalho.

2 - Em razão da transferência de pêso, forma uma só unidade do conjunto trator-implemento, executando tarefas de um trator pesado, com a economia de um trator leve.

3 - Assistência técnica no campo e três revisões gratuitas durante a garantia (feitas por mecânicos treinados na fábrica).

4 - Tem seus componentes rigorosamente testados na fábrica, o que garante durabilidade.

5 - É o único que pode operar uma linha completa de mais de 100 implementos Massey-Ferguson, com eficiência.

Não se esqueça. Exija também junto com o seu MF-50X o arado, a grade, a plantadeira e o cultivador MF. Tudo financiado.

E muito mais, que V. poderá comprovar pessoalmente.

Procure-nos hoje mesmo e, após uma demonstração detalhada dos inúmeros vantagens oferecidas pelo trator MF-50X, poderemos acompanhá-lo ao Banco do Brasil.

Revendedores em Carázinho:
Comercial Auto-Máquinas Limitada
Fonte: *NOTICIOSO*, 06 jul.1965, p. 4

A partir de 1967, a modernização da agricultura e seu pacote tecnológico apresentam, no jornal, os herbicidas, inseticidas, fungicidas e fertilizantes, ou seja, venenos e adubos químicos produzidos pela indústria com objetivo de combater as pragas e auxiliar no aumento da produtividade. Segundo Carvalho, Nodari e Nodari:

> Os agrotóxicos eram parte do pacote tecnológico da modernização agrícola ou revolução verde e, portanto, sua percepção e sua utilização estavam totalmente conectadas com uma série de tecnologias agrícolas, como fertilizantes sintéticos, calcário, tratores, sementes certificadas e demais implementos agrícolas. Para convencer os agricultores a utilizar tais tecnologias, o governo brasileiro e os estados utilizaram a concepção e métodos de extensão rural importados dos EUA e criaram, a partir da década de 1950, escritórios de assistência

> técnica, contratando técnicos agrícolas, engenheiros-agrônomos, veterinários e economistas domésticos. No estado de Santa Catarina, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc), em 1957. Na sequência, crucial para a disseminação dessas tecnologias, foi a implantação de um amplo e generoso sistema de crédito rural a partir do regime militar de 1964 (2017, p. 78).

A modernização incentivou a prática de monocultivos, o uso de sementes híbridas, a forte mecanização da agricultura e o uso dos pacotes agroquímicos. Quase toda a tecnologia surgiu na Revolução Verde e foi proveniente de adaptações de pesquisas e equipamentos utilizados nas guerras. A produção e a comercialização dos agrotóxicos no Brasil e no mundo se concentraram na mão de seis grandes empresas transnacionais, que controlam mais de 80% do mercado de venenos. São elas: Monsanto, Syngenta, Bayer, Dupont, Dow e Basf (CAMELO, 2012). Recentemente, em 2018, a Bayer comprou a Monsanto.

Os agrotóxicos chegaram ao Sul do país junto com a monocultura da soja, trigo e arroz, associados à utilização obrigatória desses produtos para quem pretendesse usar o crédito rural. Hoje em dia, os agrotóxicos encontram- se disseminados na agricultura como uma solução de curto prazo para a infestação de pragas e doenças (CAMELO, 2012).

Na região em estudo, os inseticidas e herbicidas começaram a serem introduzidos no mercado a partir do ano de 1967. Os fabricantes de agrotóxicos que se destacaram nos anúncios do jornal pesquisado foram a Shell e a Hoechst.

Figura 4: Propaganda da Hoechst



Fonte: *NOTICIOSO*, 10 out.1967. p. 3.

Na Figura 4 está reproduzido um comercial dos produtos Malix e Afalon, fabricados pela Hoechst, que prometiam soluções para o controle da lagarta da soja e para o milhã (*Digitaria horizontalis* Willd.), uma planta concorrente. O ano de 1967 também foi marcado pelo anúncio, na região, de outras marcas de agrotóxicos. A principal revendedora de insumos agrícolas na região foi a SASCIAR, mas havia concorrentes no município de Carazinho. Nos anúncios do jornal *Noticioso* destacam-se a Cachoeirense Fertilizantes, Lauxen e Cia Ltda, Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica, Elanco Produtos Agro- pecuários e Industriais, Kasper e Cia Ltda e Paim, Zerwes e Cia Ltda.

Os impactos socioambientais da modernização

O processo de modernização agrícola, se por um lado aumentou a produtividade das lavouras, por outro, levou a impactos socioambientais que são alterações no meio ambiente e na sociedade que foram provocadas por determinadas ações ou atividades humanas, impactando a qualidade de vida, a saúde humana, a economia e o meio ambiente.

Os problemas ambientais mais frequentes, provocados pelo padrão produtivo monocultor foram: a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos.

Um dos maiores impactos socioambientais da modernização possivelmente foi ocasionado pelo uso de agrotóxicos, indústria que foi bastante beneficiada quando o governo brasileiro exigiu, que para conceder o financiamento bancário, a compra combinada de semente, de adubo e de agrotóxico. Essa "obrigação" de comprar e usar os agrotóxicos é mais bem explicada por Pelaez e outros:

> Neste processo, teve papel central a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural, que vinculava a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos químicos pelos agricultores. Outro elemento chave foi criação, em 1975, do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que proporcionou recursos financeiros para a criação de empresas nacionais e a instalação no país de subsidiárias de empresas transnacionais de insumos agrícolas. Outro fator ainda a colaborar de forma marcante para a enorme disseminação da utilização dos agrotóxicos no Brasil foi o marco regulatório defasado e pouco rigoroso que vigorou até 1989 (quando foi aprovada a Lei 7.802), que facilitou o registro de centenas de substâncias tóxicas, muitas das quais já proibidas nos países desenvolvidos (2010, p. 35).

No jornal *Noticioso* podemos constatar que os revendedores de adubos eram os mesmos de agrotóxicos, até porque tanto os fertilizantes quanto os venenos são parte do processo da agricultura moderna, sendo assim eram comercializados muitas vezes juntos. O adubo sintético ou fertilizante é parte do "pacote" de modernização, ao lado dos tratores e dos agrotóxicos.

Com essa "obrigação" de comprar e usar os agrotóxicos, os agricultores acabaram gerando uma grande contaminação do meio ambiente, algumas vezes sem saber. Além dos problemas ambientais, é necessário observar que a fome dos famintos não teve fim. No entanto, por esse caminho a agricultura tornou-se cada vez mais subordinada à indústria, que dita às regras de produção de acordo com a sua demanda (COSTA, 2002).

O que se pode constatar é que a modernização da agricultura apresentou um impacto no desenvolvimento regional, porém existem outros fatores que também intervém. Por exemplo, a ação do Estado, com políticas públicas específicas; o desenvolvimento do mercado, principalmente industrial; a ocorrência de recursos minerais; etc.

Considerando os fatores sociais, econômicos e ambientais impactantes que atuam sobre a questão rural, Amstalden conclui que os principais problemas devem-se aos seguintes fatos:

> 1) a tecnologia utilizada é reducionista e desconsidera as intrincadas relações do meio ambiente, sendo por isso agressiva acarretando graves perdas, além de não controlar eficientemente problemas, mantendo a lavoura sob dependência do sistema industrial que lhe é exógeno;
> 2) no caso brasileiro a situação agrava-se na medida em que a tecnologia foi desenvolvida para realidades ecológicas e sociais do primeiro mundo e foi introduzida aqui sem considerar-se essa diversidade. O resultado é, portanto maior dependência e menor eficiência;
> 3) o custo dessa agricultura é muito alto, beneficiando os grupos já capitalizados e excluindo os demais. O custo ainda é muito grande do ponto de vista energético, já que há grande utilização de recursos não renováveis;
> 4) a agricultura industrial é monopolista. De um lado se monopoliza a produção por parte de grandes proprietários rurais beneficiados pela disponibilidade de capital; e do outro se monopoliza a tecnologia por parte de grandes grupos empresariais. Nota-se que o monopólio produtivo agrava os desequilíbrios sociais e o monopólio técnico mantém a dependência do país às importações elevadas e confere aos detentores da tecnologia um poder econômico e político sobre o Brasil; (1991, p. 50-51).

No jornal local da região em estudo encontramos anúncios como este:

> Previna-se contra as pragas do solo com Aldrin! Aplique Aldrin antes do plantio, para prevenir-se contra as pragas do solo, pois quando estas atacam a lavoura, já não há mais tempo para qualquer controle eficiente. Além do seu alto poder inseticida Aldrin não comunica gosto nem cheiro às culturas. Aldrin pode ser adquirido sob forma concentrado emulsionável, pó molhável e pó diluído (*NOTICIOSO*, 1960, p. 4).

Uma parte muito expressiva do jornal *Noticioso,* no período estudado, continha anúncios de “defensivos” agrícolas, alguns ocupando a página inteira. A palavra exprime a posição de defesa contra uma agressão. Também encontramos o termo “previna-se”, trazendo a ideia de prevenção contra os ataques futuros. Este era o discurso da necessidade de defender as lavouras do ataque de pragas. O anúncio também nos remete a ideia de “salvação” destacam que o produto deve ser usado, pois as plantações correm grande perigo. Esse tipo de anúncio circulou na década de 1960, reforçando o discurso de “necessidade” de “proteger” as lavouras.

O Aldrin, produzido pela Shell, apareceu pela primeira vez no periódico analisado na década de 1960 (*NOTICIOSO*, 30 abr. 1960, p. 4) e teve um tempo de comercialização curto, sendo proibido em 1985.

Com base em nossas fontes, podemos constatar que o pacote agrícola promoveu um aculturamento dos agricultores, facilitando assim a introdução dos agrotóxicos no meio rural, além de vender a ideia de produção garantida ao agricultor. Eles eram “oferecidos” aos agricultores como um meio de modernização da agricultura.

A partir do ano de 1962 começaram a aparecer variados anúncios. Os venenos oferecidos eram fungicidas, inseticidas e herbicidas. Faziam parte do pacote tecnológico para uma agricultura mais produtiva, eram fabricados por indústrias químicas como Shell, Hoechst, Elanco e Bayer (*NOTICIOSO*, 1962).

Figura 5: Propaganda do formicida Tatuzinho



Fonte: *NOTICIOSO*, 03 jul.1962. p. 3.

A Figura 5 mostra uma estratégia de marketing: a propaganda dos agroquímicos começam a ser ilustradas e os produtos eram apresentados como uma ajuda ao agricultor. Nota-se, nas páginas do jornal, o incentivo ao uso de agroquímicos com abordagens simpáticas e atrativas. O formicida Tatuzinho foi lançado na edição do dia 3 de julho de 1962 e trazia a ilustração de um tatu de chapéu segurando uma enxada sobe a frase “tatuzinho mata sózinho”. A ilustração visava alimentar o imaginário de facilidade para o agricultor, pois o formicida trabalharia para ele (*NOTICIOSO*, 1962).

A década de 1960-1970 marcou, na região em estudo, a entrada de outras distribuidoras de agrotóxicos. No município de Carazinho estava instalada uma das maiores revendedoras de insumos agrícolas da região: a SASCIAR. Conforme o jornal, existiram ainda a Cachoeirense Fertilizantes, Lauxen e Cia Ltda, Kasper e Cia Ltda e Paim, Zerwes e Cia Ltda (*NOTICIOSO*, 1960-1970).

O jornal *Noticioso* contribuiu como veículo de propaganda, destacando os supostos benefícios que os produtos agroquímicos trariam para a agricultura da região. Na atual etapa da pesquisa não estão claros, por meio dos jornais, quais foram os impactos socioambientais da modernização na região. Acredita-se que esse processo contribuiu para alterações profundas do meio ambiente e da sociedade.

Os impactos socioambientais sofridos, segundo a Emater, decorreram principalmente do desmatamento:

> Os desmatamentos, desde a época da colonização, não observaram critérios para localização de reservas florestais, tendo sido feitos de madeira indiscriminada, não poupando sequer topos de morros, enconstas declivosas ou margens de cursos de água. Como decorrência do sistema de exploração restam, apenas florestas nativas em reservas públicas, remanecentes da vegetação que cobria parte do Estado no inicio de sua colonização. A deficiente cobertura vegetal diminuiu a infiltração e o armazenamento de água no solo, inclusive a alimentação dos lençóis subterrâneos. A partir do desmatamento e com o inadequado uso e manejo, surgiu a degradação do solo, favorecendo o escorrimento superficial das aguas das chuvas. Estas se avolumam e provocam enxurradas, arrastando grande quantidade de solo agrícola, causando inundações e depositando nos leitos dos rios o solo transportado. Junto com o solo são levados os agrotóxicos, que provocam mortandade de peixes e de outros animais aquáticos (1970, p. 22-23).

A continuação da pesquisa nas fontes disponíveis poderá esclarecer quais foram os impactos sociais e ambientais produzidos pela modernização da agricultura na região em estudo.

Considerações finais

O presente artigo permitiu a compreensão de parte do processo de modernização da agricultura nos municípios de Carazinho e Não-Me-Toque, dos incentivos e do trabalho da imprensa, da Emater e do governo brasileiro. A região recortada para pesquisa, desde a sua colonização, foi fortemente marcada pela agricultura. Nas décadas de 1960 a 1990 houve a substituição da agricultura colonial pela modernizada, com a introdução do uso de máquinas, equipamentos e agroquímicos. Na estratégia de acumulação e expansão do capitalismo, a agricultura familiar coloca-se na dependência da busca da produção e da

produtividade, atrelando-se, muitas vezes, ao complexo agroindustrial com profundas mudanças econômicas, sociais e culturais.

Desta forma, entra em vigor um modelo de exploração capitalizada, dotada de meios e técnicas que asseguram a eficácia e rentabilidade de produção. Os agrotóxicos surgem neste período da chamada “moderna agricultura”, trazendo inúmeros problemas que afetam o meio ambiente, a qualidade de vida e o processo de produção, colocando em risco a continuidade do mesmo.

Compreendemos, em nossa pesquisa, as várias transformações socioambientais introduzidas na região em estudo antes da modernização da agricultura, principalmente a interação de grupos indígenas com as florestas com araucárias e o desmatamento realizado pelos projetos de colonização com imigrantes europeus a partir do século XIX.

Analisamos o processo de colonização da região pesquisada e as principais atividades dos colonos, suas técnicas de plantio e modo de vida, sendo esse colono um dos protagonistas do processo de desmatamento, modificando a paisagem de forma permanente e iniciando as atividades do comércio e beneficiamento da madeira.

A modernização da agricultura correspondeu a outro conjunto de transformações socioambientais. Além das empresas representantes das indústrias de insumos e equipamentos para a agricultura, o trabalho de extensão rural realizado pela Emater impulsionou o processo de modernização.

Os principais impactos socioambientais provocados pela modernização da agricultura nos municípios de Carazinho e Não-Me-Toque foram o crescimento populacional, a ocupação humana de encostas, as práticas inadequadas de agricultura, com o uso abusivo de inseticidas, adubos químicos, máquinas inadequadas, construção de estradas, o surgimento de uma cidade onde antes havia floresta caracterizando o alto índice de desmatamento na região.

Procuramos demonstrar a significância do processo de modernização na agricultura nos municípios de Não-Me-Toque e Carazinho, e suas consequências. Assim, podemos entender os impactos causados pelas vias sinuosas e múltiplas do processo de modernização da agricultura brasileira

também chamada “modernização dolorosa”, “modernização parcial”, “modernização conservadora” e “modernização excludente”, nas quais as transformações socioespaciais manifestaram-se em todas as regiões, e, respeitando as especificidades regionais, seus impactos estão presentes até hoje.

Referências e fontes

AMSTALDEN, Luís Fernando Ferraz. **Os custos da modernização**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). UNICAMP/ IFCH. Campinas, 1991.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. O fim da picada**:** plantas transgênicas em expansão na América Latina. In: FUCHS, Richard (Org.). **Transgênicos*:* as sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p . 160-177.

BESCHOREN, Maximiliano**. Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Índios, colonos e fazendeiros**: Conflitos Interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Ijuí: Fidene, 1985.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier De; NODARI, Eunice Sueli. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). **Cadernos do Ceom,** Chapecó, v. 29, p. 63-81, 2008.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 75-91, 2017.

COSTA, Sandra Barbosa da. **Os novos rumos da política agrícola no Brasil nos anos 90**. Dissertação (Mestrado em História), UFPR. Curitiba, 2002.

CUNHA, Sandra Virgilía Pedroso. **Não-Me-Toque no rastro de sua história**. 2 ed. Não-Me-Toque: Grapel, 2004. 132 p.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 97-177, 1991.

EMATER/RS. **Operação Tatú.** 2011. Disponível em :<http://www.emater.tche.br/site/ > Acesso em: 3 ago. 2018.

HEREDIA, Edmundo Anibal. La región em la globalización y en la historia de las relaciones internacionales latino-americanas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 7-35, jun. 2008.

LAUTERJUNG, M. B. et al. Phylogeography of brazilian pine (araucaria angustifolia): integrative evidence for pre-columbian anthropogenic dispersal. **Tree genetics & genomes,** Berlim, v. 14, p. 1-12, maio 2018.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. **Pegada,** São Paulo, v. 3, p. 1-16, mai. 2002.

NOTICIOSO [jornal], Carazinho/RS (1960-1970). Disponível na Biblioteca Pública de Carazinho.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; MONFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. **Ouvir memórias contar histórias:** mitos e lendas Kaingang. Santa Maria: Editora Pallotti, 2008.

REIS, Maurício S.; LADIO, Ana; PERONI, Nivaldo. Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. **Ecology and Society**, Wolfville, v. 19, n. 2, p. 1-14, 2014.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. História. Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, 1999.SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SCHERER, Rudinéia Rejane. **Tamancos de Madeira**: Imigração Neerlandesa no Município de Não-Me-Toque/RS. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2004.

SILVA, Cristina Kaiser da. **Os caminhos da soja**. Biografia de Leonardus Philipsen. Não-Me-Toque: Grapel, 2009.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa***:* estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

WENTZ, Liliane Irma Mattje. **Os caminhos da madeira:** região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: Ed. UPF, 2004.

ARTIGOS LIVRES

“DESPREZO DAS RIQUEZAS”: ELEMENTOS DA CULTURA MATERIAL INDÍGENA NA CRÔNICA DE JOÃO DANIEL (SÉCULO XVIII)

“CONTEMPT FOR WEALTHS” ELEMENTS OF THE INDIGENOUS MATERIAL CULTURE IN JOÃO DANIEL’S CHRONICLE (18th CENTURY)

Nivaldo Germano dos Santos[1]

Alexandre Guida Navarro[2]

Resumo: O presente artigo explora a Parte Segunda do volume I do *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, crônica escrita pelo jesuíta João Daniel durante os anos finais de sua vida, enquanto esteve preso em Portugal, após a expulsão dos jesuítas da América portuguesa. O texto, de invejável erudição, tanto mais por ter sido escrito de memória, relata todas as “maravilhas” vistas ou ouvidas pelo autor enquanto atuou como missionário no Estado do Maranhão em meados do século XVIII. A crônica combina uma descrição detalhista com uma visão complexa dos modos de vida dos índios. Por isso, discutimos a lógica da existência e das sociabilidades a partir dos elementos da cultura material mais frequentes na obra, a saber, das armas de guerra, instrumentos de casa (utensílios domésticos) e “brasões de nobreza”; observa-se ainda uma interessante contradição no discurso colonial do cronista.
Palavras-Chave: Tesouro Descoberto. Discurso Colonial. Cultura Material Indígena.

Abstract: This article explores the Part Two of the first tome of *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, a chronicle written by the jesuit João Daniel during the final years of his life, while he was imprisoned in Portugal, after the expulsion of the jesuits from Portuguese America. The text, of enviable erudition, so much more because it was written from memory, reports all the “wonders” seen or heard by the author while he served as a missionary in the State of Maranhão in the middle of the 18th century. The chronicle combines a detailed description with a complex view of the Indians' ways of life. For this reason, we discussed the logic of existence and sociability of the elements of material culture most frequent in the work, namely, weapons of war, household instruments (domestic utensils) and “blazons of nobility”, which is an interesting contradiction point of colonial discourse of the chronicler.
Keywords: Discovered Treasure. Colonial Discourse. Indigenous Material Culture.

[1] Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História Social (UFMA) e bolsista CAPES. Contato: ngermano_@yahoo.com.br

[2] Professor Associado II da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenador do Laboratório de Arqueologia (LARQ). Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS). Departamento de História (DEHIS). Bolsista de produtividade do CNPq nível 2. Contato: altardesacrificios@yahoo.com.br

Introdução

A crônica do jesuíta João Daniel, *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* (1757-1776), não foi publicada em seu próprio tempo, por uma série de motivos, mas desde o século XIX tem sido estudada por alguns especialistas e tem despertado interesse de novos pesquisadores nos últimos anos. Não é o caso de retroceder a uma biografia do autor, nem a uma análise de sua obra, pois já há quem o tenha feito (ARAÚJO, 1999; SIEWIERSKI, 2008). Entretanto, cabe destacar alguns pontos historiográficos relevantes.

Segundo Marcos Dias de Araújo, a crônica foi redescoberta por Varnhagen na primeira metade do século XIX, sobretudo a Parte Segunda, que trata da "Notícia Geral dos Índios...", da qual Varnhagen se ocupou de publicar na revista do IHGB em 1840 e que foi amplamente utilizada por ele mesmo em sua *História Geral do Brasil* (1854-1857). Além deste historiador, muitos outros de renome nacional também utilizaram, timidamente, de partes da crônica de João Daniel como fonte, tais como Rocha Pombo, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, para citar alguns. José Honório Rodrigues reconheceu a grande utilidade da obra e Ciro Flamarion Cardoso aproveitou o conteúdo dela em grande medida. Entretanto, ainda segundo Araújo, a referida crônica *"sumiu dos grandes livros de história do Brasil, ficando restrita a estudos regionais sobre a Amazônia"* (ARAÚJO, 1999, p. 39), o que ele atribui a algumas fortes críticas que o texto recebeu: por exemplo, do militar e correspondente do IHGB, Antonio Ladislau Monteiro Baena, que considerou mentirosas certas afirmações de João Daniel sobre os índios e do jornalista Euclides da Cunha que, diante do relato de coisas fantásticas, o chamou de "imaginoso". Seguindo de perto o argumento de Araújo, pode-se incluir entre os fatores do esquecimento da crônica de João Daniel, o fato de a historiografia brasileira ter sido construída a partir do sudeste no século XX e relegando outras áreas, como a Amazônia, a uma condição periférica. Outro fator a considerar é o caráter fragmentário do texto, que esteve disperso entre diferentes arquivos ao longo do tempo, até ser finalmente

compilado na íntegra e publicado em 1976; somente em 2004, uma nova edição da crônica foi realizada[3], mas ainda faltando algumas partes, como depois se constatou. Antonio Porro, por exemplo, descobriu novos fragmentos da crônica no Arquivo Histórico Ultramarino, tendo-os publicado em 2006, muito embora ainda faltem pequenas partes da crônica. Porro levanta a intrigante hipótese de que, sendo a parte faltante justamente aquela que trata da existência de minas de ouro no rio Amazonas, o referido *"caderno tenha sido subtraído, copiado com fins facilmente imagináveis e não devolvido ao seu legítimo proprietário"* (PORRO, 2006, p. 129). Isso é plausível, tendo em vista que *"os manuscritos podem ter sido confiscados"* após a morte de João Daniel em 1776, como sugere Vicente Salles (2004, p. 11).

Apesar de ter sido subaproveitada anteriormente ou mesmo rechaçada como fantasiosa, a crônica de João Daniel tem sido valorizada nos últimos anos, sobretudo após a reedição de 2004, o que, apesar das falhas apontadas por Antonio Porro (2006), tem sido um importante meio de divulgação da referida obra e suscitado novas pesquisas. Além disso, os olhares dos historiadores de hoje são outros e um mesmo texto pode servir a diferentes agendas de pesquisa.

As investigações têm contemplado, por exemplo, o conteúdo integral da crônica, isto é, o sentido da obra como arma política. Henryk Siewierski considera a crônica como produto da história da Companhia de Jesus e de sua expulsão da Amazônia no século XVIII; além do seu caráter enciclopédico e etnográfico, a obra é uma resposta à expulsão dos jesuítas através da construção de sua presença na região e, ao mesmo tempo, um forte argumento contra as justificativas da sua expulsão dos domínios portugueses em geral e do Estado do Maranhão em particular (SIEWIERSKI, 2008). Um dos pontos caros da crônica para Siewierski é a representação da alteridade humana e geográfica (SIEWIERSKI, 2014). O *Tesouro Descoberto* de João Daniel também serve de base para se estabelecer um panorama político e territorial da região; por exemplo, Tainá Guimarães Paschoal observa a questão das fronteiras políticas e culturais enfrentadas pelo padre João Daniel ao longo de sua vida no Maranhão e avança

[3] Esta é a versão utilizada aqui.

ao considerar a utilidade da crônica para o conhecimento da história da alimentação no Brasil, uma vez que um dos pontos fundamentais da obra é exatamente os modos de sobrevivência no rio Amazonas, pelos muitos víveres disponíveis e demais recursos naturais e vegetais aproveitáveis (PASCHOAL, 2013). Com outra preocupação, Fernando Torres Londoño examina o exílio a que foram submetidos os jesuítas após a expulsão do Grão-Pará e Maranhão a partir de 1757, do qual o *Tesouro Descoberto* de João Daniel constitui uma das presenças, bastante marcante exatamente pelo rigoroso silêncio em relação à própria situação e pelo caráter programático da obra, quando o jesuíta aponta a elaboração de um diretório de aproveitamento das riquezas do rio para um destinatário oculto, o qual, segundo Londoño, seria a própria monarquia portuguesa (LONDOÑO, 2015). Além desses enfoques, as contradições culturais entre europeus e indígenas também são escrutinadas a partir da crônica. Lucas Endrigo Brunozi Avelar analisa as contradições e aproximações entre, por um lado, o fato de a colonização estar fundada na produção e comércio de drogas e na tradição católica do vinho e do pão e, por outro, uma ideologia do abuso elaborada para dar conta da tradição indígena de ingestão de bebidas e substâncias extraídas da floresta (AVELAR, 2017). E, por último, o enfoque da história ambiental. José Augusto Pádua aponta três fatores que tornam a crônica de João Daniel singular, tais como as condições de produção, a abrangência e o sentido político da obra; por isso, segundo Pádua, é *"uma proto-etnografia complexa e contraditória"* e um dos primeiros registros da preocupação com o uso adequado e sustentável dos recursos naturais do rio Amazonas[4].

Tais enfoques, suscintamente apresentados, revelam a riqueza do *Tesouro Descoberto* de João Daniel. Diante disso, seria possível fazer uma análise levando em conta a cultura material indígena? Sabemos que a associação dos índios a um estilo de vida simples e harmônico com a natureza, isto é, sem bens materiais e sem grandes explorações minerais, vegetais e animais é uma herança do colonialismo (MONTEIRO, 2001; CUNHA, 1992;

[4] José Augusto Pádua. *O tesouro de João Daniel* (As origens da ansiedade amazônica II). Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/jose-augusto-padua/17226-oeco-16832/>. Acesso em 05/01/2020.

ALMEIDA, 2010). Essa imagem aparece, sobretudo, nas crônicas escritas por missionários, normalmente divididos entre elogiar o suposto desapego material indígena e condenar a igualmente suposta preguiça dos naturais da terra. *"Deste seu incomparável desprezo dos bens terrenos vem o perderem-se entre eles os estimados [...] prata, ouro, diamantes e todas as mais riquezas de que abunda o Amazonas e pelas quais navegam os europeus, e se expõem a tantos perigos..."* (DANIEL, 2004, p. 274). Essa afirmação do jesuíta João Daniel é referente tanto aos índios "domésticos" quanto aos "bárbaros" e soa familiar, a despeito de seu texto não ser tão conhecido fora do círculo dos especialistas.

A historiografia tem discutido em chave renovada a atuação política e militar dos índios no período colonial, em posições multifacetadas em relação ao jogo expansionista europeu (FERGUSON, 1992; MONTEIRO, 2001; CARVALHO JR., 2005; ORTELLI, 2007; GARCIA, 2009; BOCCARA, 2005). Neste sentido, o esforço da Arqueologia com a História torna-se extremamente importante, justamente porque os arqueólogos podem recorrer também às fontes escritas, o que fazem com frequência, numa esfera de interação chamada de Arqueologia do Contato (NAVARRO, 2019). A cultura material fica, portanto, não somente restrita àqueles artefatos duráveis, sobretudo os de constituição cerâmica ou estruturas arquitetônicas de pedra, mas, também, às referidas crônicas coloniais, na tentativa de compreender melhor o ambiente material da vida indígena. Paradoxalmente, segundos os cronistas, os mesmos índios que produziam vasilhas de barro e muitos outros elementos materiais para o seu dia-a-dia, eram pessoas que desprezavam as riquezas e tudo que usavam era apenas para sua sobrevivência cotidiana, da forma mais rústica possível. Mas toda cultura material humana não serve exatamente para sobrevivência e algo mais? Não se trata de mergulhar em uma discussão teórico-conceitual sobre "riqueza" (SUPRINYAK, 2009) e "cultura material" (REDE, 2003), tampouco a respeito da relação entre ambos os termos, até porque o último é muito mais recente do que o primeiro. Contudo, se "cultura material" significar o que João Daniel chama de "bens terrenos", então trata-se praticamente da mesma coisa, como veremos. No mais, isso constitui por si só uma interessante contradição no discurso colonial do *Tesouro Descoberto*.

O discurso colonial da obra

A crônica escrita pelo padre jesuíta João Daniel no século XVIII foi produzida em circunstâncias difíceis, de dentro da prisão, com pouco papel e tinta disponíveis e sem a possibilidade de consulta às fontes citadas e sem debate apropriado daquelas ideias com qualquer interlocutor. Por outro lado, tratava-se de uma resposta política (mas não publicada em seu tempo) à situação de poder vigente, marcada pelo reformismo ilustrado do Marquês de Pombal, sob o qual o próprio João Daniel caiu em desgraça[5]. Por isso, não é de estranhar que a sobrevivência das 766 páginas manuscritas tenha sido marcada pela separação das partes e esquecimento entre diferentes arquivos portugueses e brasileiros desde o século XVIII. Em todo caso, trata-se de uma crônica emblemática, porque combina uma descrição detalhista das coisas com uma visão complexa dos modos de vida no Amazonas.

Tendo isso em vista, pode-se inferir que o autor estava consciente do seu lugar de fala, isto é, que o texto que escreveu durante os 19 anos finais de sua vida, enquanto esteve preso, tinha um objetivo crítico. Em outros termos, o autor estava estabelecendo, ao mesmo tempo, uma revisão crítica de sua experiência enquanto missionário e do trabalho mais amplo desempenhado pela sua ordem religiosa, verdadeiro serviço aos reis de Portugal, cuja recompensa foi a expulsão, conforme seu refinado senso de ironia. Isso fica claro quando ele menciona, por exemplo, que *"a roupeta da Companhia [de Jesus] que tão odiada e perseguida, foi sempre a que conseguiu a paz nas maiores empresas dos*

[5] Ele mesmo comenta a expulsão dos jesuítas como pagamento pelos trabalhos que tiveram em amansar os índios. João Daniel foi preso em São Luís em 1757 e enviado para Lisboa, acusado de ofender o então governador-geral do Estado do Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o qual era meio-irmão de Pombal e um dos influenciadores de sua política anti-jesuítica, quando a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios ainda não dava qualquer sinal de que seria uma realidade. João Daniel teve sorte diferente dos demais jesuítas, espanhóis e portugueses, que foram expulsos e exilados e que puderam refletir sobre os fatos, debater publicamente e consultar as obras de seu tempo; e que também tiveram seus escritos publicados ainda no século XVIII. A crônica foi escrita provavelmente durante 19 anos, período em que esteve preso até a morte.

portugueses em todas as suas dilatadas conquistas da Ásia, da África e da América" (DANIEL, 2004, p. 369) ou quando lembra de Antonio Vieira, que *"por remuneração de tantos serviços feitos a toda a república, o expulsaram e exterminaram com todos os mais jesuítas"* ou, ainda, quando aponta as contradições de um certo prelado[6], que chorou de emoção pelo sucesso das missões jesuítas em um período e, posteriormente, *"o mesmo prelado requereu a sua expulsão e a conseguiu em 1757"* (DANIEL, 2004, p. 333).

É possível que a esperança de João Daniel tenha sido sair da cadeia e poder publicar a sua obra, dando a conhecer às pessoas de seu tempo, sob o pretexto da riqueza do vale do rio Amazonas, os reveses experimentados pelos missionários no grande trabalho de converter índios e da forma ingrata como foram recompensados, além das propostas de aproveitamento técnico da lavoura e da pecuária da região. Aliás, esse caráter técnico da obra é o que tem sido mais valorizado por todos os pesquisadores. De qualquer forma, sua escrita não era inocente e desinteressada, mesmo que ele tenha morrido na prisão e seu texto caído no esquecimento.

Portanto, o discurso colonial[7] da obra de João Daniel é sintomático das relações de força que o forjaram e contra as quais ele estava lutando ao mesmo tempo em que descrevia uma história. O discurso desse autor é uma sobrevivência daquela história; na verdade, é o processo histórico em si[8]. E é

[6] Prelado é uma designação da dada ao bispo, que o autor não identifica, mas que muito provavelmente, pela data de 1757, era D. Miguel de Bulhões (1748-1760), bispo do Pará (SANTOS, 2014).

[7] A expressão, trabalhada em grande medida por Homi Bhabha, remete ao contexto do século XIX em diante. Mas a perspectiva que aqui orienta a análise, embora próxima, apresenta algumas diferenças. O discurso colonial aqui concebido é moderno (séculos XVII e XVIII), é plural, fragmentário e heterogêneo. É visto, por isso, como uma formação discursiva foucaultiana, mas não está necessariamente preso à configuração dada por Michel Foucault ao conceito, pois, por exemplo, consideramos a agência do autor, ao escrever sob relações de força, isto é, como agente e sujeito ao mesmo tempo: agente porque promove a dominação por meio de sua escrita e sujeito porque é oprimido por certos aspectos do poder, ao qual também resiste pela mesma escrita.

[8] Essa perspectiva é resultante de um exercício de teorização intitulado "Considerações sobre a análise critica do discurso colonial" apresentado à disciplina "Linguagem, Discurso e Ação", ministrada pela professora Dra. Maria Izabel B. de M. Oliveira, no PPGHIS-UFMA, durante o primeiro semestre de 2019. Tratava-se de um ensaio de síntese teórica no quadro de uma pesquisa histórica que contempla crônicas e relatórios de governo em perspectiva foucaultiana, isto é, discursos produzidos como e sob relações de poder na região da América ibérica próxima à linha do Equador durante os séculos XVII e XVIII. As teorias trabalhadas são a Análise de Discurso Crítica e a Teoria Pós-Colonial, das quais os principais expoentes são,

dessa forma que vamos encará-lo e abordá-lo a partir de agora, ao explorar a descrição e a análise que o padre fez dos elementos materiais indígenas.

Preliminarmente, deve-se apontar que João Daniel não faz diferença entre riqueza e bens materiais, os quais são, indubitavelmente, a cultura material indígena. Como dito antes, o que ele chama de *"incomparável desprezo dos bens terrenos"* é a causa da perda de "ouro" e *"mais riquezas que abunda o Amazonas"*. Logo após esse argumento ele afirma que:

> Todas as suas riquezas consistem em ter uma pouca de farinha-de-pau, que é o seu pão ordinário; e ainda estas não têm muitas nações, mas suprem-na com frutas agrestes, e do mato. Um arco com suas frechas, uma canoinha, que fazem de casca de alguma árvore, e um remo; ainda que esta não tem todos, contentando-se com uma pequena jangada feita de canas, com que atravessam os rios, e passam de umas para outras ilhas, e lagos. Todos os seus móveis, trastes e instrumentos de casa se cifram em uma panela, uma cuia, que é um gênero de cabaço por onde bebem, uma maquira ou rede para dormirem, que muitos remedeiam com uma esteira, a que chamam miaçaba tecida de palmas, ou cipó. Alguns têm seu machado de pedra, que por mais dura que seja sempre é fraca cousa, a sua faca de pau, ou casco de tartaruga. Além destes belos trastes, alguns velhos também têm o seu cachimbo para se regalarem com o seu paricá, em lugar do tabaco; estas são todas as suas riquezas, haveres e alfaias, com que vivem mui contentes, sem mais cuidados nem fadigas, por terem neste pouco todo o necessário para a vida. (DANIEL, 2004, p. 274)

Voltaremos a estes elementos materiais mais adiante. Por enquanto, diz o autor a respeito dos índios que "*o desprezo que têm das riquezas e bens do mundo é inimitável porque em tendo comer já na caça do mato, e já na pesca dos rios, andam tanto ou mais contentes que os ricaços do mundo com todos os seus tesouros, galas, e banquetes"* (DANIEL, 2004, p. 273). Por isso, os índios

respectivamente, o linguista britânico Norman Fairclough e o teórico crítico indobritânico Homi K. Bhabha. O pensamento de Michel Foucault influenciou os dois referidos autores. Sem pretensão exaustiva, ao explorar as teorias mencionadas, observamos uma espécie de convergência entre ambas na forma de uma "análise crítica do discurso colonial", o que permitiu o resgate do conceito foucaultiano de "formações discursivas" com vista a estabelecer uma operacionalidade de análise da documentação supracitada para a tese final. O material não está publicado e, por isso, aqui não estamos aplicando essa síntese plenamente, mas tomando-a como um modo de olhar, como experimento de amadurecimento da ideia: o discurso colonial é visto como uma formação discursiva, isto é, plural, fragmentário e heterogêneo; e a crônica de João Daniel, enquanto texto/discurso, é apenas uma peça que o pesquisador enquadra nesse discurso colonial moderno.

andavam nus: *"o muito que fazem alguns é cobrirem o membro viril com uma folha de árvore, mas não são todos, nem sempre"* (DANIEL, 2004, p. 273). Somente os índios que já estavam a serviço dos brancos e mesmo os já reduzidos nas missões, por terem sido convertidos, *"usam de algum vestido"* (p. 273).

O autor não considera muito fortes as diferenças entre índios não convertidos e índios cristãos. Por isso, muitas vezes seu leitor perceberá que, ao descrever um e outro elemento comum da vida material indígena, ele não faz muito caso com o fato de separar coisas próprias de índios "bárbaros" das coisas dos índios "domésticos", porque ambos os grupos compartilhavam mais ou menos o uso dos mesmos objetos. Ele acredita muito pouco nessas diferenças, embora as aponte de vez em quando, afirmando que são decorrentes das relações sociais em torno de uma nova vida formatada pela religião cristã e pela adesão praticamente forçada a novos padrões culturais. Isso fica claro quando ele diz que *"ainda o seu bem espiritual e temporal é mais forçado que voluntário"*, no que consiste *"palmatória nos meninos"* e para *"os adultos é o castigo"* (DANIEL, 2004, p. 299). Raramente, os índios que o cronista descreve tiveram a opção de livre escolha, até mesmo porque o autor considera sua nova fé – mesmo para os já nascidos sob o cristianismo – *"morta e pouco firme"* (DANIEL, 2004, p. 327). Se a religião, que era das coisas mais fortes naquele mundo, não era praticada a contento, pode-se imaginar que os costumes e bens materiais europeus fossem incorporados sem os mesmos padrões de uso e significado, mas com outra perspectiva e outra praticidade – isso se fossem incorporados: *"e posto que com a comunicação com os brancos podiam ter aprendido mais alguma economia, e têm mais alguma ambição [...] contudo nada menos; porque ainda isso deixam perder"* (DANIEL, 2004, p. 275). Entretanto, o demérito que muitos elementos da cultura material indígena recebem do cronista (colares de ossos, cuias feitas de crânios humanos) contrasta com a grande utilidade que ele mesmo ressalta que outros elementos materiais indígenas tiveram para os europeus (arco e flecha, canoas, venenos, remédios etc.).

Valorizar alguns elementos materiais indígenas e demonizar outros, como visto acima, é um sinal de contradição, característica marcante do discurso

colonial da obra de João Daniel: sua opinião parece uma mescla entre o reconhecimento da posição indígena consciente dos fatos e dos símbolos e da sua representação como ingênuos; além disso, ele argumenta que os índios convertidos eram ingratos aos missionários e que também gostavam de apanhar, isto é, pediam por governo rígido e por castigos quando cometiam irregularidades. Isso é paradoxal: o autor se esforça por convencer o leitor dessa ideia absurda, como se ela fosse real, quando parece mais uma estratégia discursiva para legitimar os abusos cometidos pelos religiosos; João Daniel opera com um discurso, que ele mesmo reconhece enquanto tal, orientado, como é lógico, pelo "horizonte cultural" europeu (O'GORMAN, 1992), sendo, por isso, eurocêntrico (o termo Europa aparece repetidas vezes na crônica como modelo de civilização). Seu discurso é colonial porque sobrepõe constantemente a visão eurocêntrica aos conceitos, ideias e práticas indígenas, sempre no intuito de inferiorizar, desmerecer ou demonizar a perspectiva nativa, como se fosse naturalmente inferior, ausente de racionalidade e significativa do "não" (não lugar, não razão, não civilização, não sociedade, não economia, não riqueza). Em várias ocasiões, o discurso do autor parece reconhecer a posição indígena, mas novamente ele volta e insere um argumento desprestigioso.

João Daniel não compreendeu realmente a perspectiva nativa, deixando escapá-la corriqueiramente? Ou a compreendeu e a apresentou de forma subterrânea? É difícil responder. Mas é característica marcante do discurso colonial presente na crônica de João Daniel servir de promotor da dominação e, ao mesmo tempo, resistir ao poder vigente de várias formas: neste caso, valorizando elementos da cultura dominada. O autor legitima a expansão do poder da monarquia portuguesa, mas era claramente contrário à política e aos políticos de seu tempo. Especificamente, os elementos distintivos de riqueza e de ambição aos europeus não são universais, como ele faz crer, mas são interessantes aos europeus e a alguns outros povos. Quais seriam então os elementos naturais e materiais distintivos de riqueza, *status* e poder para os índios? Os índios produziam uma cultura material significativa e alvo de disputas, concorrências, alianças? Provavelmente sim, mas não foi reconhecido dessa forma pelo missionário cronista, apesar de descrevê-los e de ter deixado tais

pistas aleatoriamente em sua crônica. Elencaremos, a partir de agora, quais os elementos da cultura material indígena observados por João Daniel para justificar a riqueza a que ele conota uma distinção, a saber: as armas para as guerras, os instrumentos de casa e os brasões de nobreza.

"Armas para as suas Guerras"

Como dito antes, a Parte Segunda do volume I do *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas,* de João Daniel, foi uma das primeiras a ser publicada no século XIX. E é nesta parte da obra que o jesuíta trata de dar uma "Notícia geral dos índios seus naturais, e de algumas nações em particular. Da sua fé, costumes, e das cousas mais notáveis da sua rusticidade". O título dessa seção da crônica resume bem o seu conteúdo, mas se leitor se contentar apenas com ele, deixará de conhecer informações relevantes sobre a guerra, alimentação e distintivos sociais, sobretudo os elementos materiais que fazem a mediação dessas relações sociais, como na guerra, em casa e nas relações sociais. Entretanto, a vantagem das descrições detalhadas contrasta com a falta de informações específicas sobre os locais onde este ou aquele elemento aparece ou a qual etnia indígena está vinculado, dando a falsa impressão de que se trata, em muitos casos, de elementos comuns a todos os índios (BAENA, 1885). Só ocasionalmente o autor menciona etnias e locais, associando a eles elementos específicos. Mas deve-se compreender João Daniel nestes pontos falhos, porque o fato de ter escrito da prisão tamanha obra apenas de memória já é grande coisa. Mesmo assim, seu texto permanece relevante e revelador não só da história em torno do rio Amazonas nos séculos XVII e XVIII, mas das coisas que lá se fizeram, tais como os instrumentos de guerra, pelos quais vamos começar.

Ao mencionar que *"porquanto no arco e frechas têm armas para as suas guerras, têm rede para pescarem e têm arma para caçarem"* (DANIEL, 2004, p. 274), o cronista atribui ao mesmo conjunto de elementos pelo menos três utilidades: caça, pesca e guerra. É interessante notar o multiuso dado a estes objetos, porque a sua principal utilidade, a guerra, tem uma dinâmica de uso social bastante diversa das demais. Enquanto a caça e a pesca têm a ver

diretamente com a dinâmica alimentícia, a guerra tem a ver com a força e o poder. Mas há um dado interessante nisso e talvez o próprio cronista tenha percebido: guerra, caça e pesca, a despeito de suas utilidades extrínsecas, contém um significado intrínseco comum de sobrevivência. Nos três casos, é a garantia da vida que está em jogo e isso era possível mediante a confecção e manuseio desse elemento material. O arco e flecha eram elementos comuns aos quais todos os homens indígenas tinham acesso – era um bem material fundamental naquele modo de vida e era relativamente fácil de obtê-lo porque era feito de recursos vegetais.

Segundo João Daniel, *"as tradições que mais conservam são das suas guerras"* (DANIEL, 2004, p. 269), as quais eram causadas basicamente por três motivos: *"o apetite de se comerem uns aos outros; ou por indução dos brancos para lhes venderem os que apanham; ou por causa de se apanharem uns aos outros as suas mulheres"* (DANIEL, 2004, p. 317). É claro que o cronista está falando de seu tempo e, por isso, é natural que inclua a influência dos brancos nos conflitos entre os nativos, quando este fator era apenas uma novidade nas guerras indígenas ao se considerar a longa duração. Em todo caso, parece que ele compreende bem o quão antiga é a prática da guerra, não só para os europeus, mas, sobretudo, para os índios, quando considera os outros fatores citados.

O cronista, ao se deter no assunto da guerra de forma mais prolongada, considera novamente o caráter multiuso do "arco e frecha" e faz uma interessante observação quanto às dimensões físicas desses instrumentos de guerra (se comparados aos seus congêneres utilizados na caça e na pesca) *"porque são muito maiores no comprimento e grossura, e as chamam taquaras"* (DANIEL, 2004, p. 317). Na falta de ferro, as lanças tinham na ponta *"facas de pau duro como ferro"*, de ossos de animais ou de cascas afiadas de taboca, as quais, de um material ou outro, podiam atravessar o corpo de uma pessoa, um boi, uma porta ou qualquer tábua; na parte traseira, duas penas de meio palmo garantiam o equilíbrio da haste no voo até o alvo; as hastes propriamente eram feitas de *"umas canas sem nós muito lisas, e esféricas"*, as quais eram lançadas com arcos que *"chamam os brancos pau de arco muito duro, e forte"* (DANIEL,

2004, p. 318). Segundo o cronista, tais arcos possuíam as seguintes dimensões: algo entre sete, oito ou mais palmos de comprimento, da grossura de um pulso de menino e, no comprimento do arco faziam uma face reta onde prendiam o cordel de alto a baixo, a partir do qual posicionariam as taquaras para o lançamento e cujo alcance chegava a algo entre 200 e 300 passos, o que se pode estimar em torno de 150 metros de distância do atirador até o alvo[9]. Por fim, ainda havia uma terceira variante do "arco e frecha", de pequenas dimensões, mas também usada nas guerras: tratava-se de um conjunto de canudo comprido e pequenas flechas envenenadas com "bururé", o qual, segundo o cronista, era um veneno muito utilizado na época e cujo processo de fabricação é descrito páginas antes (DANIEL, 2004, p. 291-292). A este equipamento, ele dá o nome, mas sua descrição está "em branco no manuscrito"; mesmo assim, pode-se identificar o artefato, pois ao descrever o veneno bururé, João Daniel menciona que um missionário o aplicou em um macaco, a fim de compreender o seu efeito no corpo, usando uma *"esgaravatana, ou terravatana (instrumento com que os tapuias despedem umas pequeninas frechas para matar passarinhos, que é um comprido canudo, em que metem a seta e assoprando de uma parte a despedem)"* (DANIEL, 2004, p. 292): em suma, trata-se de um tipo de zarabatana. O cronista afirma que algumas nações indígenas a usavam ervadas do bururé, sobretudo no período das conquistas *"e eram algumas vezes tantas, que pareciam chuveiros"* (DANIEL, 2004, p. 318).

Além desses elementos, o cronista menciona nesses parágrafos a existência de *"um grande tambor feito de tronco de alguma árvore"* e *"[que soa] muito longe três ou mais léguas"*, e que os índios *"chamam tucano a esta caixa de guerra"* (DANIEL, 2004, p.319): sua utilidade era estratégica no aviso da presença de inimigos nas proximidades e, a depender do som emitido, procediam à preparação para o enfrentamento ou a fuga. Segundo o cronista, esta caixa de guerra só era utilizada nestas situações, excetuando-se a ocasião de *"fazer alguma matança de encurralados"* (DANIEL, 2004, p. 319). Este é,

[9] Considerando-se uma variação de altura de uma pessoa entre 1,5m e 1,7m nos séculos XVII e XVIII, 200 passos chegam a 120m e 300 passos, a 180m, o que dá uma média de 150m. Verificar: https://www.blitzresults.com/pt-br/passos/

aliás, um ponto interessante que o autor desenvolveu em páginas anteriores, pela descrição que fez do *"costume de comer carne humana"* (o autor refere-se sempre desta forma e não utiliza termos mais conhecidos hoje em dia como "canibalismo" ou "antropofagia"), que ele julga, como visto, ser um dos motivos de guerra entre os índios e também o que ele chama de "vício", "não tão universal" como o primeiro e o segundo vício que são, respectivamente o da carne (sexo) e *"das vinhaças, e beberronias"*. Entretanto, não vamos discutir tais rituais, exceto sua dimensão material: o cronista nos aponta que ao *"costume de comer carne humana"* estão associados tanto a caixa de guerra quanto as *"cercas de pau-a-pique ou tabocais"*, os quais eram feitos de bambu (DANIEL, 2004, p. 318).

O autor não deixa clara a diferença, mas pela leitura de sua crônica, pode-se perceber pelo menos dois tipos do que ele chama de "fortificações", sendo uma usada para cercar a povoação e impedir a entrada de inimigos. João Daniel menciona de forma vaga, sem citar locais ou etnias, que *"são poucas as nações que se acometem a peito descoberto [...] mas o ordinário modo de acometer é a traição em repentinos assaltos"* (DANIEL, 2004, p. 318) e ele continua, afirmando que os índios mais beligerantes e que, por isso, têm mais inimigos, estão sempre alertas e uma das formas de defesa seria a construção dessas enormes cercas de madeira em torno da povoação; em outro lugar, ele afirma que são *"fortes muralhas, não de pedra, mas de estacas de pau duro como pedra. Outros a fabricam de palmeira, que chamam juçara, cujos espinhos são grandes e duros; e as trincheiras de juçara são mais seguras que as bem reguladas fortalezas"* (DANIEL, 2004, p. 280), as quais não se podem penetrar, nem romper, senão com fogo; a outra serventia desses cercados seria para encerrar os prisioneiros de guerra, que ele refere em outro lugar como *"boas estacadas de pau-a-pique, e bem seguros currais, em que os metem como a porcos, aonde vão sustentando para os irem comendo"* (DANIEL, 2004, p. 305). Enquanto os escolhidos são levados para o abate pelo meio da multidão, como em desfile e festejo, *"correm à caixa a rebate, ou tocam caixa destemperada, como diremos quando falarmos das suas guerras"* (DANIEL, 2004, p. 306). O "algoz", nos termos do autor, participa do desfile fazendo vários movimentos de

golpe no ar com *"a sua espada, que é um varapau de pau duro, como ferro, com três esquinas, e também é pesado como chumbo, e por causa do seu ofício lhe chamam pau de jocá, pau de matar. E posto que é de pau preto..."* (DANIEL, 2004, p. 306). Além disso, o referido algoz também vai ornado na cabeça com uma "acangatara" que, segundo o autor, é *um "círculo ou grinalda de lindas e diversas plumagens e penachos"* (DANIEL, 2004, p. 307). Finalizada toda a cerimônia, os índios transformam as ossadas dos mortos em novos utensílios, pois *"aproveitam as canelas para servirem de gaitas", "dos dentes fazem os seus rosários, e gargantilhas, com que se formoseiam" e "do casco da cabeça cabaço para lhe beberem à saúde"* (DANIEL, 2004, p. 309). E nem é preciso dizer que o cronista demoniza tais práticas.

"Instrumentos de Casa"

João Daniel descreve em detalhes dois elementos que poderíamos designar como do cotidiano indígena, como canoas e o que ele diz sobre um *"gênero de cesto, a que chamam cofo"* (DANIEL, 2004, p. 207, 271). A primeira vez que o cronista menciona tais utilidades é quando descreve alguns costumes dos índios, como, no caso das canoas, não prepararem-nas na presença de "mulher pejada" (grávida) sob o risco de a canoa feita abrir-se e perder-se ou, no caso dos cofos, nos quais as jovens, quando de sua primeira menstruação, eram enclausuradas e suspensas ao telhado das casas e onde passavam vários dias sem comer nada, exceto um mingau de farinha; ou ainda, quando tais cofos eram usados em suas mudanças de um lugar a outro. O processo de produção das canoas normalmente era feito a partir de troncos grossos de árvores, aos quais os índios esculpiam por dentro, até ficarem ocos.

Ainda no âmbito da "casa", o autor comenta algo referente às roupas: o cronista nota que alguns índios mal cobriam as genitálias e somente aqueles já convertidos ao cristianismo aprenderam a andar vestidos: *"o ordinário é uma camisa grossa de algodão, e uns calções do mesmo"* para os homens e, para as mulheres, *"uma camisa degolada à francesa, que apenas lhes chega até a*

cintura, e uma saia até o artelho" (tornozelo); quando não, as saias iam até o joelho (as saias normalmente eram tingidas de preto nas laterais, enquanto as camisas eram pintadas de roxo ou de vermelho). Um dado interessante que o cronista aponta no mesmo parágrafo é que as mulheres indígenas, por ocasião de alguma festa, adornavam o cabelo com algum pente ou fita e com alguma gargantilha. O autor menciona ainda que *"nas cidades e povoações maiores, com o trato e comunicação com os brancos, vão algumas e alguns usando e apetecendo maior luxo; mas com pouco se contentam"* (DANIEL, 2004, p. 273). Isso significa que os índios convertidos ou aqueles com quem os portugueses mantinham algum tipo de contato comercial já estavam incorporando elementos da cultura material europeia em alguma medida.

O autor menciona que havia alguns itens do cotidiano que eram de uso exclusivo das mulheres: *"vem a ser uma cuia, um pequeno cabaço de jequitaia, ou malagueta, que lhes serve de tempero em todos os seus guisados"*; e continua: *"uma panela, um ralador, que é um pedaço de tábua de pau mole, em que embutem uns espinhos ou dentes para ralarem a raiz de mandioca..."* e *"um gurutá, certo gênero de cestos que tecem os maridos, em que metem todo este enxoval, quando vão de casa mudada de umas para outras partes"* (DANIEL, 2004, p. 274-275). Além disso, ele aponta algumas diferenças socioculturais entre índios convertidos que, *"fora a sua fraca roupa, pouco mais têm"* e *"os do mato"* que *"já se podem chamar ricos"*: estes últimos, quando casados, possuíam canoa e remo, pano grosso de algodão para camisas, calções e saias, machado e uma faca de pau. João Daniel aponta ainda que o machado era o principal instrumento de fabricação das canoas e para desbastar os matos para as roças. Mais adiante, o autor acrescenta que eles também faziam uso de dentes de cotia como instrumento de corte e que *"julgam por cousa supérflua os instrumentos de garfos, e colheres, quando nos dedos e nas mãos Deus lhes ministrou o suficiente preparo de garfos, e colheres, com que alimpam com a finíssima toalha da língua"* (DANIEL, 2004, p. 275-276). Aliás, neste aspecto o discurso colonial do jesuíta chega a valorizar o que ele considera simplicidade nos modos de vida indígena.

Ao tratar dos principais pratos da alimentação nativa, o cronista menciona *"pouca diversidade de guisados"* e que eles construíam uma espécie de tripé com varas: na parte de baixo metiam a lenha para fazer a fogueira e na parte de cima estendiam um *"arremedo de grelhas com varas"* sobre o qual assavam as carnes, peixes e tartarugas que caçavam. Mas, para o preparo dos mingaus, do tacacá e de outras comidas líquidas, tinham *"panelas fabricadas de cinza de uma árvore, misturada com algum barro, e burnida com uma resina com que ficam como vidradas"*; com os mesmos materiais preparavam "iguaçabas", algo que ele descreve como tonel, onde os índios preparavam as bebidas alcoólicas, que ele chama de "vinhaças". Por último, nesta mesma página, ele menciona os fornos de barro que os índios faziam também dos mesmos materiais, para torrar a farinha-de-pau e para fazer os bolos ou beijus. O forno elevava-se da terra e possuía uma parte interna embaixo *"para lhe meterem fogo"* e os alimentos eram postos na parte superior, que era plana ou *"por modo de um testo espalmado e grande"* (DANIEL, 2004, p. 276). Diante da descrição feita pelo cronista destes itens próprios de uma dinâmica de casa ou doméstica, é evidente que a suposta simplicidade indígena está mais no material com que os tais instrumentos de casa são feitos do que no modo de utilizá-los, isto porque a vida cotidiana indígena descrita pelo cronista têm elementos materiais demais para seres tão rústicos. Dito de outro modo, se beiram a selvageria, como insiste o autor, porque tantos apetrechos e utilidades que vão do modo de vestir-se e enfeitar-se aos cuidados com o preparo da comida? O discurso colonial presente nesta crônica já manifesta sua contradição.

"Brasões de Nobreza"

Tem-se percebido que os índios dispunham de vários objetos por eles mesmos produzidos para atender as suas necessidades e dinâmicas cotidianas, instrumentos que envolvem desde questões de sobrevivência até relações sociais. Mas esse último aspecto é bem mais evidente quando o cronista resolve descrever alguns itens relacionados ao que poderíamos chamar de prestígio

social, pois tem a ver com o que ele chama de nobreza, beleza e herança. De início, João Daniel destaca que *"a valentia é entre os índios o maior brasão de nobreza, gravidade e fidalguia"* (DANIEL, 2004, p. 272) e ele prova isso descrevendo os rituais de iniciação na vida adulta pelos quais os meninos passavam quando chegavam a certa idade. Por isso, não parece equívoco relacionar o que ele chama de "nobreza, gravidade e fidalguia" ao entendimento de prestígio social. De fato, o cronista chega a perceber diferenças e hierarquias sociais de forma clara entre os índios, sempre mediadas por elementos materiais.

Do ponto de vista social, *"um dos bons costumes que pontualmente observam entre si os índios é chamarem-se irmãos"* e, por isso, *"antes parece que todos os seus haveres são comuns"* (Daniel, 2004, p. 346) e ele demonstra isso na partilha da comida, em que todos comem e bebem de forma igualitária, compartilhando tudo o que têm. Mas não exatamente.

Esse comportamento comunal não é universal e essa diferença é mais acentuada quando envolve a posse de determinado item de prestígio. Por exemplo, quando João Daniel menciona as gaitas e os tamboris, ele afirma que os índios *"são muito amigos de festas, danças e bailes"* (DANIEL, 2004, p. 277). Sem possuir ferro, esses índios genericamente descritos pelo cronista fabricavam tais itens a partir de vários tipos de canas e cipós ocos e também de troncos de árvores afinados com fogo. Ele distingue basicamente dois tipos de gaita, uma que ele chama de "pau que ronca" e a outra ele diz ser chamada de "toré" pelos índios. João Daniel descreve a primeira como feita com três buracos, dois na parte superior e um na inferior e a segunda, feita de taboca, tinha comprimento de cinco ou seis palmos. Provavelmente, o motivo de o cronista deter-se na descrição de tais itens é porque *"estas gaitas e tamboris são uma parte da herança que deixam aos filhos; como também alguns penachos das mais lindas penas de pássaros, que matam, e com elas tecem vistosas grinaldas, com que ornam e enfeitam as cabeças"* (DANIEL, 2004, p. 278). Ele prossegue afirmando que outros índios transformam tais penas em "cíngulos" para colocarem na cintura e que *"os ditos jaezes são gala e ornato dedicado só às suas maiores festas, e solenes aparatos"* (DANIEL, 2004, p. 278). Aqui fica

demonstrado que o cronista percebeu certas diferenças no modo de se enfeitar entre os índios para as ocasiões solenes e que, muito provavelmente, significavam diferenças sociais, uma vez que alguns deixavam gaitas e tamboris como herança aos filhos e, portanto, não eram itens compartilhados, mas de posse individual. E também não parece que todos podiam se enfeitar da mesma forma, não porque não tivessem acesso, mas porque não lhes era apropriado ou permitido pelas relações sociais que estabeleciam entre si. João Daniel chega a mencionar que *"um dos enfeites mais ordinário nas mulheres é o trazerem seus grandes colares e gargantilhas"* (DANIEL, 2004, p. 278), que não eram feitos de pérolas nem brilhantes, mas dos *"dentes dos índios que matam, e comem algumas nações. E semelhantes colares não são para todas, mas só para as moçatonas mais ilustres, e mais lindas filhas dos maiorais: porque são divisa de nobreza e brasão de valentia"* (DANIEL, 2004, p. 278). Ele continua e diz que *"quem tem rosário mais comprido é mais nobre, mais linda, mais formosa, e mais enfeitada"* (DANIEL, 2004, p. 278). Se somente algumas jovens poderiam usar esse tipo de enfeite nas ocasiões solenes, fica demonstrado que o cronista percebeu o que poderíamos chamar de hierarquias sociais e claramente definidas ou mediadas pelos itens materiais de prestígio que eles próprios elaboravam. Se os índios eram tão desapegados dos bens terrenos, porque tais distinções sociais?

Quanto aos índios cristãos, João Daniel afirma que já se envergonham de tais ornamentos; estes, por sua vez, já faziam outro uso de seus "*bens móveis, que ordinariamente são a sua maquira, arco e frecha, ou pouco mais"*: geralmente, quando de sua morte, estes bens eram entregues ao padre da missão como pagamento pela realização de algumas missas pela alma do defunto. Entretanto, não podemos pensar em uma mudança definitiva dos padrões religiosos indígenas quando de sua conversão ao cristianismo, pois o mesmo cronista repetidas vezes menciona regressos ou retornos, arrependimentos, fugas ou mesmo heresias cometidas pelos índios: alguns abandonavam as missões para poderem voltar a comer carne humana, muitos não obedeciam aos padres senão mediante açoites, outros não acreditavam plenamente no cristianismo e o praticavam mais por obrigação do que por

devoção sincera, além do fato de conservarem muitos costumes que os missionários reprovavam como o caso que João Daniel descreve ter ocorrido na missão do rio Tapajós que, à época da escrita da crônica já era vila de Santarém. Ao descrever o comportamento dos índios diante do Sol e da Lua, ele chega a afirmar que estes eram "verdadeiros idólatras", devido à confissão que alguns fizeram ao missionário de que *"na verdade adoravam alguns corpos e criaturas, e que os tinham muito ocultos em uma casa no meio dos matos"*, os quais só os mais velhos sabiam onde estavam (DANIEL, 2004, p. 322); tratava-se de *"sete corpos mirrados dos seus avoengos e umas cinco pedras, que também adoravam"* (DANIEL, 2004, p. 322). O cronista chega a sinalizar que *"as pedras todas tinham sua dedicação e denominação com alguma figura, que denotava o para que serviam"* (DANIEL, 2004, p. 323) e ele descreve pelo menos duas, sendo uma para os casamentos e outra para os partos. Estes itens de cunho religioso muito provavelmente também tinham algum significado de prestígio, uma vez que só alguns mais velhos conservavam em segredo seu lugar de culto, e todos os mais jovens o praticavam também em segredo dentro da missão e ao mesmo tempo em que comungavam dos preceitos cristãos: *"posto que já nascidos, domesticados e educados entre os portugueses, doutrinados pelos seus missionários e tidos e havidos por bons católicos, como tinham confessado no santo batismo, conservando aquela idolatria por mais de 100 anos"* (DANIEL, 2004, p. 323). Como solução, o missionário mandou queimar os corpos e suas cinzas foram jogadas no rio junto com as pedras, *"desejando afundir* [sic] *com elas por uma vez a sua cegueira, e cega idolatria"* (DANIEL, 2004, p. 323). Certo respeito e sacralidade eram depositados pelos jovens adultos naqueles índios anciãos que conservavam aquele culto secreto e o fato de possuírem aquele segredo lhes dava certamente uma posição privilegiada naquela sociedade híbrida. Além do mais, a destruição dos ídolos pelo missionário dificilmente acabou com um culto centenário. Afundá-los no rio provavelmente não fez naufragar a antiga crença indígena, como pretendia o missionário.

Cultura material indígena

Temos visto que a descrição do jesuíta João Daniel tem associado constantemente os bens materiais à ideia de riqueza. Isso fica demonstrado quando ele diz *"onde melhor se vê que os índios da América não têm ambição é em desprezarem os mesmos metais de ouro, prata, e muitos outros"*, ou quando afirma que *"é mais admirável a sua brutalidade em não usarem nem conhecerem o ferro e, por consequência, o beneficiá-lo [...] e por isso usam de machados de pedra, facas de pau e outras futilidades deste jaez"* (DANIEL, 2004, p. 277). Como é óbvio, ele não poderia pensar em "cultura material" em seu tempo e mesmo que o fizesse, possivelmente não veria nada relevante produzido pelos índios, ainda mais quando ele sempre compara os habitantes do rio Amazonas com os nativos do "Império do México" e "Império do Peru", os quais ele considerava superiores e com algum grau de civilização. Como visto, ele mesmo chama os instrumentos e bens indígenas de "futilidades". Mesmo que ele reconhecesse que os índios utilizavam esses vários instrumentos, utensílios e itens na sua vida cotidiana e mesmo que reconhecesse o seu valor para os índios, do ponto de vista eurocêntrico do cronista tais elementos não eram grande coisa, senão demonstração da rusticidade indígena. *"Mas na verdade bem ponderada, a sua vida, desnudez, e mantimentos, e que a caça nos matos é inumerável e comum, e a pesca nos rios abundantíssima, de que lhes servem as riquezas de ouro, prata e diamantes?"* (DANIEL, 2004, p. 277). Assim, na crônica de João Daniel, os bens terrenos seriam os correspondentes ao que hoje chamamos cultura material.

Mesmo que considerasse que os índios, em sua maioria, desprezavam os metais preciosos, João Daniel aponta que alguns índios praticavam comércio entre si e com os missionários e os núcleos coloniais. O cronista comenta que uma das principais formas pelas quais os índios manifestavam "ingratidão" para com os missionários era em não fazer comércio com eles, sobretudo quando se tratava de itens mais básicos, como galinhas ou redes, pelos quais pagava-se em pano de algodão ou em facas, *"por serem as principais fazendas que estimam os índios"* (DANIEL, 2004, p. 295); de outro modo, os índios também procuravam enganar aos missionários, aos quais normalmente deviam

montantes consideráveis pela farinha que compravam e, sempre que um missionário era substituído, os índios rasgavam os registros das dívidas antigas para não pagar nada ao novo missionário: era uma prática recorrente, segundo o cronista. Aqui há dois assuntos misturados, comércio e ingratidão. Com relação ao primeiro, em várias passagens, o autor reconhece que os índios praticavam comércio e já usando dos elementos europeus para tal ou, quando não, usavam os seus elementos próprios pela lógica europeia da compra e venda, visando não à sobrevivência ou simples troca, mas ao lucro. Basta lembrar, por exemplo, que um dos motivos apontados pelo cronista para as guerras indígenas era *"por indução dos brancos para lhes venderem os que apanham"* (DANIEL, 2004, p. 317), isto é, os índios derrotados eram aprisionados pelos índios vencedores e vendidos como escravos aos brancos. De qualquer forma, era comum *"o comércio*[10] *com os índios"* (DANIEL, 2004, p. 352)[11]. No referente ao tema da ingratidão, mesmo que não seja o foco do presente texto, basta dizer que contradiz claramente o argumento mencionado anteriormente de que os índios exigiam governo rigoroso dos missionários: os mesmos índios que pedem rigor e castigo são os mesmos índios ingratos, que se negam a vender coisas aos padres e aos quais xingam corriqueiramente, além de também desobedecerem sob o pretexto de possessão demoníaca; também são os mesmos índios muito rápidos em comprar farinha de modo fiado e em nunca pagarem por ela. Tudo indica uma posição subversiva destes índios e, no caso extremo de pedirem castigos, parece apenas uma estratégia de fingir submissão e obediência, para manter seus interesses mais caros ocultos aos padres e, com isso, preservados.

Mas, voltando ao caso dos bens terrenos, deve-se deixar claro que não se trata aqui de confundir ou associar forçadamente "riqueza" e "cultura material".

[10] Antonio Porro afirma que o comércio é uma das facetas indígenas menos conhecidas do público em geral e dos especialistas, pelo fato de haver poucos estudos sobre o tema (PORRO, 2017).

[11] O padre João Daniel já foi duramente criticado no século XIX por Baena no que se refere tanto ao comércio dos índios quanto ao seu uso de metais preciosos, como ouro. Mas a crítica de Baena deve-se exatamente às lacunas informacionais da crônica. Justamente nos pontos obscuros ou nos quais o cronista não se detém muito ou não dá informações mais precisas como locais ou etnias. Por outro lado, João Daniel é mais tolerante e compreensivo com os índios, quando reconhece neles qualidades de governo e religião, os quais Baena simplesmente afirma que não havia em nenhum grau, mesmo o mais primitivo (BAENA, 1885).

Mas os elementos descritos pelo cronista que hoje são facilmente identificados como “cultura material” não tinham valor para ele. E isso é tão mais evidente quando ele não se esforça para distinguir o uso ou posse de metais preciosos dos modos de vida. Do seu ponto de vista, a riqueza é uma só, incluindo diamantes e facas, por exemplo. No caso dos índios, falta essa riqueza material a que ele, como europeu, está acostumado a conceber de uma forma específica, na qual os elementos produzidos pelos índios não se encaixam. Mas não significa, por outro lado, que o termo “riqueza” não seja ambivalente neste autor. Em várias passagens, das quais algumas já foram citadas antes, ele reconhece que os índios são ricos ou que tem riqueza dentro dos seus padrões de vida, visto que nada lhes falta e não passam necessidades de alimentação, já que eles desprezam, segundo o autor, todo o resto dos bens terrenos.

Por isso, o cronista diz que *“sendo tão despidos dos haveres do mundo, e de vida tão silvestre, já se vê que à sua semelhança e proporção hão de ser os seus fracos palácios, e pobres casas”* (DANIEL, 2004, p. 279):

> ...as quais consistem em levantarem uns esteios, que cobrem por cima com folha de palmeira por causa da chuva e do sol: à roda lhes atam umas varas, e nelas enleiam outras palmas. Não necessitam de pregos para segurarem os esteios, nem para segurança dos caibros, travessas, paredes, e telhados, porque tudo vai atado com cipós, excelentes cordas da América; e fora as portas precisas, não se cansam com mais janelas, pois por entre a pindoba dos lados permeiam os ventos, e entra a claridade necessária; e embora que fiquem alguma cousa escuras, porque como não costumam trabalhar os homens, nem costurar as mulheres, não necessitam de luz mais clara. Costumam fazer estas casas tão grandes, e espaçosas, que há povoações que não têm mais que uma, onde vivem para cima de 100 e 200 pessoas; e posto que haja mais casas, todas são de bom tamanho, e capazes de hospedar muita gente. Não usam nelas de repartimento algum de salas, nem de câmaras, alcovas, e menos de gabinetes; mas toda a casa é uma sala grande, larga, e espaçosa, na qual levantam muitas estacas, a elas atam as suas maquiras, que juntamente fazem as vezes de leitos, e camas [...] e ordinariamente fazem uma grande fogueira no meio deste espaçoso casarão, onde cozinham o que têm, e também lhes serve de noute de lucerna, em lugar das candeias, velas alâmpadas, ou placas, de que não usam nem julgam necessárias. (DANIEL, 2004, p. 279-280).

Além de descrever a arquitetura das casas indígenas, o cronista também menciona a "casa do maricá", que serve tanto para as reuniões ou "conselhos de guerra" como para as festas e danças. O autor chega a mencionar *que "muitas nações vivem sobre lagos, ou no meio deles"*, as quais são as estearias[12], como hoje são conhecidas. Muito embora ele não mencione algum sítio onde tais habitações estejam, nem qual etnia tem esse hábito, ele argumenta que o motivo de tais povoações se localizarem no meio das águas é devido à *"grande fartura de tartarugas, bois marinhos e mais pescado; em outros é para estarem mais seguros dos assaltos dos seus inimigos"* (DANIEL, 2004, p. 280)

Como visto, mesmo desprezando os elementos que hoje chamamos cultura material indígena, o cronista os descreveu com o maior detalhe que sua memória permitia dentro da prisão. A partir do discurso de João Daniel é possível identificar de que forma os índios manipulavam os recursos naturais e principalmente os elementos de uma cultura material por eles produzida para atender seus desejos, vontades e interesses no âmbito das relações sociais e políticas por eles estabelecidas. Haveria uma economia indígena *sui generis*? É possível verificar isso a partir da análise crítica do discurso colonial de João Daniel? Pelo que foi demonstrado anteriormente, tudo indica que sim. Essa provocação deve nos fazer pensar que, a partir do que foi visto, muitas vezes ainda pensamos orientados pelo discurso colonial moderno. Mas os valores econômicos e materiais operados pelos índios eram bastante distintos dos europeus, que, por sua vez, são lidos como universais e em cuja presença todo o resto é desconsiderado ou considerado inexistente. Por isso, ainda hoje associamos aos índios, sobretudo amazônicos, uma cultura material pobre. Mas pobre para quem? Certamente, para ocidentais. Pelo que João Daniel descreveu, os índios valorizavam muito as suas armas de guerra, seus instrumentos de casa e os brasões de nobreza, muito embora não tenham sido considerados materiais válidos. Aparentemente, valorizavam tanto esses

[12] Os principais estudos são conduzidos pelo arqueólogo e professor Dr. Alexandre Guida Navarro, vinculado ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão, que tem publicado vários trabalhos individuais e coletivos, nacionais e internacionais, sobre o sítio (NAVARRO, 2018 a. 2018 b, 2019).

elementos materiais a ponto de serem a eles muito apegados, sendo que eles constituíam a sua verdadeira riqueza.

Considerações finais

Não há dúvidas de que o *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* do jesuíta João Daniel constitui uma obra de valor inestimável, seja pelo que dá a conhecer da história colonial da região, pelos detalhes das relações sociais indígenas e pela descrição dos materiais, da feitura ou fabricação e dos usos de alguns dos elementos da cultura material indígena em torno do rio Amazonas durante os séculos XVII e XVIII. Ainda que lacunar em vários pontos, em outros, o discurso do cronista é bastante complexo e afiado, o que não o diminui em nada, mas, na verdade, revela a originalidade de sua escrita, comprometida com a dimensão política e, de algum modo, empenhado em compreender os índios nas suas incontáveis facetas sociais e, sobretudo, materiais.

A vantagem de combinar descrição detalhada dos bens materiais indígenas com julgamentos de cunho civilizacional faz da crônica de João Daniel um verdadeiro tesouro para o leitor, seja ele leigo ou especialista. Se, contudo, o leitor não se contentar ou achar que, pelas falhas presentes ao longo do texto, a obra perde valor, “tenha paciência” diria o cronista (DANIEL, 2004, p. 292). Afinal, trata-se de uma obra escrita de memória durante 19 anos de prisão. O esforço intelectual de João Daniel de compreender as distâncias e aproximações entre as perspectivas de vida material indígena e portuguesa é um ponto fundamental. Quando se compreende o discurso colonial como algo mais do que simplesmente um mecanismo de dominação, mas também como arma de resistência ao poder vigente, é mais fácil entender o porquê do cronista demonizar a cultura indígena, em geral, e considerar “futilidades” e dotados de “rusticidade” os bens materiais produzidos pelos índios para atender às suas necessidades cotidianas, como o “arco e frecha”, bem como para regular suas relações sociais, quando apenas as filhas dos chefes podiam enfeitar-se de modo mais imponente com os colares de ossos humanos, por exemplo. Mas o

mesmo discurso colonial reconhece valor nos índios, na sua vida comunal e fraternal dentro da aldeia, na sua grande capacidade de aprendizado e na utilidade de suas canoas para o serviço dos brancos. Em todo caso, esse tipo de discurso contaminou por muito tempo a visão que se tem dos índios amazônicos, sem vida material complexa, o que não é verdade. O material de sua feitura pode ser perecível, mas sua produção, manuseio e significado eram bastante consistentes em suas relações sociais.

Portanto, o esforço de compreensão empreendido pelo cronista é tentar dar respostas aos prováveis leitores de seu tempo dos motivos que faziam com que os índios vivessem desta ou daquela maneira, de comerem com a mão e andarem nus, enquanto desprezam garfos, ouro e demais bens terrenos europeus. Para além da dimensão política da obra e das dinâmicas sociais indígenas e do relacionamento destes com os europeus, a dimensão material dessa história indígena foi relativamente bem documentada pelo cronista, mais um motivo pelo qual a crônica de João Daniel deve ser valorizada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. C.. **Os Índios na História do Brasil**. 1a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARAÚJO, Marcos Dias de. **João Daniel e seu Tempo**: Tradição e a modernização na experiência jesuítica no período pombalino. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

AVELAR, Lucas Endrigo Brunozi. Ideologia e Tradição dos Usuários na Amazônia Colonial. **Outros Tempos**, vol. 14, n. 24, p. 247 – 265, 2017.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Observações ou Notas Ilustrativas dos Primeiros Três Capítulos da Parte Segunda do Thesouro Descoberto no Rio Amazonas. **Revista do IHGB**, Tomo V, 3ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., p. 275-311, 1885.

BOCCARA, Guillaume. Mundos Nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los processos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización. **Mundo Nuevo Nuevos Mundos**, revista eletrônica. Paris, 2005. Disponível em <http://nuevosmundos.revues.org.426>. Acesso em 04/04/2013.

BOLTON, Herbert E. La misión como instituición de frontera en el septentrión de Nueva Espanha (1917). Estudios (nuevos y vejos) sobre la frontera. Anexo 4. **Revista de Índias**. Madri, CSIC, 1990.

BOXER, Charles R. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica, 1440-1770.** Tradução Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO JR. Almir Diniz. **Índios Cristãos***:* A conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). Tese de Doutorado, UNICAMP, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil** (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. V. 01, Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FERGUSON, P. Brian & WHITEHEAD, Neil L. **War in Tribal Zone***:* Expanding States and Indigenous Warfare. Santa Fé, New Mexico: School of American Research Press, 1992.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio**: politicas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

_____. Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII. **Revista Tempo**. Dossiê: Missões na América ibérica: Dimensões políticas e religiosas, v. 19, nº 35, p. 83-95, 2013.

JACKSON, Robert H. Missões nas fronteiras da América espanhola: análise comparativa. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 29, nº 02, p. 51-78, 2003.

LONDOÑO, Fernando Torres. Do Exílio, um Futuro para o Amazonas: João Daniel e o Aproveitamento das Riquezas do Rio. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, pp. 76-111, 2015.

MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e Historiadores***:* Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre Docência. Departamento de Antropologia, UNICAMP, 2001.

NAVARRO, Alexandre Guida. New evidence for late first-millennium AD stilt-house settlements in Eastern Amazonia. **Antiquity Publications** *Ltd*, v. 92, nº 366, p. 1586–1603, 2018.

_____. **As Estearias do Maranhão**: A pesquisa acadêmica do Laboratório de Arqueologia da UFMA. São Luís: EDUFMA, 2018.

_____ (org). **A Civilização Lacustre e a Baixada Maranhense**: da pré-história dos campos inundáveis aos dias atuais. São Luís: Café&Lápis, EDUFMA, 2019.

_____. DOMINGUEZ, Lourdes S. FUNARI, Pedro Paulo. (Orgs.) **Arqueología del Contacto em Latinoamérica**. 1ª ed. Jundiaí-SP: Paco / São Luís: EDUFMA, 2019.

O'GORMAN, Edmundo. Segunda Parte: O horizonte cultural. **A Invenção da América.** Reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. Tradução de Ana Maria Martinez Corrêa, Manoel Lelo Belloto. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 71-96.

ORTELLI, Sara. **Trama de una guerra conveniente***:* Nueva Viscaya y la sombra de los apaches (1748-1790). Mexico, D.F. El Colégio de Mexico, Centro de Estudos Históricos, 2007.

PÁDUA, José Augusto **O tesouro de João Daniel** (As origens da ansiedade amazônica II). Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/jose-augusto-padua/17226-oeco-16832/>. Acesso em 05/01/2020.

PASCHOAL, Tainá Guimarães. O Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas (1741-1757) de João Daniel e a História da Alimentação. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013.

PORRO, Antonio. Um 'tesouro' redescoberto: os capítulos inéditos da Amazônia de João Daniel. **Revista do ieb**, nº 43, p.127-147, 2006.

_____. *O Povo das Águas*: ensaios de etno-história amazônica. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2017.

REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, p. 281-291, 2003.

SALLES, Vicente. Apresentação. In: DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. V. 01, Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

SANTOS, Nivaldo Germano dos. **Discórdias da Monarquia**: os poderes régio e episcopal no Estado do Maranhão, 1677-1750. Dissertação de mestrado, UFF, 2014.

SIEWIERSKI, Henryk. **Expulsão da Amazônia e a sua reconquista no Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas do Pe. João Daniel**. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2008

_____. O Tesouro da Alteridade Amazônica na Obra do Padre João Daniel. **Revista Sentidos da Cultura** - Belém/Pará. V.1. N. 1. 2014.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Moeda, Tesouro e Riqueza: Uma anatomia conceitual do mercantilismo britânico do século 17. **EST. ECON., SÃO PAULO**, v. 39, nº 3, 2009, p. 571-596.

ARTIGOS LIVRES

HISTÓRIA E MEMÓRIA: OS DIZERES SOBRE A FESTA DE SANTA EDWIGES NA CIDADE DE POUSO ALEGRE – MG

HISTORY AND MEMORY: THE SAYS ABOUT THE PARTY OF SANTA EDWIGES IN THE CITY OF POUSO ALEGRE - MG

Cleyton Antonio da Costa[1]
Geraldo Delfino Rodrigues[2]

Resumo: O presente artigo pretende analisar os diferentes dizeres sobre a festa de Santa Edwiges, que acontece no dia 16 de outubro na cidade de Pouso Alegre, localizada no sul do estado de Minas Gerais, com o intuito de buscarmos as diferentes lembranças e experiências vivenciadas por diferentes atores sociais que organizam e participam do evento. O corpus documental é composto por narrativas orais, que possibilitam compreender como os sujeitos sociais vivenciam o período festivo, elencando diferentes questões; também trabalhamos com fotografias que pertencem aos moradores do bairro, oportunizam registram o espaço e as relações dos sujeitos com o espaço da festa. Assim, busca-se compreender a festa como uma referência temporal na vida da comunidade.
Palavras-chave: Festa; Cidade; Memória.

Abstract: This article intends to analyze the different words about the place of the feast of Santa Edwiges, which takes place on October 16 in the city of Pouso Alegre, located in the south of the state of Minas Gerais, in order to search for the different memories and experiences by different social actors who organize and participate in the event. The documentary corpus is composed of oral narratives, which make it possible to understand how social subjects experience the festive period, listing different issues; also work with photographs that belong to the residents of the neighborhood, opportunize register the space and relations of the subjects with the space of the party. Thus, it is sought to understand the celebration as a temporal reference in the life of the community.
Keywords: Party; City; Memory.

[1] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí. Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Graduado em História pela Universidade do Vale Sapucaí - Pouso Alegre (2012). Formado pelo Curso Livre de Filosofia pela Faculdade Católica de Pouso Alegre (2006). Foi Coordenador da Área de História do PIBID/Univás (2016 a 2018). Pesquisa nas seguintes temáticas: Cultura, Cidade, Memória, Festejos e Ensino de História.

[2] Graduado em História pela Universidade do Vale do Sapucaí.

Introdução

Compreendemos que o sul de Minas é um território constituído por diferentes festas que agenciam múltiplos enfoques como religioso, turístico, político, gastronômico e econômico, sendo formuladas por diferentes valores e gestos, possibilitando assim a produção de múltiplos discursos. O presente artigo pretende analisar os diferentes dizeres sobre a festa de Santa Edwiges, que acontece no dia 16 de outubro na cidade de Pouso Alegre, localizada no sul do estado de Minas Gerais. O trabalho tem como intuito resgatar as diferentes lembranças e experiências vivenciadas por diferentes atores sociais que organizam e participam do evento.

Nosso objeto refere-se à festa de uma comunidade, porém alguns questionamentos emergem, como: Essa festa tem o mesmo sentido para aqueles que (d)nela participam? Porque há territórios estabelecidos pelos festejos, onde um é sagrado e o outro "profano"? Que lembranças essa festa tem para aqueles sujeitos sociais que contribuíram na construção da igreja e para aqueles que festejam? E diante desses pressupostos problematiza-se todo o entorno da festa.

Diante desses pressupostos compartilhamos com Guarinello que

> Uma festa é uma produção social que pode gerar vários, produtos, tanto materiais como comunicativos ou, simplesmente, significativos .O mais crucial e mais geral desses produtos é, precisamente, a produção de uma determinada identidade entre os participantes, ou, antes, a concretização efetivamente sensorial de uma determinada identidade que é dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado e que, portanto, se inscreve na memória coletiva como um afeto coletivo, como a junção dos afetos e expectativas individuais, como um ponto em comum que define a unidade dos participantes. A festa é num sentido bem amplo, produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e no espaço sociais (2001, p. 972).

A festa de Santa Edwiges do bairro "Ribeirão das Mortes" é uma experiência social que marcou e marca vários sujeitos sociais, tanto no que se refere ao âmbito religioso quanto na esfera das festividades sociais. Com isto apontaremos as relações vivenciadas por estes sujeitos que, por meio de suas

memórias contribuem para a análise da festa. Compreendemos os vários olhares - até divergentes, acerca da festa que se estrutura conforme gestos e valores, sendo estes sociais ou individuais, e que conferem à mesma um status próprio devido à expressão significativa que produz.

A vivência da festa produz significados e olhares, consolidando como uma manifestação cultural relevante da comunidade Santa Edwiges, mas que não se limita ao bairro na questão física, pois muitos dos participantes são de outros bairros e cidades vizinhas. Assim, as relações estabelecidas pelo festejo materializam a quebra do cotidiano do bairro e também formulando a cada ano novos sentidos ao evento.

Diante deste contexto, entendemos a importância da atuação do historiador junto à sua pesquisa e seu compromisso na sociedade, lutando na busca de evidenciar questões que até então foram ocultadas ou esquecidas. Dessa forma, vemos a relevância do olhar político conforme nos apresenta Sarlo (1997) quando coloca que;

> Um olhar político aguça a percepção das diferenças como qualidades alternativas frente às linhas respaldadas pela tradição estética ou pela inércia. [...]Um olhar político sabe descobrir as tendências que questionam ou subvertem a ordem estético-ideológica, abrindo trilhas nas fórmulas da arte realmente existentes (1997, p. 60).

Entendemos o “olhar político” colocado pelo autor, como a postura do historiador diante da realidade, pautado na luta de trazer à tona novos olhares, novos questionamentos aos acontecimentos, como são vistos e reproduzidos. Aguçando a percepção crítica frente ao objeto estudado, proporcionando a compreensão de versões esquecidas e ignoradas.

Imersos nessas memórias variadas é possível compreender, refletir as diferentes problematizações que atravessam a festa realizada no dia de 16 de Outubro, e assim é visível que *“a festa traz(ia) a possibilidade outra de viver a cidade [...] tomando posse de seus espaços” (PEREZ, 2002, p. 48-49).*

Deparamo-nos com a preocupação de compreender este espaço que é o bairro, que se torna palco, anualmente, dos festejos. Percorrendo tal inquietação em entender o que é a cidade, defrontamos com Sennett afirmando que *“nesse espaço de concentração populacional, os homens que vivem na cidade não se*

entenderão, estando, pois, contida na narrativa original, uma condenação: a cidade está destinada a ser o centro de conflito" (1998, p 58). Compreende-se que o espaço urbano se traduz na busca de interesses pessoais e coletivos, nas mais diferentes instâncias como a econômica, política, jurídica, religiosa, nisto se materializa como o centro dos conflitos. Regida pela convivência compulsória, também são engendradas negociações, relações que do mesmo modo serão tangidas pela tensão, pela luta de poderes que se inscreve no cenário citadino. Porém, da mesma forma que vemos o espaço urbano como este centro de conflitos, é também evidenciado o permear do encontro, da partilha de saberes, experiências e memórias, de forma mais intensa no período festivo.

A Comunidade e a Festa

Localizada na região sul do Estado de Minas Gerais, Pouso Alegre possui uma de 143.846 hab/km2, estimativa 2015 (população calculada pelo IBGE no censo de 2010), localizada no extremo sul mineiro, conhecido como o segundo município mais populoso do sul de minas e o 17º do Estado de Minas Gerais. Embora com grande população urbana, estima-se que aproximadamente 10 mil habitantes habitam a zona rural. Seu forte é o comércio e as indústrias. O Bairro Santa Edwiges fica localizado na região norte da cidade de Pouso Alegre.

Para compreendermos a importância da festa de Santa Edwiges, devemos perceber que o aspecto religioso está fortemente marcado junto as origens do bairro. As memórias dos moradores do bairro trazem diversas possibilidades de conhecer o espaço e os diferentes significados para a Festa de Santa Edwiges. Como vemos na narrativa da senhora Maria Imaculada

> "Quando eu era criança tinha uma capelinha na beira da estrada e já era Santa Edwiges quando Dona Delma pediu Efigênia e Imaculada para pedir prenda para primeira festa. E Dona Delma começou a levar a santa para outras cidades e começou os devotos da Santa. No começou rezava na garagem da Dona Delma".[3]

[3] Entrevista com a senhora Maria Imaculada Barreiro da Silva.

A temporalidade rege a elaboração da narrativa, ao iniciar se firmando no passado estabelecido de sua infância demonstra o olhar acerca do seu espaço de vivência. A capelinha próxima à estrada configura-se um espaço de encontro em um lugar de passagem, de ir e vir. No caminhar a capelinha indica a parada para o revigorar a fé e a força na continuação da caminhada.

A crença na santa, que é padroeira do bairro, já começa a ser cultivada desde muito cedo. As relações construídas com a devoção marcam as significações em ter como referência de vida uma mulher que é santa.

Outro aspecto apontado se refere ao fragmento “já era santa Edwiges”, afirmando que a devoção a santa no lugar já era estabelecida no bairro, ou seja, aceita pela comunidade. Demarca a estabilidade do dizer, o verbo no pretérito fortifica a devoção a santa.

As experiências festivas são revigoradas e fortificadas a cada ano com a realização da festa. Conhecer essas memórias é essencial para compreender os diferentes significados deste momento na comunidade. É com este intuito e por meio da História Oral, que foi realizado este estudo, na busca de conhecer e evidenciar experiências de sujeitos sociais que vivenciaram e vivenciam a Festa de Santa Edwiges. Através dessa metodologia de pesquisa de campo, foi possível analisar as experiências de homens e mulheres permitindo um percurso de conhecimento e possibilidades de valorização a grupos sociais até então invisíveis na documentação oficial escrita.

Domingues nos orienta que

> A História Oral tem sido uma das grandes contribuições ao estudo das experiências de homens e mulheres em diversos setores da sociedade, abrindo um caminho de conhecimento e possibilidades de valorização de grupos até então invisíveis na documentação escrita (2011, p. 21).

As narrativas orais oportunizam conhecer diferentes leituras do passado e da comunidade em que reside o sujeito social. A História Oral contribui para que o conhecimento histórico possa se ampliar e não ficar restrito apenas a um grupo específico. Sujeitos até então ignorados, excluídos ou silenciados são convidados a narrar suas lembranças e vivências e desse modo novos olhares

e significados são estabelecidos a diferentes questões, como no nosso caso, a Festa de Santa Edwiges.

A narrativa da Senhora Maria Imaculada traz também a questão do início da festa na comunidade, mas com uma prática específica da comunidade. Como vemos no seguinte fragmento: *"E Dona Delma começou a levar a santa para outras cidades e começou os devotos da Santa".*

Aqui notamos que a devoção da santa não ficou restrita ao bairro, mas extrapolou os limites geográficos e foi levada para outras cidades. Dona Delma é uma das lideranças da comunidade, ao fazer isso, de levar a imagem da santa para outras localidades, é buscado o fortalecimento da devoção não somente no bairro, mas em outros espaços.

A devoção não é traçada pelo limite geográfico do bairro, gerencia uma prática que é fortalecida no local e conecta-se com outras localidades. Não há um obstáculo e sim uma ligação com diferentes espaços, que comungam com a reverência a santa.

E esses "novos devotos" de fora vão recorrer a santa que está localizada no bairro, ou seja, reforçando as práticas religiosas no bairro, com diferentes sujeitos, esses não residentes no bairro.

Abreu nos aponta que

> As festas – de caráter religioso, cívico ou carnavalesco – também foram valorizadas pela historiografia como um atraente caminho para se conhecer uma coletividade, suas identidades, valores e tensões, através das atitudes, dos comportamentos, dos gestos e do imaginário presentes em suas celebrações (1999, p.38).

Ao percorrer esse caminho atraente deparamos com diferentes indagações que são formuladas pelos gestos e práticas que são executados somente no período festivo. A festa traz uma nova forma de estar na/em comunidade.

O início deste movimento se dá em um espaço improvisado, *"no começo rezava na garagem da Dona Delma"*. A comunidade se reúne em um lugar que tem outros usos, atrelado a casa da líder comunitária. Abaixo vemos um dos primeiros pontos de encontro da comunidade, a Capela de Santa Edwiges.



Imagem 01 – Capela de Santa Edwiges[4]

Feita de madeira e telhas simples, se concretiza no espaço de oração da comunidade. Formulando como o lugar de devoção da Santa Edwiges. A Santa se torna referência para a comunidade. Nisso é importante apresentamos um pouco a história da Santa Edwiges, que era uma senhora rica, que ao ficar viúva doa todo seu dinheiro para caridade[5].

Tendo como referência da santa, o exemplo de caridade a comunidade se reúne e louva a santa com orações e missas, concretizando-se como um espaço de respeito para a comunidade católica. Ao analisar a igreja como espaço de encontro e de realização da festa podemos compreender que *"o lugar da memória numa determinada cultura é definido por uma rede discursiva extremamente complexa, envolvendo fatores rituais e místicos, históricos, políticos e psicológicos*" (HUYSSEN, 2000, p. 69). Assim, deparamos com as questões que significam o bairro Santa Edwiges com suas práticas e significados, constituindo como um lugar da memória dos moradores que vivenciam a festa como uma referência histórica e religiosa.

Em conversas informais com Dona Delma foram apresentadas as dificuldades que a comunidade passou, mas ao longo do tempo a comunidade se juntou e construiu a primeira igreja. Dona Delma rememora as primeiras iniciativas festivas no bairro. *"As primeiras festas só deram prejuízo, aí começou*

[4] Fotografia gentilmente cedida pela senhora Delmaria do Carmo.
[5] Disponível em http://www.cruzterrasanta.com.br/significado-e-simbolismo-de-santa-edwiges/284/103/. Acesso em 27 de junho de 2016.

a fazer as quadrilhas na festa. Coordenado por Mauro, Neusa, Lafaiete, e Dona Delma na frente na coordenação."[6]

Vários fatores podem ter levado ao fracasso da festa, dentre eles: falta de divulgação, organização do espaço festivo de modo precário, falta de voluntário para colaborar, entre outros. Também notamos a presença da dança como a quadrilha. Aí se estabelece um mecanismo de atrair as pessoas para a festa, ver os filhos dançarem ou um amigo participando com a comunidade. Elemento que desperta o interesse de ir à festa e aí todos participarão da mesma.

As primeiras festas já têm a presença de um grupo de coordenação, isso mostra que no início não havia a presença de "festeiros", mas de uma comissão da comunidade.

A festa tem papel importante nessa organização da comunidade, pois seus significados são variados como forma de obter dinheiro para construção de uma nova igreja e também como forma de fortalecer a devoção, promover a sociabilidade e o lazer na comunidade.



Imagem 02 – A construção da igreja Santa Edwiges.[7]

[6] Entrevista com Dona Delmaria do Carmo Marinho.
[7] Fotografia gentilmente cedida pela senhora Delmaria do Carmo.



Imagem 03 – O mutirão da construção da Igreja[8]

Vemos no registro iconográfico a construção da igreja no ano de 1986, sendo que o dinheiro para a obra vinha todo da festa, que é realizada na segunda quinzena do mês de outubro, como já colocado.

A obra da igreja articula o sentido de união entre moradores da comunidade pois grande parte da obra foi realizada por meio dos mutirões, pessoas se reuniam em dias específicos e ajudavam gratuitamente. Assim, destaca o significado referente à devoção de Santa Edwiges. E a festa é um ponto de convergência de todo o trabalho e celebração da vida em comunidade.

Nesse contexto, na construção da igreja os mutirões são mecanismos buscados para uma melhor organização na construção. Simultaneamente, se construía um espaço físico e também um vínculo comunitário. Os registros fotográficos permitem observar essa dinâmica oportunizada pelos mutirões.

[8] Fotografia gentilmente cedida pela senhora Delmaria do Carmo.



Imagem 04 – Lanche servido após o mutirão.[9]

Após os momentos de mutirão para a construção da nova igreja da comunidade, Dona Delma servia um lanche aos voluntários. Na imagem notamos a presença na sua grande parte de jovens, colaborando de forma gratuita. Ao centro está Dona Delma como uma referência de atuação na comunidade, sendo que está sempre presente em todos os momentos da construção. Também como forma de agradecimento ao trabalho realizado e como uma maneira estratégica de estabelecer laços com os sujeitos que colaboravam com a construção.

Assim vemos a festa como um processo em construção, conforme nos orienta Domingues afirmando que a festa *"é pensada como uma tradição atualizada e ao mesmo tempo em transformação, que se constitui nas experiências sociais diversas, instituindo como um campo de memórias atravessado pelos conflitos de classe"* (DOMINGUES, 2007, 121).

[9] Fotografia gentilmente cedida pela senhora Delmaria do Carmo.

A festa é resignificada a cada ano, onde elementos são incluídos, outros retirados, assim a compreendemos como uma prática móvel, que se transforma conforme os interesses e necessidades.

Dona Maria Imaculada em sua narrativa aponta que: *"E quando começamos o povo não dava prenda, achava ruim de estarmos pedindo. Quando começou tinha uma missa por mês".*

A busca de prendas, ou seja, mantimentos para a produção de salgados, e também dinheiro, se fazia na ida de casa em casa pelos coordenadores da festa, como foi mencionado acima.

A narradora aponta que no começo desta prática o *"povo não dava prenda"*, pois se tratava de uma nova prática e aí constrói a resistência. *"Achava ruim"* pois até então, não havia festa no bairro e não havia formulado um espírito de solidariedade dentro daquele lugar. Novas práticas trazem rupturas e desconforto.

Hobsbawm e Ranger nos mostram que "*as tradições 'inventadas' caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores"* (1997, p. 10).

Já havia os pedidos de prendas para festas de outros bairros e paróquias, mas não para a festa do próprio bairro, ou seja, era necessário um trabalho de conscientização e valorização do lugar que moram, trabalham e (con)vivem. Se configura aí a construção de uma nova situação, compreender a festa do bairro como uma forma de sociabilidade e encontro em um momento especifico.

Como descreve Jurkevics, a festa é *"um momento de celebração da vida, o rompimento do ritmo monótono do cotidiano, o que permite ao homem experimentar afetos e emoções"* (2005, p. 74). Entendemos que festejar é um irromper com o cotidiano marcado pelo trabalho, obrigações, horários, etc., mas, vemos como nesse caso por tratar-se de uma festa religiosa, as atividades percorrem momentos de devoção, contrição e reflexão. E no ato da inauguração, este apelo foi evidenciado de forma concreta.

O narrador Joaquim Marcelino lembra que *"a festa começou em 1980, a festa é sempre no terceiro domingo de Outubro, mas o dia da santa é 16 de*

novembro"[10]*.* A fala do senhor Joaquim reforça um marco temporal da festa na comunidade. Ao usar a menção que a festa iniciou no ano de 1980 busca apontar a permanência do evento na comunidade. E ao marcar que "a festa é sempre no terceiro domingo de outubro" permite compreender que a realização da festa se estrutura em um tempo/espaço.

Elabora-se um espaço extraordinário constituído por outras dinâmicas e um tempo estabelecido, formulando desta maneira a espera pela chegada e vivência do evento. Portanto, compreendemos que *"as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam"* (CHARTIER, 1990, p. 17). A busca em fixar a festa como uma data de espera constrói uma expectativa e esta se dinamiza de maneira certa, estar com a família, materializar a devoção, conviver com os amigos, entre outros. Forja-se um momento aguardado, ao registrar no calendário tal evento que institui um acontecimento cujo culminar traz sentimentos, valores durante o cotidiano regido pelo trabalho e obrigações.

Abaixo vemos o registro da festa no Livro do Tombo da Paróquia Bom Jesus.

[10] Entrevista com o senhor Joaquim Marcelino da Silva.

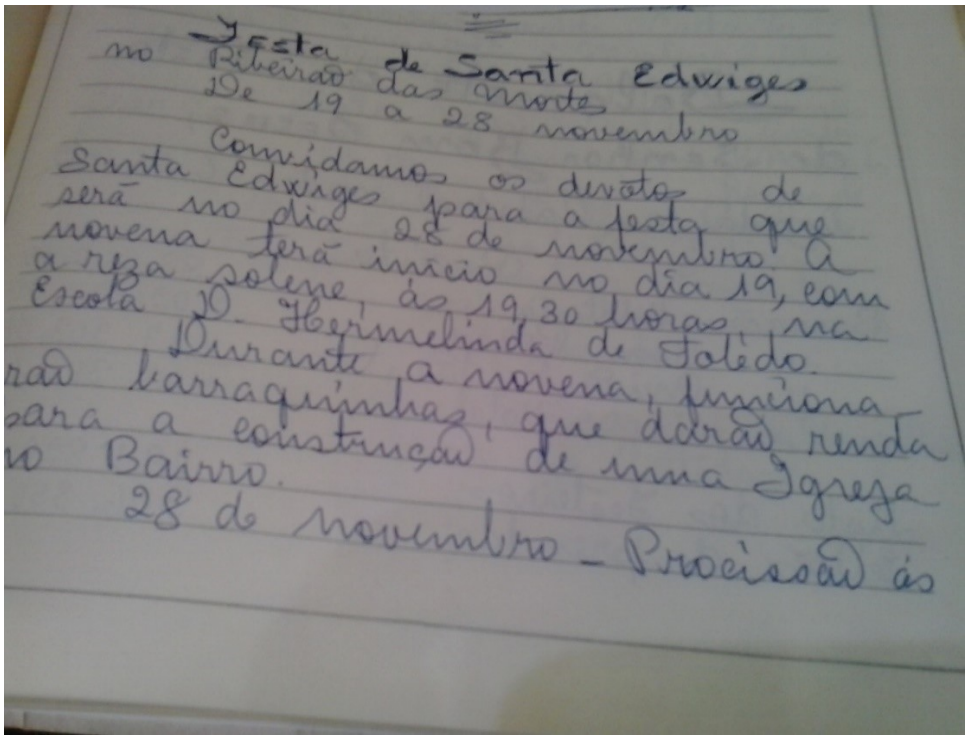


Imagem 05 – Fragmento do livro do tombo[11]

O recorte acima é do Livro do Tombo, documento redigido pelo pároco - Monsenhor Benedito Magalhães, no ano de 1986. O registro configura-se como um convite para a comunidade participar da festa. Outro elemento importante é o local da festa na Escola D. Hermelinda de Toledo, escola do bairro Santa Edwiges, ou seja, a escola como lugar de referência para a comunidade e por possuir a estrutura para a realização de uma festa como cozinha, utensílios, espaços amplos para a festa e banheiros.

Continuando nesse registro, vemos que a fez possui um objetivo explícito que é obter renda para a construção da igreja no bairro. Aqui é evidenciada a necessidade de um espaço de encontro para rezas e celebrações que não dependa de outros como é o caso da escola, que é de responsabilidade da prefeitura. Fica claro a busca de autonomia e de um espaço próprio para a comunidade se reunir e festejar sua padroeira.

A busca por um espaço próprio para a reunião, para a celebração demonstra a intenção de significar ao pertencer ao espaço e significá-lo, Barros discute que;

[11] Livro do tombo da paróquia da Catedral São Bom Jesus.

> Toda cidade é na verdade um gigantesco quebra-cabeças, difícil de entender para quem está fora, mas que para os seus habitantes e visitantes habituais se mostra formado por peças claramente diferenciadas onde cada um conhece o seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. A organização dos compartimentos urbanos é um processo relativamente complexo (2012, pp. 74-75).

Ao trazer essa discussão, Barros possibilita enunciar que a cidade não é um espaço igualitário e seus fragmentos, bairros, localidades, não são vistos da mesma forma como algo homogêneo. Mas sim de formas diferentes, que se encaixam, mas não contem a mesma tonalidade e significado.

A complexidade abordada pelo autor mostra que o viver no espaço vai muito além de estar e interagir com os outros, é elaborar significados específicos para cada "peça" desse espaço urbano. Os significados são engendrados a partir de vivências efetivadas e marcam ao longo do tempo certos estereótipos e olhares definidos para cada recorte deste tecido urbano.

O senhor Alcides narra sua colaboração na realização do festejo, onde sua atuação fica na parte da organização. *"Buscando, cadeira, mesa, fogão nas costas e botijão de gás. Na onde é o bar do Luizinho era o terreno que fazia a barraca de lona, que a tia Delma fazia o bingo e leilão"*[12].

A organização do espaço da festa é essencial para a realização, pois demonstra que essa se aproxima é possibilita um cotidiano diferente, marcados por gestos, valores que não são vivenciados em outros no dia-a-dia, constituindo um momento de celebração e encontro, como descreve Jurkevics, a festa *é "um momento de celebração da vida, o rompimento do ritmo monótono do cotidiano, o que permite ao homem experimentar afetos e emoções"* (2005, p. 74).

A narrativa do senhor Alcides reforça a atuação dada pelo uso da força em que deve carregar objetos pesados, organizar o espaço festivo, ou seja, seus dizeres materializam a atuação masculina ligada a trabalho pesado, apresentando as distinções nas tarefas na realização da festa.

Khoury discute que *"o narrador constrói sua identidade, fazendo uso dos elementos de sua cultura e historicidade e recorrendo a um passado significado*

[12]Entrevista com o senhor Alcides Pereira da Silva.

e ressignificado no presente, ao mesmo tempo em que expressa tendências no processo vivido" (2004, p. 128).

A construção de uma identidade que possibilita o homem atuar na festa, com ações distintas e especificas, oportunizando compreender o festejo como uma dinâmica que integra diferentes partes e ações.



Imagem 06 – A montagem da barraca para a festa[13].

A preparação da festa se dá na organização de seu espaço, onde ocorrerá atividades como bingo, vendas de salgados, um lugar que propicia o encontro e a sociabilidade dos participantes da festa. Outro aspecto que é visível que a festa não é algo estabelecido no improviso, mas sim no planejamento e organização. A necessidade de colher os bambus para a montagem da barraca, comunicar as pessoas que podem colaborar.

A festa de santa Edwiges é constituída por diferentes elementos como novena (nove dias seguidos de celebrações religiosas), procissão, bingo, venda de salgados e almoço.

[13] Fotografia gentilmente cedida pela senhora Delmaria do Carmo.



Imagem 07– Cartaz da festa do ano de 2013.

O cartaz traz a programação da festa com suas diversas atividades, materializando como uma forma de divulgação da festa, fortificando as relações com os participantes da festa que já a conhecem e também propiciando o convite àqueles que ainda não conhecem a comunidade e a festa.

Vemos no cartaz o seguinte enunciado: “Festa de Santa Edwiges 2013 Bodas de Prata”, aqui percebemos legitimada a tradição da festa, que há 25 anos é vivenciada na comunidade. Trazendo a constituição de temporalidade marcada pela realização do festejo, mas a tradição não se resume na repetição de gestos, práticas e ações e sim na configuração de novos sentidos ao evento que a cada ano recebe ou exclui algum elemento. Assim estabelece novos modos de vivenciar e sentir a festa, mas tendo como referência a devoção a Santa padroeira da comunidade.

Algumas considerações

Refletir a festa de Santa Edwiges possibilitou compreender como um bairro se organiza com relação às festividades religiosas, como se mobiliza na realização de um evento que é anual, mas que marca a temporalidade de espaço de forma significativa.

Tecendo um trabalho com as memórias podem-se compreender os diferentes significados que este possui, e assim entender as diversas maneiras de ver e fazer deste acontecimento festivo, que teve sua dinâmica norteada pela construção de um novo templo religioso e ao mesmo tempo sendo utilizada como mecanismo de construção e fortalecimento da população que dele participava.

Assim, foi possível abrir um leque de questões que trilharam este trabalho, contemplando a festa como um divulgador da devoção da santa e arrecadador de renda por parte da Igreja Católica. Mas, também, vimos o evento como forma de diversão, lazer de uma cidade que durante o ano aguarda a efetiva chegada do período festivo, quando são realizadas práticas culturais que mostram os valores e interesses dos moradores do bairro.

Referências

ABREU, Martha. **O império do Divino:** festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

BARROS, José d' Assunção. **Cidade e história**. Petróplis, RJ: Vozes, 2012.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna:** Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DOMINGUES, Andrea Silva. **A arte de falar:** Redescobrindo trajetórias e outras histórias da Colônia do Pulador Anastácio/MS. São Paulo: Paco, 2011.

_____. **Cultura e Memória:** O festejo de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis – MG. (Tese de Doutorado em História Social). PUC/SP: São Paulo: 2007.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, I. & KANTOR, I. (Orgs.). **Festa***,* Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. Vol. II, São Paulo: Ed. Hucitec / Edusp, 2001.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** 6ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória.** Rio de janeiro: Aeroplano, 2000.

JURKEVICS, Vera Irene. Festas religiosas: a materialidade da fé. In: **História***:* Questões & Debates, Curitiba, nº43, Ed. UFPR, 2005.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: Cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho D'Água, 2004, 128.

PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervências coletivas. In: PASSOS, Mauro. **A festa na vida:** significados e imagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias***.* São Paulo: Edusp, 1997.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARTIGOS LIVRES

TEMPORALIDADE, “INTERSECCIONALIDADE” E “LATINIDADE” EM CAMILA CABELLO: UMA ANÁLISE DO VIDEOCLIPE “HAVANA”

TEMPORALITY, "INTERSECTIONALITY" AND "LATINITY" IN CAMILA CABELLO: AN ANALYSIS OF THE VIDEOCLIPE "HAVANA"

Igor Lemos Moreira[1]

Resumo: O presente trabalho analisa o videoclipe da canção Havana (Ft. Young Thug), de Camila Cabello, procurando entender as representações das identificações cubanas e de feminilidade associadas a cantora, manifestadas na performance. Baseado na perspectiva da História do Tempo Presente, em diálogo com autores decoloniais, este artigo procura compreender a identificação latina enquanto uma condição momentânea dos sujeitos, não sendo fixa, que é elaborada através de trocas. Neste processo a indústria cultural, em especial aquela de origem estadunidenses, ocupa um papel central, utilizando-se de determinados elementos referenciais para construção de representações sob uma visão dicotomia entre homogeneidade e heterogeneidade.
Palavras-Chave: Música Pop, História do Tempo Presente, Identificações latino-americanas.

Abstract: The present work analyzes Camila Cabello 's music video for Havana (Ft. Young Thug), trying to understand the representations of the Cuban identifications and femininity associated with the singer, manifested in the performance. Based on the perspective of the History of Present Time, in dialogue with decolonial authors, this article tries to understand Latin identification as a momentary condition of the subjects, not being fixed, that is elaborated through exchanges. In this process the cultural industry, especially that of American origin, occupies a central role, using certain referential elements for the construction of representations under a dichotomy vision between homogeneity and heterogeneity.
Keywords: Pop Music, History of Present Time, Latin American identifications.

Introdução

Figuras simbólicas, as artistas denominadas “divas” dependem de dois elementos centrais: A identificação como protagonistas dentro de seus segmentos pela indústria cultural e pelos fãs; A construção artística de tal perfil reforçada por determinadas imagens e comportamentos. Associada a práticas artísticas como a ópera, a figura de tais “divas” ou “*estrelas*” ocorre de maneira

[1] Doutorando em História pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC), na linha de pesquisa Linguagens e Identificações. Mestre e Graduado em História (Licenciatura) pela mesma instituição. Integrante do Laboratório de Imagem e Som (LIS/UDESC). Bolsista CAPES-DS. E-mail: igorlemoreira@gmail.com

sistemática na indústria cultural desde o início do século XX. Edgar Morin (1989), em suas análises, utiliza a noção de *"star's system"* para entender a emergência da construção da ideia *divas* no cinema, processo que funcionou de maneira relativamente similar em outros veículos como o rádio, a televisão.

Para o autor, o principal elemento que auxiliou nesse processo foi uma inversão no significado atribuído pelo público ao próprio artista nas telas. A Diva, a partir dessa leitura, passa a ser uma figura relacional, um sujeito no qual sua representação e projeção extrapola os limites do cotidiano e do ordinário, sendo uma representação humana de um outro universo, dotada de idolatria. Na música *pop*, a Diva "consiste na capacidade que tem de reinventar constantemente seu personagem, por meio de uma performance na qual a teatralidade é preponderante, somada a um fortíssimo apelo corporal, conduzido pela dança". (VALENTE, 2003. p. 82).

Se anteriormente a identificação ocorria com os personagens em cena, a expansão do cinema e da mídia especializada na indústria cultural, favoreceu o crescimento de um culto direcionado ao artista que interpretava os personagens. Dois fatores foram fundamentais para isso, sendo um deles a já referida mídia que passou a contar com veículos especializados na cobertura da vida pública e também privada das atrizes e dos atores, muitas vezes geridas pelas próprias produtoras. Outro elemento foi a promoção de "artistas favoritas", prática que ocorria através da associação direta entre atrizes e companhias/empresas, ou ainda com veículos de comunicação no período (MACIEL, 2011).

Nesse sentido, as divas podem ser vistas enquanto fenômenos simbólicos e integrantes/estratégias das próprias indústrias culturais. Ao mesmo tempo, o fenômeno das *star's system* também se desenvolveu como espaço de trocas e criação de identificações ao redor do mundo, servindo como modelos e/ou ídolos para determinadas gerações no tempo presente. Entre múltiplas possibilidades, a música *pop* é um dos principais campos contemporâneos nos quais a presença das divas tem destaque.

Marcadas pelos fatores geracionais, compreendidos do ponto de vista elástico e não apenas como dados biológicos (SIRINELLI, 2006), "los modelos de divas del pop es un fenómeno que hunde sus raíces en los comienzos de la

música para las masas populares" (MARTÍNEZ CANO, 2017. p. 479). Tais figuras remontam a figuras como Ella Fitzgerald, Diana Ross, Cher, Madonna e Gloria Estefan. Desde a década de 1980, com a emergência dos videoclipes e das produções audiovisuais, uma das principais características do gênero musical, é perceptível a ampliação no número de artistas consideradas como "divas". No decorrer dessa expansão, percebe-se que o conceito foi alargado em meio a própria emergência da aceleração do tempo (HARTOG, 2013), em parte pela expansão dos veículos de comunicação, entre estes a Internet.

Ao olharmos essa sensação de aceleração do tempo (KOSELLECK, 2006) e para a própria indústria no século XXI, é possível observar um crescimento não apenas no número de artistas, mas também de espaços e de perfis que estes constroem em torno de si, proliferando as possibilidades de identificações. É justamente nessa discussão que este artigo se insere. Tomando como exemplo o caso da cantora cubana Camila Cabello, pretendemos discutir dois eixos pelos quais transitam sua constituição enquanto "diva": a identificação enquanto mulher; e sua identidade cubano-mexicana, entendida/promovida como uma identidade latina por alguns setores da indústria. Procurando entender a noção de diva a partir da própria trajetória e produção da cantora, tomando como estudo de caso o videoclipe da canção *Havana (ft. Young Thug)*, esse artigo pretende esboçar uma possível noção de "diva latina" do ponto de vista da historiografia, orientada pela perspectiva de análises da História do Tempo Presente, campo de estudos dedicado a compreensão dos processos históricos no presente, partindo de suas relações diretas com a temporalidade, os múltiplos estratos de tempo, a contemporaneidade do não contemporâneo, os usos do passado e abusos da memória.

Através do exercício de historicizar a sociedade ocidental contemporânea (ROUSSO, 2016), questão central da História do Tempo Presente, a análise aponta possibilidades de um projeto de pesquisa em andamento, muito mais do que fornecer uma noção fechada da noção de diva bastante complexa e ampliada. Parte-se do pressuposto defendido pela pesquisadora Silvia Martínez Cano (2017. p. 479), para a qual estas artistas são "un objeto cultural de

consumo, [...] que también produce significados que interactuán com las identidades de los receptaores, intervindendo en la construcción personal, temporal y concreta de los colectivos que conformar los distintos círculos sociales". Nesse sentido, associado a esse processo, defende-se que além de figuras simbólicas tais figuras são também sujeitos, possuidoras de agências e atuações dentro da indústria e da sociedade, não sendo exclusivamente "produtos mercadológicos", como se verá no caso de Camila Cabello.[2]

Camila Cabello: A jovem artista elevada a categoria de "diva"

Nascida em 1995, na cidade de Havana (Cuba) em meio ao Período Especial, Karla Camila Cabello Estrabao é filha de Sinuhe Cabello (Cubana) e Alejandro Cabello (Mexicano). O referido contexto, iniciado em 1989 após a crise do socialismo com a queda da União Soviética, é conhecido como uma das maiores crises econômicas vividas pela ilha desde a Revolução Cubana de 1959 (GOTT, 2006). Motivado, entre vários fatores, pelo reforço do bloqueio econômico, através da Lei Torricelli, durante os governos de George H. W. Bush e Bill Clinton, o chamado "Período especial em tempos de paz" foi marcado por uma série reformas econômicas e sociais, como a abertura parcial ao dólar, e a uma nova onda de migrações (CHOMSKY, 2015; MARTINEZ, 2017).

Uma das ações dos Estados Unidos nesse contexto foi um maior controle sobre a migração cubana para o país e posteriormente, dado o aumento nos fluxos migratórios, a reformulação do *Cuban Adjustment Act* em 1995, durante o governo Bill Clinton, criado originalmente em 1964. Tais políticas, que facilitaram a concessão de vistos, atingiram o governo cubano e intensificaram as migrações de cubanos descontentes com o cenário de crise no país. Com o adensamento dos fluxos migratórias, a ponte imaginária entre a ilha e a cidade de Miami, criada no contexto pós-revolucionário (AYERBE, 2004), consolidava-

[2] Neste sentido, algumas das bibliográficas mobilizadas, guardadas as suas devidas relativizações, auxiliam na compreensão geral sobre os processos que atravessam a produção artística a cantora, enquanto outras auxiliam em questões gerais da música, do audiovisual e das análises desenvolvidas.

se como uma possibilidade para estes sujeitos. Os primeiros anos de vida da cantora Camila Cabello atravessam esse contexto de conflitos políticos-sociais na ilha e também nos fluxos migratórios.

Formada em arquitetura, Sinuhe Cabello enfrentou uma série de problemas na tentativa de conseguir trabalhos e garantir uma situação financeira estável em meio as alterações econômicas do país entre a década de 1990 e o início dos anos 2000. Com uma carreira em busca por estabilidade e uma filha bastante jovem, a família Cabello atravessou um período em que o governo revolucionário buscou "criar oportunidades para que o povo cubano vencesse o subdesenvolvimento, mas, nos anos 1990, os empregos e oportunidades só pareciam existir no exterior." (CHOMSKY, 2015. p. 238). Motivados pelo horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006) incerto, marcado pela instabilidade e pelas dificuldades econômicas, Sinuhe e Alejando Cabello visualizaram na migração a possibilidade de busca por "melhores condições" de vida.

O primeiro destino, no início dos anos 2000[3], foi a Cidade do México, capital do país, tendo em vista a naturalidade mexicana de Alejandro. A tentativa de fixar moradia na região foi rapidamente abandonada, após os primeiros meses. Logo em seguida, a família entrou com uma solicitação para migrar legalmente aos Estados Unidos, por vias terrestres. Apesar da migração cubana ser facilitada, em parte através dos novos ataques do governo de George W. Bush a Cuba, outras nacionalidades como a mexicana não possuíam instrumentos de facilitação de migração para o país, como demonstrou Aviva Chomsky (2015). Ao solicitarem seus vistos através das políticas de auxílio, como o recém reformulado *Cuban Adjustment Act* e sua política do *"wet feet, dry feet policy",* apenas Camila Cabello e Sinuhe Cabello receberam a autorização para entrada nos EUA.

[3] A data da migração da família Cabello é bastante controversa nas fontes consultadas sendo o ano não referenciado em entrevistas ou publicações periódicas. Contudo, através da comparação entre diferentes revistas estimasse que as migrações ocorreram quando Camila Cabello tinha entre 5 e 7 anos de idade, ou seja, entre 2000 e 2003.

A impossibilidade de migração conjunta da família significou a separação momentânea das mulheres Cabello de Alejandro, que se uniu a família apenas alguns meses depois. Esse processo é narrado pela família nas falas a cinebiografia *Made In Miami (Artist Spotlight Story) - Camila Cabello,* enquanto incerto e de insegurança. Segundo a cantora, em entrevista dada a produção do documentário lançado em 2018, esse processo foi primeiramente marcado por uma falta de compreensão do próprio acontecimento, tendo em vista que sua mãe teria informado que estavam indo visitar a Disney. Em entrevista anterior, concedida a revista Glamour (2017)[4], a cantora já havia sinalizado esse mesmo processo, assim como falado sobre a lembrança de pegar um ônibus do México até Miami com sua mãe, carregando consigo poucos itens, entre eles uma mochila e um calendário ou uma revista do ursinho *Pooh.*

Camila Cabello, viveu parte de sua infância e adolescência na cidade de Miami, uma das regiões dos Estados Unidos com maior concentração de migrantes cubanos do país (AYERBE, 2004). Apesar de nascer em Cuba e se identificar enquanto cubano-mexicana, é preciso destacar que sua identificação com o país não é elaborada pelos modelos tradicionais de nação. Como procura elaborar Néstor Garcia Canclini (2008), esses processos de constituição do ser "latino-americano", como no caso de Camila, devem ser entendidos não apenas através da noção moderna de nação, atrelada especialmente ao fator de "identidade comum" e de território. Para ele, "a América Latina não está completa na América Latina. Sua imagem é devolvida por espelhos dispersos no arquipélago das migrações." (CANCLINI, 2008. p. 25). Nesse sentido, como veremos neste trabalho a noção de identificação (HALL,2006) cubana de Camila Cabello é perpassada pela experiência migrante, sendo constituída a partir não apenas dos laços com o país, mas também com parte de uma comunidade situada em outro território que reivindica uma determinada visão sobre Cuba (CHOMSKY, 2015).

[4] HAYASAKI, Erika. From Cuba, With Dreams. In: **GLAMOUR,** USA: Condé Nast Publications, May. 2017. p. 176-177.

Aos 15 anos, após realizar audições para a segunda temporada da versão estadunidense do *reality show The X-Factor,* Camila Cabello[5] passou a integrar o grupo *Fifth Harmony.* Formado durante o próprio programa, a partir de cinco integrantes dispensadas nas peneiras, o grupo orientado pelo produtor Simon Cowell, também produtor do programa, era inserido no grande manto música *pop* e formado por Ally Brooke, Camila Cabello, Normani Kordei, Lauren Jauregui e Dinah Jane. Em sua trajetória dentro da competição musical, o *girl group* conseguiu construir uma *fanbase* que a cada episódio votava pela sua permanência na competição, o que possibilitou a conquista do terceiro lugar naquela temporada. Não ter vencido em primeiro lugar a competição, significou ao *Fifth Harmony* a falta de um contrato inicial com uma gravadora.

Contudo, após um relativo sucesso nas plataformas digitais o grupo assinou com a Epic Records através da Syco Music, duas *indie's* ligadas da *Sony Music,* uma das principais *major's* da indústria fonográfica (VICENTE, 2014)[6]. Tendo fechado o contrato através do agenciamento do próprio mentor do grupo, Simon Cowell, e de um dos jurados da bancada do *reality show,* o também produtor musical L.A. Reid, o grupo passou a lançar músicas, álbuns, videoclipes e turnês mundiais a partir de 2013. Entre 2013 e 2016 o *Fifth Harmony* teve uma trajetória destacável dentro da indústria fonográfica, sendo considerado pela revista *Billboard*, principal veículo especializado no ramo, como o maior grupo musical estadunidense desde das *Destiny Child*[7].

Apesar dos projetos bem-sucedidos e de emplacar grandes *hits* nas plataformas digitais como *Worth It* (2015) e *Work From Home* (2016), que somam juntos mais de 1 bilhão de visualizações no *youtube*, as possíveis projeções de futuro do grupo foram abaladas em dezembro de 2016. Nesse mês, Camila Cabello notificou que estava deixando o grupo para trabalhar em sua carreira solo, projeto esse que vinha desde 2015 sendo desenvolvido paralelamente a

[5] Nessa ocasião a jovem passou a adotar o nome artístico de Camila Cabello, como vem sendo referenciada no decorrer de todo este texto

[6] SCHILLAC, Sophie; HALPERIN, Shirley. **'X Factor's' Fifth Harmony Signs With Syco Music, Epic Records (Exclusive).** The Hollywood Reporter. 17/01/2013. Disponível em: <https://www.hollywoodreporter.com/news/x-factors-fifth-harmony-signs-413118>. Acesso em: 28 maio 2018.

[7] **BILLBOARD.** USA: Nielsen Company, v. 128, n. 13, 14 MAY, 2016.

sua atuação no *Fifth Harmony*. Com esse rompimento, iniciam-se novos debates e projetos para a artista solo que precisava se "reinventar" enquanto artista.[8] Tendo em vista esse esforço, a ex-integrante passou a produzir algumas músicas, assim como seu primeiro álbum de estreia, procurando encontrar uma nova sonoridade e um novo espaço para si na indústria da música *pop*.

Apesar de alguns projetos como as canções *Crying in the club, I Have Questiones* e sua participação na faixa *Hey Ma*, do rapper *Pitbull* que contou também com o apoio de J Balvin, a carreira de Camila Cabello fora de seu grupo, passou a consolidar-se oficialmente com o lançamento de *Havana (ft. Young Thug)* e *OMG (ft. Quavo).* Apesar das produções anteriores alcançarem certo reconhecimento pela indústria, nas plataformas digitais e pelos veículos especializados, permitindo inclusive a permanência de produções de Camila Cabello nas rádios nas rádios, foram as duas canções referidas que a consolidaram como cantora solo no mercado no ano de 2017. Mais que isso, ambas as músicas reforçaram um determinado perfil no qual a artista passou as ser inserida a partir de então: uma cantora de música *pop,* de origem cubano-mexicana.

Apesar do lançamento de ambas ocorrerem em paralelo, e sem pretensão inicialmente comunicada de se tornarem *singles* ou faixas de trabalho (VICENTE, 2014), a canção *Havana (ft. Young Thug)* foi elevada a tal *status*, o que significou o início de um processo de divulgação por Camila Cabello, sua equipe e pela própria indústria. Esse processo coincidiu com o contexto de elevação nas discussões sobre migração nos Estados Unidos, em torno da gestão e política de Donald Trump (2018), e pela expansão do *reggaeton* na indústria musical estadunidense.

O lançamento de *Havana (ft. Young Thug):* Notas sobre a relação texto-contexto.

[8] A discussão sobre a saída de Camila Cabello do *Fifth Harmony*, assim como os embates de memória existente na mídia digital em torno desse momento são explorados por Igor Lemos Moreira (2017;2018).

O historiador Marcos Napolitano (2005), em seu livro História & Música, defende, entre as possibilidades de estudos da música por historiadores, a necessidade dos historiadores trabalharem com a relação texto-contexto. Essa necessidade fundamental para qualquer análise historiográfica, remete inclusive as discussões iniciadas por Jacques Le Goff (2003) acerca da noção documento/monumento. Entendo que a documento para o historiador não é algo dado *a priori,* mas sim uma construção do próprio pesquisador em seus momentos de análise e questionamentos, é fundamental entender que essa mesma fonte possui um caráter monumental aliado a uma memória coletiva e a um contexto de produção e elaboração.

No momento em que atribui um valor de testemunho e de vestígio de um passado, seja esse recente ou não ao documento, o historiador é convidado a perceber sua alteridade, suas possíveis intencionalidades e principalmente as marcas de tempo e usos destas fontes. A partir desse entendimento, cabe também ao historiador e

> pesquisador em música popular é mapear as camadas de sentido embutidas numa obra musical, bem como suas formas de inserção na sociedade e na história, evitando, ao mesmo tempo, as simplificações e mecanicismos analíticos que podem deturpar a natureza polissêmica (que possui vários sentidos) e complexa de qualquer documento [...] (NAPOLITANO, 2005. p. 77-78).

Primeiramente então é fundamental compreender, mesmo que rapidamente, o cenário no qual Camila Cabello irá produzir o videoclipe da canção *Havana* (*Ft Young Thug)*. Essa compreensão auxiliará a entendermos as relações do mesmo com construção um da visão sobre o ser “latino”, relacionada diretamente ao ser “cubano”, e ao feminino. Nesse sentido, primeiramente faremos um exercício de compreender o contexto do documento que pretendemos analisar para então entendermos as relações fluidas do texto-contexto.

O ano de 2017 marcou uma nova fase da política estadunidense. A posse do presidente eleito Donald Trump significou para estadunidenses e o restante do mundo um período de forte instabilidade. Como analisou o jornalista Michael Wolff (2018), a própria vitória de Trump nas urnas foi uma surpresa não só para

parte da população, mas também para o próprio candidato eleito que inicialmente se negava a investir em sua campanha. Filiado ao partido Republicano, o empresário que não possuía experiência na política contou com o auxílio e assessoria de uma equipe bastante extensa e constantemente em renovação por conflitos com o próprio.

Entre os membros de sua equipe, o assessor Steve Bannon tornou-se popularmente conhecido por construiu uma das principais plataformas política de sua campanha e gestão: a discussão sobre fronteiras e, principalmente a questão da migração. “Bannon acreditava que muita gente estava, de uma hora para a outra, receptiva a uma nova mensagem - o mundo deveria retornar a um tempo em que havia fronteiras. Quando os Estados Unidos eram grandes. Trump tinha se tornado a plataforma dessa mensagem.” (WOLFF, 2018. p. 17). Através de seus discursos xenófobos, materializados inclusive em uma proposta de campanha relativa a construção de um muro na fronteira entre o México e os EUA, Donald Trump e sua equipe construíram uma plataforma anti-imigração, especialmente latino-americana, que lhe garantiu apoio de setores mais conservadores da população estadunidense.

Nesse sentido, o então candidato a presidência apelava “ao público a favor da velha retórica anticastrista e estratégia da política austera.” (MARTINEZ, 2017. p. 335). Vale ressaltar ainda que nesse contexto, Trump concorria contra a candidata democrata Hillary Clinton, esposa de Bill Clinton, presidente responsável pela reformulação do *Cuban Adjustment Act* (1995). Apesar da relação indireta, é importante pontuar tal aproximação entre a construção do discurso do candidato republicano em um contexto no qual Hillary Clinton conseguiu relativo apoio de alguns setores migrantes como na Florida, estado onde a democrata venceu.

Após a posse de Donald Trump teve início uma série de políticas e reformas nos Estados Unidos que atingiriam diretamente as populações migrantes latino-americanas. A primeira destas medidas foi a suspensão de concessão do *Deferred Action for Childhood Arrivals* (DACA) para os jovens migrantes que tivessem entrado no país antes de completarem 16 anos de idade e que residissem nos Estados Unidos desde 2007. A criação desse projeto de

concessão de vistos foi feita através de um decreto em 2012, pelo então presidente Barack Obama, como uma estratégia para atender as comunidades migrantes após um outro projeto seu ter sido rejeitado pelo congresso nacional. Apesar de nunca ter sido aprovado, o projeto intitulado *Development, Relief and Education for Alien Minors Act* deu origem a uma forma de nomeação dos jovens que recebiam o DACA: Dreamers.

No período em que Donald Trump assumiu o governo e iniciou a implementação de suas pautas anti-migração, calcula-se que em média 800.000 latino-americanos que viviam nos Estados Unidos possuíam o DACA[9], sendo a maioria destes mexicanos. Com a suspensão do programa em 2017 emergiram vários movimentos contra a decisão presidencial, inclusive do próprio congresso e da classe artística. Nesse período, na indústria fonográfica observasse crescimento de uma nova fase dos gêneros latinos, incorporados a música *pop,* chamado *reggaeton.* Originário do Caribe,

> El reggaetón empieza a ser un ritmo popularmente aceptado y difundido por los medios a partir del año 2000. Galluci (2008) señala que antes del año 2000, el reggaetón era un ritmo clandestino y, aunque en realidad no existe consenso pleno en cuanto al origen de este género musical, suele a rmarse que surgió del intercambio cultural y musical que tuvo lugar en los años ochenta entre Panamá, Puerto Rico y República Dominicana (ROJAS, 2012. p. 294).

Relacionado diretamente a uma ideia de “juventude” e, principalmente, de sensualidade e exaltação do corpo feminino, rapidamente a música *pop* estadunidense passou a incorporar o *reggaeton*, além de procurar parcerias com cantores caribenhos. O principal marco da indústria fonográfica nesse sentido foi certamente a canção *Despacito* (Luis Fonsi e Daddy Yankee) que, apesar do sucesso anterior nos países de língua espanhola, se tornou mundialmente conhecida após uma versão *remix,* gravada pelos cantores da música com o canadense Justin Bieber.

Tornando-se a primeira canção latina a ocupar o topo das paradas da Billboard, *Despacito* figurou em primeiro lugar nos *charts* da referida revista

[9] BBB. **Daca dreamers: trump vents anger on immigrant programme.** 02 de abril de 2018. <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-43612465>. Acesso em 23 de dezembro de 2018.

por mais de 15 semanas.[10] Tocando em temas do cotidiano, misturando aos embalos e ritmos dançantes, o sucesso da canção rapidamente trouxe de volta ao cenário internacional a presença da cultura latina em uma indústria que apesar de internacional é hegemonicamente dominada pelo mercada anglófona, com ênfase nas produções estadunidenses. Diferente do que ocorreu em outros momentos da indústria, é fundamental observar que um dos principais elementos a serem destacados, inclusive nesse cenário, foi a utilização predominante do espanhol por artistas ligados ao gênero.

Nesse contexto, novos artistas e grupos passaram a figurar nas plataformas e na indústria promovendo novos olhares para as culturas latinas como J. Balvin, Ozuna e Becky G. Vale destacar nesse cenário figuras que também transitam entre múltiplas línguas e gêneros musicais, procurando construir pontos de contato e diálogo entre diferentes ritmos do continente americano. Esse é o caso, por exemplo, da cantora Anitta que parte de uma base musical formada no funk, mas que tem produzido projetos que misturam uma série de ritmos e gêneros se tornando uma das precursoras nas possíveis relações entre o *Funk* e o *Reggaeton.* Outros artistas ainda, como o caso da dominicana Natti Natasha e o grupo CNCO passaram se destacar no cenário após o *boom* do gênero a partir de 2017, dialogando com a música *pop*.

Apesar do *reggaeton* consolidar-se a partir dos anos 2000, como afirma Rojas (2012), é interessante se destacar que seu protagonismo no *mainstream* estadunidense a partir de 2017, por um movimento da própria indústria. Muitos destes artistas como J. Balvin, Luis Fonsi, Daddy Yankee e Ozuna já possuíam carreiras relativamente consolidadas no Caribe e na América do Sul, assim como com os públicos latinos espalhados ao redor do globo. Então, cabe nos perguntar o que se altera nesse cenário e que afeta diretamente Camila Cabello? O movimento de artistas e da indústria estadunidense e inglesa em procurar esses mercados.

[10] O cálculo da Billboard é aquilo utilizado por é uma das principais formas de medir a circulação e escuta de canções, tendo em vista que calcula o número de vendas, reproduções em rádios e plataformas e menções digitais. Para saber mais sobre os números alcançados por *Despacito* consultar: https://www.billboard.com/articles/columns/chart-beat/7934255/despacito-hot-100-number-one-15-weeks

A parceria que lançou o remix de *Despacito* com a participação de Justin Bieber foi apenas a primeira de uma série de produções que ligaram artistas do *mainstream* de língua inglesa ao espanhol. Logo após o referido *remix* outros artistas procuraram por parcerias com artistas renomados no gênero como Beyoncé, que juntamente ao colombiano J. Balvin lançou um *remix* da canção *Mi Gente*, e o *girlgroup* britânico Little Mix que juntamente ao grupo CNCO relançou a faixa *Reggaeton Lento.* Nos três casos apontados até agora, é observado exatamente o processo de artistas naturais de língua inglesa que procuram artistas latino-americanos para lançarem versões *remix* de suas produções.

Paradoxalmente, o novo *boom* dos ritmos latinos na música *pop* nos Estados Unidos ocorre no mesmo contexto de ascensão de Donald Trump e de suspensão do DACA. Em meio ao cenário, a cantora Camila Cabello situava-se em um processo de reconstrução artística de si, em busca de uma outra imagem para sua carreira solo. Marcada pelo peso de sua experiência anterior, seu "espaço de experiência" (KOSELLECK, 2006) na indústria permanecia mantendo-a dentro de um formato de música já bastante conhecido: "canções de curta e média duração, de estrutura versos-pontes, bem como do emprego comum de refrãos e estruturas melódicas em consonância com um certo senso sonoro pré-estabelecido." (SOARES, 2015. p. 24). Em meio a essas primeiras produções, que seguiam esse formato, como *Crying In The Club* e *I Have Questions* Camila Cabello foi convidada[11] para gravar a canção *Hey Ma*, juntamente a J. Balvin e ao *rapper* Pitbull.

Sendo uma possível estratégia para saber como o mercado reagiria a uma guinada latina, as faixas passaram a ser divulgadas pelos próprios fãs e aos poucos pelas rádios até chegar em um momento no qual o crescimento de *Havana* possibilitou a cantora de torná-la um *single*. Foi nesse momento

[11] Essa canção integrou a trilha sonora do filme Velozes e Furiosos 8, que teve parte de sua história ambientada em Cuba, sendo as canções produzidas para o disco baseadas nos ritmos latinos como o *reggaeton*. O convite muito provavelmente assinalou para a cantora o reconhecimento de uma identificação latina que era pouco explorada por ela e pela própria indústria. Após a produção da canção, e do videoclipe, que foi transformada na principal trilha sonora do longa-metragem, Camila Cabello compôs e lançou, como já citado, as músicas *Havana (ft. Young Thug)* e *OMG (ft. Quavo).*

que, não apenas ocorreu a maior identificação de Camila Cabello enquanto cubana pela indústria, iniciou sua construção como latina pela indústria, mas em que a cantora, através de sua canção e do local e ocupava, se viu mergulhada em um contexto ainda maior. O mesmo período em que a artista se lançou a uma imagem artisticamente latina, era o contexto de perseguição aos migrantes latino-americanos que viviam no país em que crescerá. Teve início então, a partir da decisão por promover a faixa, também um maior envolvimento da cantora nessas pautas o que a tornaram um símbolo e uma figura referencial nos debates.

Videoclipe e Canção: o lugar do "feminino"

A canção romântica, como aponta Simone Luci Pereira (2016), é perpassada por elementos que permitem ao pesquisador entender mais que as relações amorosas retratadas na própria obra. Definição associada diretamente a música com apelo emocional, a canção romântica é permeada por sentidos sociais, políticos, culturais e até mesmo econômicos. Essas "canções desempenham um importante papel na esfera cultural e social, atuando na construção, modificação e reconstrução de identidades individuais e coletivas" (PEREIRA, 2016. p. 28). A palavra cantada, na canção romântica, narra geralmente uma história alimentada sentimento amoroso podendo esse ser motivo de alegria, tristeza, exaltação ou preocupação. Incorporada a indústria cultural, esse tipo de canção é capaz de despertar em seus ouvintes sentimentos, emoções e expectativas.

Sendo o amor e a paixão um tema constante no repertório de artistas da música *pop*, é interessante entendermos as relações entre o gênero com a canção romântica latino-americana. Esse é o caso da música *Havana (ft. Young Thug)* de Camila Cabello, lançada em 03 de Agosto de 2017. Retratando a paixão entre dois personagens, a canção narra a história de uma cubana apaixonada por um outro rapaz, provavelmente estadunidense, que a leva para morar nos Estados Unidos.

> Havana, ooh na-na (ayy) // Half of my heart is in Havana, ooh na-na (ayy, ayy) // He took me back to East Atlanta, na-na-na, ah // Oh, but my heart is in Havana (ayy) // There's somethin' 'bout his manners (uh huh) // Havana, ooh na-na (uh)
> He didn't walk up with that "how you doin'?" (uh) // When he came in the room // He said there's a lot of girls I can do with (uh) // But I can't without you // I knew him forever in a minute (hey) // That summer night in June // And papa says he got malo in him (uh) // He got me feelin' like…

O início da canção, transcrito acima permite pensar justamente esse embate. A música *pop* é marcada por uma identidade ligada a música de mercado (SOARES, 2015), que tem uma identidade própria baseada geralmente em uma composição de simples comunicação (TATIT, 2002; 2016). Deste modo, a narrativa simples e direta entoada por Camila Cabello nos leva a imaginar a cena na qual os personagens se conhecem. Nessa narrativa, através de sua voz, a cantora ocupa o lugar da protagonista da história e também de narradora, que apesar das indicações contrárias, manifestadas pela presença da palavra "*malo*", que significaria "mal" em espanhol, se apaixonaria pelo rapaz que esbanjaria dinheiro inclusive na própria companheira.

Vale ressaltar que essa "simplicidade" identificada por Luiz Tatit (2016) é um dos principais elementos da canção apontados também por Oliveira (2002. p. 92), para a qual "a canção é uma peça musical feita para ser cantada que não implica em uma demasiada especialização musical, podendo ser criada e executada de forma mais simples e que é um instrumento de expressão utilizado por todas as culturas ao longo da história.". Desta maneira, a cena é apresentada ao público que consegue através de recursos semióticos e mnemônicos (TATIT, 2016) imaginar a cena construída oralmente pela voz de Camila Cabello.

Em seguida, o refrão da música, que confere a sua principal identidade e que é apresentado logo ao início é retomado destacando sempre a ligação entre a cantora e a capital cubana. O trecho de "*Half of my heart is in Havana*" é talvez o elemento referencial mais importante deste momento, no qual o espaço de experiência (KOSELLECK, 2006) da cantora e, daqueles que a conhecem, é mobilizado com maior intensidade. Dando seguimento após o refrão, o *rapper*

Young Thug faz sua entrada, ocupando o papel masculino na canção e narrando a relação com a personagem cubana.

> Jeffery, just graduated, fresh on campus, mmm // Fresh out East Atlanta with no manners, damn (fresh out East Atlanta) // Bump on her bumper like a traffic jam // Hey, I was quick to pay that girl like Uncle Sam (here you go, ayy) // Back it on me // Shawty cravin' on me, get to eatin' on me (on me) // She waited on me (then what?) // Shawty cakin' on me, got the bacon on me (wait up) // This is history in the makin', on me (on me) // Point blank, close range, that B // If it cost a million, that's me (that's me) // I was gettin' mula, baby

Perpassada pela mistura de temáticas própria do *rap* como a exaltação do corpo feminino e o culto a ostentação e ao dinheiro, a parte de Young Thug vai ao encontro do próprio conteúdo geralmente abordado pelo *reggaeton*[12]. Tendo esse ponto de contato, sua inserção ressignifica e aproxima dois estilos que inicialmente eram ditos como "*outsiders*" da sociedade. Misturando sua experiência de vida, como na menção a *East Atlanta* que é a região onde o *rapper* cresceu, com a própria temática da canção, o *rap* ocupa em parte uma posição crítica na canção.

Segundo Miriam Hermeto (2012. p. 132) o *rap* emergiu dentro dos movimentos negros nos Estados Unidos, sob influência do Soul, e se consolidou como uma maneira "de denúncia de uma realidade social de exclusão". Muitas vezes exaltando um determinado elemento para criticá-lo, podemos pensar que a participação de Young Thug na canção tem uma via de mão dupla. Em primeira instância ele realiza uma crítica direta, porém pouco observada/ouvida, ao fazer a referência ao "Uncle Sam", comparando os demais países da América Latina a "garotas", remetendo ao comportamento dos Estados Unidos em sua política externa.

Essa mesma referência aponta para uma narrativa que destaca o culto a feminilidade e sua hipersexualização que é ao mesmo tempo marcante no *rap* e

[12] Vale ressaltar que aqui estamos procurando elaborar uma possível aproximação no que se refere a canção Havana (Ft. Young Thug) e a um perfil no conteúdo de uma parte das letras no rap. Não se pretende aqui afirmar que ambos os gêneros são iguais ou semelhantes, principalmente em suas origens e elementos bases que são bastante distintos e dotados que causas sociedades diferenciadas. Pretende-se através da comparação apontar para um possível ponto de contato no que se refere especificamente a canção de Camila Cabello e na possível justificativa para seu conteúdo e a forma de cantar escolhida.

no *reaggeton.* Como destaca Rojas (2012. p. 295), esse elemento é observado no gênero latino quando "su discurso promueve la pérdida de los valores morales y personales, la trasgresión de códigos sociales, incita al sexo y convierte a la mujer en un instrumento sexual.". Se retomarmos as discussões de Silvia Martinéz Cano (2017), é fundamental compreendermos essa discussão não sob um olhar pré-estabelecido, mas sim atentando para os processos e para o lugar ocupado pela mulher nesse cenário. Nas análises da autora, o discurso construído por determinadas artistas, consideravas "divas" tem sido fundamental para o entendimento das novas relações com o corpo e do potencial de tais figuras ocuparem o *mainstream* para justamente romper com determinadas relações de gênero e de controle feminino pré-estabelecidas.

Ao assumir uma postura de controle e de consciência sobre si mesma, estas artistas utilizam dos próprios estereótipos ou até mesmo daquilo que é dito como "vulgar", para reafirmar sua posição social. Essa é uma prática que vem desde o século XX com artistas já consagradas na música *pop* como Madonna e Cindy Lauper (O'BRIEN, 2018), mas que na virada do século XXI é resignifica a partir das demandas do presente. Nesse sentido, como discute Hartog (2013) e Henry Rousso (2016), o presente procura outras configurações a contemporaneidade, dando novos sentidos e adotando outras posturas sobre o tempo vivido, seu passado e o futuro imagino. Trazendo para o cerne da discussão a contemporaneidade de discussões que possuem em si historicidade e não são apenas efémeras, essas/es artistas olham para uma atualidade discursivamente construída sobre o controle dos corpos femininos, (SCOTT, 1995; LUGONES, 2008) resignificando e transformando ele em seus próprios movimentos de resistência e de libertação.

Apesar dos possíveis problemas e do reforço dos alguns elementos estereótipos que esse tipo de narrativa e análise possam incutir, especialmente quando a canção possui a participação de uma figura masculina na voz, é fundamental experimentar esse tipo de discussão dentro da música *pop*. A canção *Havana (ft. Young Thug)* está situada justamente nessa linha tênue. Nesse caso, é preciso entender não apenas a canção em seu conteúdo e circulação, mas também os significados atribuídos a ela em seu videoclipe, e por

consequência na performance de ambos os artistas. É justamente nesse espaço que “música, cuerpo y sexo, tradicionales cánones machistas se imponen de nuevo en el mainstrean” (MARTINEZ, 2017. p. 487), sendo o campo da música *pop* marcado pela cultura dos videoclipes, expandida principalmente após a criação da MTV (VICENTE, 2014; O’BRIEN, 2018).

O videoclipe da *Havana (ft. Young Thug)* foi lançado em 24 de Outubro de 2017, um pouco mais de dois meses após o lançamento da canção. Nesse período, o cenário de perseguição aos migrantes, liderada por Donald Trump, já havia se alastrado levando Camila Cabello a se colocar numa posição de resistência. Em ocasiões anteriores a cantora já havia sinalizado seu posicionamento, mostrando-se politicamente ativa na causa em favor dos *Dreamers*, como na performance realizada em final de Setembro daquele ano em meio ao centro de Manhattan durante o programa *Today Show*.

Nessa ocasião, a cantora além de dedicar a apresentação a esses jovens, levou muitos deles ao palco, segurando bandeiras de suas nacionalidades e/ou vestindo camisetas em apoio a causa enquanto tocam instrumentos. Ao final da performance, a cantora ainda fez um breve discurso sobre os Estados Unidos como terra das promessas e da liberdade, imagem essa construída desde a noções de *American Way of Life* e *American Dream*, mas que são ressignificadas pela trajetória latina migrante que como muitos jovens em sua idade que possuem sua identidade “desenvolvida por espelhos dispersos no arquipélago das migrações” (CANCLINI, 2008. P. 25). Esse discurso em si demonstra o quão especifica será a identificação latina construída e representada por Camila Cabello, especialmente nas marcas deixadas pelo seu processo de migração.

A narrativa do videoclipe de *Havana (ft. Young Thug)* procura trabalhar em cima de estereótipos, de elementos autobiográficos e da relação temporal da cantora com sua própria identificação cubana. Partindo inicialmente de uma cena inspirada nas clássicas imagens de telenovelas, marcada por traições, irmãos gêmeos e romances a narrativa do videoclipe parte do cotidiano de famílias latinas viventes nos Estados Unidos: a cultura das telenovelas, a presença da matriarca e do respeito a ancestralidade. Especialmente observa-se o elemento matriarcal, característica central de muitas culturas latinas que tinham/tem a

mulher como núcleo organizados da família (LUGONES, 2008), que é inserido no videoclipe como pela estratégia de utilizar um ator vestido de mulher para incorporar a figura da *abuelita.* Essa mesma figura que aparece após Camila Cabello, que interpreta uma personagem chamada Karla em referência a si mesma, gritando e ditando o que suas netas deveriam fazer reforça a presença feminina e a importância das mulheres nessas famílias, especialmente no que diz respeito ao cuidado e a autoridade.[13]

Um outro elemento fundamental, aparece nas cenas seguintes, quando Karla vai ao cinema para assistir ao filme "*Camila in Havana*". Em um cinema vintage, mergulhado em uma moda *retro* característica de nossa sociedade presentista (HUYSSEN, 2014), a cantora se dirige a uma sala de exibição que projeta na tela a imagem da ilha de Havana em preto e branco. O modo como a cena do filme inicia é particularmente interessante pois retoma não apenas um padrão do cinema estadunidense nas décadas de 1940 e 1950, mas também ao próprio formato de apresentação utilizado pelos documentários produzidos pelo *birô* interamericano no contexto da política da Boa Vizinhança (PRADO, 1995). A projeção da ilha de Cuba em preto e branco, vista através de uma projeção de um mapa, com o título que aparece escrito em uma tipografia em itálico, provoca certo sentimento de nostalgia, remontando a um passado que hoje já não se faz cotidianamente presente e marcado por uma promessa de tempo que não se concluiu (HUYSSEN, 2014).

Além disso, o próprio cinema e a cultura audiovisual foram fundamentais na constituição da identificação de Camila Cabello que desenvolveu parte da sua aprendizagem em inglês por meio da televisão. A escolha pelo cinema e pela ambientação dá seguimento a ideia de Camila Cabello em debate a questão latina a partir de estereótipos e do cotidiano. Como destaca Miriam Rossini (2001. p. 71) esse tipo de produção e "o cinema estadunidense, em especial, trabalha com um estereótipo sobre povo latino e seu espaço, facilmente identificável pelo público mundializado.". Nestor Garcia Canclini (2008), destaca o papel do mesmo veículo, como integrante da indústria cultural, no processo de

[13] A construção videoclipe brinca diretamente com a relação entre dois lados da artista, divididos pelos nomes Karla (personagem fora das telas) e Camila (personagem nas telas).

construção da identificação latino-americana em seu sentido mais amplo e diversificado. Ao mesmo tempo que estimula um processo de homogeneização das identidades, o cinema gera possibilidades infinitas, efêmeras ou duradouras, de identificações sendo uma linguagem fundamental para os sujeitos nestes processos.

Após esse momento, ocorre uma transição que mistura breves cenas coloridas com outras em preto e branco procurando causar no espectador a sensação de um mergulho temporal, processo esse marcante na construção de enquadramento que dão sentido a própria narrativa audiovisual (HAGEMEYER, 2012). A cena seguinte constrói uma Havana boêmia, marcada pela cultura musical, pelas bebidas e pela dança. As imagens associadas a música e a corporalidade de Camila constroem a paisagem sonora (SCHAFER, 2011) do videoclipe dando sentido a própria construção artística e biográfica da cantora. A corporalidade e a performance são alguns dos principais pontos de análise de videoclipes destacados por Thiago Soares (2004) no âmbito da comunicação, cabendo também a discussão historiográfica. Entender como a performance, mesmo que gravada, suspendem eternamente o tempo do videoclipe ao presente, é um modo de entender o próprio corpo e a própria construção da artista.

Marcada pela experiência migrante, assim como por sua identificação latina, a condição feminina em Camila Cabello deve ser entendida através de sua interseccionalidade, (LUGONES, 2008), é fruto de seu tempo mergulhada por estratos do tempo (KOSELLECK, 2014) e marcada por outros marcados sociais que não apenas o gênero, compreendido como uma construção sócio-histórica e cultural que atravessa as temporalidades e procura discursivamente constituir representações e papeis de feminilidade e masculinidade para além dos fatores biológicos, apesar destes serem fundamentais para sua definição (SCOTT, 1995). O decorrer das cenas intensifica o processo em que sua performance é marcada por um processo colonial do ser que acaba por ser resignificado e apropriado em prol de uma identificação marcada por um entre-lugar (BHABHA, 2011). Esse entre-lugar, no qual os sujeitos são permeados por marcadores sociais encontram no passado e em si mesmas questões para agir

no presente, é observado no decorrer de cenas em que a cantora aparece dançando, acompanhada por bailarinos, cantando no microfone, ou ainda as cenas seguintes quando encontra um homem que chama sua atenção.

Em todo o decorrer do videoclipe, embalado pela canção e, especialmente durante o *rap* de Young Thug, Camila Cabello joga com a sensualidade e o controle sobre seu próprio corpo. Nesse sentido "jugando con una identidad muy feminizada desde el punto de vista sexual por un lado, pero por otro, buscando un giro de libertades personales en torno al cuerpo como constructo mostrable, en un ejercicio de voluntad emancipada «mi cuerpo es mío»" (MARTINEZ CANO, 2017. p. 487). Atribuindo a si um papel feminino estereotipado e hegemônico de mulher latina jovem e sensual, a cantora reivindica um corpo e um controle autônomo para si a partir de sua experiência. Como nos lembra Lugones (2008), esse é um elemento fundamental de entendimento do ser mulher em Camila Cabello pois as discussões clássicas de gênero na perspectiva reivindicada pelas feministas brancas de 1980 não caberiam a realidade da cubana. Nesse sentido, sua construção/representação feminina atravessa outros aspectos como lembra a autora, dentre os quais se destaca sua própria condição migrante e sua origem não estadunidense.

Situada posteriormente ao contexto de escrita de Angela Davis (2017), em suas análises desenvolvidas na década de 1990, Camila Cabello no clipe da *Havana* está inserida no processo alertado pela autora pois, apesar da intensidade do capitalismo e do controle das músicas pela indústria, existem espaços e possibilidades de inversões de discursos. É nesse espaço que analisar o videoclipe expande os significados da canção, não sendo então necessária sua análise exaustiva inclusive pelas infinitas possibilidades e tópicos (SOARES, 2004). Passível de múltiplas interpretações o videoclipe pode ser analisado, partindo das considerações de Soares (2004), como uma construção narrativa inserida dentro de uma indústria que possui uma intencionalidade para cada elemento inserido em sua construção. Nesse sentido, metodologicamente se considera que o videoclipe é também uma produção narrativa que pode ser analisado como tal a partir da observação de uma estrutura elaborativa do "texto" narrado que articula imagem, som e movimento. O que interessa é justamente o

ponto de contato e encontro dessa possibilidade com a performance e a narrativa. A cantora, no momento em que canta e também na ocasião de entrada do *rapper* transita entre uma dança sensual e as mesas de bares, inclusive encenando uma disputa de bebedeira com um homem a qual ela sai vitoriosa. Sua ação é sútil, não rompendo totalmente com as estruturas, mas abalando-as.

Além do modo como a artista se coloca, através dos passos de dança em casal com um dançarino, essa ideia é intensificada quando na cena seguinte, após ela seguir o já citado homem misterioso, a música para e ocorre um diálogo entre os dois personagens que aparentemente já se conhecem. Inclusive esse aspecto é reforçado pois o refrão da música, marcado principalmente pela frase "*Half of my heart is in Havana*". Após esse trecho ambos os personagens se encontram em um beco, provavelmente em uma área externa do bar em Havana. O aparentaria ser uma cena romântica clássica e clichê marcada por tapas, beijos e um carro *vintage,* tem sua linha narrativa imaginada pelo expectador quebrada quando o homem olha para a personagem afirmando que ela o ama e recebe em resposta um sim, porém que ela amaria a si mesma ainda mais.

Nesse momento, a cena do filme passa a se alternar com outra de Karla assistindo à projeção, destacando o lado romântico da cantora. Em seguida, a edição mostra Karla inconformada com a cena da personagem no filme que assiste o "amado" ir embora e questiona "Espere aí, esse é o fim". Em uma jogada que quebra as relações entre cinema e realidade (HAGEMEYER, 2012), a personagem nas telas responde a outra que caso ela não goste de sua "história" que saída do cinema e vá escrever sua própria. Essa inversão é fundamental se vista do ponto vista linear da narrativa. Se inicialmente, a personagem Karla assiste a telenovelas permeadas por clichês, ao final a cantora assiste a um filme "vintage" ou com referências a um passado próximo, com uma personagem segura de si que representa a mulher independente, controladora de sua sensualidade e comprometida com sigo mesmo.

A inversão dos papeis geralmente atribuídos a mulheres, em contextos diferentes, é bastante interessante para entendermos o lugar do "feminino" que tratamos no decorrer de toda essa análise e que cruza a construção da latinidade. O feminino de Camila Cabello é operado não apenas através da

construção binomial do gênero (SCOTT, 1995), mas também de outros marcadores sociais como a "nacionalidade". Nesse sentido, como atentou Lugones (2008), o gênero é operacionalizado também na chave dos discursos colonizadores do ser, direcionando-se a quebra de determinados papeis e discursos sobre a mulher latina partindo dos mesmos para tecer suas críticas.

Esse é, por exemplo, o processo que ocorre ao escolher um homem para interpretar a *abuelita* ou ainda com a quebra do perfil romântico ligado a mulher passiva e submissa ao homem ao final do videoclipe. Mais que isso, o perfil sensual da mulher latina, marcante do cinema e da indústria cultural estadunidense é então resignificado não como elemento "exótico", mas como parte da constituição dos indivíduos. Nesse sentido, essa sensualidade não é renegada, mas sim resignificada tornando-se algo de controle e poder feminino, não atendendo a uma sociedade patriarcal. Esse é um perfil determinante não apenas da constituição identitária de Camila Cabello como artista, e individuo, mas também do papel ocupado pelas artistas femininas no segmento da música *pop* desde a década de 1980.

Cientes de seus próprios corpos, da necessidade de ocupar determinados espaços na indústria fonográfica e incorporando discursos de empoderamento e liberdade feminina artista desde esse período tem atuado de maneira semelhante a Camila Cabello: incorporando o controle sob seus corpos e sua interseccionalidade como ferramenta de resistência e conscientização (MARTINEZ CANO, 2017), através de marcadores como gênero, sexualidade, raça e religião. Vale ressaltar que mesmo nas músicas populares latino-americanas, como as que influenciaram a *Havana (Ft. Young Thug)*, existe uma relação diretora com os "sistemas econômicos, administrativos e políticos modelados na Europa e Estados Unidos, e também estéticos e artísticos" (GONZALEZ, 2016. p. 74). Obviamente esses movimentos e experiências que buscam trabalhar temáticas relacionadas a gênero ou a própria valorização da identificação latina ocorrem dentro da própria indústria cultural que muitas vezes homogeneíza ou se apropria de tais discursos (ADORNO, 1986). Porém, mesmo dentro de tais espaços, existe a possibilidade de atuação e/ou agência dentro destes espaços ainda é extremamente significativa e convoca a reflexões. Em

especial, o perfil de construção/projeção de si, através da performance e seus impactos sociais é o que interessa a esse trabalho.

Vale ressaltar que o papel ocupado pela cantora e sua produção (canção e videoclipe) é destacável dentro dos jogos políticos e sociais do governo Trump por tocar também em pautas latinas ligadas ao contexto de perseguição aos migrantes nos Estados Unidos. Como visto anteriormente, o contexto em que a canção e principalmente o videoclipe foram lançados foi marcado por ataques diretos a esses setores da população inclusive com a suspensão do DACA. Ao adotar esse papel também político, tendo em vista que a cantora se vê como uma migrante latina, Camila insere-se também nas discussões dos movimentos jovens latinos contra o presidente, dedicando inclusive o videoclipe aos DREAMERS, como indicado nos créditos.

Considerações finais

Através da canção e do videoclipe é possível perceber o processo de representação da mulher latina que entrecruza temporalidades, sendo uma produção no presente perpassada por camadas de passados não finalizados, também chamados de estratos de tempo (KOSELLECK, 2014). Ao trazer um "objeto ausente" para o presente (CHARTIER, 1991), a representação da mulher latina em ambas as produções situadas no presente permitem ao historiador do tempo presente analisar a contemporaneidade de fenômenos não contemporâneos (ROUSSO, 2016). Pensando primeiramente na relação direta com o contexto é interessante perceber que a emergência de um momento de crise do tempo (HARTOG, 2013) e de contradição de discursos, como ocorre no caso das eleições presidenciais de Donald Trump e da implementação se suas pautas anti-migração, convoca ao cerne dos debates o posicionamento político de artistas do *mainstream* que enfrentam nos últimos anos novos processos de significação.

Estas mesmos artistas/divas, como se procurou demonstrar no caso de Camila Cabello, resignificam o passado atuando em um presente marcado por

novas demandas sociais ligadas ao pensamento também interseccional, o que possibilita pensar maneiras como a música *pop* possibilita outras formas de representação do feminino e das identificações migrantes. Nestes casos, não propondo necessariamente uma implosão com discursos e narrativas hegemônicas, tais produções propõem diferentes formas de agência de atuação situando-se na tensão entre táticas e estratégicas, retomando as análises de Michel de Certeau (2009).

Enquanto migrante cubana, com descendência também mexicana, a cantora se colocou em um posicionamento em que o passado da migração e da busca por um outro país, que não vivesse em tempos de crise, foi fundamental para sua constituição enquanto individuo. Ao mesmo tempo esse processo e a experiência gerada por ele atravessa seu corpo (SCOTT, 1999), assim como o de vários outros sujeitos, servindo de base para sua identificação que está representada nas narrativas da canção e do videoclipe. Dentro disso, a questão de sua identificação e posicionamento, como é expresso nas produções, é perpassada pelo próprio espaço ocupado pela cultura latina e principalmente pelo protagonismo feminino nos levando então ao questionamento sobre o lugar ocupado pelo feminino em Camila Cabello. Essa interrogação levou a observar que sua constituição enquanto latina nas produções, marcadas pelos jogos com o contexto e também pela retomada de discursos sobre esse, é atravessa pela sua própria constituição enquanto mulher. Apesar disso, essa constituição é resignificada e quebra com uma visão da mulher latina enquanto sexualizada estando associada a uma visão “fraca”, “passiva” e “receptiva” do prazer como foi constituído historicamente (SCOTT, 1995; LUGONES, 2008).

A construção da representação do feminino em Camila Cabello se situa em um novo movimento, aliado a pautas feministas que tem sido aderida nas últimas décadas pelas chamadas divas da música *pop* (MARTINEZ CANO, 2017). Estes movimentos, tem reivindicado o corpo feminino enquanto livre podendo a mulher lidar abertamente com sua sensualidade/sexualidade. Dentro disso, estas artistas atribuem um novo sentido ao ser diva que não é mais o padrão discutido por Edgar Morin (1989) dentro das estrelas do cinema e que até o presente permanece na indústria fotográfica. Tais mulheres convocam um

novo sentido ao feminino atribuindo a este não apenas a dimensão da agência, mas também de historicidade demonstrando os processos colonizadores do ser que atravessam a própria categoria de “gênero” e a condição “feminina” (LUGONES, 2008). Dentro disso, Camila Cabello aparece como um estudo de caso fundamental pois reivindica não apenas o corpo jovem, mas também a própria cultura latina com protagonismo matriarcal como elemento a ser resignificando, como aparece no videoclipe com a presença da *abuelita.* Através destes meandros, passado e presente se veem em eterna confluência na medida em que estes processos apesar de “imediatizados” são causados por processos históricos que em si mesmos aparecerem direta e/ou indiretamente.

Apesar da temática, da escolha da fonte e do recorte extremamente recente poderem causar alguns estranhamentos aos historiadores, este trabalho partiu da proposta de entender o presente não pelos seus usos do passado, mas pela sua própria constituição observando a emergência de novos processos. Entendendo que o presente é também um espaço de reflexão do historiador sobre a contemporaneidade (ROUSSO, 2016), procurou-se entender a constituição de Camila Cabello na chave latinidade-feminilidade por sua própria produção, através da uma operação historiográfica que entende procurou não comparar ela diretamente a outras artistas. Essa pretensão não significa dizer que a cantora seria a única ou seria dotada de uma unicidade, mas sim que possui particularidades que podem ser entendidas apenas em um estudo direto sobre as suas produções, sua trajetória e o contexto em que circularam.

Referências

ADORNO, Theodor W. Indústria Cultural. In: **Sociologia**. SP: Ática, 1986. p. 92-99.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana.** SP: Ed. da UNESP, 2004.

BHABHA, Homi. **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses.** RJ: Rocco, 2011.

CANCLINI, Néstor García. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** (V. 1).16.ed.Petrópolis:Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. Vol. 5, n.11. São Paulo. Jan/Abr. 1991.

CHOMSKY, Aviva. **História da Revolução Cubana**. São Paulo: Veneta, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política.** São Paulo: Boitempo, 2017.

GONZÁLEZ, Juan Pablo. **Pensando a música a partir da América Latina:** problemas e questões. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

HAGEMEYER, Rafael. **História & Audiovisual.** BH: Autêntica Editora, 2012.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HERMETO, Miriam. **Canção popular brasileira e ensino de história:** palavras, sons e tantos sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

HUYSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente:** modernismo, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá - Colombia, nº 9, p. 73-101, julio-diciembre, 2008.

MACIEL, Ana Carolina Moura. Delfim. **"Yes, nós temos bananas":** Cinema industrial paulista: a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, atrizes de cinema e Eliana Lage. Brasil. Anos 1950. São Paulo: Alameda, 2011.

MARTINEZ, Alfredo Juan Guevara. Da Revolução Cubana à Era Obama: das tensões à normalização. **Revista Esboços**. Florianópolis, v. 24, n. 38, 2017.

MARTÍNEZ CANO, Silvia. Las divas del pop y la identidad feminista: reivindicación, contradicción y consumo cultural. **Rev. de Investigaciones Feministas** 8(2), 2017, 475-492.

MORIN, Edgar. **As Estrelas**: mito e sedução no cinema. RJ: José Olympio, 1989.

MOREIRA, Igor Lemos. Uma estrela em ascensão: O portal popline e a rápida ascensão na carreira multimídia da cantora Camila Cabello. **Transversos**: Revista de História. Rio de Janeiro, n. 11, p. 81-97, 2017.

_____. Um ano de carreira solo: A 'rememoração' nos meios digitais através do caso Camila Cabello. **Escritas:** Revista do Curso de História de Araguaína, v. 10, p. 247-261, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **História & música:** história cultural da música popular. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

O'BRIEN, Lucy. **Madonna 60 anos:** A biografia do maior ídolo da música pop. 2. ed. amplo. e. rev. Rio de Janeiro: Agir, 2018.

OLIVEIRA, Márcia Ramos de. **Uma Leitura Histórica da Produção de Lupcínio Rodrigues.** Tese de Doutorado - UFRGS, 2002.

PRADO, Maria Ligia. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. **Revista da USP**, São Paulo, jun.-ago. 1995, p. 52-61.

PEREIRA, Simone Luci. Matrizes e mediações das canções românticas na América Latina. ULHOA, Martha; PEREIRA, Simone Luci (Org.). **Canção romântica:** Intimidade, mediação e identidade na América Latina. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital/Letra e Imagem, 2016, p,25-46.

ROJAS, Yesid Penagos. Lenguajes del poder. la música reggaetón y su in uencia en el estilo de vida de los estudiantes. **Plumilla Educativa**. n. 10, 2012, págs. 290-305.

ROSSINI, Miriam de Souza. O que mostramos de nós? A América Latina nas telas. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 7, n.7, p. 17-23, 2001.

ROUSSO, Henry. **A Última catástrofe:** a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2016.

SCOTT, Joan. Experiência. In: **Falas de Gênero.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.

_____. "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica.". **Educação e Realidade**. 20(2), juldez, 1995, pp. 71-99.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo:** uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto de nosso ambiente: a paisagem sonora. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SOARES, Thiago. Percursos para estudos sobre música pop. In: SÁ, Simone Pereira de; CARREIRO, Rodrigo; FERRARAZ, Rogério (Orgs.) **Cultura Pop.** Salvador: EDUFBA; Brasilia: Compós, 2015.

_____. **Videoclipe:** o elogio da desarmonia. Recife: Livro Rápido, 2004.

TATIT, Luiz. Analysing popular songs. In: David Hesmondhalgh and Keith Negus (eds.) **Popular Music Studies.** London: Arnold, 2002, pp. 33-50.

_____. **Estimar canções**: estimativas íntimas na formação do sentido. Ateliê Editorial: São Paulo, 2016.

VALENTE, Heloísa de A. Duarte. **As vozes da canção na mídia.** São Paulo: Via Lettera: FAPESP, 2003.

VICENTE, Eduardo. **Da vitrola ao iPod:** uma história da indústria fonográfica no Brasil. São Paulo: Alameda, 2014.

WOLFF, Michael. **Fogo e Fúria:** Por Dentro da Casa Branca De Trump. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.